

EDITORIAL

Apresentamos à comunidade acadêmica o v. 3, n. 3 da Revista Memorare, composto por dez artigos do dossiê **Mnemosine: conhecimento, arte, memória e identidade** e por mais cinco artigos que integram o número regular.

Inicialmente, apresentaremos os artigos que compõem o dossiê.

Nada mais apropriado do que homenagear aquela que é a mãe das Musas, patrona de todo conhecimento e arte.

O dossiê trata das aventuras de Mnemosine, a memória de tudo que é, foi ou será pelo Reino dos Homens.

Nossa viagem começa aos pés do Monte Parnaso, lugar escolhido para se refletir sobre as confluências entre “antropologia e administração”. Os autores, inspirados por Clio, a musa da história, resgatam a importância da inovação social (existe inovação, se esta não for social?). O humano, o antropos, sempre o humano, com suas lágrimas e anseios, no deserto do que é o público, as organizações.

Falar de disseminação do conhecimento é resgatar a “Função do Personagem”, tema escolhido por Richard e Maria Lúcia que, inspirados por Calíope, a da bela voz, retratam a importância do humano como centro de qualquer infográfico que pretenda ser educativo.

Delícia das delícias. As professoras de Gastronomia Anita e Silvana falam da cultura ilhéu, revisitando a cozinha florianopolitana, este cantinho dos Açores. É Euterpe, a musa doadora de prazeres que nos faz apreciar a boa comida, ao som de flautas mágicas.

Numa revista dedicada aos Deuses, Jung não poderia deixar de estar presente. Com base no arquétipo da Grande Mãe, Francisco e Felipe discutem a comunicação e o consumo. Quem dança com os autores é Terpsícore, aquela que rodopia como um dervixe mágico, mergulhando no inconsciente.

Se até aqui a inspiração foi trazida pelas filhas, agora é a própria Mnemosine, a mãe, quem inspira Patrícia e coautores ao nos brindarem com um artigo sobre a Memória Humana enquanto objeto de pesquisa.



A Psicologia Anômala e o Xamanismo não poderiam faltar em um dossiê que fala da ligação do Homem com o sagrado. A revisão sistemática sobre o fenômeno da precognição, por Jussara e outros, resgata o saber sobre o tema. É Polímnia, da música sacra, que se revela.

Pedimos a Charles Webb, cientista californiano, criador da técnica Cinemorphics, um artigo especial. Queríamos colocar vídeos no papel. Trata-se de um artigo para se ler – ver com um celular, usando QR code.

Moussa Boulos e Fialho trabalham a inteligência astuciosa, aquela que corresponde ao fogo roubado por Prometeu, no artigo Cultura e Identidade: a inteligência astuciosa e os mitos.

A grave e séria Melpômene, musa da tragédia, inspira “A ontologia da linguagem” de Boabquins e Todesco, que tecem paralelos entre a Engenharia do Conhecimento às questões ligadas à linguagem, desafio fascinante.

Finalmente, o delicioso “Verbi – O idioma do Caos” busca aquela linguagem universal preconizada por Lacan e produzida no Finnegans Wake de James Joyce. Vemos Erato, a musa do desejo, inspirar o artista a representar um mundo inteiro com os movimentos de seu corpo.

Que Tália, a musa da alegria possa acompanhá-los na leitura.

Francisco Antonio Pereira Fialho

(Organizador do dossiê Mnemosine: conhecimento, arte, memória e identidade)



ANTROPOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO: UM DIÁLOGO POSSÍVEL A PARTIR DO CAPITAL DE INOVAÇÃO SOCIAL

Maria Lúcia Corrêa Neves*
Francisco Antônio Pereira Fialho**

Resumo: Esta pesquisa explora o diálogo entre Antropologia e Administração a partir do conceito de “capital de inovação social”, definido como as relações sociais em torno das quais são produzidos e integrados novos conhecimentos nas organizações. A pesquisa, de base qualitativa, descreve um modelo de Capital intelectual, construído utilizado pelos teóricos organizacionais, para abordar o patrimônio intangível das organizações, enfatizando o elemento capital de inovação social e sua relação com a cultura organizacional. Apresentam-se, como considerações: (1) a oportunidade de melhor compreensão do construto “capital de inovação social” e demais ativos intangíveis das organizações, a partir da postura científica baseada na Antropologia e do diálogo oportunizado pela cultura organizacional e inovação; (2) a necessidade de que seja superada, a utilização funcionalista dos conceitos antropológicos, postura recorrentemente adotada por teóricos e praticantes de gestão.

Palavras-chave: Capital de inovação social. Capital intelectual. Cultura organizacional.

Abstract: This research explores the dialogue between anthropology and management using the concept of 'social innovation capital', which is defined as the social relations around which are produced and incorporated new knowledge in organizations. Qualitative research describes a model of intellectual capital or intangible capital. The study emphasizes the social innovation capital and its relationship with organizational culture. It is presented as considerations: (1) the opportunity to better understanding of the construct "social innovation capital" and other intangible assets of organizations, adopting scientific approach based on anthropology; (2) the need to overcome the functionalist use of anthropological concepts - recurrently posture adopted by theorists and management practitioners.

Keywords: Social innovation capital. Intellectual capital. Organizational culture.

*Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Programa de pós-graduação em Engenharia e Gestão do
Conhecimento – PPEGC
Núcleo de Estudos e Desenvolvimento em Conhecimento e
Consciência - NEDECC
Doutoranda no PPEGC
Email: lucia.c.neves@uol.com.br

** Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Programa de pós-graduação em Engenharia e gestão do
conhecimento – PPEGC
Núcleo de Estudos e Desenvolvimento em Conhecimento e
Consciência - NEDECC
Doutor em Engenharia de Produção, Professor no PPEGC
Email: fapfialho@gmail.com



REVISTA
MEMORARE


www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

1. Introdução

O estudo que motivou este artigo aborda as disputas paradigmáticas que envolvem o conceito de cultura organizacional, oriundas de distintas escolas da Antropologia, explorando as novas possibilidades de aplicação da Antropologia nas organizações, a partir do diálogo entre cultura organizacional e inovação.

O debate envolvendo o tema cultura organizacional emergiu no âmbito dos estudos organizacionais, na transição da década de 70 para 80, permanecendo, ainda hoje, como pauta geradora de controvérsias. De um lado, os autores que abordam cultura organizacional com uma visão funcionalista, apoiados no paradigma de que a cultura pode ser gerenciada e, do outro, autores que questionam o uso ingênuo ou ideológico do conceito pelas organizações (JAIME JUNIOR, 2002).

Mascarenhas (2002) considera que a abordagem que vem sendo utilizada pelos teóricos da Administração para cultura organizacional, apenas, empresta alguns conceitos básicos da Antropologia, mantendo-se, no entanto, distante do enfoque antropológico. Nesta direção, Jaime Junior (2002) alerta que a disciplina Administração, recorrentemente, importa conceitos de outras disciplinas, sem considerar as divergências de paradigmas que envolvem esses conceitos nas ciências de origem.

Considerando estas questões, adotam-se, neste artigo, autores que defendem ampliar a utilização das teorias e métodos da Antropologia, considerando esta ação uma oportunidade de enriquecimento para a teoria das organizações. Estes teóricos sinalizam, no entanto, a necessidade de que sejam superadas as limitações impostas pela visão funcionalista.

O artigo, além desta seção de introdução, contém as seguintes seções: (a) metodologia; (b) paradigmas da cultura organizacional; (c) o funcionalismo na administração; (d) a gestão do intangível nas organizações e o construto “capital intelectual”; (e) o interesse organizacional pela Inovação: culto ao novo *versus* perenidade das organizações; (f) o construto capital de inovação social e a cultura organizacional relacionando a administração e antropologia; (g) considerações finais.

2. Metodologia



Este artigo apresenta parte dos estudos realizados no âmbito do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos e Desenvolvimento em Conhecimento e Consciência (NEDECC), vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), reunindo pesquisadores docentes e pós-graduandos do Programa de Engenharia e Gestão do Conhecimento (PPEGC) da UFSC.

O processo de pesquisa que resultou neste artigo foi centrado em estudos teórico-bibliográficos, decorrentes de pesquisa exploratória e relatos descritivos, com enfoque fenomenológico, caracterizando uma pesquisa descritiva. A pesquisa descritiva observa, registra, correlaciona e descreve fatos ou fenômenos de uma determinada realidade sem manipulá-los (VALETIM, 2005).

A reflexão teórica foi dirigida para a relação entre duas temáticas básicas, a Antropologia e a Administração, representadas pelo diálogo entre cultura organizacional e inovação. Para relacionar os temas, foi descrito, no estudo, o conceito e elementos do construto “capital intelectual”. O modelo de capital intelectual descrito neste estudo é de McElroy (2002), autor que adicionou na tipologia de capital intelectual mais comumente divulgada, o capital social e a noção subjacente de capital de inovação social reunindo cultura organizacional e inovação.

3. Paradigmas da cultura organizacional

O Experimento de Hawthorne, realizado por Elton Mayo e colaboradores, entre 1920 e 1930, é conhecido como o evento que deu origem à utilização de conceitos da Antropologia pelo universo organizacional (AKTOUF, 1990).

É no final da década de 80, no entanto, que o relacionamento entre a Antropologia e organização se estabelece no campo da teoria das organizações com o desenvolvimento do construto cultura organizacional que passa a constituir uma área disciplinar específica, com especialistas, escolas e tendências (JAIME JUNIOR, 2002).

Pesquisadores desta disciplina sinalizam a existência de, pelo menos, duas diferentes abordagens envolvendo cultura organizacional (AKTOUF, 1990; PÉPIN, 1998).



A abordagem predominante é de inspiração funcionalista e reúne autores como Schein, Pettigrew, Ouchi, Charles Handy e parcerias como a de Peters e Waterman, Deal e Kennedy, e Pascale e Athos (JAIME JUNIOR, 2002).

Para Shein (1990), autor identificado com funcionalista (JAIME JUNIOR, 2002), a cultura organizacional sinaliza, de modo informal e subjetivo, formas de condutas e comportamentos aceitos por um grupo social.

De acordo com Jaime Junior (2002), os autores aderentes à visão funcionalista, compartilham dos seguintes pressupostos básicos:

a) toda organização possui uma cultura; b) essa cultura explica muitos dos fenômenos que ocorrem na organização; c) ela favorece ou dificulta a performance organizacional; d) a cultura pode ser diagnosticada e, aplicando-se certas metodologias, gerenciada, transformada, ou até inteiramente criada; e) a liderança é o processo que determina a formação e a mudança da cultura; e f) um dos papéis mais importantes dos líderes nas organizações é justamente a criação, a gestão e, se necessário, a mudança da cultura. (JAIME JUNIOR, 2002, p.73).

A segunda abordagem contrapõe a perspectiva funcionalista como uma visão crítica ou sócio antropológica e seus teóricos não concordam com o “reducionismo utilitarista” que considera a cultura organizacional como passível de ser gerenciada, criticando o que consideram “os ditames da racionalidade instrumental” (JAIME JUNIOR, 2002, p. 73). Ainda que com algumas divergências, podem ser listados como representantes desta perspectiva, as pesquisas de Aktouf (1990), Chanlat (1990) e Dupuis (1990).

Parte dos adeptos da perspectiva crítica, incomodados pela utilização racional da Antropologia, adota a postura extrema de negar a existência da cultura organizacional (JAIME JUNIOR, 2002). O autor propõe, no entanto, postura de oposição à abordagem funcionalista com concomitante investimento no debate sobre cultura organizacional, apostando na superação das limitações impostas pela visão funcionalista. O autor sugere como caminho a utilização das ideias oriundas da Antropologia interpretativa, cujo principal representante é Clifford Geertz que considera cultura como um conjunto compartilhado de ideias que são retrabalhadas de maneira contínua, imaginativa, sistemática e, portanto, ideias explicáveis, mas ambíguas (GEERTZ, 1989).

Nesta direção, Wright (1994) observa que a cultura não deve ser percebida como algo que as organizações “têm” e, portanto, são passíveis de controle administrativo,



mas como algo que as organizações “estão” e, portanto, um processo imerso em um contexto.

Neste estudo, compartilha-se do entendimento de que a Antropologia interpretativista mostra-se mais apta a trazer para debate a realidade da dinâmica cultural e de importantes dimensões da gestão organizacional, e adota-se, como definição de cultura organizacional, o conjunto de valores e pressupostos básicos que “tanto age como elemento de comunicação e consenso, como oculta e instrumentaliza as relações de dominação”. (FLEURY; FISCHER, 1989, p. 117).

4. O funcionalismo na Administração

Mascarenhas (2002) observa que Administração e Antropologia têm preocupações teóricas distintas, ressaltando que a Antropologia estuda a cultura sem a preocupação de produzir modelos ou ferramentas para a intervenção ou o controle, enquanto a Administração é essencialmente prática, focando, como objetivo de análise, nas variáveis, principalmente internas, que influenciam no desempenho organizacional. Nesta direção, o autor afirma que a cultura organizacional é percebida nas organizações como apenas mais uma variável, cujas características devem ser controladas ou manipuladas objetivando, exclusivamente, a maximização de resultados.

Sobre o uso de variáveis nas organizações, Wheatley (2012) relata a experiência de observar um treinador educacional apresentar uma fórmula matemática, como a maneira de entender os motivos que levam os trabalhadores a decidir pela continuidade dos seus estudos. Para a autora, os teóricos organizacionais, ainda, tendem a utilizar metodologia e padrões de pensamento linear da ciência do século XVII, tratando, não apenas a cultura, mas o trabalho e os trabalhadores como problemas de engenharia.

Nesta direção, Mascarenhas (2002, p. 91) observa que o “método etnográfico, clássico na Antropologia, é pouco utilizado em pesquisas sobre cultura organizacional [...]” desenvolvidas por teóricos organizacionais.

Faria e Fonseca (2014), recentemente, revisaram estudos organizacionais que abordam cultura e sua relação com inovação, observando, mesmo para a pesquisa deste tema, predominância de métodos quantitativos.



Estas abordagens funcionalistas e racionais trazem consequências. Senge (2009) considera que o progresso na compreensão da dimensão humana nas organizações no século XX ocorreu de forma modesta, quando comparado com a evolução das capacidades de marketing, controle gerencial e sofisticação financeira.

Os resultados dos estudos recentes de gestão oriundos de todas as partes do mundo revelam baixo índice de envolvimento e satisfação dos trabalhadores, baixo percentual de trabalhadores que confiam no gestor e na gestão, além de elevado percentual de trabalhadores que relata a intenção de sair da organização onde atualmente estão alocados. (PFEFFER, 2007).

Para Conway et. al (2015), os resultados frágeis dos modelos de gestão, derivam-se da adoção de práticas de gestão de pessoas conflitantes com o discurso. O discurso das organizações é aderente à literatura organizacional que dissemina o pressuposto de que aprendizagem e conhecimentos humanos são fontes de vantagens competitivas, gerando expectativas em relação à valorização do ser humano nas organizações. Na prática, no entanto, o ambiente organizacional do século XXI difere pouco do experimentado na sociedade industrial (PFEFFER, 2007).

Considera-se que mediante a adoção de uma postura científica baseada na Antropologia, poderia se alcançar uma melhor compreensão do ser humano (CHANLAT, 1990). A necessidade desta compressão diferenciada foi intensificada com a disseminação das teorias sobre as fontes de valor nas organizações, que colocaram o ser humano e suas relações, no centro de atenção das organizações, assunto da próxima seção.

5. A gestão do intangível nas organizações e o construto “Capital intelectual”

Kon (1999) registra que literatura econômica, desde o seu início até recentemente, priorizou as atividades que criam e acumulam riquezas, apenas, em formas tangíveis, considerando que foi a produção do bem físico que motivou, praticamente, todo o conhecimento no campo científico da Administração.

O modelo tradicional de contabilidade das organizações foi idealizado para conferir valor aos ativos tangíveis, não contemplando o patrimônio intangível como conhecimento, o relacionamento das equipes, a credibilidade junto aos clientes, a força

da marca, o processo adotado na produção, a logística ou a capacidade de inovar (EDVINSSON e MALONE, 1998).

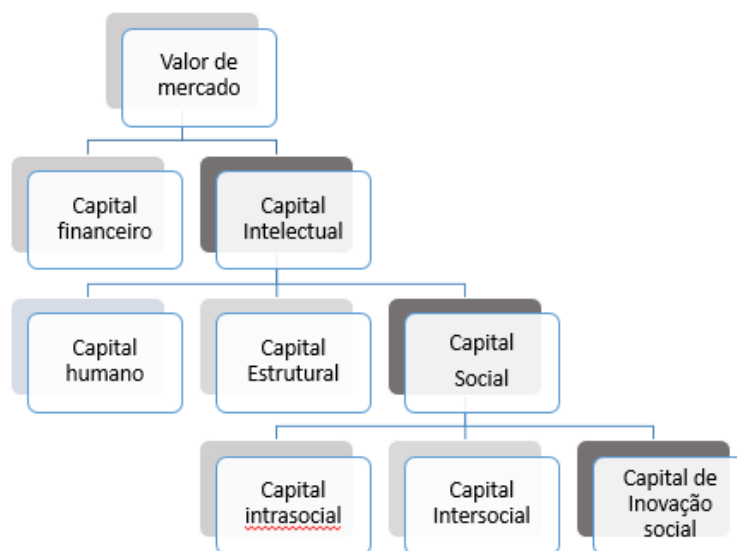
Gradativamente, no entanto, os ativos intangíveis, denominado por Edvinsson e Malone (1998) e demais pesquisadores organizacionais de capital intelectual, passaram a ser percebidos como importantes na economia e, especialmente, nas avaliações sobre o valor das empresas, atingindo, no século XXI, proporções em níveis sem precedentes (MCELROY, 2002).

Stewart (1998) afirma que o capital intelectual de empresas detentoras de credibilidade, marcas conhecidas, aceitação no mercado ou com tecnologia destacada, apresenta valor de mercado centenas de vezes superior ao valor contábil, por exemplo, a Coca-Cola, em função da marca e a 3M, em função da capacidade de inovação.

Nesta direção, desde a década de 90, os teóricos de gestão passaram a se dedicar em estudar os ativos intangíveis, desenvolvendo classificações e propostas para o seu entendimento e gestão, buscando, ainda, capturar os seus efeitos favoráveis (McELROY, 2002).

Neste estudo, adota-se o modelo de classificação de ativos intangíveis (capital intelectual) proposto por McElroy (2002), conforme a Figura 1.

Figura 1 – Modelo de Capital Intelectual



Fonte: Mc Elroy (2002, p. 6).



De acordo com McElroy (2002) existem três tipos de capital intelectual. O primeiro tipo, o capital humano, é o patrimônio referente aos conhecimentos, habilidades e experiências individuais empregadas em uma empresa (McELROY, 2002).

O segundo tipo, o capital estrutural, consiste na infraestrutura que apoia o capital humano, podendo ser compreendido como os ativos intangíveis que permanecem na empresa, mesmo quando os trabalhadores deixam o local de trabalho no final do dia (McELROY, 2002), por exemplo, um processo de comunicação que assegure fluxo de comunicação transparente, democrático e tempestivo.

O terceiro tipo de capital intelectual é o denominado capital social e aponta para o valor das relações entre as pessoas dentro das organizações e entre as organizações e públicos externos, dentre eles, os clientes.

O capital social envolve elementos como confiança, colaboração, reciprocidade, valores compartilhados e redes, acelerando a transferência de informações e o desenvolvimento de novos conhecimentos.

Para Džupina (2016) e Yee (2015), o capital social é relevante para o atingimento de objetivos comuns não apenas de organizações, mas, também, de nações. Yee (2015) define capital social como a capacidade de mobilizar recursos através de redes, reforçando que os benefícios do capital social são a quantidade e qualidade dos recursos mobilizados.

O modelo de McElroy (2002) subdivide capital social em: capital intrasocial, capital intersocial e capital de inovação social.

O capital intrasocial considera as relações que ocorrem dentro da organização, enquanto o capital intersocial contempla as relações da organização com atores externos, dentre elas, o valor da relação com os clientes e outros parceiros como fornecedores, sindicatos, órgãos reguladores, dentre outros (McElroy, 2002).

McElroy (2002) apresenta como terceira fonte de capital social, o ativo intangível denominado, pelo autor, de capital de inovação social. Ao contrário do capital de inovação de um indivíduo - contemplado no capital humano com a competência criatividade, o ativo desta subcategoria refere-se à capacidade de inovação na forma coletiva. O autor define capital de inovação social como a capacidade dos

sistemas sociais, dentre estes, as organizações, produzirem e integrarem novos conhecimentos.

Diferentemente do elemento capital estrutural, aqui se reconhece - não a produção intelectual da empresa, mas sua capacidade de produzir tal saída como um intangível valioso (McELROY, 2002).

McElroy (2002) cita os estudos de Kuhn (1962) para endossar o entendimento da inovação ou produção de conhecimento em sistemas sociais humanos, como resultado da colaboração entre os indivíduos em comunidades de interesse, dentre outros.

O capital de inovação social é considerado por McElroy (2002) como a mais valiosa forma de capital intelectual de uma organização, porque é subjacente à capacidade da empresa aprender, inovar e se adaptar. A visão do autor permite o entendimento da razão pela qual, diferentes tipos de organizações contemporâneas, buscam soluções para o fomento das inovações.

6. O interesse organizacional pela Inovação: culto ao novo *versus* perenidade das organizações.

Fontenelle (2012, p. 100) observa que inovação é uma palavra pronunciada à “exaustão no meio organizacional contemporâneo”. Sievers (2007, p.1), na mesma direção, considera que as organizações ocidentais estão vivendo “o fenômeno da neofilia, o culto ao novo”. Barbieri (2007, p. 105) reflete sobre a busca e os efeitos provocados pela inovação “que introduz novidades de qualquer tipo”, disseminando a necessidade do “novo” que atenda as múltiplas dimensões da sustentabilidade.

Também, com uma visão crítica, Gorz (2005, p.42) combate a ideia da obsolescência programada disseminada pelas mídias, alertando para os problemas derivados da inovação permanente motivada, apenas, para produzir novidades em ritmo acelerado que promovam o consumismo e o processo que transforma “a invenção em mercadoria” ou em “marca patenteada”.

Com outra visão, os teóricos organizacionais entendem que o percurso que traz a temática inovação para o centro de atenção acadêmica, é motivado pela tentativa de



explicar a razão pelo qual, algumas organizações se destacam em relação às outras (PRAHALAD; HAMEL, 2006)

A teoria do paradigma *structure-conduct-performance* focou no ambiente externo à organização disseminando o conceito de que o desempenho superior da empresa (*performance*) seria determinado pela estrutura da indústria (*structure*) e pela estratégia (*conduct*) adotada (BARNEY e HESTERLY, 1996).

Por sua vez, o conjunto de ideias, denominado teoria dos recursos, priorizou as questões internas às organizações, considerando, como fonte básica para explicar a superioridade das organizações, prioritariamente, a coleção de recursos e competências internas da organização, percebida como elementos raros, difíceis e onerosos de serem imitados e substituídos (BARNEY; HESTERLY, 1996).

A partir do trabalho de Prahalad e Hamel (2006) surgiu a teoria da competição baseada em competências. Esses autores sinalizaram que a superioridade das organizações, denominada de vantagem competitiva, poderia derivar-se tanto de vantagens externas como internas, enfatizando, no entanto, que as contínuas alterações no cenário, rapidamente, tornam obsoleta um diferencial conquistado. Foi com esta visão que o conhecimento humano e a criação de novos conhecimentos ou inovação foram percebidos como efetivos e determinantes fontes de sucesso e sustentabilidade das organizações,

A teoria da competição baseada em competências transformou a capacidade de criar novos conhecimentos, antes assunto de interesse da área de Gestão de pessoas, em pauta de interesse central das organizações que buscam perenidade (PRAHALAD; HAMEL, 2006).

Diferentes categorias de estudos sobre criação do conhecimento ou inovação utilizam teorias oriundas de diversos campos do conhecimento, encontrando-se, dentre estas, a categoria que associa a capacidade de inovar com aspectos culturais (DOBNI, 2008), tema da próxima seção.

7. O construto capital de inovação social e a cultura organizacional relacionando a Administração e Antropologia.



Faria e Fonseca (2014) realizaram uma revisão da literatura identificando dois tipos de diálogos entre inovação e cultura: (1) pesquisas que buscam analisar a relação entre cultura organizacional e inovação e; (2) a proposição de um novo construto denominado cultura de inovação.

McLean (2005, p. 241) é um autor que relaciona cultura organizacional com inovação afirmando que “a cultura cria os parâmetros para qual comportamento é desejável e será encorajado e qual comportamento é inaceitável e será censurado”. O autor destaca que a cultura organizacional favorece a inovação quando o comportamento percebido como desejável inclui, o exercício da criatividade, o trabalho em equipe, a liberdade, a autonomia, dentre outros. Por sua vez, o autor destaca que o comportamento de controle, quando percebido como desejável, cria obstáculos para a inovação.

Serra e outros (2007) destacam a importância de algumas características para um ambiente favorável à inovação, citando pessoas criativas e sem receios de falhar, recursos para pesquisas e uma interação muito próxima com o mercado e seus atores, de modo a perceber as oportunidades existentes (SERRA et al., 2007, p. 182).

Com essa visão, Knox (2002) afirma que a sustentação de uma organização inovadora se dá por sua cultura organizacional, uma vez que a capacidade de inovar está nas habilidades e atitudes das pessoas que nela trabalham. A cultura de inovação, por sua vez, é definida por El Harbi, Anderson e Amamou (2014, p. 136) como “um modo de pensar e um modo de agir que auxilia a inovação”.

Considerando que a cultura de inovação é parte da cultura maior de uma organização, tanto a abordagem que relaciona cultura organizacional com inovação, como a abordagem que considera o construto cultura de inovação, oferecem uma nova oportunidade de diálogo entre a Administração e Antropologia.

Para este novo relacionamento, a adoção da Antropologia influenciada pelas teorias de Geertz (1989) indica que deve ser evitada, a visão que busca capturar os aspectos da cultura que favorecem a inovação como um conjunto de elementos previsíveis.

Se, para a perspectiva funcionalista, a cultura organizacional é “sistema simbólico harmônico” que, gerenciado, pode contribuir para a “maximização da performance organizacional” (JAIME JUNIOR, 2002, p. 42), para a Antropologia

interpretativista, existem, nas organizações, distintas versões de cultura organizacional, provenientes de pessoas com “diferentes capitais econômicos, culturais e simbólicos”, envolvidas não apenas no processo produtivo, mas também no complexo jogo político que caracteriza as organizações, indicando a necessidade de lidar com ambiguidades e interpretações.

8. Considerações Finais

Este estudo tratou, inicialmente, das contestações expressas por teóricos da Antropologia em relação à abordagem e conceitos de cultura adotados pelos pesquisadores e praticantes de gestão. Nesse contexto, foi apresentado o posicionamento de autores que, mesmo sinalizando a necessidade de superação dos limites impostos pela visão funcionalista da Antropologia nos estudos e práticas organizacionais, defendem que seja evitado o posicionamento de negação da existência de cultura organizacional, buscando o diálogo entre as duas ciências.

Na sequência, foram expostos alguns problemas observados nas organizações contemporâneas relacionados com a negligência em relação à dimensão humana, utilizando, para tanto, a visão de autores que consideram que a permanência de pressupostos utilitaristas e da racionalidade instrumental, adotados pela maioria dos teóricos e praticantes de Gestão, está afetando a qualidade, aplicação e resultados dos modelos teóricos oferecidos pela Administração nas últimas décadas. Nessa direção, foi sinalizada a alternativa de adoção de postura científica baseada na Antropologia interpretativa, como forma de possibilitar uma melhor compreensão do trabalhador e das relações no ambiente organizacional.

Evitando, no entanto, sugerir a ampliação do vínculo entre Antropologia e Administração pela abordagem dimensão humana - argumento já explorado por muitos teóricos, buscou-se evidenciar a importância da subjetividade, do invisível ou intangível nas organizações, utilizando o construto “capital intelectual”, frequentemente, adotado nos estudos de gestão.

Além disso, foi apresentado e descrito um modelo de avaliação das organizações considerando não apenas o capital financeiro (patrimônio tangível), mas, também, o capital intelectual (patrimônio intangível). A subjetividade dos ativos que integram o

capital intelectual e o reconhecimento de que, nas organizações contemporâneas, o capital intelectual ou subjetivo supera em centenas de vezes o capital financeiro, permitiu trazer à tona, a necessidade de agregação de novos conhecimentos e métodos para a compressão das organizações.

O percurso teórico desse estudo permitiu considerar que, quase duas décadas depois dos teóricos de gestão terem iniciado o desenvolvimento de propostas para o entendimento, gestão e mensuração do capital intelectual, os avanços foram tímidos. O conhecimento acumulado pela Administração mostrou-se adequado para tratar do “capital financeiro” ou ativos tangíveis, expressos por dados quantitativos e de origem econômica, típicos do século XX. No entanto, o conjunto de ativos que integram o capital intelectual – como colaboração e compartilhamento de conhecimentos, o relacionamento das equipes, a satisfação dos trabalhadores, a credibilidade junto aos clientes, a força da marca, a cooperação dos fornecedores, o relacionamento com os órgãos reguladores, o processo adotado na produção, a logística ou a capacidade de inovar, dentre outros - pela natureza, são de base qualitativa e parecem desafiar os teóricos da Administração que, ainda, são influenciados pela racionalidade das ciências exatas.

Foi possível observar que, ainda que seja consenso que as novidades intangíveis afetam o valor das organizações, os órgãos reguladores permanecem priorizando a divulgação do patrimônio tangível. Por questões legais, as organizações precisam, periodicamente, disponibilizar ao público externo seu patrimônio tangível no formato padronizado pela contabilidade. Enquanto isso, as informações intangíveis permanecem sem transparência.

Audidores com formação em finanças, periodicamente, validam os registros financeiros. Pode-se questionar se, na mesma direção, não deveriam ser auditados, também, o capital humano, o capital estrutural ou o capital social das organizações. Seria pertinente a obrigatoriedade de uma auditoria externa realizada por uma equipe interdisciplinar com a participação de um antropólogo? Seria oportuno, o desenvolvimento de um modelo de relatório qualitativo para informar a saúde dos ativos intangíveis das organizações? Com que periodicidade? Com que formato? Se não for definido um formato padrão, como seria possível comparar o desempenho deste ativo em períodos diferentes e concluir se está havendo avanço ou retrocesso? Por fim, será



que estes questionamentos, por si só, revelam uma miopia ao tentar tratar os ativos intangíveis como foram tratados os tangíveis?

Sem aprofundar esses temas, optou-se, neste estudo, enfatizar, especialmente, o relacionamento entre a Antropologia e Administração gerado pelo processo de inovação coletiva, denominado “capital social de inovação”. Adotou-se a visão de autores que consideram o grau de efetividade deste processo, como derivado da cultura organizacional que favorece ou dificulta a criação de novos conhecimentos. Evitou-se o tema inovação como culto ao novo que estimula o consumismo, utilizando a concepção acadêmica que trata do processo de inovação, como renovação de conhecimento e principal fonte de sustentabilidade das organizações.

Constatou-se que, no meio acadêmico, frequentemente, dissemina-se práticas com a promessa que, se adotadas, podem contribuir para que uma organização eleve seu capital de inovação. Estas práticas são apresentadas como se fossem neutras em relação aos pressupostos referentes aos valores dos trabalhadores, suas crenças, significados e, mesmo, em relação ao modelo de gestão de pessoas adotado. Nessa condição, por exemplo, uma organização que não adota, no cotidiano, a gestão participativa e onde os gestores são centralizadores, disponibilizaria uma “caixa” de sugestões e, esperaria, de forma equivocada, que os trabalhadores participassem depositando sugestões em quantidade e qualidade, como ocorreu em outro contexto onde a ação foi adotada.

A Antropologia pode ajudar a Administração a compreender que, mais do que adoção de práticas, o processo de inovação será incentivado ou inibido, respectivamente, em função dos moldes ou peneiras invisíveis que permeiam o contexto organizacional. Nessa direção, teorias e práticas desenvolvidas em outros contextos não podem ser importadas.

Como última reflexão, o estudo ajuda a refletir sobre as inovações abertas que estão ocorrendo em todos os lugares do mundo, provenientes do trabalho coletivo e colaborativo de uma geração de pessoas que, fora das organizações, sem apoio de “capital estrutural” ou das demais ferramentas de gestão, como organograma, hierarquia, prêmios de reconhecimento, promessa de encarecimento, colabora e produz.



Essa mesma geração de pessoas, dentro das organizações, é rotulada, pela literatura popular e por vezes acadêmica, de narcisista, demasiadamente preocupada com o lazer, desejosa de encarecimento rápido ou de pouca fidelidade organizacional.

Pode ser considerado que Antropólogos, em contato com esta informação, questionariam, por exemplo, se a fidelidade expressa pelo elevado *turnover* da “geração y”, as vezes denominada de milênio, é consequência de mudança nos valores da geração ou desdobramento da falência do ambiente organizacional como um lugar capaz de promover capital de inovação social.

Poderiam, também, questionar se a denominação milênio, para aqueles que ingressaram no mundo do trabalho na virada do milênio, é adequada para denominar esta geração em regiões que adotam calendário chinês, islâmico ou judaico.

Poderiam questionar, ainda, porque aceitar, como válido, o estereótipo geracional, quando, estereótipos baseados em outras categorias - como raça, sexo e religião são contestados. Essas questões são exemplos de situações que indicam a oportunidade de exercitar o fluxo e refluxo de conceitos que permitem avançar o diálogo entre disciplinas e, neste caso, entre a Administração e Antropologia. Novas pesquisas precisam ser desenvolvidas, mas espera-se que a temática aqui explorada contribua com o conhecimento acumulado sobre a pauta.

Referências

AKTOUF, Omar. Le symbolisme et la ‘culture d’entreprise’: des abus conceptuels aux leçons du terrain. In: CHANLAT, J.-F. (Dir.). **L’individu dans l’organisation**: les dimensions oubliées. Québec: Presses de L’Université Laval, 1990.

BARNEY, J. B.; HESTERLY, W. **Organizational economics**: understanding the relationship between organizations and economic analysis, in SR Clegg, C. Hardy y WRNord (eds.), Handbook of Organization Studies, 1996.

BARBIERI, J. C. **Organizações inovadoras sustentáveis**. In: BARBIERI, J. C.; SIMANTOB, M. Organizações inovadoras sustentáveis: uma reflexão sobre o futuro das organizações. São Paulo: Atlas, 2007.

CHANLAT, J.-F. **Vers une anthropologie de l’organisation**. In: CHANLAT, J.-F. (Dir.). L’individu dans l’organisation: les dimensions oubliées. Québec: Presses de L’Université Laval, 1990.



CONWAY, E.; FU, N.; MONKS, K.; ALFES, K.; BAILEY, C. Demands or Resources? The Relationship Between HR Practices, Employee Engagement, and Emotional Exhaustion Within a Hybrid Model of Employment Relations. **Human Resource Management**, 2015.

DOBNI, C. B. Measuring innovation culture in organizations: the development of a generalized innovation culture construct using exploratory factor analysis. **European Journal of Innovation Management**, v. 11, n. 4, p. 539-559, 2008.

DUPUIS, Jean-Pierre. Anthropologie, culture et organisation: vers un modèle constructiviste. In: CHANLAT, J.-F. (Dir.). **L'individu dans l'organisation**: les dimensions oubliées. Québec: Presses de L'Université Laval, 1990.

DŽUPINA M. A theoretical study on cross-national differences on corporate social responsibility orientation (CSRO). **European Journal of Science and Theology**, v. 12, n. 1, p. 163-169, 2016.

EDVINSSON, L.; MALONE, MI. **Capital Intelectual**. São Paulo: Makron Books, 1998.

EL HARBI, S.; R. ANDERSON, A.; AMAMOU, M. Innovation culture in small Tunisian ICT firms. **Journal of Small Business and Enterprise Development**, v. 21, n.1, p. 132-151, 2014.

FARIA, Maria de F. B.; FONSECA, M. Vinicius. Cultura de Inovação: Conceitos e Modelos Teóricos. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 18, n. 4, p. 372-396, 2014.

FLEURY, M. T.; FISCHER, R. M. **Cultura e poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1989.

FONTENELLE, ISLEIDE A. Para uma crítica ao discurso da inovação: saber e controle no capitalismo do conhecimento. **Revista de Administração de empresas**. v. 52, n. 1, p. 100-109, 2012.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

GORZ, A. **O imaterial**. São Paulo: Annablume, 2005.

JAIME JÚNIOR, P. Um texto, múltiplas interpretações: Antropologia hermenêutica e cultura organizacional. **Revista de Administração de Empresas**, v. 42, n. 4, pág. 1-12, 2002.

KNOX, S. The boardroom agenda: developing the innovative organization. **Corporate Governance. The international journal of business in society**, v. 2, n. 1, p. 27-36, 2002.



KON, Anita. Sobre as atividades de serviços: revendo conceitos e tipologias. **Revista de Economia Política**, v. 19, n. 2, p. 74, 1999.

KUHN, T. **Structure of Scientific Revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

MCELROY, MARK W. Social innovation capital. **Journal of Intellectual Capital**, v. 3, n.1 p. 30-39, 2002.

MCLEAN, L. D. Organizational culture's influence on creativity and innovation: a review of the literature and implications for human resource development. **Advances in Developing Human Resources**, v. 7, n. 2, p. 226-246. 2005.

MASCARENHAS, A. Etnografia e cultura organizacional: uma contribuição da Antropologia à Administração de empresas. **Revista de Administração de Empresas**, v. 42, n. 2, p. 1-7, 2002.

PÉPIN, Normand. Cultura de empresa. Nascimento, alcance e limites de um conceito. In: **Mosaico – Revista de Ciências Sociais**, v. 1, n. 1. Vitória: UFES-CEG, 1998.

PFEFFER, J. Human Resources from in Organizational Behavior Perspective: Some Paradoxes Explained. **Journal of Economic Perspectives**, v. 21, n. 4, p. 115–134, 2007.

PRAHALAD, C. K.; HAMEL, GARY. **The core competence of the corporation**. Harvard Business Review, 2006.

SENGE, P. M. **A quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende**. Rio de Janeiro: Best Seller, 2009.

SERRA, F. R.; FIATES, G. G.; ALPERSTEDT, G. D. Inovação na Pequena Empresa: Um Estudo de Caso na Tropical Brasil. **Journal of Technology Management & Innovation**, v. 2, n. 2, p. 170-183, 2007.

SCHEIN, E. Organizational culture. **American Psychologist**, v. 45, n. 2, p. 109-119, 1990.

SIEVERS, B. It is new, and has to be done! Socio-analytic thoughts on betrayal and cynicism in organizational transformation. **Culture and Organization**, v. 13, n. 1, p. 1-21, 2007.

STEWART, THOMAS A. **Capital intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas**. v. 5. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

VALENTIM, M. L. P. **Análise de conteúdo**. (Org.). Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação. São Paulo: Polis, p. 119-134, 2005.



WHEATLEY, M. J. **Liderança e a nova ciência**: descobrindo ordem num mundo caótico. São Paulo: Cultrix, 2012.

WRIGHT, S. "Culture" in anthropology and organizational studies. In: WRIGHT, S. (Org.). **Anthropology in organizations**. London: Routledge, 1994.

YEE J. Social capital in Korea: Relational capital, trust, and transparency. **International Journal of Japanese Sociology**, v. 24, n. 1, p. 30-47, 2015.

Submetido em: 29/08/2016. Aprovado em: 05/12/2016.



REVISTA
MEMORARE



www.portaldeperiodicos.unisul.br

ISSN 2358-0593



A FUNÇÃO DO PERSONAGEM CENTRAL EM UM INFOGRÁFICO EDUCATIVO

Richard Perassi Luiz de Sousa *
Maria Lúcia Correa Neves**

Resumo: Este texto enfoca a função didática da representação humana em um personagem de infográfico educativo, cujo objeto da mensagem audiovisual não é diretamente observável, por tratar de ideias, processo de conhecimento e plano de atuação. O estudo é pertinente ao campo de gestão do conhecimento e, mais especificamente, sobre a contribuição da mídia ao conhecimento. Primeiramente, entre outros conceitos e arranjos teóricos, considera-se o conceito de “ambiguidade”, porque o conhecimento sobre objetos ou fenômenos não observáveis é especialmente produzido na relação ambígua entre o que é tangível ou denotativamente representado na mídia e o conteúdo intangível da mensagem planejada. Realiza-se a descrição de mensagem audiovisual, composta como infográfico informativo-educativo, assistida na página de entrada do website de uma organização catarinense intensiva em conhecimento (OIC). Em seguida, faz-se a discussão sobre a função didática do personagem central “Lucas” na comunicação educativa proposta no infográfico audiovisual. Além da função do personagem, os resultados apresentados também enfatizam o potencial didático da planificação geométrico-figurativa animada nos processos de comunicação educativa.

Palavras-chave: Didatismo da imagem, animação audiovisual, mídia gráfica, gestão do conhecimento, design de informação.

Abstract: This text focuses on the didactical function of human representation, in a character used in an educational infographic, whose audiovisual message object is not directly observable, because it deals with ideas, process of knowledge and plan of action. The study is pertinent to knowledge management field and, more specifically, to understand the media's contribution to knowledge. Firstly, among others theoretical concepts, it is considered the concept of “ambiguity”, because knowledge about unobservable objects or phenomena is particularly produced in the ambiguous relationship between what is tangible or figuratively represented in the media, and the intangible content of the planned message. Then, the audiovisual message is

*Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Professor do Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento (PPEG/UFSC)
E-mail: richard.perassi@uol.com.br

** Doutoranda em Engenharia e Gestão do Conhecimento na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: lucia.c.neves@uol.com.br



REVISTA
MEMORARE


www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

described, that is constituted by an informative-educational infographic, which talks about knowledge management and was watched on the home page of the website of a knowledge intensive organization based in Santa Catarina state, Brazil. Next, it is discussed the didactic function of the central character “Lucas” on the educational communication proposed in the audiovisual infographic. Besides the character function, the presented results also emphasize the didactic potential of flat animated picture, on educational communication processes.

Keywords: *Didacticism of image, audiovisual animation, graphic media, knowledge management, information design.*

1. Introdução

Envolvendo recursos táteis, sonoros e visuais, as primeiras comunicações interpessoais são diretamente intermediadas pelos próprios corpos humanos. Eventualmente, a presença do outro pode parecer ameaçadora e invasiva, quando são observados sinais hostis ou indecifráveis na situação vivenciada. Mas, devido ao modo de vida coletiva da espécie humana e, especialmente, por causa da atenção já recebida, desde os primeiros cuidados maternos, a presença amigável de um ser humano geralmente é motivo de boas expectativas. Por isso, tal situação pode ser enganadora e perigosa, porque desperta a curiosidade e o interesse das pessoas, as quais se predispõem a acolher e dar atenção ao outro.

Primeiramente, aprende-se e comunica-se por imitação, sendo que esse aprendizado possibilita a recorrência coletiva de expressões fisionômicas, atitudes, comportamentos e procedimentos, compartilhando e desenvolvendo diferentes linguagens imitativas. A imitação provoca contaminações coletivas, promovendo conhecimentos individualizados que, ao mesmo tempo, são de algum modo recorrentes, porque foram disseminados tacitamente em consequência direta da convivência interpessoal. Tal conhecimento é designado como “tácito” (NONAKA; TAKEUCHI, 2008) e, basicamente, isso permite o reconhecimento e a expressão de mensagens que não são convencionalmente ou explicitamente codificadas. Por exemplo, uma criança que ainda não sabe falar reconhece e interage tacitamente com outras pessoas, sendo que essa capacidade persiste e é usada durante toda a vida.



A partir do domínio dos códigos verbais e de outras convenções explicitamente formalizadas, as pessoas passam a desenvolver linguagens abstratas, usando basicamente metáforas convencionais para denominar coisas e descrever a interação de ideias. Assim, além de serem tacitamente reconhecidas, as outras pessoas são verbalmente designadas como: mãe, pai, irmão, tia e professora ou por um nome social, por exemplo, Maria, João, Lucas e Marina, entre outros.

Os objetos ou os conjuntos de objetos materiais e mentais também são representados por nomes ou outros signos convencionais. Por exemplo, há instrumentos denominados como: régua, sabão ou martelo e, também, um conjunto de ideias articuladas pode ser designado como “plano B”. Há ainda convenções verbais para situações como por exemplo, as expressões “a hora H” ou “o momento decisivo”. A linguagem verbal também permite descrever, de maneira explícita, os diferentes aspectos, elementos e ações envolvidos em um determinado plano ou momento, seja esse decisivo ou não. O conhecimento proposto por linguagens convencionais é, portanto, designado como “explícito”. (NONAKA; TAKEUCHI, 2008).

O conhecimento tácito permitiu a adoção e, em seguida, a criação e a informação dos instrumentos primitivos e, também, dos primeiros produtos decorrentes de seu uso, incluindo os denotativos ou representativos, como esculturas e desenhos de animais e pessoas. Atualmente, ainda há sujeitos que, com maestria intuitivo-denotativa, modelam, esculpem, desenham, pintam ou tocam, “de ouvido”, um ou mais instrumentos.

A linguagem verbal, primeiramente falada e posteriormente escrita, permitiu o desenvolvimento e a disseminação do conhecimento explícito, possibilitando também discursos mais extensos e complexos que os estritamente denotativos. Assim, até a atualidade, é possível desenvolver e descrever as articulações do pensamento lógico-cognitivo e, também, detalhar e registrar por escrito as alegorias da imaginação que, na época pré-histórica, eram apenas sinteticamente apresentadas em esculturas e desenhos. Houve ainda a criação e o desenvolvimento de outras linguagens convencionais como, por exemplo, a escrita musical.

As possibilidades de registro e divulgação de imagens, sons e escrituras multiplicaram os meios expressivos, ampliando e diversificando a comunicação, muito além dos limites do corpo dos emissores. Assim, foram sucedendo as diferentes eras dos

meios de informação e comunicação, desde as pinturas nas paredes de cavernas e palácios, passando por inscrições em placas de argila, papiros e códices, até o apogeu do texto impresso, que partiu da tipografia artesanal para a indústria de jornais e revistas ilustradas que, juntamente com o rádio e a televisão, caracterizaram a era da comunicação de massa. Atualmente, os dispositivos eletrônico-digitais em rede, fixos ou móveis, permitem quase tudo que foi proposto anteriormente, inclusive, possibilitam informar sistemas de impressão de imagens planas e tridimensionais. Tudo isso caracteriza a era digital, promovendo a interação interpessoal e imediata entre todos os usuários interligados em rede. (PEPULIM; VANZIN; FIALHO, 2011).

Durante o desenvolvimento das subsequentes eras ou etapas da comunicação, foram criados e implementados diversos recursos de informação, mediação e transmissão de mensagens. Porém, a comunicação mediada pela presença física do ser humano ainda é particularmente e positivamente diferenciada. Por exemplo, é possível compor e propor um jornal televisivo com textos escritos, infográficos, narração verbal (em off) e imagens dos acontecimentos noticiados. Mas, os jornais televisivos insistem em mediar o noticiário com a participação de “âncoras” ou apresentadores. Mesmo a representação gráfica de um personagem humano como narrador dos eventos incrementa a narrativa com aspectos afetivos e isso “aquece” a comunicação, atraindo ainda mais a atenção das pessoas. Pessoas são os atores exclusivos do protagonismo político-social e, por isso, as figuras humanas dominam a quase totalidade das imagens jornalísticas.

Narrando ou protagonizando eventos, a presença ou as representações de seres humanos despertam o interesse das pessoas em geral. Inclusive, isso também motiva a representação humanizada de outros seres da natureza ou objetos da cultura. Por exemplo, na literatura infantil e na comunicação publicitária, depara-se constantemente com ilustrações estáticas e dinâmicas em que animais, plantas e objetos são antropomorficamente representados e representam atuações típicas de seres humanos.

2. Sobre a pesquisa realizada

Este texto apresenta resultados parciais de estudos realizados no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento



(PPEGC/UFSC), considerando-se mais especificamente a contribuição da mídia gráfico-digital, para a comunicação informativo-educativa de organizações de serviços. No exemplo proposto, trata-se inclusive de serviços de gestão do conhecimento.

O conceito que orienta a composição do escopo da pesquisa é “ambiguidade” (Alvesson, 2001), sendo observado na dinâmica complementar entre a “expressão” ou tangibilidade midiática e a “explicitação” de conteúdo intangível. Nas informações destinadas à produção do conhecimento, as ações de controle e gerenciamento da significação são parte do processo de gestão do conhecimento. Enfim, considera-se que o uso estratégico dos recursos da área de mídia e conhecimento colabora no processo de gestão das organizações intensivas em conhecimento (OIC).

De modo geral, o estudo aqui apresentado é categorizado como “pesquisa descritiva”, de base qualitativa e fenomenológica (Japiassu; Marcondes, 2001). Todavia, de maneira coerente com este tipo de pesquisa, o processo descritivo foi baseado em estudos exploratórios, teóricos e documentais: (1) os estudos exploratórios serviram para busca e seleção de fontes teóricas e documentais; (2) os estudos teóricos foram realizados a partir da bibliografia previamente selecionada e de outras fontes de conteúdo sobre os temas em estudo; (3) o campo de coleta de documentos foi a rede digital Internet.

Os procedimentos adotados seguiram as indicações sobre pesquisa qualitativo-descritiva, baseado em processos de observação, registro, correlação e descrição da realidade observada, envolvendo estudos exploratórios, teóricos e documentais, entre outros, para a coleta, seleção, organização e interpretação de informações. (VALENTIM, 2005).

O infográfico animado que é objeto deste estudo foi selecionado como parte da realidade observada, no mês de outubro de 2015. Por seu caráter documental, o infográfico gráfico-digital estudado é indicado como fonte primária e elemento empírico da pesquisa, tendo sido diretamente observado, como mensagem didático-publicitária diretamente publicada pela empresa “Humantech” (www.humantech.com.br). Entre outras organizações intensivas em conhecimento (OIC), optou-se por essa empresa sediada na cidade Joinville, SC, porque os serviços oferecidos são da área de gestão do conhecimento.



3. A ambiguidade na informação do conhecimento

Ao considerar criticamente a dinâmica atuação das organizações intensivas em conhecimento (OIC), Alvesson (2001) considera que, além da aplicação criativa do conhecimento ou da competência intelectual de seus trabalhadores, o seu sucesso também é diretamente relacionado com: (1) habilidades sociais; (2) flexibilidade; (3) elevado nível de motivação; (4) capacidade de seguir os métodos da empresa, e (4) formas padronizadas de funcionamento, entre outras possibilidades.

Para Alvesson (2001), há “ambiguidade” no modo de comunicação e percepção pública dessas organizações (OIC): (1) com relação à definição de “conhecimento”, que é o principal recurso da empresa; (2) no tocante à influência do conhecimento nos resultados produzidos; (3) na mensuração dos resultados.

A “ambiguidade” é especialmente estabelecida na relação entre os elementos tangíveis e intangíveis da informação nas organizações. Enfim, o que é dito sobre uma coisa é diferente da coisa mesma. Por exemplo, a palavra “lápiz” difere do objeto material que representa e, mesmo que a palavra seja dita na presença do objeto lápis, a realidade sonora da palavra é diferente da realidade material do objeto. O desencontro entre as realidades sonora e material instaura a relação incerta ou ambígua, que é ainda agravada, porque a palavra lápis é abrangente e identifica também todos os lápis possíveis, materiais ou imaginários.

Apesar da constante ambiguidade na relação entre as palavras e as coisas (FOUCAULT, 2007), um ou muitos exemplos de lápis podem ser facilmente apresentados, utilizando-se os próprios objetos ou representações analógico-denotativas de lápis, como fotografias e desenhos, entre outras. Porém, exemplificar o termo “conhecimento” caracteriza uma tarefa complexa, mesmo que se considere a possibilidade de representar suportes ou produtos materiais do conhecimento. Trata-se de um conceito amplo e complexo, implicando também em processos mentais com diferentes premissas e circunstâncias diversas entre si.

Diante do exposto, Alvesson (2001) considera que a ampla variedade de conteúdos intangíveis relacionados ao conceito de conhecimento dificulta a oferta de respostas razoáveis para perguntas como: o que é “conhecimento”? Qual a influência do



conhecimento nos resultados que foram produzidos? Como medir a influência do conhecimento nos processos?

Enfim, com recursos de informação e com a gestão eficiente da significação e dos canais de interação pública, Alvesson (2001) propõe que as organizações intensivas em conhecimento (OIC) podem obter coerência e efetividade na sua comunicação, focando nos cuidados com: (1) imagem; (2) retórica, e (3) conexões sociais. Para Neves e Perassi (2015), expressões podem ser compreendidas da seguinte maneira:

A imagem física substitui os elementos intangíveis, por meio de representação ou metáfora. Assim, o poder estético-simbólico das imagens visíveis expressa e representa temas, ideias ou abstrações, tais como: conhecimento, experiência, capacidade. Portanto, a aparência e o conteúdo estético-simbólico positivos que são expressos, por objetos, pessoas, ações ou atuações são percebidos e associados à empresa no processo de composição de uma imagem pública de credibilidade, capacidade e sucesso.

a) A retórica que, tradicionalmente, é considerada a “arte da argumentação”, amplia e organiza o conjunto de aspectos perceptivos ou estético-cognitivos da empresa junto ao público, especialmente quando é planejada e executada de modo eficiente. Assim, entre outros tipos de linguagens, com o uso da retórica, pode-se desenvolver e apresentar discursos verbais, orais e escritos, ou visuais que contribuem para reduzir a ambiguidade. Por exemplo, além da pura expressividade, a retórica da imagem organiza a informação visando seduzir ou convencer o público e, assim, superar a falta de outros elementos ou produtos tangíveis.

b) As conexões sociais são instâncias de instalação e controle de canais para a comunicação. Pois, apesar de persistir a possibilidade de compra de espaços e tempo de mídia, atualmente, a validação e a disseminação de informações dependem, cada vez mais, de interações e relacionamentos sociais. As conexões sociais possibilitam relações interpessoais e interinstitucionais, que ocorrem pessoalmente ou mediadas por dispositivos eletrônicos e aplicativos digitais conectados à rede Internet.

c) As proposições de Alvesson (2001) podem e devem ser consideradas em todos os processos de expressão, informação e interação social, cujo conteúdo da



comunicação é temático, referindo-se a uma realidade essencialmente mental e, portanto, abstrata. Observa-se, portanto, a coerência das proposições de Alvesson (2001) para todas as áreas ou setores interessados na comunicação de ideias, especialmente, as tipicamente abstratas. Enfim, ideias desse tipo são comuns na composição de serviços de difícil apreciação e avaliação.

3. A ação do personagem central na infografia animada

Na parte de baixo da página inicial (*frontpage*) do *website* oficial da empresa Humantech foi observada a janela de apresentação do infográfico audiovisual animado em estudo. Acima da janela aparecia escrita a frase “E saiba como a Gestão do Conhecimento pode ajudar sua empresa” (Figura 1). Assim, mesmo antes de assistir à animação gráfica audiovisual, a leitura da frase já informava ao usuário sobre a função educativa e a finalidade didático-informativa de sua mensagem.

Figura 1- Detalhe da parte inferior da página inicial do *website* Humantech.



Fonte: www.humantech.com.br



Além da página inicial, foi verificado que o *website* oficial da empresa era composto por diversas páginas digitais interligadas por múltiplos *hiperlinks* que, inclusive, direcionavam o usuário para outros ambientes virtuais. Na época de realização da pesquisa, o usuário era informado que a empresa atuava desde 2005, realizando “consultorias, projetos e aplicações estratégicas inovadoras, além de fomentar práticas de negócios com objetivo de descobrir, desenvolver e utilizar o conhecimento presente nas organizações”.

A missão da empresa, como foi publicamente anunciada no *website*, era: “facilitar a produção, a transmissão, o armazenamento e o uso de conhecimento, com objetivo de agregar valor ao nosso cliente”. O conceito de Gestão do Conhecimento que é apresentado no *website* foi primeiramente composto por Bukowitz (2002 *apud* Humantech, 2015), como “o processo pelo qual a organização gera riqueza, a partir do seu conhecimento ou capital intelectual”.

Com relação ao conteúdo do infográfico animado, depois que foi acionada a seta para o início da mensagem na janela de exibição (Figura 1), houve uma apresentação de dois minutos e 14 segundos. Durante esse tempo, foram apresentadas cerca de 32 telas com passagens dinâmicas de uma para outra. No contexto de cada tela, foram movimentadas diversas figuras representando o personagem central “Lucas” e outros seres humanos, instalações e objetos (Figura 2) que, visualmente, representavam a temática de cada cena do roteiro. O tempo em que as figuras gráficas estavam em movimento definia a exibição de cada uma das cenas do roteiro audiovisual. Portanto, as cenas eram intercaladas por breves imagens praticamente paradas.

Figura 2 - Imagem que marca a necessidade de gestão do conhecimento na organização do personagem Lucas



Fonte: www.humantech.com.br

As mudanças de cena eram claramente demarcadas pela variação das telas que, por sua vez, eram individualmente caracterizadas por diferentes fundos coloridos (Figura 3). As figuras representadas eram esteticamente simplificadas, planas e apresentadas em posição frontal.

Figura 3 - Cenas das cinco partes do roteiro que organiza a narrativa audiovisual.



Fonte: www.humantech.com.br

Nas composições das cenas, observaram-se alguns efeitos sugestivos de profundidade, seja por variação do tamanho das figuras ou por sugestão de superposição de uma figura sobre outra. Porém, o predomínio quase total era da representação plana e os movimentos das figuras eram esquemáticos, respeitando as direções do plano e evidenciando os sentidos vertical, horizontal e diagonal. Tudo isso reforçava o domínio da planificação em toda a interface gráfica.

O roteiro era basicamente estruturado em cinco partes, tendo sido composto em torno da existência, da competência e da liderança do personagem “Lucas” (Figuras 2 e

3). De acordo com a narração, “Lucas” é admirado e reconhecido pelo pessoal interno, como “o cara”, devido ao seu pleno conhecimento sobre a empresa em que atua:

- a) A primeira parte do audiovisual reunia as cenas de apresentação do personagem “Lucas” em seu ambiente de trabalho (Figura 3A);
- b) A segunda parte reunia as cenas que informavam sobre o dia em que o personagem “Lucas” adoeceu e permaneceu em sua residência, distante da empresa (Figura 3B);
- c) A terceira parte reunia as cenas sobre a situação caótica da empresa, em decorrência da ausência física do personagem “Lucas” e da falta de seu conhecimento (Figura 3C);
- d) A quarta parte reunia cenas sobre o impacto da notícia desses acontecimentos no personagem “Lucas” e sobre os planos de investimento em gestão de conhecimento, que foram combinados em conjunto com outros membros de sua equipe (Figura 3D);
- e) A quinta parte reunia as cenas mostrando as providências e as consequências positivas da aplicação de estratégias e ações da área de gestão do conhecimento (Figura 3E).

O audiovisual em estudo é aqui indicado como “infográfico animado”, em parte, porque, tradicionalmente, entre outras significações, o termo “gráfico” também designa os esquemas visuais informativos como, por exemplo, os mapas cartográficos. Os esquemas gráficos são imagens logicamente ordenadas para fornecer informações explicativas, além de ilustrativas.

A construção histórica dos gráficos vem ocorrendo desde as imagens mais simplificadas e geometricamente estilizadas do período pré-histórico neolítico, passando pelas antigas representações egípcias e por imagens medievais, até os mapas e os outros diagramas da modernidade (PERASSI, 2005).

Os gráficos são geralmente propostos como imagens estilizadas, compostas por elementos básicos da linguagem gráfica: pontos, linhas e planos (PERASSI, 2015). O caráter didático-informativo dos gráficos foi sendo continuamente testado e associado às imagens planas, definidas por linhas e cores mais uniformes, em estilizações que tendem ao geométrico.



A denominação “infográfico” é mais recente, servindo como designação do produto resultante da prática de infografia. Trata-se de uma atividade originária da área de Jornalismo, para compor informações em gráficos ou esquemas visuais explicativos, com textos verbais e imagens desenhadas, fotografias, animações e videografias. A popularização dos recursos digitais multimídia e interativos incrementou a prática e os produtos de Infografia, por exemplo, produzindo infográficos animados ou interativos, entre outros.

Como foi descrito anteriormente, os desenhos e os movimentos das figuras apresentadas no audiovisual em estudo são esquemáticos, evidenciando a planura das imagens na uniformidade das áreas coloridas. As partes componentes das figuras são uniformemente coloridas e rigidamente recortadas, definindo com precisão as linhas de contorno, devido ao forte contraste visual entre as áreas de diferentes cores ou tonalidades. Essas características evidenciam o caráter gráfico das imagens compostas por planos coloridos e visualmente bem recortados. Porém, também de maneira esquemática, figuras, textos escritos e telas são sequencialmente alternados e movimentados, de maneira coerente com o discurso sonoro e verbal, como um desenho de animação rudimentar.

Enfim, o caráter visual, esquemático, dinâmico, logicamente informativo e didático, que é evidenciado no formato do produto audiovisual em estudo, justifica plenamente sua designação como “infográfico animado”.

Por se tratar do “conhecimento” é primeiramente temático o conteúdo da mensagem proposta ao usuário, na condição de observador, ouvinte e leitor. Contudo, durante a apresentação do audiovisual, ao invés de tentar explicar tematicamente o conhecimento, optou-se por evidenciar os prejuízos decorrentes de sua falta, por meio da atuação de figuras representativas de pessoas, objetos e ambientes.

Em síntese, a mensagem apresentada no audiovisual animado propôs que as pessoas deixem de ser unicamente agentes do conhecimento pessoal, para serem participantes no processo de gestão do conhecimento organizacional. Assim, além de propor aos usuários assistentes uma mudança de atitude, a mensagem ofereceu também a possibilidade de, por meio do desenvolvimento das ações de gestão do conhecimento, promover uma mudança positiva na atuação das pessoas que trabalham em organizações, institucionais ou empresariais.



Para propor mudanças na atuação das pessoas, não basta que a mensagem audiovisual seja temática e explicativa. Para esse propósito, é mais eficiente constituir uma narração dramatizada pela ação de personagens humanos, como representantes das pessoas da assistência. Mais eficiente ainda é a proposição de um personagem protagonista, cujas ações possam ser vivenciadas, como parte da atuação heroica de cada assistente em particular, devido à projeção psicológica das pessoas que assistem ao audiovisual.

No caso da mensagem audiovisual em estudo, o herói protagonista é o personagem “Lucas”, cujas situações e ações são psicologicamente vivenciadas, por projeção pessoal, como pertencentes à vida individual e particular de cada pessoa assistente. Apesar de o drama visual ser narrado verbalmente (em *off*), há uma forte sugestão de humanidade, porque os aspectos compositores do personagem central favorecem a projeção psicológica da assistência. “Lucas” é, idealmente, conhecedor e eficiente no seu local de trabalho, mas também é humanamente frágil para adoecer. Os colegas admiram o trabalho realizado e gostam de sua pessoa, assim, “Lucas” se sente bem em colaborar com todos, sendo também responsável e generoso na busca por recursos para, mesmo na sua ausência, prover a organização dos conhecimentos necessários.

Diante disso, é possível concordar com os emissores da mensagem que, ao comungar a aventura de “Lucas”, cada pessoa assistente do audiovisual pode ser emocionalmente seduzida e intelectualmente convencida para, além de ser um agente conhecimento pessoal, investir na adesão responsável ao processo de gestão organizacional do conhecimento. Para que isso ocorra de modo eficiente, através dos serviços ofertados pela organização, os novos interessados poderiam obter o conhecimento necessário e suficiente e os recursos já desenvolvidos na área de gestão do conhecimento.

Considerou-se que a mensagem audiovisual era dirigida principalmente aos gestores, porque o personagem central toma a iniciativa de reunir os outros personagens, para a implantação dos recursos e processos de gestão do conhecimento. Todavia, o modo como a mensagem foi composta não deixa isso evidente, servindo também de estímulo para todas as pessoas que se disponham a protagonizar o processo no contexto da organização.



4. Considerações finais

Tradicionalmente, a linguagem gráfico-esquemática foi adotada nos produtos destinados à informação sintética, objetiva e didática. Inclusive, isso foi observado em alguns modelos de representação, desde tempos pré-históricos e antigos, predominando ainda hoje nas representações mais simbólicas ou convencionais, como informações temáticas, teóricas ou explicativas. Como foi proposto anteriormente, essa linguagem prevalece em esquemas, gráficos, mapas e infográficos estáticos ou animados, comunicativos e interativos. Enfim, no infográfico animado descrito neste texto prevalecem imagens planas, com cores e tons uniformes e recortes precisos, confirmando seu caráter lógico-esquemático e com tendência geométrica.

Por sua vez, apesar do amplo e variado acervo de linguagens desenvolvido ao longo da história da informação, a comunicação humana é especialmente marcada pela relação interpessoal. Trata-se de uma relação que, de maneira positiva ou não, é muito afetiva, sendo primeiramente mediada pelo próprio corpo humano. Isso é reforçado no processo de aprendizado por imitação que, tacitamente, funda os códigos mais básicos e sutis do relacionamento coletivo e das raízes culturais.

Devido ao predomínio afetivo do corpo nas relações interpessoais, a presença da figura humana, pessoalmente ou representada, resulta em forte apelo ao interesse e à comunicação. A presença do outro predispõe as pessoas a prestarem a atenção. Mas, também provoca o processo de projeção psicológica no assistente, para esse vivenciar como própria a experiência do outro, propiciando a empatia e o aprendizado mútuo. Portanto, na mensagem audiovisual do infográfico em estudo, a presença do personagem protagonista “Lucas” pode ser considerada eficiente e estratégica na composição da informação explicativa da mensagem cuja finalidade é comunicar possibilidades e efeitos positivos da implantação do sistema de gestão do conhecimento nas organizações.

Devido ao tipo de serviço que se propõe a oferecer, a empresa emissora da mensagem audiovisual baseada na atuação do personagem “Lucas” é uma organização intensiva em conhecimento (OIC). O conhecimento é um patrimônio intangível, dificultando a comunicação dos serviços propostos pela empresa emissora da mensagem em estudo. Para Alvesson (2001), isso assinala a “ambiguidade” no processo de



comunicação, requerendo que empresas desse tipo (OIC) invistam nos seguintes aspectos: imagem, retórica e conexões sociais.

Com relação às conexões sociais, é positivo o fato da mensagem audiovisual em formato de infográfico animado ter sido disposta na página inicial de um *website* interativo, estando disponível ao acesso público, através da rede digital Internet. No tocante à retórica da mensagem audiovisual, também, é positivo o infográfico animado ter sido o formato escolhido porque, tradicionalmente, os esquemas gráficos, simplificados, planejados e com cores e tonalidades uniformes são considerados os mais didáticos, especialmente, para mensagens de conteúdo temático, intangível ou abstrato. Por fim, a imagem, a presença e a atuação do personagem “Lucas” foram igualmente positivas na composição e na comunicação do perfil humanista, responsável e cooperativo da empresa prestadora de serviços em relação às organizações clientes. A empresa emissora da mensagem se apresenta ao possível cliente como sendo o próprio “Lucas”: alguém que detém um conhecimento sem ser arrogante, porque não é absolutamente infalível e, de maneira amigável e generosa, está disposto a compartilhar conhecimento e recursos para organizar e disponibilizar o pleno acesso ao conhecimento organizacional.

Referências

ALVESSON, M. Knowledge work: Ambiguity, image and identity. **Human Relations**, v. 54, n. 7, p. 863-886, 2001.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

HUMANTECH. **Homepage**. Disponível em: <<https://www.humantech.com.br/>>. Acesso em: 15 out. 2015.

NEVES, L.; PERASSI, R. **Comunicação intensiva da marca do conhecimento**: a contemporaneidade da retórica gráfico-digital. Florianópolis: PPEGC/UFSC, 2015.

PEPULIM, E.; VAZIN, T.; FIALHO, F. Uma apreciação das mídias do conhecimento no Brasil. In: VAZIN, T.; DANDOLINI, G. **Mídias do Conhecimento**. Florianópolis: Padion, 2011, p. 19-44.



PERASSI, R. **Do ponto ao pixel: sintaxe gráfica no videodigital**. Florianópolis: CCE/UFSC, 2015.

_____. **Roteiro didático da arte na produção do conhecimento**. Campo Grande: EDUFMS, 2005.

TAKEUCHI, H; NONAKA, I. **Gestão do Conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

VALENTIM, M. (Org.). **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis. 2005.

Submetido em 29/08/2016: Aprovado em: 05/12/2016.





IDENTIDADE E COMIDA: GASTRONOMIA TRADICIONAL DE FLORIANÓPOLIS APRECIADA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

Anita de Gusmão Ronchetti*
Silvana Graudenz Müller**

Resumo: *A Gastronomia é um conjunto de conhecimentos e está inserida na sociedade construindo as identidades culturais locais. Este artigo apresenta o contexto de Identidade Cultural Alimentar, Conhecimento Tradicional Gastronômico, Patrimônio Cultural Gastronômico e apresenta os resultados de uma pesquisa sobre a gastronomia tradicional de Florianópolis, cidade localizada no litoral sul do Brasil. A pesquisa foi realizada com a participação de moradores da cidade. Constatou-se que não há apenas um prato a ser considerado como tradicional, mas sim uma série de características envolvendo técnicas e ingredientes locais. Apesar da região não possuir registro de patrimônio imaterial ligado à Gastronomia, os conhecimentos gastronômicos locais são fundamentais na identidade local.*

Palavras-chave: *Identidade cultural alimentar. Conhecimento tradicional. Patrimônio cultural imaterial.*

Abstract: *Gastronomy is a set of knowledge and is embedded in society building local cultural identities. This article presents the context of Food Cultural Identity, Traditional Gastronomic Knowledge, Gastronomic Cultural Heritage and presents the results of a research on the traditional gastronomy of Florianópolis, city located in the south coast of Brazil. The research was carried out with the participation of residents of the city. It was found that there is only one dish to be regarded as traditional, but a number of features involving techniques and local ingredients. Although the region does not have intangible heritage register linked to gastronomy, local gastronomic knowledge are fundamental in local identity.*

Keywords: *Food cultural identity. Traditional knowledge. Cultural heritage.*

*Professora de Gastronomia do Instituto Federal de Santa Catarina.
Mestre em Engenharia do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina.

**Professora de Gastronomia do Instituto Federal de Santa Catarina.
Doutora em Engenharia do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina.



REVISTA
MEMORARE

 UNISUL
www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

1. Introdução

A Gastronomia é um conjunto de conhecimentos e está inserida na sociedade construindo as identidades culturais locais. Para Montanari (2009, p. 11), “[...] exatamente como a linguagem, a cozinha contém e expressa a cultura de quem a pratica, é depositária das tradições e das identidades de grupo [...]”.

Logo, a gastronomia que expressa à identidade cultural de um povo envolve todo um conjunto de saberes e fazeres específicos, que são os conhecimentos tradicionais.

Conhecimento tradicional é o conhecimento inserido na cultura das populações tradicionais e é transmitido entre gerações, é um conhecimento Transgeracional (HASELMAIR et al., 2014). A tradição torna-se um patrimônio cultural que se refere aos conhecimentos, rituais, códigos morais e costumes, enquanto passado de geração em geração (ALIBABIC et al., 2012).

A cultura popular envolve conceitos como hábitos, valores, crenças e história, que definem a alimentação de uma comunidade e os conhecimentos referentes a ela, pois não há alimentação sem um contexto sociocultural. Esses conhecimentos são aprendidos e transmitidos nos núcleos familiares e nas comunidades, porém a homogeneização dos mercados e o aumento da população podem levar a perda destes conhecimentos, junto a eles, a identidade de um povo.

Assim sendo, este artigo busca apresentar os principais aspectos referentes à Identidade Cultural Alimentar, ao Conhecimento Tradicional Gastronômico e ao Patrimônio Cultural Gastronômico, bem como apresentar os resultados de uma pesquisa, com base bibliográfica e na perspectiva de moradores locais, no que diz respeito às características da Gastronomia Tradicional de Florianópolis. Para tanto, foram realizadas entrevistas com moradores da cidade, nas quais se constatou que há na região um grande número de preparações com características (ingredientes e técnicas) locais.

Nesse contexto, esse artigo se justifica por valorizar e por registrar esses conhecimentos e práticas envolvidos nas gastronomias tradicionais, inseridos em uma classificação definida pela UNESCO como “patrimônio cultural intangível”, “patrimônio cultural imaterial”, “cultura tradicional e popular”, “patrimônio oral” ou, ainda, “patrimônio vivo”.



2. Um olhar para a pesquisa

A pesquisa está ancorada na abordagem qualitativa, que permite um entendimento acerca dos fenômenos sociais, a partir da realidade vivida pelos indivíduos, a qual sua natureza não é possível quantificar. No caso, nosso método é, principalmente indutivo, uma vez que se geram os significados com base nos dados coletados em campo. (CRESWELL, 2010).

Para Minayo (2009), o processo da pesquisa qualitativa é dividido em três etapas: fase exploratória; trabalho de campo; análise e tratamento do material. A fase exploratória compreendeu em uma revisão bibliográfica acerca do tema, bem como o planejamento da pesquisa, desde a escolha dos informantes entrevistados até a escolha dos métodos utilizados para a coleta de dados.

A fim de compreender as perspectivas dos moradores de Florianópolis sobre a identidade cultural gastronômica de sua localidade, foram selecionados seis informantes moradores da cidade, que possuem algum tipo de ligação com a Gastronomia, além de um envolvimento com a comunidade. Para assegurar que os resultados da pesquisa tivessem foco na Gastronomia tradicional (baseada nos conhecimentos tradicionais), a maioria dos entrevistados possui uma ligação cultural com o tema. Três sujeitos foram escolhidos com base na técnica do *Snowball* (TAYLOR; BOGDAN, 1997), na qual parte dos entrevistados é indicada ao pesquisador por outro participante.

O grupo de entrevistados foi composto por quatro pessoas do sexo feminino e duas do sexo masculino. Para preservar suas identidades, todos receberam codinomes. A seguir, apresenta-se o perfil dos entrevistados: sujeito 1, 56 anos, nascido em Florianópolis, residente na parte sul da ilha, proprietário de um restaurante Tradicional local; sujeito 2, 27 anos, nascido em Florianópolis, residente na parte sul da ilha, formado em Gastronomia, chefe de cozinha; sujeito 3, 48 anos, residente na região central da ilha, professora de Gastronomia, Doutora em conhecimento tradicional; sujeito 4, 70 anos, nascida em Florianópolis, cozinheira, residente na região leste da ilha; sujeito 5, 55 anos, nascida em Florianópolis, cozinheira, residente na região oeste da ilha; sujeito 6, 31 anos, natural e moradora de Florianópolis, jornalista e jurada Gastronômica de uma revista nacional.



A entrevista individual em profundidade foi adotada como método de coleta de dados no campo (TAYLOR; BOGDAN, 1997). Com auxílio de pesquisa documental, um roteiro foi construído e utilizado durante o diálogo, composto por questões norteadoras sobre o tema a fim de evitar a dispersão ao foco principal, já que entrevistas abertas possibilitam ao participante apresentar outras informações que podem ou não ser importantes para a pesquisa. As conversas foram guiadas por uma única entrevistadora, utilizando um gravador de voz e um diário de campo como procedimento de registro dos dados.

As entrevistas aconteceram em dias e locais específicos para cada entrevistado. Os diálogos dos sujeitos são apresentados neste trabalho, conforme foram coletados, sem alteração ou correção.

3. A Comida como Identidade Cultural

De acordo com Hall (2006), a identidade, do ponto de vista sociológico, é o que conecta o mundo subjetivo ao mundo social (“público”), pois é o resultado da internalização que o indivíduo faz dos significados e valores de determinada cultura a qual está inserido, refletindo o sentimento de pertencer a um espaço “exterior”.

Esse mesmo indivíduo sempre precisou alimentar-se, e a comida determina a autenticidade de uma cultura, com base nas técnicas de preparação, conhecimentos envolvidos e ingredientes utilizados.

Aziz et al. (2014) afirmam que a comida transmite a necessidade e a cultura das diferentes regiões, religiões, raças, níveis de disponibilidade de recursos naturais e os hábitos alimentares de uma comunidade.

O consumo e a preparação de alimentos dão informações valiosas sobre a comunidade que os executa, e trazem significados de uma realidade atual e histórica, fazendo conexões com a construção étnica dos indivíduos (NORIZA et al., 2012). Da mesma forma, Sharif et al. (2013) argumentam que as ferramentas, técnicas, ingredientes e costumes com os quais são preparados os alimentos são maneiras de entender uma cultura e identidade étnica.



O contexto atual da globalização tende cada vez mais, na visão de alguns autores, a homogeneizar o conhecimento e o saber-fazer que o envolve, padronizando os processos e a produção (DAVENPORT, 1998; SVEIBY, 2003).

Como exemplo, observa-se o desaparecimento de práticas tradicionais, como a utilização de métodos de conservação dos alimentos através da salga, defumação, desidratação pelo sol ou fumaça (moquém), imersão em gordura, entre outras, que são próprias de determinados grupos, em virtude de métodos globalizados, como o congelamento, que atualmente é muito difundido pela facilidade de aquisição de equipamento e pela praticidade de operação. É importante lembrar que os métodos tradicionais de conservação dos alimentos emprestam sabores inigualáveis ao produto final.

No que se refere à cozinha tradicional, Meléndez Torres e Cañez de la Fuente, (2009) descrevem-na como parte da herança e da identidade cultural e propõem o conceito de Identidade Cultural Alimentar (ICA) a esses saberes e técnicas gastronômicas associadas à cultura. Para os autores:

Mientras que por prácticas culinarias entendemos tanto a los sustratos materiales tangibles en cuanto a la acción práctica como la adquisición, las técnicas y procedimientos de elaboración, condimentación, conservación, presentación y consumo de los alimentos. Ambos aspectos, saberes y prácticas, están asociados al momento de su transmisión o al hecho mismo de cocinar. Se trata de saberes y prácticas que poseen un corpus de conocimiento práctico y subjetivo. A esto lo define como Identidad Cultural Alimentaria (ICA). (MELÉNDEZ TORRES; CAÑEZ DE LA FUENTE, 2009, p. 183).

Percebe-se que o alimento é uma forma material de externalizar valores, significados e recursos de uma cultura, enquanto a forma imaterial é representada pelos saberes e fazeres que abrangem esse contexto. Quando relacionado à alimentação, esses saberes e fazeres podem ser conceituados como Conhecimento Tradicional Gastronômico.

4. Conhecimento Tradicional Gastronômico

Conhecimentos Tradicionais são os saberes e fazeres oriundos da experiência vivida em uma cultura ou sociedade, possuindo característica transgeracional e



translocal, baseado na história, nos hábitos, crenças e valores das populações tradicionais, bem como no ambiente no qual estão inseridas. (RONCHETTI, 2015). Eles abrangem artesanato, músicas, referências linguísticas, usos de plantas medicinais, manejos ambientais, alimentação, entre outras. Conhecimento Tradicional, para Moreira (2007), “é a forma mais antiga de produção de teorias, experiências, regras e conceitos”.

Conforme Siena e Menezes (2007), o conhecimento tradicional se refere a um conhecimento empírico, desenvolvido ao longo de anos de prática locais, envolvendo o meio ambiente e a cultura local vigente dentro de um processo de espaço e tempo determinados.

Para Cunha e Almeida (1999), as chamadas populações tradicionais representam uma possibilidade de continuidade do saber tradicional, que se constitui muitas vezes na preservação do meio ambiente. A gastronomia desenvolvida por essas populações está intimamente ligada a uma matéria-prima que possui características próprias de cada lugar, chamado de *Terroir*¹, tendo em suas preparações tradicionais a utilização dos alimentos regionais.

Ferreira e Jankowsky (2009) consideram que cada uma das etapas do sistema alimentar é carregada de significados culturais, formando a base de um Conhecimento Tradicional que guia a lida com o solo, a escolha da época certa de plantio, a observação da maré e da lua para a pesca, a seleção de sementes, a colheita, o trato, o beneficiamento dos alimentos, a escolha da madeira para o fogo à lenha, o preparo dos alimentos, os hábitos à mesa, os tabus e o papel dos gêneros. Ressaltam, ainda, que é numerosa a lista de conhecimentos dos povos, construídos ao longo de diversas gerações, atrelando a história e a identidade aos alimentos.

No caso da Gastronomia Tradicional de Florianópolis, há o manejo com práticas sustentáveis do berbigão na localidade, no período em que a coleta do molusco é feita com práticas artesanais, utilizando o saber-fazer tradicionais existentes na comunidade, respeitando o tempo e a forma de coleta, e resultando em um alimento de sabor específico e único. Observa-se, então, a ligação entre o conhecimento tradicional que resulta em uma produção gastronômica e com o manejo sustentável do meio ambiente.

¹ Aspectos referentes ao clima, propriedades do solo, temperaturas, umidade e incidência solar, que tornam o local único, produzindo assim, alimentos únicos em suas características.



Os conhecimentos Tradicionais relacionados à Gastronomia são considerados Conhecimentos Tradicionais Gastronômicos.

5. Gastronomia como Patrimônio Cultural Imaterial

Os saberes e fazeres tradicionais relacionados à Gastronomia constroem as identidades e são valores intangíveis de uma cultura. Logo, são classificados pela UNESCO como Patrimônios Imateriais da Humanidade. A partir disso, são realizadas ações a fim de “reconhecer, valorizar, identificar e preservar o seu patrimônio intangível”. (UNESCO, 2014).

De acordo com a Convenção da Unesco de 2003, são considerados patrimônios culturais imateriais “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”. Portanto, os saberes e fazeres relacionados à Gastronomia tradicional estão inseridas nesta classificação.

O reconhecimento do patrimônio imaterial cultural como fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável, bem como a preocupação com a salvaguarda das culturas tradicionais e populares ocorrem desde 1989, por iniciativa da UNESCO. A partir de inventário, os saberes e fazeres tradicionais podem ser registrados como Patrimônio Cultural Imaterial.

Relacionados à Gastronomia, a Tradicional Mexicana é registrada como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade desde 2010. No Brasil, são registrados como bens de natureza imaterial o Ofício das Baianas de Acarajé, o Modo artesanal de fazer Queijo de Minas, a Produção Tradicional e Práticas Socioculturais Associadas à Cajuína no Piauí, e o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras.

Independente de registro oficial, os saberes e fazeres que constroem as identidades culturais são patrimônios para a comunidade que os detém. É imperativo que os sujeitos reconheçam esse valor dos seus próprios conhecimentos.

6. A identidade Cultural Gastronômica de Florianópolis



O reconhecimento da sua identidade alimentar é um dos objetivos das conversas com os sujeitos de pesquisa. A gastronomia tradicional de Florianópolis foi construída, principalmente com a fusão de produtos e técnicas indígenas, açorianas e vicentistas (MÜLLER, 2012), e está sendo alterada de forma significativa.

Em 2014, Florianópolis recebeu o título da UNESCO de Cidade Criativa da Gastronomia, que tem como objetivo, principalmente, fomentar o turismo gastronômico local, por meio da visibilidade internacional, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região.

Souza (2010) afirma que existe uma diferença expressiva na cozinha “açoriana” que existe no arquipélago dos Açores e na cozinha, muitas vezes, chamada de “açoriana” praticada pelos descendentes dos açorianos que vivem em Florianópolis. Na realidade, as duas cozinhas são muito diferentes, em virtude da mescla com o ameríndio e também com o *terroir* local.

Müller e Amaral (2012) referem-se à relação da gastronomia tradicional com o hibridismo cultural, uma vez que a cozinha regional representa a união cultural da formação, da colonização ou da própria evolução por utilizar, basicamente, ingredientes locais, produzidos na região.

Um produto de base indígena, nativo e presente na Gastronomia Tradicional do Brasil é a mandioca. Em Florianópolis, a farinha de mandioca é bastante consumida e está presente nas refeições locais e também nos restaurantes. Trata-se de uma farinha bem fina e polvilhada, técnica obtida com a engenharia dos engenhos trazida pelos açorianos. Ela é resultado da interseção dos conhecimentos indígenas com os conhecimentos açorianos. Observa-se, com base nas entrevistas com os moradores de Florianópolis, que a mandioca, e principalmente a farinha, é um produto que identifica a gastronomia local.

Apesar de não possuir Patrimônio Imaterial registrado, a Gastronomia está presente na construção da identidade cultural da região de Florianópolis. Com base na pesquisa, nota-se que há envolvimento da comunidade com a culinária local e que há o reconhecimento por parte dos entrevistados da importância que a gastronomia tem para a região e para a comunidade.

Com relação aos itens considerados nas entrevistas, o primeiro tratou da gastronomia. Neste momento, emergiu o primeiro código da fala dos entrevistados, a



palavra *família*, que foi considerado por confirmar que os conhecimentos tradicionais da gastronomia são transmitidos entre gerações.

Meu pai abriu este restaurante, fundaram ele e minha mãe no dia em que eu nasci em 1958, eu tenho 56 anos e aí eu fui tomando conta da situação junto com eles. (SUJEITO 1).

Meu pai faleceu eu tinha quatro anos de idade, fui criada sem meu pai, pelos meus dois irmãos. Daí eu ia pescar com eles. E a gente aprendia a cozinhar pequena com minha mãe. (SUJEITO 4).

Com dezesseis anos eu casei já cozinhava, já cozinhava quando era pequena, a gente aprendia com a mãe, já tinha que saber. (SUJEITO 5).

A relação com a cozinha foi a vida toda, eu tava sempre em volta da mesa, da cozinha, principalmente nas festas de família porque a família é muita grande, então sempre tinha aquela abundância de comida, de pessoas, mas assim, como posso dizer, produção própria minha, assim que eu comecei fazer foi numa receita de pudim de pão. (SUJEITO 2).

A minha relação emocional com alimentação começou cedo né, eu venho de uma família que tem aquela tradição de fartura. (SUJEITO 6).

Com base nos diálogos, os entrevistados estão inseridos no processo de transferência dos conhecimentos da gastronomia tradicional de suas comunidades. Porém, esses conhecimentos têm mudado rapidamente e podem variar de acordo com a localidade da ilha em que cada participante está inserido, pois a construção dos saberes e fazeres varia conforme o *terroir*, citado anteriormente.

Nesse contexto, a segunda questão norteadora da entrevista referiu-se à opinião dos entrevistados sobre as características da gastronomia tradicional da ilha. Um segundo código foi definido: *farinha de mandioca*. Durante os diálogos, ele aparece, diretamente ou indiretamente, a partir de palavras como pirão (feito a partir de um líquido e farinha de mandioca) ou engenhos de farinha (local onde a farinha de mandioca é produzida).

Tínhamos engenho e fazia a farinha, pirão, beiju. Naquele tempo a gente passava muita dificuldade, hoje eu posso dizer que eu sou rica! Assim, farinha, polvilho, café, isto não nos faltava porque a gente tinha a chácara e plantava a mandioca, aipim, batata, abobora. (SUJEITO 5).

A gente tinha engenho, meu marido trazia a farinha fresquinha, meu marido fervia leite fresco e só dava nós com aqueles canecão de leite comendo cuscuz quentinho. (SUJEITO 4).



A irmã da minha vó tinha um engenho de farinha então a família plantava, colhia e levava para o engenho onde eles faziam todo o processo de farinha de mandioca, biju, Daí fazia a divisão né, ó tanto pela tua parte, tanto p outro e tal... (SUJEITO 2).

Todas as regiões da ilha tinham engenho. (SUJEITO 3).

A farinha de mandioca é a base da nossa culinária, até porque tem uma história, é o único estado brasileiro que tem a farinha tão fina. (SUJEITO 1).

Logo, a farinha de mandioca é um produto local que está presente na gastronomia tradicional de toda a região. A partir das falas dos entrevistados, é possível confirmar que apesar da quase extinção dos saberes e fazeres tradicionais ligados à produção da farinha de mandioca na região de Florianópolis, ela sempre esteve e ainda está presente na alimentação local. Segundo Müller (2012), a grande maioria dos engenhos de produção artesanal da farinha de mandioca foi desativada.

O pirão ainda é um prato bastante consumido pelo “manezinho” e oferecido nos restaurantes. É elaborado com a farinha de mandioca bem fina e branca (um tipo de farinha “polvilhada”, pois possui ainda em sua composição grande parte do polvilho que não foi retirado) misturada com caldo de peixe, de camarão, de galinha, de carne, de feijão e com café, leite ou água. Em pesquisa sobre a Gastronomia de Florianópolis, Muller e Amaral (2012, p. 9) descrevem as características que convergem com as de nossos entrevistados: “Na região pesquisada, os pratos tradicionais encontrados foram quase todos com base em peixes, frutos do mar, farinha de mandioca, feijão, milho e café”.

... Cresci com meus avós comendo pirão, pirão com água, eu gosto do peixe, mas eles comiam só com a água e a farinha, e o peixe...eu não entendo, para mim é inconcebível que quem é daqui não goste de pirão. (SUJEITO 6).

Ainda em relação às questões sobre as características da Gastronomia Tradicional local, outro código emergiu: peixes e frutos do mar. Todos os entrevistados inseriram peixe, camarão e outros frutos do mar como parte da gastronomia tradicional local.

Os frutos do mar, pirão, tainha. Para mim não resta dúvidas ainda que são os frutos do mar. (SUJEITO 6)

A culinária tradicional da ilha, a gente pode dizer que a culinária tradicional do litoral né, ela é uma culinária simples, que não quer muita coisa, requer água, tempero e também a fritura que usa muito, principalmente a fritura feita com banha de porco, peixe frito. A maioria dos pratos do dia a dia é peixe, a carne é mais prato de festa. (SUJEITO1).



Cada comunidade possuía mais abundância em alguma matéria-prima, dependendo da localização geográfica. Assim, concordamos com Muller (2012, p. 6) quando afirma que “a gastronomia desenvolvida por essas populações está intimamente ligada a uma matéria-prima que possui características próprias de cada lugar [...]”.

Minha mãe faleceu com 84 anos e ninguém dizia que ela tinha esta idade, nós só comíamos peixe, pirão, peixe, pirão. Em dia de festa se cima uma carne ou uma galinha, fora isto era tudo peixe, tudo peixe...daí a gente matava muito badejo, comia as postas bem gostosa e o resto a gente escalava para colocar depois no feijão. E o badejo no feijão...hum, é de lamber os lábios, ele de todo jeito ele é gostoso. Agora badejo custa caro e é difícil de encontrar. No feijão é a tainha, o badejo, a carapeva. Carapeva é o melhor peixe da costa da lagoa. (SUJEITO 4).

Camarão com chuchu, cacuanga, peixe no feijão. (SUJEITO 5).

Como a comunidade era de pescadores, ali onde eu cresci, se vivia muito assim né, um trocava com outro, então, tu pegava um peixe mais fresco, até marisco. Então as questões dos frutos do mar sempre estiveram muito presentes. (SUJEITO 2).

Porque uma região faria o pirão com caldo de peixe, outro o pirão com café e aí entra o que o terroir estava oferecendo, o que a natureza oferecia, quem tinha feijão, cozinhava com isto, como no sul da ilha, fazia o peixe cozido no feijão. Quem morava na lagoa, tinha muito camarão então que faziam: caldo de camarão, nos lugares onde tinham berbigão... (SUJEITO 3).

Além da relação dos participantes com a gastronomia e a sua opinião sobre as características da gastronomia local, outro código apareceu no diálogo: *preservação*. Os entrevistados reconhecem que a Gastronomia local faz parte de sua identidade cultural:

Sim, sim, eu vejo que minha filha sabe fazer muita coisa que as moças da idade dela não sabem fazer... Imagina se ela tava fazendo um curso e não sabia o que era chuchu, como ela ia ser cozinheira! Por isto é importante as pessoas saber as comidas daqui. (SUJEITO 5).

Eu acho que não se perde, mas acho que pode ampliar, para outros tipos de gastronomia. Nossa gastronomia é única, diferente por exemplo do Nordeste que tb tem mar, mas é diferente, á é lagosta, caranguejo, aqui a gente tem sequência, eu nunca vi sequência em outro lugar, eu acho que é só daqui. (SUJEITO 6).

Demonstram ciência nas mudanças que estão ocorrendo e influenciando na alimentação:



Tem muito jovens que não querem mais saber, partem pra outra, mas os que estão ficando estão sim, estes estão sim, querendo aprender, os que ficam estão... Agora por aqui, está tudo se misturando. E daqui a pouco pode ser esquecido... (SUJEITO 1).

Olha minha filha, se criamo, crescemo e nunca fomo no médico, acredita? Agora vamos no médico por quê? Come uma galinha branca congelada, um pedaço de carne que já não tem gosto de carne, come um peixe que já tá branco iguali um defunto. Isto aí é que tá dando a doença mia filha, não verdade? (SUJEITO 4).

Mesmo com as mudanças que vem ocorrendo, as principais características da alimentação local permanecem, como o consumo da farinha de mandioca e dos frutos do mar. Porém, não podemos considerar apenas uma preparação como a mais tradicional, pois a região é grande e oferece matérias-primas variadas de acordo com a localização geográfica de cada comunidade.

A valorização da gastronomia local traz vantagens à região. Fagliari (2005) coloca que a Gastronomia é um elemento do turismo cultural e que o turismo gastronômico também é uma forma de conhecer a cultura local.

Essa preocupação aparece na fala de uma participante da pesquisa:

Mas para mim a nossa cultura está muito procurada. Depois das praias, a nossa cultura gastronômica viria em segundo lugar. Na minha opinião, depois das praias, acho que vem a gastronomia no interesse dos turistas, a cidade tem investido nisto. As outras (tipos de gastronomia) também vêm crescendo bastante, mas acho que é só perguntar para quem vem de fora pra cá: eles querem ir num lugar para comer frutos do mar. (SUJEITO 6).

Há uma valorização e reconhecimento da identidade cultural alimentar, ao menos pelos sujeitos entrevistados.

6. Considerações Finais

A farinha de mandioca e todas as preparações que a utilizam constituem fortemente a identidade cultural gastronômica. Contudo, cabe um estudo em profundidade sobre as possibilidades de registro da farinha de mandioca em Santa Catarina como patrimônio imaterial. Além disso, é importante manter as características da alimentação local como forma de sustentabilidade da identidade cultural, pois essa é importante para a manutenção da economia do turismo da região.

Apesar de a Gastronomia ser um importante elemento do turismo e estar presente de forma sólida na identidade cultural, ainda não há registros de Patrimônio Cultural Imaterial de Florianópolis ligado ao tema.

No Brasil, existem poucos registros e inventários realizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) com o objetivo de preservar Gastronomia Tradicional brasileira em conformidade com suas práticas e conhecimento tradicional.

Cabe ressaltar que o IPHAN é uma instituição Federal, vinculada ao Ministério da Cultura, que tem a responsabilidade de liderar ações de preservação dos Patrimônios Culturais brasileiros.

Conforme as informações disponibilizadas pelo IPHAN, em abril de 2016, há no Brasil algumas iniciativas correlacionadas à gastronomia, que se ocupam com a preservação cultural do sistema que define como Patrimônio e que estão protegidos de alteração, sendo elas:

Bens inventariados e registrados:

- Ofício das Baianas de Acarajé.
- Modo artesanal de fazer Queijo de Minas.
- Produção da Cajuína – PI.

Bens inventariados e em processos de registro:

- Modo de Fazer Tradicional da Cajuína do Piauí.
- Ofício de Tacacazeira na Região Norte.
- Região doceira de Pelotas – RS (produção dos doces de Pelotas).
- Modo de fazer o queijo serrano em SC e RS.
- Queijo Kochhaese de SC.

Inventários realizados:

- Farinha de Mandioca de produção nacional.

A totalidade das demais manifestações gastronômicas brasileiras de pequena e média abrangência social que não estão nem inventariadas, nem registradas, encontram-se à mercê de todo o tipo de influências e descaracterizações de sua identidade, construída ao longo de um processo histórico-cultural.

Em contrapartida, nas últimas décadas, a preservação do Patrimônio Cultural Mundial tem sido valorizada em virtude da necessidade de reafirmação das identidades



coletivas face às tendências de homogeneização e ao fenômeno da globalização, objetivando um equilíbrio sustentado entre as manifestações tradicionais e o progresso econômico e social.

O reconhecimento por parte da comunidade internacional da existência de uma herança cultural universal, típica de cada localidade, que urge salvaguardar, tornou-se patente em diversos instrumentos da ordem internacional.

O Patrimônio Cultural, *lato sensu*, compreende não só as manifestações culturais criadas pelo homem, mas também os elementos que fundem a identidade de um grupo e os que o diferenciam dos demais. Esse Patrimônio Cultural Imaterial, de construção social, é passado de geração e geração sob a forma de tradição, cultos, ritos, onde incluem usos e costumes, expressões idiomáticas, técnicas e conhecimentos próprios das comunidades.

Tanto a Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore (1989), quanto a Declaração Universal da UNESCO para a Diversidade Cultural (2001) e a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Intangível (2003), visam a sensibilizar instâncias locais, nacionais e internacionais para a importância do Patrimônio Cultural Imaterial.

Cabe a cada uma dessas instâncias, a adoção de políticas públicas, programas e medidas que promovam o respeito e a salvaguarda do Patrimônio Cultural, por meio de instrumentos que contemplem a identificação e inventariação dos Bens Culturais Imateriais e a promoção de estudos científicos, tecnológicos, técnicos e artísticos.

Políticas públicas de preservação cultural, atuando de forma isolada, investida em estruturas como do IPHAN, do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e de leis estaduais, sem a contribuição de pesquisa proveniente das instituições de ensino, pesquisa e extensão, na área de gastronomia, possivelmente não darão conta de abarcar grande parte da diversidade de saberes e sabores que estão desaparecendo, mas ainda persistem nas populações tradicionais.

Logo, para que se possa garantir a preservação e o desenvolvimento da cultura popular, é necessário começar a conhecer nosso Patrimônio Gastronômico. Somente reconhecendo, inventariando e catalogando alcançaremos esse objetivo.

Como implicações estratégicas derivadas desses resultados, apontam-se a possibilidade de contribuições vindas das instituições públicas de ensino, envolvidas

nos processos de pesquisa e extensão na área de Gastronomia Brasileira. Essa contribuição pretende aperfeiçoar os métodos de identificação e sistematização dos conhecimentos dessa área, considerando os aspectos histórico-culturais e técnico-tecnológicos, implementado formas de salvaguardar, que resultem na disseminação, valorização e preservação dos patrimônios Gastronômicos locais para as novas gerações.

Em suma, Salvaguardar um bem cultural de natureza imaterial é apoiar sua continuidade de modo sustentável, é atuar no sentido da melhoria das condições sociais e materiais de transmissão e reprodução que possibilitem sua existência.

Referências

ALIBABIC, V.; MUJIC, I.; RUDIC, D.; BAJRAMOVIC, M.; JOKIV, S.; SERTOVIC, E. Traditional diets of Bosnia and the representation of the traditional food in the cuisine field. In: BASKAN, G. A.; OZDAMLI, F.; KANBUL, S.; OZCAN, D. (Eds.). **4th World Conference on Educational Sciences**, v. 46, p. 1673-1678, 2012.

AZIZ, A.; ZAKARIA, S. H.; MOHAMMAD, Z.; RAFIQI, Z. Authenticity of Ficus Hippida as a Local Traditional Product in the Lembah Lenggong World Heritage Site. **4th International Conference on Tourism Research (4ictr)**, v. 12, 2014.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, M.C.; ALMEIDA, M. **Populações tradicionais e conservação**. Programa Nacional da Diversidade Biológica. Seminário de Consulta, Macapá, 1999.

DAVENPORT, T. H. **Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação**. São Paulo: Futura, 1998.

DESLANDES, S. F. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FAGLIARI, G. S. **Turismo e Alimentação: Análises introdutórias**. São Paulo: Ed. Roca, 2005.

FERREIRA, M. V.; JANKOWSKY, M. **Cozinha caiçara: Encontro de histórias e ambientes**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.



HASELMAIR, R.; PIRKER, H.; KUHM, E.; VOGL, C. R. Personal networks: A tool for gaining insight into the transmission of knowledge about food and medicinal plants among Tyrolean (Austrian) migrants in Australia, Brazil and Peru. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 10, n. 1, 2014.

IPHAN. [2014]. Disponível em:

<<http://www.iphan.gov.br/bcrE/pages/conPatrimonioE.jsf?tipoInformacao=1>>. Acesso em: 10 set. 2014.

MELÉNDEZ TORRES, J. M.; CAÑEZ DE LA FUENTE, G. M. La cocina tradicional regional como un elemento de identidad y desarrollo local: el caso de San Pedro El Saucito, Sonora, México. **Estudios sociales (Hermosillo, Son.)**, 17(spe), 181-204, 2009.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MONTANARI, M. **O mundo na cozinha: história, identidade, trocas**. São Paulo: Senac, 2009.

MOREIRA, E. Conhecimento Tradicional e a Proteção. **T&C Amazônia**, Ano V, Número 11, junho de 2007.

MULLER, S. G.; AMARAL, F. M. A preservação dos saberes e fazeres gastronômicos por meio da articulação entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina e espaços culturais. **Revista Thema**, Pelotas, v. 9, n. 1, p. 1-14, 2012.

_____. **Patrimônio cultural gastronômico: identificação, sistematização e disseminação dos saberes e fazeres tradicionais**. 2012. 288 f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

NETTO, M.; SILVA, A. W. L.; CUNHA, C. C. A.; SELIG, P.M. [2013] **Gestão do conhecimento aplicada ao conhecimento tradicional: o estado da arte**. Disponível em: <www.altec2013.org/programme_pdf/553.pdf>. Acesso em: 02 set. 2014.

NORIZA, I.; ZAHARI, M. S. M.; SHAZALI, M. S.; ROSMALIZA, M.; HANNITA, S. Acculturation, foodways and Malaysian food identity. **Current Issues in Hospitality and Tourism Research and Innovations**, p. 359-363, 2012.

RONCHETTI, A. G. **Instrumentos de captura, sistematização e disseminação de conhecimento tradicional e sua aplicabilidade em gastronomia**. 2015. 118 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, 2015. Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/teses/PEGC0405-D.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

SANTANA, L. R.; OLIVEIRA, T. P. [2005]. **O patrimônio cultural imaterial das populações tradicionais e sua tutela pelo Direito Ambiental**. Disponível em:



<<http://jus.com.br/artigos/7044/o-patrimonio-cultural-imaterial-das-populacoes-tradicionais-e-sua-tutela-pelo-direito-ambiental>>. Acesso em: 2 set. 2012.

SIENA, MENEZES. [2007]. **Gestão do conhecimento em Reservas extrativistas**. Disponível em: www.unifae.br/publicacoes/pdf/IIseminario/pdf.../praticas_19.pdf. Acesso em: 2 set. 2012.

SHARIF, M. S. M.; ZAHARI, M. S. M.; ISHAK, N.; MUHAMMAD, R.; NOOR, A. M.; SALLEH, H. M. How Could the Transfer of Food Knowledge be Passed Down? **Sia Pacific International Conference on Environment-Behaviour Studies London**, 105, p. 429-437, 2013.

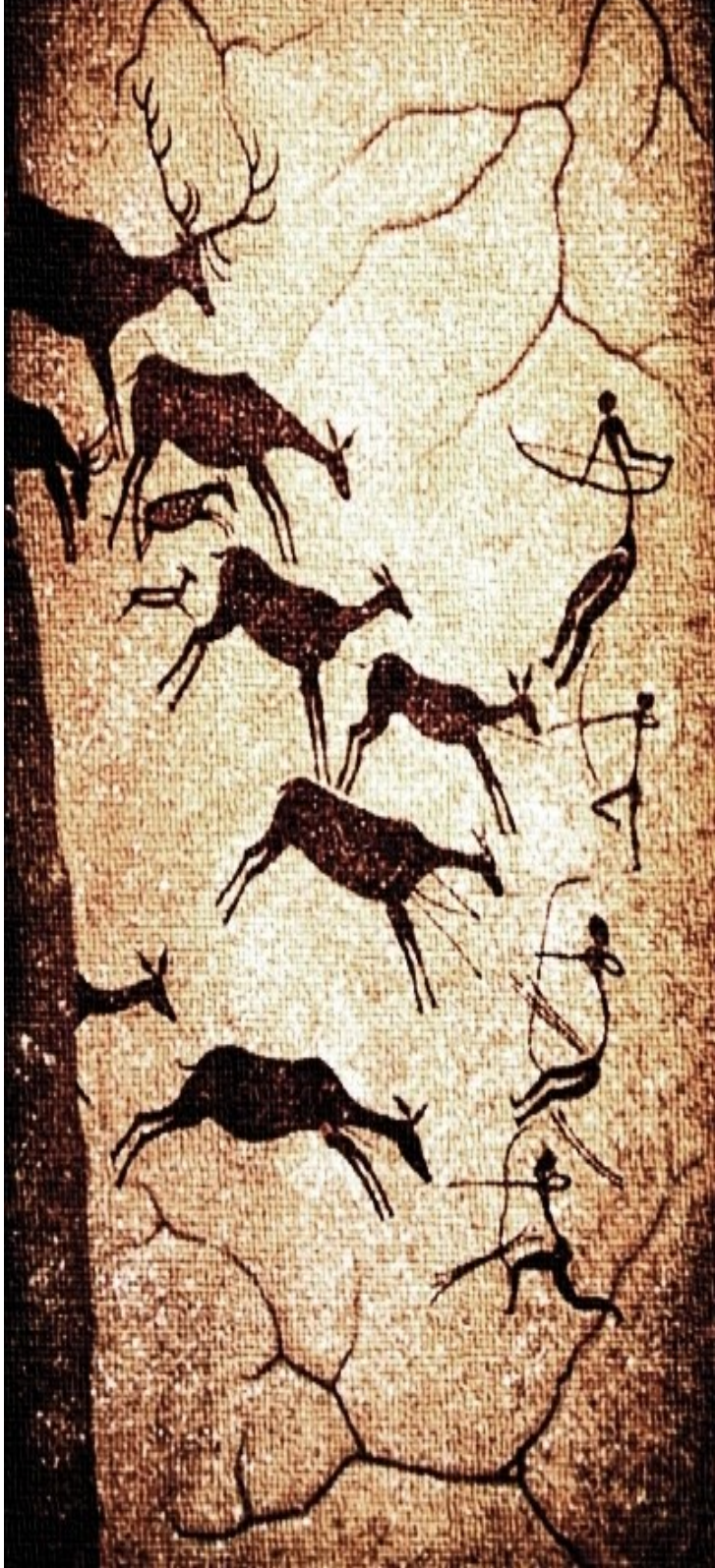
SOUZA, R. M. M. G. **Alimentação e culinária açoriana dos descendentes de açorianos em Santo Antônio de Lisboa – Florianópolis (Ilha de Santa Catarina)**. 2010. 91 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Cultura) - Universidade de Lisboa, Portugal. 2010.

SVEIBY, K. E. **A nova riqueza das organizações: gerenciando e avaliando patrimônios de conhecimento**. Tradução de Luiz Euclides Trindade Frazão Filho. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

TAYLOR, S. J.; BOGDAN, R. **Introduction to qualitative research methods: a guidebook and resource**. 3. ed. New York: John Wiley, 1997.

UNESCO. [2014]. **Basic Texts of the 2003 Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage**. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002305/230504e.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.

Submetido em: 29/08/2016. Aprovado em: 07/12/2016.



COMUNICAÇÃO, CONSUMO E O ARQUÉTIPO DA GRANDE-MÃE: A MATERNIDADE NA PERSPECTIVA DAS MARCAS

Felipe Machado de Souza*
Antônio Francisco Fialho**

Resumo: Na sociedade de consumo, as marcas se transformaram em códigos culturais que vinculam objetos e indivíduos. Elas se tornaram percepções e ideias do mundo; além de expectativas, estilos de vida e projeções de um indivíduo. Sendo assim, os produtos passaram a servir como dispositivos simbólicos que permitem aos consumidores projetar seu eu e sua autoimagem. Contudo, para atingir seu público-alvo, no mercado competitivo da atualidade, as marcas dependem de uma comunicação eficaz que atribua significados e encantamentos coletivos a seus produtos e serviços, atingindo seus consumidores de modo inconsciente e emocional. Para tanto, os arquétipos são meios que permitem, justamente, fazer a intermediação entre produtos e as motivações dos consumidores, pois oferecem uma experiência intangível de significado. Isso ocorre porque as imagens arquetípicas, aplicadas na comunicação das marcas, sugerem a realização dos mais básicos desejos e motivações humanas, liberando emoções e anseios profundos. O objetivo desse artigo é analisar como as marcas usufruem dos arquétipos para evocar sentimentos e criar conexões com seus consumidores. Para elucidar a análise, verificaremos o uso do arquétipo da Grande-Mãe – que discorre sobre o zelo, o cuidado, a função protetora e geradora de vida – em anúncios publicitários e logotipos que possuem, no contexto imagético, a relação de zelo e proteção das mães para com seus familiares.

Palavras-chave: Arquétipos. Comunicação das Marcas. Consumidores. Consumo. Grande-Mãe.

Abstract: In the consumer society, the brands became in cultural codes that link objects and peoples. They became perceptions and ideas of the world, expectations, lifestyle, and projections of an individual. Thus, the products have passed to serve as symbolic devices that allow consumers to project your Ego and your self-image. However, to reach your target, in today's competitive market, brands depend on effective communication to put a collective meanings and enchantments to its products and services, reaching their consumers in an unconscious and emotional way. Therefore, their

*Mestrando em Design pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Graduado em Design Gráfico pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), especialista em Psicologia Analítica e em Antropologia Cultural, ambas pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).
Email: mazafelipe@gmail.com

**Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
Professor do Centro de Comunicação e Expressão e dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento e em Design e Expressão Gráfica da UFSC.
Email: fapfialho@gmail.com



REVISTA
MEMORARE


www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

chetypes are means to precisely maket he intermediation between products and consumer motivation because they offer anintangibile experiente of meaning. This is because thear chetypalimages, applied in brand communication, suggest the performance of them ostbasichumandesires and motivations, releasing emotions and deeplongings. The aim of this paper is to analyze the mark senjoy thear chetypes to evoke feelings and create connections with consumers. To elucidate the analysis, we find the use of the archetype of the Great Mother – that discusses the zeal, care, protective function and generator of life – in advertisements and logos that have, in imagery context, these al of respect and protection from mothers to their families.

Keywords: Archetypes. Brand's. Communication. Consumer. Consumption. Great Mother.

1. Introdução

O consumo é um sistema simbólico que vincula objetos e indivíduos, e como tal, um modo privilegiado de decodificar o mundo que nos rodeia. Por meio dele a cultura identifica e expressa comportamentos, ideias, estilos de vida, princípios, categorias, identidades e distinções sociais e projetos coletivos (McCRACKEN, 2003; BARBOSA, 2004; BARBOSA & CAMPBELL, 2006; BOURDIEU, 2006).

Consumir é algo inerente ao homem. Consumimos do primordial como água, e comida, até o mais supérfluo como roupas de grife, joias, iates etc. Na atualidade – indiferente do que irá ser consumido – praticamente tudo está relacionado com alguma marca. Por essa razão, podemos observar que, no decorrer das últimas décadas, as marcas tornaram-se onipresentes na vida do seres humanos.

As marcas são inevitáveis, pois todos os produtos– primordiais ou supérfluos – possuem ou estão diretamente ligados a elas. Estamos rodeados pelas marcas. Elas existem porque objetos e produtos existem. Sendo esses a base na intermediação do indivíduo com ele mesmo, com o ambiente e com os demais (McCRACKEN, 2003). Hoje, raramente nos colocamos em situações em que estamos desprovidas de um produto: nas refeições, nas relações, em viagens, no trabalho, nos lazeres, eles e, consequentemente, as marcas estão presentes. Com isso, percebemos a importância delas no contexto contemporâneo.



Elas invadiram nossas vidas, logo, possuem grande força na psique dos indivíduos. O ser humano expressa sua identidade, junto à sociedade, por meio de produtos e marcas. Isto é, utiliza-se como forma de afirmar uma crença pessoal de identidade. Por exemplo, uma mãe que projeta sua identidade materna como cuidadosamente moderna, usufruirá de produtos que confirmem esse fator tanto para ela quanto para os que a cercam. Kaminski (2010, p. 38) complementa:

A identidade do sujeito é construída a partir de suas relações com o que o cerca. Nessa vertente o consumo está presente diariamente, integrando-se nesse ciclo. Valendo disso, as marcas constroem suas identidades de acordo com o que o consumidor almeja, a fim de complementá-los. A partir do ato do consumo, a marca transfere seus valores conceituais e simbólicos a quem a utiliza, influenciando diretamente o posicionamento social e a identidade do público. Uma vez que o sujeito forma a sociedade, na medida em que sofre modificações, conseqüentemente, a identidade cultural também se modifica. (KAMINSKI, 2010, p. 38).

No ato de consumo, sabe-se que existem diversos fatores que colaboram para a escolha do produto e sua marca, dentre eles: preço, ponto de venda etc. Porém, há um fator que, indubitavelmente, coopera de forma relevante para criar, estrategicamente, a *identificação* do consumidor com a marca: a comunicação entre eles.

A partir da sedução do consumo de algo delicioso, prático, rápido, moderno etc., a comunicação das marcas imprime comportamentos, estilos de vida, gostos, hábitos e valores sociais. O objetivo é criar uma mensagem universal e um sistema simbólico que estimule o consumo dos produtos. A comunicação (principalmente a visual), nesse caso, torna-se os veículos classificatórios e sedutores que utilizam imagens repletas de simbolismos e significados que transmitem conceitos e valores ao imaginário coletivo da sociedade. Essas imagens atuam diretamente nos códigos culturais, porque é a partir delas, que: desejamos, rejeitamos e classificamos objetos, lugares e pessoas. As massas só podem pensar e ser influenciadas através das imagens. “Somente as imagens podem amedrontá-las ou persuadi-las, tornando-se as causas de suas ações [...] Para elas, o irreal é quase tão importante quanto o real [...]” (LE BOM, 1895, *apud* SANTAELLA, 1999, p. 195).

As imagens são formas de organizarmos, assimilarmos e apropriarmos do movimento de nossa psique. As imagens são representações, conceitos, símbolos e aquilo que evocamos em busca de sentido e significado. Tendo conhecimento da importância das imagens na vida dos indivíduos, as grandes corporações passaram a



orquestrá-las, em suas comunicações visuais, de modo a persuadir e tendenciar o comportamento e estilo de vida da grande massa. Isto é, usufruem de imagens que estão presentes no inconsciente coletivo¹ para atingir imediatamente a psique dos indivíduos a fim de evocar um senso de reconhecimento e significado universal.

Essas imagens não são, como muitos pensam, escolhidas aleatoriamente. As grandes marcas sabem que, dependendo do público almejado – e da emoção ou sentimento que se pretende evocar – devem utilizar imagens específicas. Os responsáveis pelo marketing das multinacionais instrumentam essas comunicações com base em imagens arquetípicas. Essas imagens permitem tornar o que é irreal e imaginário em realidades simbólicas que os consumidores utilizam para se comunicar e se expressar. É como se ocorresse uma relação simbiótica entre marca e consumidor; na qual a primeira se beneficia por ser selecionada entre várias, e, o segundo, porque expressa parte de sua identidade com a marca adquirida.

Esse artigo tem como principal objetivo analisar essas influências das comunicações visuais, principalmente a publicitária, para a construção idealizada do “eu” na contemporaneidade, a partir do ponto de vista do arquétipo da Grande-Mãe. Além disso, verificaremos como funciona, por parte das marcas, o processo da construção dos anúncios publicitários – e o uso das imagens arquetípicas – para comunicar ao inconsciente coletivo.

2. Abordagem Metodológica

Como método de pesquisa, selecionamos a pesquisa exploratória que, segundo Gil (2002, 41), “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”. Segundo o autor, esse tipo de pesquisa pode envolver levantamento bibliográfico e análise de exemplos que facilitem a compreensão do problema. É uma

¹ O inconsciente coletivo é conhecido também como inconsciente suprapessoal; é universal, impessoal, arcaico e hereditário. Compreende resíduos de experiências vividas por antepassados, na qual, podem ser encontrados em toda parte e lugar, independente da etnia, narrando a história da humanidade. Diz respeito ao substrato arcaico de nossa psique que transcende os conceitos puramente pessoais. Estruturalmente, o inconsciente coletivo dispõe de várias camadas perfazendo uma estratificação. Em camadas profundas, abrangem os arquétipos; estruturas arcaicas e herdadas coletivamente, sendo que; conteúdos dessas camadas não são inventados e adquiridos individualmente do passado, contribuindo com a filogênese (SILVA, 2008).



abordagem livre, mas que na maioria dos casos é desenvolvida com uma pesquisa bibliográfica ou estudo de caso.

Neste artigo, a pesquisa exploratória será conduzida como uma pesquisa bibliográfica sobre consumo contemporâneo das marcas, expressão da identidade pelo uso de produtos e marcas, e a teoria dos arquétipos na comunicação de marcas e na publicidade, buscando estabelecer uma relação entre os temas. Além disso, foi desenvolvida uma análise interpretativa a partir de uma hermenêutica junguiana sobre o uso do arquétipo da Grande-mãe em comunicação estratégica de marcas pretende elucidar a pesquisa.

3. O consumo das marcas na contemporaneidade

O efeito da explosão da produção de consumo e da comunicação das marcas na sociedade contemporânea, por um lado, fez com que ocorresse uma exacerbada oferta de produtos e serviços; causando certa saturação na quantidade de linguagem visual – para não mencionar outras. Porém, por outro lado, tornaram as marcas importantes para o papel social, a economia global e o desenvolvimento tecnológico.

Embora existam muitos pós e contras na história da evolução das marcas e do consumo, é inegável a importância que elas exerceram no decorrer dos anos e na vida pessoal e social da humanidade. Afinal, no contexto contemporâneo, as marcas tornaram-se parte do cotidiano e da identidade dos indivíduos, estando onipresentes em praticamente tudo que escolhemos. Nos dias de hoje, elas possuem elevada carga emocional, tem identidade, e cativam corações e mentes dos consumidores (SERROY & LIPOVETSKY, 2015). “A marca é mais que um produto – constitui, na verdade, um resumo dos sentimentos de qualquer pessoa em relação a um negócio ou um produto”. (KOTLER; PFOERTSCH, 2008, p. 23).

O valor de uma marca está diretamente ligado aos traços de sua identidade e se concretiza por meio de ações de marketing e comunicação desenvolvidas para criar um bom posicionamento diante do público de interesse. Essas ações procuram transmitir valores e significados para os consumidores e os demais interessados na marca, com o objetivo de fazer com que todos se identifiquem e criem uma relação de proximidade. Dessa maneira, a comunicação e o marketing desempenham um papel importante no estabelecimento dessa relação, pois, por intermédio de uma estratégia de posicionamento, a identidade da marca é apresentada para o público de modo



bem afeiçoado, com características que facilitam o processo de identificação entre eles. (KAMINSKI, 2010, p. 34).

Para Tybout et al. (2006), a marca é um conjunto de associações vinculadas a um nome, sinal ou símbolo, relacionadas a um produto ou serviço na mente do consumidor. De fato, uma pessoa, raramente vê apenas um produto ou serviço, mas os vê associados a uma marca com identidade própria.

[...] a marca constitui uma identidade que carrega consigo todos os aspectos acumulados em sua trajetória. Dessa forma, percebe-se que um de seus objetivos é diferenciar um produto/empresa dos demais de sua categoria. Nesse momento, inicia-se seu processo de construção de identidade, uma vez que a marca possui nome próprio que serve como elemento de diferenciação. (KAMINSKI, 2010, p. 33).

Indubitavelmente, uma organização sem uma marca, nos dias de hoje, torna-se meramente um negócio que entrega produtos ou dispõe de serviços, sem gerar, efetivamente, uma marca mental na mente dos indivíduos.

Para o consumidor da atualidade, a criação de uma marca se deve por meio de aprendizados cognitivos, que possibilitam fazer julgamentos e organizar conhecimentos, sobre serviços e produtos, de maneira que facilite sua tomada de decisão e agregue valor para a empresa. Conforme explana Norman (2008, p. 81), em termos globais, a marca é um símbolo que representa a totalidade de nossa experiência com um produto, ou um serviço, e a empresa que o produz. Isto é, uma marca são os conceitos, os sentimentos e os significados que são despertados na mente do consumidor.

A marca do ponto de vista do consumidor é a síntese das experiências reais e virtuais, objetivas e subjetivas, vividas em relação a um produto, serviço, empresa ou, mesmo, pessoa. Ela representa um conglomerado de fatos, sentimentos, atitudes, crenças e valores que se relacionam àquele conjunto de nome(s) e símbolo(s) diretamente, e em relação tanto às outras marcas da mesma categoria como a todas que fazem parte de seu universo vivencial. (SAMPAIO, 2002, p. 25-26).

As marcas estabelecem um relacionamento consciente e inconsciente com as pessoas. Elas se tornam percepções e ideias do mundo; além de expectativas, crenças e projeções de um indivíduo. Dessa forma, criam um conjunto de benefícios, de conceitos e de atributos intangíveis que possibilitam expor claramente a personalidade, o valor e a promessa de uma corporação, assim como a de um indivíduo que a consome.

As grandes marcas são responsáveis por uma mudança no estilo de vida dos indivíduos; elas transformaram, aos poucos, a identidade dos consumidores e a cultura que os compõe.

Atualmente, identidade da marca e do indivíduo misturam-se criando um elo entre ambos. Kaminski (2010, p. 34) constata que “[...] o consumidor influencia diretamente no processo de construção da identidade da marca, assim como a identidade da marca influencia diretamente a formação da identidade do consumidor”. Em outras palavras, a forma como uma marca se projeta no mercado competitivo diz muito sobre quem a adquire, pois significa que esse se projeta da mesma maneira perante a sociedade.

4. Produtos, marcas e identidade dos consumidores

Imaginemos se as roupas, óculos, celulares, tênis, carros e demais objetos do cotidiano fossem todos iguais, sem distinção. Como o ser humano se expressaria simbolicamente, na atualidade, se tudo o que consumíssemos não dissesse nada sobre quem somos? Como ficaria o que Toaldo (1997, p. 96) afirma de “o consumo para si que comunica algo para o outro”? Para Sudjic (2008, p. 21), “os objetos são nossa maneira de medir a passagem de nossas vidas. São o que usamos para nos definir, para sinalizar quem somos, e o que não somos”.

Adquirimos um determinado objeto, de determinada marca, com determinado nome e rótulo porque existe um “conjunto de conotações e propriedades que lhe diferencia de outros objetos, conferindo os mesmos atributos a seu usuário” (TOALDO, 1997, p. 90). Sendo assim, não se consome o objeto em si, pela sua utilidade, e sim pelo que ele representa; pela sua capacidade de diferenciar, de remeter o consumidor a uma determinada posição, a um determinado *status*. (BAUDRILLARD, 1989). Ou seja, usamos objetos como comunicadores.

Para Baudrillard (1989), a gama infinita de opções de marcas e modelos auxilia as pessoas a exprimir sua própria personalidade. Segundo o sociólogo, “o produto mais procurado hoje não é mais alguma matéria-prima ou máquina, mas uma personalidade”. (BAUDRILLARD, 1989, p. 160). Isso significa que quando escolhemos apenas uma

opção entre milhares de produtos e marcas também “escolhemos a identidade que aquilo que compramos nos impõe”. (BARBER, 2009, p. 190).

[...] a identidade tornou-se um reflexo de “estilo de vida” intimamente associado a marcas comerciais e aos produtos que elas rotulam, bem como a atitudes e comportamentos ligados a onde compramos, como compramos, e o que comemos, vestimos e consumimos. [...] Estilos de vida ligados a marcas não são simplesmente vernizes superficiais sobre identidades mais profundas, mas sim se tornam, em determinado nível, identidades substituídas – formas de caráter adquiridas que tem o potencial de chegar até o fundo. [...]. Estilos de vida são identificados como marcas, e marcas substituem estilos de vida, assumindo o lugar do caráter do tipo que antes era a marca da identidade. (BARBER, 2009, p. 190-192).

Tanto o *status* como o estilo de vida adquiridos com os produtos e as marcas, na cultura de consumo contemporânea, conotam identificação, individualidade, autoexpressão e uma consciência de si estilizada. Cada escolha estimula o indivíduo a descobrir, transmitir e expressar seus gostos, crenças, costumes e identidade (BARBOSA; CAMPBELL, 2006). Assim, o indivíduo comunica-se por meio da roupa, do carro, do celular, das opções que faz e do comportamento que adota.

Featherstone (1995) afirma que as pessoas têm consciência de que se comunicam por meio do estilo adotado; e que serão interpretadas e classificadas em termos da presença ou falta de gosto. Isto é, o uso do produto de uma determinada marca e não de outra quer dizer algo sobre o indivíduo.

Existe uma influência por trás dos produtos que faz com que cada um tenha um encanto e um *mana*² próprio. E é esse produto, repleto de *mana* e significado simbólico, que permite que os indivíduos construam sua identidade para si e para a sociedade.

As grandes responsáveis por criar produtos providos de *mana* são as marcas - por meio do marketing e das comunicações. Nesse contexto, o marketing, primeiro, deve estimular não apenas a compra do produto, mas também a apropriação do “*mana/significado*” incorporado ao mesmo; e, segundo, fazer com que um produto emita um significado coletivo para que todos a sua volta compreendam, consciente ou inconscientemente, que o objeto usado também comunica algo sobre o indivíduo que o usa, definindo o grupo ou tribo a qual ele pertence.

² Segundo o dicionário Houaiss (2001), *mana* é a força ou poder impessoal e sobrenatural que pode estar concentrado em objetos e que pode ser herdado, adquirido ou conferido.



5. O inconsciente coletivo e o trunfo da comunicação das marcas

As marcas passaram a servir como dispositivos simbólicos que permitem aos consumidores projetar seu eu e sua autoimagem. Conforme Keller e Machado (2007, p. 7) explanam, consumir certos produtos e marcas é, atualmente, um meio pelo qual o consumidor pode dizer aos outros – ou a si próprio – o tipo de pessoa que é ou que gostaria de ser e a tribo que pertence. Isso ocorre porque as marcas utilizam em seus meios de comunicação imagens com um padrão de organização psíquica basal, que ativa e mobiliza qualquer indivíduo por inteiro, modificando a forma como ele, e os outros, percebem ou reagem à realidade.

Conforme Fabrício Moraes (2010) explica, esses padrões basais de organizações psíquicas chamam-se arquétipos; todo o psiquismo se organiza em torno deles. Por essa razão, todos os indivíduos têm uma organização psíquica semelhante porque “os arquétipos acessam o mesmo conteúdo emocional em indivíduos de diferentes culturas ou diferentes lugares do mundo” (MORAES, 2010). O que a teoria do psiquiatra Carl Gustav Jung preconiza é que os arquétipos são padrões inatos de comportamento, percebidos em diversas culturas e épocas históricas (JUNG, 2008). Sendo assim, falar em arquétipo significa reconhecer que temos uma predisposição a determinados comportamentos. Coelho (2008, p. 98) explica que:

podemos definir arquétipos como representações das grandes forças ou impulsos da alma humana: o instinto de sobrevivência, o medo, o amor, o ódio, o ciúme, os desejos, o sentimento do dever, a ânsia de imortalidade, a vontade de domínio, a coragem ou heroísmo, o narcisismo, a covardia, a inveja, o egoísmo, a luxúria, a fé [...].

Nesse sentido, dentre as correntes que buscam entender os comportamentos humanos, a psicologia analítica de Jung (2008) apresenta os arquétipos como uma forma de compreender o funcionamento das experiências humanas que se manifestam em contextos simbólicos e emocionais. Assim, a partir da teoria dos arquétipos, é possível tornar a comunicação das marcas mais estimulantes, envolventes e profundas. Isso ocorre porque “uma imagem arquetípica toca muito mais fortemente a estrutura psíquica do consumidor”. (MARTINS, 2007, p. 135).



Em verdade, a teoria dos arquétipos vem sendo usada como ferramenta pelas empresas para fornecer significados e construir identidades de marcas e produtos. Para as marcas, os arquétipos transformaram-se em um sistema de gestão de significados (PEARSON; MARK, 2001; CEBALLO; GÓMEZ, 2014). A teoria junguiana, nas estratégias de significação e comunicação das marcas, já foi estudada por Veen (1994), Randazzo (1995), Mark e Pearson (2002), Martins (2007), Batey (2010), entre outros. Cada vez mais, os arquétipos vêm assumindo um papel maior e mais direto no que tange a diferenciação e significação de produtos e marcas (SOOD, 2010). Segundo Martins (2007, p. 15), usar os arquétipos tem sido o trunfo das marcas bem sucedidas, pois elas associam à essência do produto as emoções e lembranças que existem no inconsciente coletivo.

Todos os produtos e serviços que existem no mundo são ligados a um espírito natural, resultado da associação entre imagens e sentimentos presentes no inconsciente coletivo da humanidade. A rosa, por exemplo, inspira refinamento, enquanto o morango inspira sensualidade. Já o jeans inspira liberdade e a motocicleta, rebeldia. O resultado é que quando vemos esse espírito na comunicação da marca, somos imediatamente atingidos. (MARTINS, 2007, p. 15).

Para penetrar no inconsciente coletivo e atingir de imediato todos os indivíduos, as marcas passaram a usufruir de identidades arquetípicas, pois:

um produto com identidade arquetípica fala diretamente à matriz psíquica profunda dentro do consumidor, ativando um senso de reconhecimento e significado [...]. As imagens arquetípicas sugerem a realização dos mais básicos desejos e motivações humanos, liberando emoções e anseios profundos.

[...]

Os arquétipos fazem a intermediação entre produtos e a motivação do consumidor porque oferecem uma experiência intangível do significado (PEARSON; MARK, 2001, p.31).

A verdade é que uma marca – e seus agentes – planeja e instrumenta seus anúncios publicitários com imagens arquetípicas que são decisivas para a compreensão da essência e do posicionamento da marca na sociedade. Depois de compreendido esses fatores, o consumidor decide se o significado transmitido tem ou não a ver com seu “eu” e seu estilo de vida. Caso sim, ele adquire o produto oferecido, caso não, ele o

recusa, pois esse não ativou as emoções e lembranças necessárias que intermedeiam produto e motivação humana.

5. Arquétipos, mitos e publicidade

Como visto anteriormente, os arquétipos podem ser definidos como “padrões mais profundos do funcionamento psíquico, as raízes da alma que governam as perspectivas que temos de nós mesmos e do mundo”. (HILLMANN, 2010, p. 33). Além disso, também são considerados os agentes operativos das ideias e da psique imagética. Por essa razão, os arquétipos são relacionados a tudo que é fundamentalmente humano, pois são imagens psíquicas e simbólicas provindas de padrões arquetípicos do inconsciente coletivo, Segundo Jung (1980), os arquétipos tratam-se, desde os tempos mais remotos, de imagens universais e primordiais, que jazem adormecidas na camada mais profunda do inconsciente humano. Eles são ao mesmo tempo imagem e emoção. (FERNANDES; FIALHO, 2014).

Para os arquétipos inexitem definições concretas, existem apenas metáforas que ajudam a entender o seu funcionamento no ser humano. Segundo Jung (2008, p. 158), “um conteúdo arquetípico sempre se expressa em primeiro lugar metaforicamente”.

Independente da metáfora utilizada para tornar o termo inteligível é importante compreender que o arquétipo seria, basicamente, a psique universal, “onde a humanidade sempre buscou seus deuses e demônios e todas as ideias”. (JUNG, 1980, p. 58). Quaisquer manifestações dos arquétipos são chamadas de imagens – representações – arquetípicas, que podem vir a serem mitos, os contos de fadas, os provérbios, os complexos, etc. (MORAES, 2010). Sendo assim, as estruturas narrativas – como os mitos e contos – são formas de expressões dos arquétipos, isto é, os fatos da mente manifestos em uma ficção sobre o assunto. Conforme explica Cardozo (2014), “os mitos nada mais são do que uma forma de expressão dos arquétipos, falando daquilo que é comum aos homens de todas as épocas, porque falam dos valores eternos da condição humana”. Para Boechat (2008), as ideias mitológicas estão associadas aos fenômenos da natureza e ao mesmo tempo expressam os arquétipos do inconsciente coletivo. Para o autor, um arquétipo é ao mesmo tempo, imagem mítica, acontecimento natural e condição psicológica (BOECHAT, 2008).

Nesse sentido, pode-se dizer que os mitos se referem sempre a realidades arquetípicas, isto é, a situações com que todo ser humano se depara ao longo de sua vida, decorrentes de sua condição humana (CARDOZO, 2014). Os mitos explicam, auxiliam e promovem as transformações psíquicas que se passam, tanto no nível individual como no coletivo de uma determinada cultura (ULSON, 1995).

Usufruir dos mitos, segundo Jung (1980), torna, indubitavelmente, o significado de arquétipo mais claro, pois se pode entender o mito como o arquétipo em estrutura narrativa, manifestado e personificado em uma história – perfeitamente comparado ao termo *storytelling* dos dias atuais. Os mitos são “uma forma de discurso” e “uma modalidade de significação” (BARTHES, 1980).

Quando falamos de manifestações por meio das representações arquetípicas – como mitos e conto, por exemplo –, muitas vezes, temos a noção equivocada de discorrermos de um tempo remoto, mitológico, distante de nós.

No mundo pré-moderno, a mitologia era indispensável. Ela ajudava as pessoas a encontrar sentido em suas vidas, além de revelar regiões da mente humana que de outro modo permaneceriam inacessíveis. Era uma forma inicial de psicologia. As histórias de deuses e heróis que descem às profundezas da terra, lutando contra monstros e atravessando labirintos, trouxeram à luz os mecanismos misteriosos da psique, mostrando as pessoas como lidar com as crises íntimas. Quando Freud e Jung iniciaram a moderna investigação da alma, voltaram-se instintivamente para a mitologia clássica para explicar suas teorias, dando uma nova interpretação aos velhos mitos (AMSTRONG, 2005, p. 15).

Vogler (2015) explica que existe uma correspondência notável entre aspectos da mente humana e as narrativas mitológicas. Para o autor, os arquétipos, personagens ou energias que ocorrem nos sonhos de todas as pessoas repetem-se constantemente nos dramas, monstros e heróis dos mitos de todas as culturas (VOGLER, 2015). Mas, será que a mitologia perdeu sua força na sociedade contemporânea? Nessa linha de pensamento Jung indaga (2008, p. 21, grifo nosso): “será que os homens alguma vez se *libertaram* totalmente dos mitos?”.

Analisemos a sociedade moderna. Embora não utilizemos das mesmas histórias mitológicas da antiguidade – repleta de deuses, dragões, monstros, demônios, heróis, planetas, etc. – há narrativas com a mesma estrutura da jornada do herói que incluem



arquétipos como a Grande-mãe, o velho sábio, o Guardiã do Limiar, o vilão etc. (VOGLER, 2015). Essas narrativas contemporâneas podem ser as comunicações das marcas, como as campanhas publicitárias, ou ainda os filmes, novelas, livros, desenhos etc. Todas essas modalidades de comunicação revelam a adaptação do discurso mitológico para a sociedade moderna.

Segundo Randazzo (1997), por exemplo, de modo simplificado, os anúncios publicitários têm como papel fundamental reviver mitos ou reinventá-los no contexto atual. Por essa razão, eles possuem tanto efeito sobre o ser humano, pois, provavelmente, os anúncios das marcas são os responsáveis por internalizar em cada indivíduo o que está manifestado no inconsciente coletivo.

O psicanalista Carl Jung disse que os mitos, assim como os sonhos, são na verdade projeções que emanam da alma ou da psique inconsciente. Os mitos representam sonhos coletivos, aspirações instintivas, sentimentos e padrões de pensamento da humanidade que parecem estar implantados nos seres humanos. E que de alguma forma funcionam como instintos ao moldarem o nosso comportamento.

De forma parecida as marcas funcionam como portadoras de projeção. Os anunciantes vendem produtos mitologizando-os, envolvendo-os nos nossos sonhos e fantasias. Muitas vezes a publicidade espelha as nossas mitologias culturais, os mesmos valores e sensibilidades que moldam nossas vidas e nossa cultura. A publicidade é uma forma de criar mitos – uma forma historiada de comunicação. Os produtos são mais sedutores quando chegam envolvidos em mundos míticos e encarnados por personagens heroicos. (RANDAZZO, 1997, p.11).

Compreendendo a importância dos arquétipos e das imagens arquetípicas, é possível entender porque a comunicação das marcas tornou-se importante. Por meio do discurso midiático e imagens repletas de símbolos, a comunicação funciona de uma forma romaneada:

uma ficção narrativa que usa personagens, lugares e situações fictícios, e assim por diante, a fim de envolver e interessar o consumidor, comunicar os atributos e benefícios da marca (físicos e emocionais), e posicionar perceptualmente a marca na mente do consumidor. A publicidade nos garante acesso à mente do consumidor, onde podemos criar mundos e personagens míticos, atraentes. Todas as imagens, todos os símbolos, sentimentos e associações criados e transmitidos pela publicidade se tornam partes do inventário perceptual da marca. (RANDAZZO, 1997, p. 31).

Petry e Silva (2004, p. 4) complementam Randazzo explicando que:

a comunicação de massa percebeu a força dos símbolos arquetípicos na vinculação de seu produto, sua marca ou sua idéia com o consumidor, porque eles levam ao consumidor uma mensagem que parece familiar e que, remetendo-se ao inconsciente, ativa os desejos, as lembranças e os sentimentos mais primordiais do ser humano. Os pressupostos de uma comunicação eficiente encaixam-se muito bem com os arquétipos, haja vista que a imagem arquetípica apresenta formas fáceis de serem identificadas pelo cérebro, podendo, inclusive, estar na forma de estereótipos. A aceitação é provável porque o arquétipo faz o consumidor identificar-se e se projetar na imagem arquetípica, aproximando o “eu ideal” do “eu real”.

Por mais que os processos de construção das mensagens visuais modifiquem, de alguma maneira, o conteúdo original da comunicação, quando se utiliza uma imagem arquetípica há melhores chances de permanecer o sentido inicial, em razão do caráter universal e atemporal do arquétipo. Mediante a utilização de imagens arquetípicas e personagens míticos, a publicidade funciona como os deuses gregos e os lugares encantados; onde podemos projetar nossos sonhos, medos e fantasias (RANDAZZO, 1997 *apud* PETRY; SILVA, 2004, p. 4).

Isso significa que a publicidade vai funcionar como meio pelo qual a mitologia participa da construção do mundo, ou seja, retratando aspectos culturais e ideológicos que estão inseridos na coletividade. Na comunicação publicitária, pode-se retratar tanto sujeitos, quanto lugares, momentos, situações ou fatos; sendo que tudo isso está arraigado em uma memória coletiva da qual os sujeitos, de um modo consciente ou inconsciente, acabam assumindo um lugar de pertencimento ao que é representado.

Os consumidores se identificam inconscientemente com as características dos arquétipos utilizados nos anúncios, sendo esses apresentados de modo subliminar.

Os meios de comunicação de massa precisam do máximo de participação inconsciente e assim preferem oferecer mais temas arquetípicos do que conceitos. Intuindo o potencial interesse do público pelas personificações arquetípicas, transformam em estrelas ou semideuses personagens famosos [...] (ZOJA, 1992, p. 27).

6. Mitos modernos: as representações arquetípicas na comunicação visual das marcas

Conforme explicado anteriormente, os arquétipos evocam lembranças e sentimentos primordiais da condição humana. É por essa razão que as grandes marcas

utilizam as representações arquetípicas de maneira orquestrada em suas comunicações com o público-alvo almejado.

Usufruir da teoria dos arquétipos em narrativas das marcas pode ocorrer de diversas formas. Cada autor categoriza esses padrões inatos de comportamento à sua maneira. Por exemplo, Carol Pearson e Margaret Mark (2001) classificaram-nos em 12 arquétipos: entre eles o Bobo da Corte, o Prestativo, o Criativo, o Sábio, o Fora-da-Lei etc. Cada um deles possui sensações e sentimentos característicos. Já Martins (2007) nomeia tais sensações e sentimentos de maneira diferente como, por exemplo, o Lúdico, a Raiz, o Guerreiro, a Grande-meta etc. Christopher Vogler (2015) também utiliza outras categorias, assim como Jean Bolen (1990), que aproveita os 12 deuses gregos do Olimpo para explanar sobre padrões de comportamento dos homens e das mulheres.

Embora seja possível categorizar os arquétipos de maneiras diversas, esse artigo separou, na visão de vários autores, o arquétipo da Grande-Mãe – e suas representações míticas nas comunicações das marcas – utilizados por instituições bem conhecidas da sociedade atual. Dessa maneira, poderemos ilustrar como a personificação arquetípica da mãe contemporânea é retratada e, assim, consumidoras se projetam e constroem sua autoimagem maternal.

7. O mito de Deméter e as campanhas contra os germes

Segundo a mitologia, a deusa da terra, Deméter, era irmã de Zeus e sua quarta esposa, com quem teve Perséfone, sua única filha. Um dia, enquanto mãe e filha colhiam flores em Elêusis, Perséfone é atraída por uma flor de Narciso, e ali raptada pelo deus do mundo inferior, Hades, sendo levada por ele ao mundo dos mortos. Deméter decide se afastar do Olimpo e procura a filha por nove dias consecutivos. No décimo dia, Deméter pergunta ao deus Hélios, aquele que tudo vê, e esse conta que viu sua filha ser raptada por Hades. Deméter então garante que voltará ao Olimpo e tornará a terra fértil novamente apenas quando encontrar sua doce filha.

Deméter, na mitologia grega, era o nome da deusa que cuidava da terra fértil, do plantio e da colheita, juntamente com sua filha, Perséfone.

Diz o mito que, um dia, Hades, o deus do mundo inferior, se apaixonou por Perséfone e a raptou. Deméter, desesperada, saiu do Olimpo em busca de sua filha e, durante nove dias e nove noites, vagou em vão. Hélios, o deus sol, vendo a angústia de Deméter, contou-lhe que Perséfone havia sido levada por



Hades.

Durante o tempo em que Perséfone estava no mundo inferior, Hades lhe deu uma romã para que ela comesse. Quando Deméter chegou para resgatar a filha, soube que não conseguiria, pois uma vez que ela havia se alimentado no reino de Hades, não poderia deixá-lo.

Muito entristecida pela falta de Perséfone, Deméter não voltou ao Olimpo e a população começou a sofrer com a escassez de alimentos, pois a deusa não estava mais exercendo sua função de promover a fertilidade da terra. Zeus, sabendo o que ocorria, chamou Hermes, o deus mensageiro, para que ele fosse até Hades e o convencesse a devolver Perséfone.

Sob a ameaça de Zeus, Hades consentiu que a filha de Deméter voltasse para a mãe, desde que passasse um terço do ano com ele, no mundo inferior. (ALENCAR, 2008).

Deméter é considerada a deusa maternal, sendo ela um dos possíveis arquétipos que podem estar ativos na mulher (BOLEN, 1990). Deméter é a figura arquetípica da Grande-Mãe, que tem como funções primordiais nutrir, proteger e gerar frutos. Para Randazzo (1997, p. 103), a imagem arquetípica da Grande-Mãe tem raízes no instinto maternal, na função geradora de vida e condutora das relações familiares. Segundo ele a Grande-Mãe é uma imagem feminina universal que mostra a mulher como eterno ventre e eterna provedora. Jung (2008, p. 93) corrobora explicando que os atributos do arquétipo materno são:

o 'maternal', simplesmente a mágica autoridade do feminino, a sabedoria e a elevação espiritual além da razão; o bondoso, o que cuida, o que sustenta, o que proporciona condições de crescimento, fertilidade e alimento; o lugar da transformação mágica, do renascimento; o instinto e o impulso favoráveis; o secreto, o oculto, o obscuro, o abissal, o mundo dos mortos, o devorador, sedutor e venenoso, o apavorante e fatal.

Sendo assim, toda narrativa seja ela visual ou textual que se estrutura a partir do cuidado, do zelo e da proteção tem grandes chances de estar trabalhar com o arquétipo da Grande-Mãe. Se atualizarmos o mito de Deméter para os dias atuais, encontraremos mãe responsável pelos cuidados do lar e dos familiares.

A maior parte das mensagens publicitárias dirige-se à mulher consumidora, que não se limita a consumir os produtos ditos femininos, como os de moda, perfumaria, cosméticos, etc., mas é responsável pelo consumo da família, alimentos (incluindo bebidas) produtos de limpeza e de higiene, produtos destinados às crianças, como roupas, brinquedos e guloseimas, e aos homens, principalmente roupas. [...] O apelo é claramente elaborado sobre a visão da mulher como protetora da família: ela usa determinado produto para proteger o lar e os familiares, livrando-os da poeira, dos germes, da sujeira e das doenças. (CARVALHO, 2000, p. 24).



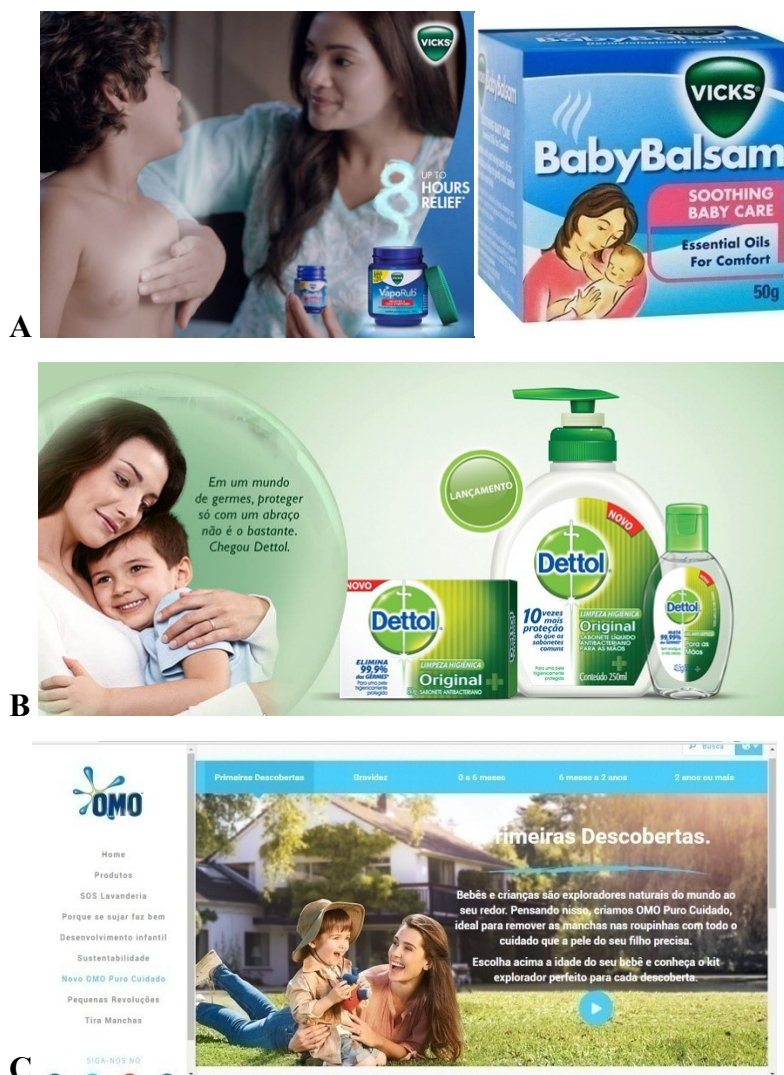
Diversas campanhas representam essa mãe protetora e provedora do conforto familiar (Figura 1). É possível encontrá-la em campanhas publicitárias de inseticida, papéis higiênico, fragrâncias de ambiente, sabonetes, cereais matinais, achocolatados, margarinas, sabões em pó, eletrodomésticos etc.

Nas campanhas da Figura 1, nota-se a recorrência da mesma representação denotativa: mulher com as mãos sobre uma criança, sorrindo e envolvendo o garoto; dando-nos sensações conotativas de proteção, zelo e cuidado, características essas do arquétipo da Grande-Mãe. No sentido profundo, ou seja, arquetípico, essas imagens representam as mesmas sensações: proteção, zelo, cuidado, amor etc., embora utilizem expressões diferentes. Para isso, esses anúncios utilizam imagens similares, isto é, estereotipadas do que seria uma mãe protetora, que zela pelos familiares.

Cardoso (2004) explana que os estereótipos são modelos sociais, modos de falar e vestir pré-determinados; já o arquétipo, para ela, é o fundamento do mito, a emoção primordial. Em outras palavras, o estereótipo assemelha-se a imagem arquetípica, que seria a representação, o conteúdo, a roupagem que o arquétipo irá tomar em uma determinada cultura e época. Todavia, o arquétipo, seria a essência, a estrutura, que não modifica, mantém sempre a mesma independentemente de época ou cultura.



Figura 1 - Comunicações de marcas que usufruem do arquétipo da Grande-Mãe.



Fonte: A) Facebook India, 2016. B) HavasWorldwide, 2012. C) Omo, 2016.

Da esquerda para a direita: A) Anúncio da Vick Vaporub[®] no Facebook India e também embalagem de produto da marca; B) Anúncio publicitário do Sabonetes Dettol[®], que utiliza a frase “em um mundo de germes, proteger só com um abraço não é o bastante”, reforçando o propósito mencionado anteriormente por Carvalho (2000): crianças distantes de germes; C) Interface gráfica do site da Omo[®], no qual o menu de navegação intitulado “novo OMO puro cuidado” reforça as características sentimentais de zelo da Grande-Mãe.

Os anúncios que usam o arquétipo da Grande-Mãe no contexto narrativo evocam o bem-estar, o conforto e a proteção (física ou emocional) como elo entre mães e familiares. É comum em campanhas publicitárias com essa narrativa os filhos sofrerem uma serem aterrorizados por alguma forma de monstro, doença, verme, fraqueza etc. (CARVALHO, 2000).

Além das campanhas, é possível verificara representação do arquétipo da Grande-Mãe em logotipos de marcas conhecidas como, por exemplo, a Nestlé® (Figura 2). No logo, são representadas sensações de zelar, cuidar, proteger e nutrir, assim como na Figura 1. As ideias retratadas na logo são similares as apresentadas nas campanhas vistas anteriormente. Assim, pode-se dizer que as expressões e representações são diferentes, mas a essência sentimental é a mesma, por isso arquetípica.

Figura 2 - Logotipo da Nestlé®, representando o arquétipo da Grande-Mãe, nutrindo, cuidado e zelando por sua família.



Fonte: Nestlé, 2016.

As imagens apresentadas nas campanhas e no logotipo tendem a evocar e despertar o zelo materno, usufruindo das representações arquetípicas relacionadas ao dom inato da maternidade. Isto é, ao amor maternal espontâneo e incondicional. A Coca-Cola®, por exemplo, lançou uma campanha (Figura 3) em agosto de 2014, em que mães aparecem proporcionando as refeições para seus familiares em diferentes contextos. Conforme Renata Furlanetto, gerente de Marketing da Coca-Cola®, explica

para a revista Exame, “a Coca-Cola reconhece o esforço das mães em tornar todos os momentos em família especiais, não importa quando e onde é a refeição. Por isso, resolvemos homenageá-la com a promoção ‘Perfeito é do seu jeito’”. (EXAME, 2014). Interessante observar que a promoção premia com casas, cozinhas completas e vale-compras, símbolos da “mulher protetora da família”, mencionada por Kaminski (2010) anteriormente.

A Vitarella® é uma marca de alimentos que possui atualmente uma ampla linha de produtos, entre eles margarina, biscoitos, torradas, massas etc. Como mencionado, o arquétipo da Grande-Mãe diz respeito aos cuidados da nutrição e da alimentação familiar. Em verdade, “tudo o que é grande e envolvente e que contém, circunda, envolve, protege, preserva e nutre qualquer coisa pequena pertence ao reino maternal primordial” (NEUMANN, 1968, p. 31). Por essa razão, não é coincidência que as imagens apresentadas neste artigo (Figuras 1, 2, 3 e 4) expressem, com abraços e toques, sinais de envolvimento e cuidado; possuem círculos ou imagens circulares e orgânicas representando o lar como proteção (no caso do ninho, da casa ou da mesa); ou os olhos voltados diretamente para os familiares e filhos, afinal o olhar é símbolo de observar e cuidar.

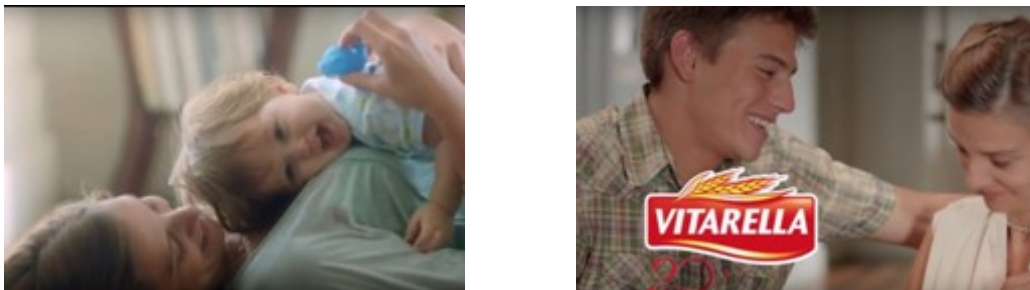
Figura 3 – Imagens de produção audiovisual da Coca-Cola® em que mães aparecem em diversos contextos demonstrando simbolicamente o cuidado com a família e o zelo maternal.



Fonte: Revista EXAME, 2014.



Figura 4 – Imagens de produção audiovisual da Vitarella®. A propaganda, intitulada Tempo, conta a história de mãe e filho desde sua infância até a sua adolescência. Em alguns momentos aparecem os biscoitos da marca na relação entre ambos.



Fonte: YOUTUBE, 2013.

Qualquer mãe ou filho é emocionalmente tocado pelas imagens das campanhas apresentadas. Orgulho, carinho e gratidão são, respectivamente, despertados no inconsciente coletivo das mães e filhos. Independente de raça, classe social, idade, provavelmente, emocionam-se em igual escala, pois compreendem a mensagem arquetípica transmitida pelas marcas, que funciona como a função transcendente, interligando os conteúdos inconscientes e conscientes, dando profundidade às experiências mães *versus* filhos.

8. Considerações finais

Este artigo propôs uma espécie de síntese de um *modus operandi* do consumo das sociedades globalizadas e capitalistas da atualidade. As marcas caracterizam-se pelas produções de produtos que se transformam em códigos culturais disseminados por meio da comunicação das marcas, que, por sua vez, confeccionam formas universais de comportamento e desejos de consumo.

Orquestrados pelas grandes empresas e corporações, os anúncios publicitários, por meio de imagens arquetípicas, intermedeiam um fluxo de significados e símbolos entre marcas e consumidores. As marcas manipulam os signos, que se tornam, no decorrer do processo comunicacional, símbolos arquetípicos em formas de produtos.



Da produção até o consumidor final, verificamos que existe um fluxo de significados culturais transferidos de um agente ao outro, por meio de mecanismos diversos. Dentre eles, podemos citar a articulação mitológica das imagens publicitárias, por parte das marcas, que influencia diretamente na simbiose entre identidade da marca e identidade do consumidor.

Analisamos como as propagandas refletem o imaginário coletivo, conferindo aos objetos encantamentos e significados específicos. Além disso, vimos como as marcas usufruem dos arquétipos como um mecanismo extremamente poderoso para transferência de significados, a ponto de atribuir qualquer significado a qualquer produto, adentrando profundamente na psique de seus usuários. Valendo-se de narrativas fantasiosas, as propagandas criam mitos e, logo, reforçam valores e ideias oriundos do sistema cultural. Assim, tornam fundamental sua importância na cultura do consumo; a propaganda, com base em um processo de decodificação e conferência de significados, tornou-se um dos principais fatores que completam a transição das mercadorias do mundo da produção para o consumo.

Os anúncios publicitários viabilizam o consumo ao oferecer um sistema classificatório que garante a circulação dos símbolos e significados atrelados às mercadorias, desempenhando, como vimos, uma função importante para a construção e a expressão da identidade dos indivíduos. Os produtos são depositórios de significados culturais, a respeito dos quais o consumidor pode ou não estar consciente. Independentemente da forma como se manifestam, são os signos e os símbolos contidos em um produto que conferem aos indivíduos *status*, estilos de vida e sua autoimagem. Desse modo, contribuem para dizermos, a nós mesmos e aos outros, o tipo de pessoa que somos ou que gostaríamos de ser. Por fim, o consumo ocorre, propriamente, no momento em que o objeto produzido é inserido na sociedade, tornando-se um produto do imaginário coletivo, com um conjunto de conotações e atributos arquetípicos que lhe diferenciam dos demais. Nesse momento, deixa de ser um objeto produzido em série e passa a ganhar significação concedida pelo homem.

Referências

ALENCAR, Valéria Peixodo de. [2008]. **Representação de Deméter e Perséfone**. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/artes/mito-e-arte.jhtm>>. Acesso em: 31 ago. 2012.

ARMSTRONG, Karen. **Breve história do mito**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

BARBER, Benjamin. **Consumido**: como o mercado corrompe criança, infantiliza adultos e engole cidadãos. Rio de Janeiro: Record, 2007.

BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. São Paulo: Difel, 1980.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

BOECHAT, Walter. **A Mitopoese da psique**: mito e individuação. Petrópolis: Vozes, 2008

BOLEN, Jean Shinoda. **As deusas e a mulher**: nova psicologia das mulheres. São Paulo: Paulus, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2006.

CARDOZO, Missila Loures. A construção emocional das marcas: o uso de arquétipos e estereótipos. **Revista Imes Administração**, São Caetano do Sul. p. 68-76. jul./dez. 2014.

CARVALHO, Nelly de. **Publicidade**: a linguagem da sedução. São Paulo: Ática, 2000.

CEBALLOS, Lina Maria. Gómez, Juliana Villegas. El uso de los arquétipos em la indústria de la moda em Colombia. **Estudios Gerenciales**. Medellin, v. 30, p. 48-54, 2014.

COELHO, Nely. **O conto de fadas**: símbolos, mitos e arquétipos. São Paulo: Paulinas, 1998.

EXAME.COM. [2014] **Coca-Cola mostra como mães reúnem famílias nas refeições**. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/marketing/noticias/coca-cola-mostra-como-maes-reunem-familias-nas-refeicoes>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

NEUMANN, Eric. **História da origem da consciência**. São Paulo: Cultrix, 1968.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernidade**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

- FERNANDES, Ermelinda Ganem; FIALHO, Francisco Antonio Pereira. **Tipologias e Arquétipos**: a psicologia Profunda como base para uma hermêutica. Florianópolis: Insular, 2014.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- HILLMANN, James. **Re-vendo a psicologia**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- HOAUISS. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JUNG, Carl Gustav. **Psicologia do Inconsciente**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- _____. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- KAMINSKI, Evelyse. Consumo: uma construção identitária cultural na sociedade contemporânea. **Revista de Estudos da Comunicação**. v. 11, n. 24, jan./abr. 2010, p. 31-38.
- KELLER, Kevin L.; MACHADO, Marcos. **Gestão Estratégica de Marcas**. São Paulo: Pearson Pratices Hall, 2007.
- KOTLER, Philip; PFOERTSCH, Waldemar. **B2B Gestão de Marcas em Mercado**. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- MARK, Margaret; PEARSON, Carol S. **O Herói e o Fora-da-Lei**. Como construir marcas extraordinárias usando o poder dos arquétipos. São Paulo: Cultrix, 2001.
- MARTINS, José S. **A Natureza Emocional da Marca**. Construção de marcas líderes. Rio de Janeiro: Campus. 2007.
- McCRACKEN, Grant. **Cultura & Consumo**: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e atividades de consumo. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- MORAES, Fabrício. Arquétipo e representações arquetípicas. **Jung no espírito santo**. Disponível em: <<http://psicologiaanalitica.wordpress.com/2010/04/16/arquitipo-e-representaes-arquetpicas-2/>> Acesso em: 01 ago. 2012.
- NORMAN. Donald A. **DesginEmocional**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.
- PETRY, Helen; SILVA, Roberta Del-Vechio de Oliveira. Os Arquétipos nas Propagandas de Revistas Femininas. **Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, 2004. Disponível em: <<http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/16885/1/R0461-3.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2011.
- RANDAZZO, Sal. **A criação de mitos na publicidade**: como os publicitários usam o poder do mito e do simbolismo para criar marcas. São Paulo: Rocco, 1997.

SAMPAIO, Rafael. **Marcas de A a Z**. Como construir e manter marcas de sucesso. Campus, 2002.

SANTAELLA, Lucia. **Imagem**: cognição, semiótica e mídia. São Paulo: Iluminuras, 1999.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo**: viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Analucia Macedo da. **A relação da arte com a psicologia analítica**. Curitiba: PUCPR, 2008.

SOOD, ChandaraSurech. **Consumer archetype brand stories**: Theory and research on consumers' reports of interactions with brands and experiencing primal forces. 2010. 392 f. Thesis (Doctor of Philosophy (PhD)), University of Technology. Sydney, 2010.

SUDJIC, Deyan. **A linguagem das coisas**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

TOALDO, Mariângela M. Sob o signo do consumo: status, necessidades e estilos. **Revista Famecos**. Porto alegre. n. 7 nov. 1997, p. 89-97.

TYBOUT, Alice M. et al. **Branding**. São Paulo: Atlas, 2006.

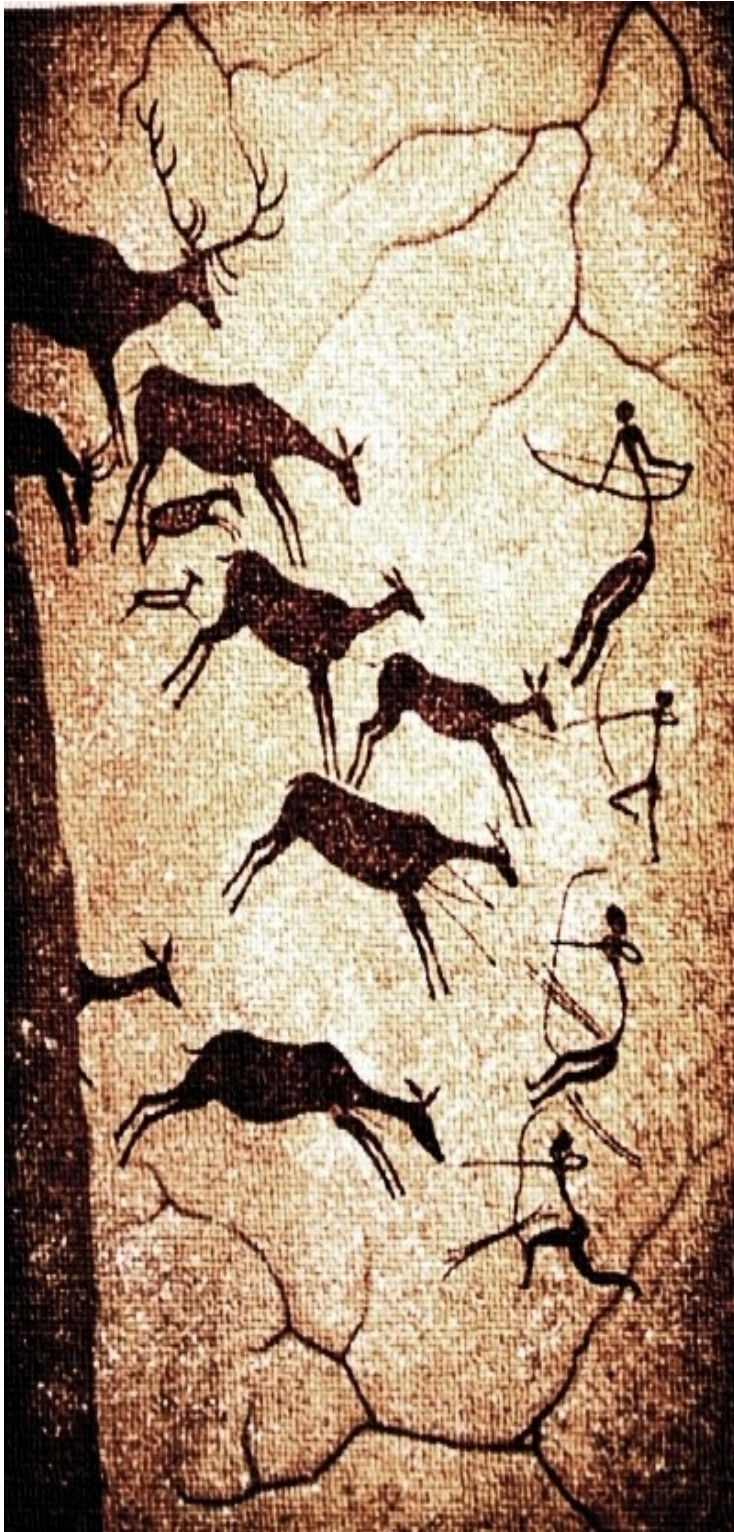
ULSON, Glauco. **O método junguiano**. São Paulo: Ática, 1995.

VEEN, Steve Vander. Consumption of heroes and the hierarchy of effects. **Advances in Consumer Research**, v. 21, 1994, p. 332-336.

VOGLER, Christopher. **A jornada do escritor**: estrutura mítica para escritores. São Paulo: Editora Aleph, 2015.

Submetido em: 29/08/2016. Aprovado em: 25/11/2016.





A MEMÓRIA HUMANA COMO OBJETO DE PESQUISA: UMA LACUNA DO CONHECIMENTO INTERDISCIPLINAR A SER EXPLORADA

Jactania Marques Muller*
Francisco Antonio Pereira Fialho**
Patricia de Sá Freire***

Resumo: O campo de estudos sobre a memória é amplo. A memória humana é, principalmente, abordada pelas áreas de neurociência e psicologia cognitiva. Além desta interface neuropsicológica, percebe-se que se faz necessário promover um diálogo com outros paradigmas disciplinares para que seja possível aprofundar a compreensão da memória humana e seus mecanismos de funcionamento subjacentes. Neste contexto, este estudo tem como objetivo elaborar uma revisão no conceito de memória, abordando os diferentes tipos de memórias, os quais cumprem diferentes funções. Para alcançar este objetivo, é realizada uma revisão integrativa de artigos publicados em periódicos disponíveis na base de dados Scopus. 254 publicações foram coletadas a partir dos descritores utilizados e, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 41 artigos configuraram-se em amostra final. Em sequência à análise dos artigos, o objetivo do estudo foi alcançado e pode-se concluir que ao proporcionar um espaço de diálogo comum e integração das disciplinas e do conhecimento científico disponível, a perspectiva interdisciplinar no que diz respeito aos estudos sobre memória, permite-nos compreender as possibilidades dessa capacidade humana.

Palavras-chave: Memória. Memória de curto prazo. Memória de trabalho. Memória de longo prazo.

Abstract: The field of study of memory is ample. The human memory is mainly covered the areas of neuroscience and cognitive psychology. In addition to this neuropsychological interface, one realizes that it is necessary to promote a dialogue with other disciplinary paradigms so that you can deepen the understanding of human memory and its operating mechanisms underlying. In this context, this study aims to develop a revised concept of memory, addressing the different memories, systems and subsystems, which fulfill different functions. To accomplish this, an integrative review is performed from articles published in scientific journals available in the Scopus database. 254 publications were collected from the descriptors and, after application of the inclusion and exclusion criteria,

*Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Doutoranda em Engenharia e Gestão do Conhecimento - UFSC,
membro do Núcleo de Estudos e Desenvolvimentos em
Conhecimento e Consciência (NEDECC/CNPq).
Email: jac-muller@hotmail.com

**UFSC
Professor do Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do
Conhecimento - UFSC, líder do NEDECC/CNPq.
Email: fapfialho@gmail.com

***UFSC
Professora do Departamento de Engenharia e Gestão do
Conhecimento - UFSC.
Email: patriciadessaefreire@gmail.com



REVISTA
MEMORARE

UNISUL
www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

41 articles took shape in the final sample. After analyzing the articles, the objective was achieved and it can be concluded that to provide a common space for dialogue na integration of disciplines and scientific knowledge available, interdisciplinary perspective with regard to studies of memory, allows us to understand the possibilities of this human capacity.

Keywords: *Memory. Short-term memory. Working memory. Long-term memory.*

1. Introdução

A memória humana é composta por sistemas inteligentes que trabalham de forma independente; é uma função cognitiva fundamental que está diretamente relacionada com a percepção e aprendizagem (O'HARA et al., 2006). O psicólogo Ebbinghaus (1885) foi um dos primeiros pesquisadores a realizar trabalhos experimentais para documentar esta capacidade humana. No século XIX, William James (1890) propôs uma divisão entre memória primária e memória secundária, em que estas formas de memória eram entendidas, respectivamente, como as memórias que temos disponíveis na consciência e as memórias mais duradouras. Isso já assinalava, portanto, que a memória não é um sistema único.

O termo “memória” é usado de diversas maneiras e tem várias definições técnicas. No dia a dia, por exemplo, memória se refere ao ato de trazer à mente uma informação que foi retida a partir do passado (O'HARA et al., 2006). A memória é também entendida como o local que conserva um conteúdo armazenado. Essa perspectiva indica que, da mesma forma como uma história pode ser armazenada, se for escrita ou registrada, o conteúdo de nossos estados mentais podem ser armazenados na memória. (VORGERAU, 2010). Dito de outra forma, as informações são colocadas em algum lugar seguro para ser recuperadas quando necessário.

Indo além, a memória se refere à faculdade mental de reter informações sobre estímulos de algum tipo quando esses estímulos não estão mais presentes (HOFFMANN, 2010). A memória também pode referir-se ao conteúdo do sistema de armazenamento em vez do próprio sistema (O HARA et al., 2006).

Enfim, há diversas referências para os processos e mecanismos subjacentes às várias formas de memória, além de diferentes níveis de análise em que pode ser investigada. No nível individual, é objeto de investigação da neurologia, psicologia e

áreas interdisciplinares como a neuropsicologia, disciplina revelada pela interseção da neurociência e psicologia cognitiva (O’HARA et al., 2006). Em nível coletivo, alguns campos de pesquisa contribuem para o desenvolvimento teórico-empírico da memória organizacional, entre eles administração, aprendizagem, engenharia e gestão do conhecimento (SANTOS; MALDONADO; SANTOS, 2011).

O encontro entre neurociência e psicologia no que diz respeito ao estudo da memória revelou, segundo O’Hara et al. (2006), uma descoberta chave e influente, a de que não existe um sistema único de memória na mente, nenhum dispositivo capaz de fazer todo o trabalho do que chamamos de “memória”. Para os autores, os seres humanos (e animais) possuem vários sistemas e subsistemas de memória, sistemas distintos para processamento, armazenamento e recuperação de informações de diferentes tipos que interagem suavemente o suficiente para dar a ilusão de uma única faculdade.

Das diversas taxionomias existentes de memória, a mais aceita e utilizada divide a memória por capacidade e persistência. Por um lado, Baddeley (1986), há a memória de curto prazo ou memória de trabalho, um sistema de memória ativo com capacidade limitada e persistente, de alta fidelidade, servindo como um espaço de trabalho central para reunir e transformar informações de outros sistemas de memória. Por outro lado, a memória de longo prazo, que serve como repositório final, principalmente passivo, com vasta quantidade de informações e habilidades proposicionais. A memória de longo prazo, para Tulving (2002), é dividida em memória semântica, memória episódica e memória procedural. Deste modo, a memória envolve um sistema de memória temporário e ativo (memória de curto prazo ou memória de trabalho) e um sistema de memória de longo prazo e passivo. De forma geral, estes dois sistemas ocupam posições diferentes no cérebro, possuem arquitetura cognitiva distintas e são independentes (BADDELEY, 1986; BADDELEY; HITCH, 1974; SHALLICE, 1988; SHALLICE; WARRINGTON, 1970).

Para que possamos aprofundar a discussão sobre a memória humana, este artigo pretende, por meios bibliográficos, revisar o conceito de memória, percorrendo sobre os diferentes sistemas de memória, os quais cumprem diferentes funções para que os conteúdos não se percam.



Para alcançar este objetivo, o artigo se constitui a partir de uma revisão integrativa e está estruturado em cinco seções. Na primeira, a introdutória, com uma visão breve e geral sobre o tema. Na segunda, encontra-se a delimitação metodológica utilizada e os procedimentos para a coleta de dados. Já a terceira, busca-se sintetizar os conceitos e promover uma discussão que auxilie na resposta central do estudo. Na quarta seção surge uma reflexão sobre os estudos de memória existentes e, por fim, na quinta seção, surgem as considerações finais com apontamentos que fortalecem as premissas discutidas na pesquisa, seguida das referências.

2. Delimitações metodológicas

A revisão integrativa foi escolhida como método de pesquisa porque permite resumir o passado da literatura de modo que se alcance uma compreensão abrangente sobre a memória, apresentando-se o estado da arte e contribuindo para o desenvolvimento teórico de áreas que tratam do tema com a geração de novos conhecimentos.

A revisão integrativa foi reconhecida como a ferramenta mais adequada a ser utilizada neste estudo porque com este método, será possível abordar a memória humana a partir da síntese de estudos teóricos e empíricos publicados na base dados *Scopus*. Além de se constituir em um método valioso para o ordenamento do conhecimento, a revisão integrativa permite que o conhecimento científico existente e disponível seja agrupado possibilitando uma visão geral sobre o tema (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011; MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

As assertivas de Souza, Silva e Carvalho (2010) destacam que a visão geral promovida pela revisão integrativa também permite que se criem novos conhecimentos substanciais para o objeto ou área de estudo, já que a prática baseada em evidências auxilia no entendimento rigoroso do problema elencado. Sob essa consideração, portanto, o artigo se configura em uma revisão integrativa.

A realização do estudo se deu a partir da busca por artigos publicados em periódicos científicos disponíveis na base de dados *Scopus*. A coleta de dados foi realizada por meio de etapas, propostas por Botelho, Cunha e Macedo (2011), sendo elas: 1) identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; 2) estabelecimento dos



critérios e inclusão e exclusão; 3) identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; 4) categorização dos estudos selecionados; 5) análise e interpretação dos resultados e 6) apresentação da revisão. Dessa forma, a busca encontrou 254 artigos, dos quais 41 passaram a compor o estudo por apresentarem relação direta com o tema.

Foram utilizadas as palavras chave “*short term memory*” e “*preservation*”, nesta ordem. Na etapa da pré-seleção e seleção dos artigos, foi realizada a leitura dos títulos, resumos e palavras-chaves de todos os trabalhos que foram encontrados durante a fase de buscas, 254 estudos. Destes, 213 artigos foram excluídos por se tratar de pesquisas que relacionavam a memória a quadros clínicos, como por exemplo, síndrome de *down*, esquizofrenia, doenças cardiovasculares, escleroses, câncer entre outras. Essa ação se justifica porque a base consultada oferece uma visão abrangente sobre a produção científica nas áreas de ciência, tecnologia, medicina, ciências sociais, artes e humanidades, a fim de garantir que pesquisas não sejam esquecidas. Ao final do processo, alcançou-se o total de 41 publicações, que foram considerados como amostra final.

3. Análise descritiva

Em sequência, os estudos selecionados pela revisão integrativa foram analisados e deram origem a uma descrição que pode ser considerada o estado da arte atual sobre o tema.

3.1 Concepções dos aspectos neuropsicológicos da memória humana

Ao longo dos últimos vinte anos, pesquisas no campo da memória têm sido extremamente ativas (EUSTACHE; DESGRANGES, 2008). Como já assinalado, a dimensão neuropsicológica da memória ocorre em vários níveis. A taxionomia mais aceita é a memória de curto e de longo prazo. Essa clássica distinção entre os dois tipos de memória foi apresentada pela primeira vez por Atkinson e Shiffrin (1968).

Um dos argumentos mais convincentes que sustenta a existência de sistemas de memória diferentes é fornecido por estudos de pacientes com danos cerebrais. Em neuropsicologia, as evidências para uma organização modular do cérebro são

sustentadas pela ideia da “dupla-dissociação”. Ocorre a dupla-dissociação sempre que: 1) um indivíduo com a lesão A apresenta a função A comprometida e a função B preservada, enquanto que 2) um indivíduo com a lesão B apresenta a função B comprometida e a função A preservada (WARRINGTON; SHALLICE, 1969). Esta análise se deu pela descrição de pacientes com lesões cerebrais que apresentaram déficits na memória de longo prazo com relativa preservação da memória de curto prazo (BASSO et al., 1982; WARRINGTON; SHALLICE, 1969; WARRINGTON; LOGUE; PRATT, 1971). Em decorrência, a dupla-dissociação serviu de base para o modelo *dual-store*, porque sugere que as duas formas de memória são diferentemente afetadas por uma lesão (BELLEVILLE; CAZA; PERETZ, 2003).

Contudo, há modelos de memória que desafiam essa independência da memória de curto e longo prazo. Estes modelos são baseados no argumento de que a memória resulta de processamento de informação. Esta abordagem de processamento (ou abordagem procedimental) é baseada em Crowder (1989, 1993) e propõe que armazenamento e processamento residem nas mesmas unidades neurais, não existindo unidades separadas em que as informações são colocadas para retenção imediata ou em longo prazo (CROWDER, 1989, 1993; FOSTER; JELICIC, 1999; MCLELLAND, 1994; SQUIRE, 1987).

De acordo com a perspectiva de processamento, sistemas de memória são definidos como “diferentes conjuntos de unidades de processamento de informação - códigos diferentes - não diferentes regras de organização ou funcionamento” (CROWDER, 1993, p. 145). Códigos referem-se a aspectos do mundo que são processados por sistemas de processamento de informações especializadas. As propriedades visuais, fonológicas e semânticas de uma palavra são exemplos de diferentes códigos processados por unidades de processamento de informações.

Assim, essa abordagem indica que a dissociação se encontra ao longo do domínio informacional (por exemplo, códigos fonológicos ou códigos semânticos), em vez do tipo de memória (temporária ou duradoura). No entanto, relatórios de pacientes com comprometimento seletivo de memória de curto prazo são uma evidência para o modelo *dual-store* e representam um desafio para os teóricos que defendem a memória como processamento de informações (BELLEVILLE; CAZA; PERETZ, 2003).



Estudos de memória têm dado origem a inúmeras teorias nos mais diversos campos de conhecimento científico. Aqui, optamos por concentrar na abordagem clássica e mais utilizada em neuropsicologia, as de Tulving (2002) e Baddeley (1986) para a memória de longo prazo e memória de trabalho, respectivamente. Podemos então prosseguir com a diferenciação entre estes dois sistemas, os quais, como já indicado, possuem subsistemas que exercem suas funções de forma independente.

3.1.1 Memória de curto prazo e memória de trabalho

Ao aprofundarmos os estudos sobre memória de curto prazo foi possível identificar que “memória de curto prazo” e “memória de trabalho” são termos muitas vezes utilizados como sinônimos e, outras, como diferentes (EUSTACHE; DESGRANGES, 2008). Isso porque, Baddeley e Hitch, (1974) substituíram o conceito memória de curto prazo por memória de trabalho de múltiplos componentes. A memória de trabalho, portanto, é uma nova nomenclatura para a memória de curto prazo.

Neste modelo, a memória é um sistema responsável pelo processamento e armazenamento temporário de informações necessárias para realizar atividades diversas, como compreensão, aprendizagem e raciocínio. Este tipo de memória nos permite gerenciar o “aqui e agora”, processa e retém informações por pouco tempo, as quais são importantes para o raciocínio imediato e resolução de problemas (MIYAKE; SHAH, 1999), seu papel é particularmente importante devido ao seu envolvimento com atividades cognitivas relacionadas com a vida cotidiana (BORELLA et al., 2013).

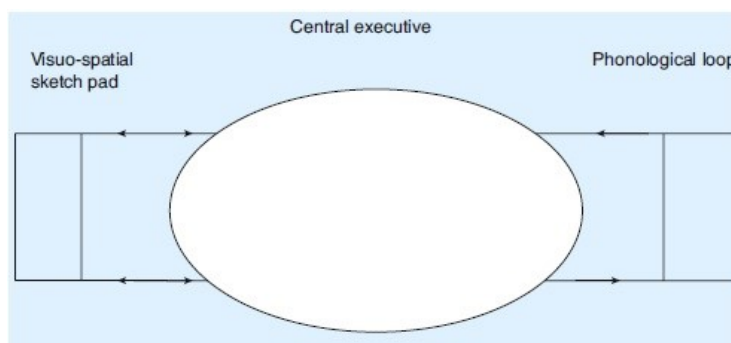
Sem esse tipo de memória, por exemplo, seria difícil compreender a linguagem falada que ocorre sequencialmente, ou ainda ler um texto ou resolver uma equação sem lembrar a parte inicial ou o enunciado, mas ela foi necessária para compreender a mensagem escrita ou falada. Além disso, a memória de curto prazo é uma capacidade cognitiva que integra os componentes da inteligência fluída (HORN, 1987), que se refere à capacidade de resolução de problemas novos e pouco estruturados para os quais não existem procedimentos aprendidos previamente (MCGREW; FLANAGAN, 1998).

O modelo de memória de trabalho de Baddeley e Hitch (1974), representado na figura 1, compreende dois sistemas escravos, responsáveis pela manutenção temporária da informação: o *loop* fonológico, que processa o material linguístico e o *buffer*



visuoespacial, envolvido na manutenção da informação espacial e visual e na formação e manipulação de imagens mentais. Estes dois sistemas são coordenados e supervisionados pelo executivo central (BADDELEY, 2000).

Figura 1 - Representação simplificada do modelo de memória de trabalho



Fonte: Baddeley, 2007.

O *loop* fonológico, responsável por armazenar e atualizar a informação verbal, compreende ainda dois subsistemas: um armazém fonológico passivo com capacidade limitada e um sistema de ensaio subvocal que ajuda a atualizar as informações e converter um estímulo verbal em um código fonológico (BADDELEY, 1986; 1992; EUSTACHE; DESGRANGES, 2008; NAIRNE, 2002). O *buffer* visual, por sua vez, possui um armazém visual temporário, que está sujeito ao enfraquecimento e à interferência de novas informações recebidas, e um armazém espacial temporário, que pode ser usado para planejar o movimento e também para exercitar o conteúdo do armazém visual (BADDELEY, 1986; 1992; COLLETTE et al., 1997; LOGIE, 1995).

A memória de trabalho localiza-se em uma parte específica do cérebro. Estudos de neuroimagem revelaram que este sistema está localizado no lobo pré-frontal do cérebro (córtex pré-frontal), já os outros sistemas (os quais serão abordados na próxima seção) estão posicionados em regiões posteriores. Os componentes da memória de trabalho (*loop* fonológico e *buffer* visuo-espacial) são separados, mas totalmente interligados, conforme figura 1.

A função principal da memória de trabalho é manter informações adquiridas através do sistema sensorial, ou seja, a partir da percepção do ambiente, por um breve

período, de modo que a informação possa ser usada para um comportamento dirigido a uma meta (D'ESPOSITO, 2007). A característica fundamental da memória de trabalho é sua capacidade limitada, que normalmente inclui cerca de sete itens - as vezes um pouco mais ou menos, mas geralmente a variação ocorre de cinco a nove itens (MILLER, 1956)¹.

A maneira clássica de avaliar os sistemas escravos da memória de trabalho consiste em um procedimento simples: uma sequência de itens é apresentada, os quais devem ser lembrados imediatamente na mesma ordem. A capacidade da memória é avaliada quanto ao número máximo de itens recuperados corretamente (MILLER, 1956), indicando, portanto, que a atenção e a percepção são processos psicológicos diretamente relacionados com a memória de trabalho.

Estudos mostram que a memória de trabalho aumenta gradualmente durante a infância e segue tendo uma diminuição na idade adulta até a velhice (SANDER; WERKLE-BERGNER; LINDENBERGER, 2011). Por isso, as queixas de memória são muito comuns entre os idosos saudáveis (KEEFOVER, 1998), pois uma das regiões cerebrais mais sensíveis ao envelhecimento do organismo é o córtex pré-frontal, área dedicada à memória de trabalho (RAJAH; D'ESPOSITO, 2005).

Há muitas discussões sobre déficits e perda da memória de trabalho. Da mesma forma, são amplamente discutidas na literatura estratégias para preservar e reabilitar este sistema cognitivo, dado a sua complexidade e envolvimento com os demais processos neuropsicológicos.

3.1.2 Memória de longo prazo

Os autores Atkinson e Shiffrin (1968) classificaram a memória humana em memória de curto prazo (posteriormente nomeada de memória de trabalho) e memória de longo prazo. A memória de longo prazo, ainda, é composta por subsistemas diferentes. De acordo com Tulving (2002), a memória episódica, a memória semântica e a memória procedural compõem a memória de longo prazo.

¹George Miller em 1956 publicou o artigo “*The magical number seven, plus or minus two: some limits on our capacity for processing information*” que se tornou um marco na psicologia cognitiva e no estudo da memória.



A memória episódica é definida como a memória de acontecimentos e experiências pessoais, situada no tempo-espço da sua aquisição. A característica básica da memória episódica é que ela permite a lembrança consciente de uma experiência anterior, o evento em si (o que), e também onde e quando ocorreu. A ênfase é colocada não só na precisão da recordação do evento, mas também na experiência subjetiva. Memória episódica é a única forma de memória que, no momento de recordação, está voltada para o passado (EUSTACHE; DESGRANGES, 2008). A memória episódica, portanto, engloba tanto a precisão do fato quanto experiência subjetiva. É uma capacidade, segundo Tulving (2002), essencialmente humana.

Recuperar uma lembrança a partir da memória episódica significa fazer uma viagem (mental) no tempo ou voltar ao passado de forma consciente. Esta perspectiva, que caracteriza a memória episódica, indica que a pessoa é consciente de sua própria identidade e existência. Uma pessoa profundamente amnésica nos dá uma ideia do que a ausência de memória episódica significa, ela é incapaz de se projetar tanto para o passado quanto para o presente e futuro (TULVING, 2002; ROSENBAUM et al., 2005).

Memória semântica, por sua vez, diz respeito à compreensão e ao uso da linguagem (palavras e conceitos) e à memória de “fatos gerais do mundo”. A definição de memória semântica refere-se à consciência da existência do mundo e objetos, eventos e outros elementos dentro dele, independe da subjetividade envolvida como acontece na memória episódica (EUSTACHE; DESGRANGES, 2008). A memória semântica, portanto, permite uma atitude introspectiva em relação ao mundo, sem que, necessariamente, o objeto que deu origem ao pensamento esteja presente, e sem o sentimento subjetivo da experiência que caracteriza a memória episódica (TULVING, 1972).

As memórias episódica e semântica são temas muito estudados em psicologia e neurociências (O’HARA et al., 2006). Há uma grande quantidade de dados neuropsicológicos, com base em diversas metodologias, que documentam a distinção entre a memória semântica – que se refere ao depósito de fatos que sabemos sobre o mundo - e a memória episódica - memória dos eventos individuais, onde o ato de lembrar envolve uma viagem no tempo para o momento e local onde o evento aconteceu no seu mundo objetivo e subjetivo. (EUSTACHE; DESGRANGES, 2008; TULVING,

2002). O caso de um (a) paciente casado (a) incapaz de lembrar-se de onde ou quando esse evento aconteceu, ou que estava lá no momento, é um exemplo de déficit (grave) na memória episódica, mas não em memória semântica (O'HARA et al., 2006).

Já a memória procedural permite-nos gradualmente adquirir competências através da formação (no decurso de inúmeras tentativas), armazená-las e reconstruí-las sem necessariamente remeter-nos a experiências anteriores. Ela é expressa nas atividades do indivíduo e seus conteúdos são difíceis de verbalizar. Memória procedural é uma forma automática de memória e seus conteúdos não podem ser facilmente acessados pela consciência (EUSTACHE; DESGRANGES, 2008). A aprendizagem procedural requer a cooperação de vários sistemas cognitivos, entre eles os sistemas de memória de trabalho e de memória episódica, e o sujeito é parcialmente consciente dos processos envolvidos. A memória procedural é ativada durante tarefas constantes e repetitivas, caracterizadas por invariância do material e instruções (ACKERMAN, 1987).

Através da prática de condições lógicas e invariantes é possível estabelecer processos rápidos, procedurais e automáticos. A natureza constante de uma tarefa reduz a variabilidade de desempenhos entre indivíduos durante o processo de aprendizagem (EUSTACHE; DESGRANGES, 2008). A memória procedural é, portanto, ativada durante uma tarefa automatizada. Este fenómeno tem sido descrito no contexto de teorias de aprendizagem que postulam a existência de diferentes fases do processo de aprendizagem (ANDERSON, 1999). Beaunieux et al. (2006) confirmaram que três fases distintas ocorrem durante a aprendizagem procedural, a cognitiva, a associativa e a automática.

Esta classificação dos subsistemas de memória de longo prazo, apesar de ser bem aceita pela neuropsicologia, não está isenta de problemas (MORRIS et al., 2006). Uma omissão importante, segundo os autores, relaciona-se com a memória de “valor” ou emocional, em que estímulos específicos podem evocar sentimentos de prazer ou tristeza. Outra distinção importante é entre a memória implícita e explícita.

A memória implícita e a memória explícita gozam de um status especial e tem dado origem a um número considerável de estudos em neuropsicologia. Os termos explícitos e implícitos (inicialmente usado por Édouard Claparède) fazem distinção entre duas formas de processos de memória (EUSTACHE; DESGRANGES; MESSERLI,

1996), são descritivas e, ao contrário dos conceitos apresentados anteriormente, não se referem a sistemas de memória de pleno direito. Esta distinção, no entanto, precisa ser esclarecida pela literatura.

Os termos explícitos e implícitos são usados para descrever diferentes tarefas de memória², mas também podem se referir à experiência psicológica que acompanha a recuperação da informação (TULVING, 2001). De acordo com Schacter (1994), a memória implícita é posta em jogo quando as experiências anteriores modificam o desempenho em uma tarefa que não exige a lembrança consciente dessas experiências. Por outro lado, a memória explícita se refere a situações em que um sujeito lembra conscientemente das informações armazenadas na memória. Memória explícita pode ser avaliada utilizando os testes clássicos para a memória por meio de recordação livre, recordação com pistas e reconhecimento (embora os mecanismos implícitos também estejam envolvidos em tarefas de reconhecimento). Apenas a memória explícita, portanto, envolve a consciência ativa do conteúdo do sistema. A memória implícita, ao contrário, ainda pode ser propositivo, mas não está disponível ao consciente.

4. Uma reflexão acerca dos estudos sobre memória

Foi apresentado até aqui uma breve revisão dos aspectos clássicos da memória humana, ou seja, sua concepção neuropsicológica. O foco desta abordagem concentrou-se nas ideias de Baddeley e Hitch (1974) e Baddeley (1986) para a memória de trabalho e as Tulving (2002) para a memória de longo prazo. No entanto, os estudos sobre a memória humana têm dado origem a inúmeras descobertas em diversos campos do conhecimento científico. Isso indica que o tema é uma oportunidade para a pesquisa interdisciplinar.

Embora grandes filósofos como Sócrates e Platão tenham tratado da memória como uma faculdade da mente, ela é interdisciplinar. Por exemplo, questões como armazenamento, recuperação e até mesmo o esquecimento são estudados em diversos campos e sob diferentes olhares e, ainda assim, muitas destas questões não são totalmente compreendidas pela literatura (O'HARA et al., 2006).

²Os diferentes componentes descritos neste trabalho correspondem a sistemas de memória, não devem ser confundidos com tarefas de memória, que são desenvolvidas no âmbito de outros quadros teóricos.



Num espaço de discussão sobre a memória, a interdisciplinaridade é fundamental. Um estudo sobre memória envolve aspectos sobre os mecanismos do cérebro (neurociência), da mente humana (psicologia, sobretudo a psicologia cognitiva), o comportamento social (sociologia - como nossas concepções de memória evoluem, várias questões sociais tornam-se relevantes), tecnologia da informação e gestão do conhecimento (BROOKING, 1998; O'HARA et al., 2006). São algumas das disciplinas envolvidas diretamente no tema.

Indo além, a interseção de algumas áreas científicas como a neurociência e psicologia cognitiva, influenciando-se mutuamente por meio da neuropsicologia; a biologia inspirada na computação (e vice-versa) com o desafio de compreender como funciona a memória humana e sua interação com o meio ambiente, a fim de preservá-la com suporte tecnológico, está se tornando cada vez mais comum (O'HARA et al., 2006). A interface entre o mundo físico e o mundo digital parece estar cada vez mais presente e cada vez menos determinado (ABOWD et al., 2002). É reconhecido, inclusive, que a interação entre tecnologia e sociedade humana pode ter efeitos psicológicos de longo alcance (ONG, 1982). Sem deixar de citar as vertentes mais atuais de pesquisa em ciências sociais, entre elas a neuroeconomia, que mostram importantes campos interdisciplinares de pesquisa (O'HARA et al., 2006).

Percebe-se, desta forma, que um estudo desta natureza não se efetiva por meio de uma pesquisa puramente disciplinar, ao contrário, é um campo onde várias disciplinas são capazes de contribuir. Além disso, o estudo da memória humana abrange aspectos científicos e tecnológicos atuando em conjunto. Por exemplo, podemos contar com sistemas inteligentes para auxiliar a memória das pessoas, para que ela não se perca. Um exemplo, trazido por Fitzgibbon e Reiter (2003) que apresentam estudo sobre a gestão de informações sobre a vida humana, é a “memória protética” para aqueles indivíduos com disfunções de memória. Do mesmo modo, o “*Memories for Life*” (M4L)³ é um projeto que visa entender como funciona a memória humana e desenvolve tecnologias para melhorá-la. Isso significa que as implicações neuropsicológicas da memória sendo tratadas no âmbito das engenharias resultam não apenas em sistemas de imitação, mas também para encontrar funções de memória artificiais que complementam a função humana.

³Disponível em: <http://www.memoriesforlife.org>

Há muitas oportunidades para as ciências e as tecnologias atuarem nos problemas humanos. No entanto, o pesquisador deve estar atento às investigações que envolvem este tema. O'Hara et al. (2006) alertam, principalmente, para o esquecimento que é concebido de maneira diferente pelas disciplinas. Nas ciências humanas, o esquecimento, embora às vezes seja uma disfunção, muitas vezes é um fenômeno que atua como uma espécie de arrumação mental, que utilmente se livra de informações desatualizadas, desnecessárias ou traumáticas. Mesmo que o esquecimento possa ser problemático e debilitante a ponto de comprometer a capacidade de uma pessoa viver de forma independente, Schacter (2001) argumenta que o esquecimento é uma consequência inevitável de um sistema mental que normalmente funciona muito bem e que as diversas manifestações do esquecimento “normal” são ferramentas extremamente úteis para pesquisadores que estão estudando como o sistema biológico é organizado.

Por outro lado, numa máquina, o esquecimento é quase sempre uma falha, um fenômeno de primeira ordem, pois a informação uma vez que é armazenada em um disco rígido deve permanecer lá (O'HARA et al., 2006). Ou seja, há um contraste natural entre as áreas envolvidas. Para cientistas da computação o esquecimento é algo ruim, ao contrário, a mensagem das ciências humanas é que o esquecimento é vital para o funcionamento eficaz.

Por fim, estudos e novas descobertas sobre a memória humana estão emergindo no contexto de várias disciplinas. Além de proporcionar um espaço de diálogo comum para promover a integração das disciplinas e do conhecimento científico, a perspectiva interdisciplinar, no que diz respeito ao estudo da memória, oferece-nos uma compreensão mais abrangente sobre as possibilidades desta capacidade humana.

5. Considerações finais

Após uma revisão integrativa nos artigos coletados na base de dados *Scopus*, foi possível compreender alguns conceitos chaves sobre a memória, bem como os mecanismos de funcionamento subjacentes. No que diz respeito à abordagem neuropsicológica da memória, os estudos destacam a divisão dessa função cognitiva em memória de curto termo, ou mais recentemente memória de trabalho, e memória de



longo prazo que por sua vez conta com subsistemas para dar conta do armazenamento do conteúdo a longo prazo ou permanente.

A partir dos conceitos fundamentais, estabeleceu-se um diálogo entre as áreas de conhecimento científico que buscam compreender a memória, além de identificar os diversos olhares possíveis neste objeto de pesquisa. Das diversas disciplinas que contribuem ao estudo da memória, se destacam a neurociência, psicologia, ciências tecnológicas, gestão do conhecimento e a sociologia (O'HARA et al., 2006), apontando como a memória se encaixa nos comportamentos da sociedade, além da importância das memórias sociais serem preservadas.

Este artigo apresentou, portanto, uma reflexão sobre aspectos científicos, tecnológicos e sociais da memória. Esta análise sob vários olhares mostrou que as disciplinas envolvidas neste objeto de estudo são inevitavelmente influenciadas por suas metodologias que as acompanham em sua interpretação do que a memória pode ser, como, por exemplo, o esquecimento tratado sob pontos de vistas diferentes. Além de proporcionar um espaço de integração das disciplinas e apresentação do conhecimento científico disponível, esta discussão sobre os estudos da memória permitiu-nos uma reflexão sobre esta função cognitiva essencial para o indivíduo realizar com independência suas atividades (das mais simples às mais complexas) diárias.

Por fim, como já exposto anteriormente, estudos e pesquisas sobre a memória humana emergem no contexto de várias disciplinas e a abordagem utilizada neste artigo apontou a necessidade de manutenção de um diálogo constante entre as diferentes áreas que se dedicam ao estudo da memória. Faz-se necessário, portanto, o monitoramento dos avanços dos estudos sobre a memória humana, nas áreas relacionadas, para que se atualize os conhecimentos emergentes.

Referências

ABOWD, G. D.; MYNATT, E. D.; RODDEN, T. The human experience. **IEEE pervasive computing**. v. 1, p. 48-57, 2002.

ACKERMAN, B. P. Descriptions: a model of nonstrategic memory development. **Advances in Child Development and Behavior**, v. 20, 1987.

ALLPORT, D. A. Distributed memory, modular subsystems and dysphasia. In: NEWMAN, S.; EPSTEIN, R. (Eds.). **Current perspective in dysphasia**. London: Churchil Livingstone, 1985, p. 32-60.

ATKINSON, R. C.; SHIFFRIN, R. M. Human memory: a proposed system and its control processes. In: Spence K. W. (Ed.). **The Psychology of learning and motivation: Advances in research and theory**. New York: Academic, 1968, p. 89-195.

BADDELEY, A.D. **Working Memory**. Oxford: Oxford University Press, 1986.

BADDELEY, A. D. Working memory: the interface between memory and cognition. **Journal of Cognitive Neuroscience**, v. 4, p. 281-288, 1992.

BADDELEY, A. D.; HITCH G. J. Working Memory. In: BOWER, G. A. (Eds.). **The psychology of learning and motivation**. Academic Press, New York, v. 8, 1974, p. 47-89.

BASSO, A.; SPINNLER, H.; VALLAR, G.; ZANOBIO, M. E. Left hemisphere damage and selective impairment of auditory verbal short-term memory. A case study. **Neuropsychologia**, v. 20, p. 263-274, 1982.

BEAUNIEUX, H.; HUBERT, V.; WITKOWSKI, T.; PITEL, A. L.; ROSSI, S.; DANION, J. M. Which processes are involved in cognitive procedural learning? **Memory**, v.14, p. 521-539, 2006.

BELLEVILLE, S.; CAZA, N.; PERETZ, I. A neuropsychological argument for a processing view of memory. **Journal of Memory and Language**, v. 48, n. 4, p. 686-703, 2003.

BOTELHO, L.L.R.; CUNHA, C.J.C.A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Revista Eletrônica Gestão e Sociedade**, v.5, v. 11, p. 121-136, 2011.

BROOKING, A. **Corporate memory: strategies for knowledge management**. London: Thomson Business Press, 1998.

CRAIK, F. I. M.; LOCKHART, R. S. Levels of processing: A framework for memory research. **Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior**, v. 11, p. 671-684, 1972.

CROWDER, R. G. Modularity and dissociations in memory systems. In: Roediger, H. L.; CRAIK, F. I. M. (Eds.). **Varieties of memory and consciousness: Essays in honour of Endel Tulving**. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1989, p. 271-294.

CROWDER, R. G. Short-term memory: Where do we stand? **Memory & Cognition**, v. 21, p. 142-145, 1993.



DE FRIAS, C. M.; LÖVDEN, M.; LINDENBERGER, U.; NILSSON, L.G. Revisiting the dedifferentiation hypothesis with longitudinal multicohort data. **Intelligence**, v. 35, p. 381-392, 2007.

D'ESPOSITO, M. From cognitive to neural models of working memory. **Philosophical Transactions of the Royal Society of London Series B, Biological Sciences**, v. 362, p. 761-772, 2007.

EBBINGHAUS, H. **Memory: A contribution to experimental psychology**. New York: Dover, 1885/1962.

EUSTACHE, F.; DESGRANGES, B. MNESIS: Towards the integration of current multisystem models of memory. **Neuropsychology Review**, v. 18, n. 1, p. 53-69, 2008.

EUSTACHE, F.; DESGRANGES, B.; MESSERLI, P. Edouard Claparède et la mémoire humaine. **Revue Neurologique**, Paris, v. 152, p. 602-610, 1996.

FITZGIBBON, A.; REITER, E. **Memories for life: managing information over a human lifetime**. Cambridge, UK: Computer Laboratory, University of Cambridge, 2003.

Disponível em:

<http://www.nesc.ac.uk/esi/events/Grand_Challenges/proposals/Memories.pdf>.

Acesso em: 8 ago. 2016.

FOSTER, J. K.; JELICIC, M. **Memory: Systems, process or function**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

GATHERCOLE, S. E. Cognitive approaches to the development of short-term memory. **Trends in Cognitive Sciences**, v. 3, n. 11, p. 410-419, 1999.

JAMES W. **The Principles of Psychology**. Reedição no âmbito dos Great Books of Western World: University of Chicago, Ed. Mortimer A. 3. ed.1992.

MCLELLAND, J. L. The organization of memory: A parallel distributed processing perspective. **Revue Neurologique**, v. 150, p. 570-579, 1994.

MCLELLAND, J. L.; RUMELHART, D. E. Distributed memory and the representation of general and specific information. **Journal of Experimental Psychology: General**, v. 114, p. 159-188, 1985.

MCLELLAND, J. L.; NAUGHTON, B. L.; O'REILLY, R. C. Why there are complementary learning systems in the hippocampus and neocortex: Insights from the successes and failure of connectionist models of learning and memory. **Psychological Review**, v. 102, p. 419-457, 1995.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, Out-Dez; v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.



MILLER, G. A. The magical number seven, plus or minus two: Some limits on our capacity for processing information. **Psychological Review**, v.63, 1956.

MORRIS, R.; HITCH, G.; GRAHAM, K.; BUSSEY, T. Learning and memory. In: MORRIS, R.; TARASSENKO, L.; KENWARD, M. (Eds.) **Cognitive systems: information processing meets brain science**. Amsterdam: Elsevier Press. p. 193-235, 2006.

O'HARA, K.; MORRIS, R.; SHADBOLT, N.; HITCH, G. J.; HALL, W.; BEAGRIE, N. Memories for life: a review of the science and technology. **Journal of the Royal Society, Interface / the Royal Society**, v. 3, n.8, p. 351-365. 2006.

ONG, W. J. **Orality and literacy: the technologizing of the word**. London: Methuen, 1982.

PARK, D. C.; PAYER, D. Working memory across the adult lifespan. In: BIALYSTOK, E.; CRAIK, F. I. M. (Eds.). **Lifespan cognition: Mechanisms of change**. New York: Oxford University Press. p. 128-142, 2006.

ROSENBAUM, R. S.; KOHLER, S.; SCHACTER, D. L.; MOSCOVITCH, M.; WESTMACOTT, R.; BLACK, S. E. The case of K.C.: contributions of a memory-impaired person to memory theory. **Neuropsychologia**, v. 43, p. 989-1021, 2005.

SCHACTER, D. L. Priming and non-declarative memory: multiple brain systems supporting learning and memory. In: SCHACTER, D. L.; TULVING, E. (Eds.). **Memory systems**. Cambridge, MA: MIT Press. p. 233-268, 1994.

SCHACTER, D. L. **The seven sins of memory: how the mind forgets and remembers**. New York, NY: Houghton Mifflin, 2001.

SCHNEIDER, W.; SCHUMANN-HENGSTELER, R.; SODIAN, B. **Young children's cognitive development: Interrelationships among executive functioning, working memory, verbal ability, and theory of mind**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2005.

SHALLICE, T. **From neuropsychology to mental structure**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

SHALLICE, T.; WARRINGTON, E. K. Independent functioning of verbal memory stores: A Neuropsychological Study. **Quartely Journal of Experimental Psychology**, v. 22, p. 261-273, 1970.

SANDER, M. C.; WERKLE-BERGNER, M.; LINDENBERGER, U. Binding and strategic selection in working memory: A lifespan dissociation. **Psychologyandaging**, v. 26, n. 3, p. 612-624, 2011.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão Integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.



SQUIRE, L. R. **Memory and brain**. New York: Oxford University Press, 1987.

TULVING, E. Episodic and semantic memory. In: TULVING, E. DONALDSON, W. (Eds.) **Organization of memory**. New York: Academic. p. 381-403, 1972.

TULVING, E. Episodic memory and common sense: how far apart? **Philosophical Transactions of the Royal Society of London**, Series B: Biological Sciences, v. 356, p. 1505-1515, 2001.

TULVING, E. Episodic memory: from mind to brain. **Annu. Rev. Psychol.**v. 53, p. 1-25, 2002.

WARRINGTON, E. K.; SHALLICE, T. The selective impairment of auditory verbal short-term memory. **Brain**, v. 92, p. 885-896, 1969.

WARRINGTON, E. K.; LOGUE, V.; PRATT, R. T. C. The anatomical localization of selective impairment of auditory verbal short-term memory. **Neuropsychologia**,v. 9, p. 377-387, 1971.

VOSGERAU, G. Memory and content. **Consciousness and Cognition**, v. 19, n. 3, p. 838-846, 2010.

Submetido em: 29/08/2016. Aprovado em: 25/11/2016.





O FENÔMENO DA PRECOGNIÇÃO SOB O PONTO DE VISTA DO CONHECIMENTO E DE SUAS MÍDIAS

Jussara Paraná Sanches Figueira*

Cristiano J. C. A. Cunha**

Francisco Fialho***

Resumo: Este artigo analisa o fenômeno da “precognição”, sob o ponto de vista específico do conhecimento e de suas mídias. Foram encontrados apenas onze documentos com alguma relação com o tema. Eles relatam, principalmente, pesquisas quantitativas, que objetivam, sobretudo, discutir a “real” existência do fenômeno; e/ou a possibilidade da retrocausalidade; e/ou fatores intervenientes nos processos, como crenças, gêneros, estados afetivos ou informações preexistentes, e/ou um novo método ou modelo para o estudo de fenômenos anômalos. Os documentos foram analisados a partir de seis categorias: existência, temporalidade, fatores intervenientes, metodologia, conhecimento e mídia. As buscas nas bases de dados Scopus, SciELO e da Capes não recuperaram estudos sobre precognição a partir das mais recentes teorias do conhecimento e de suas mídias nas organizações humanas. Com base nesses resultados, são propostas novas pesquisas de caráter qualitativo sobre o tema, e relacionados possíveis temas a serem pesquisados.

Palavras-chave: Precognição. Conhecimento. Revisão sistemática.

Abstract: This article analyzes the phenomenon of “precognition” under the specific point of view of knowledge and its media. There were found only eleven documents with some relation to the theme. They report mainly quantitative researches that aim mainly to discuss the “real” existence of the phenomenon, and/or the possibility of retrocausality, and/or factors involved in the processes such as beliefs, gender, affective states or preexisting information, and / or a new method or model for the study of anomalous phenomena. The documents were analyzed from six categories: existence, temporality, intervening factors, methodology, knowledge and media. The searches in Scopus, SciELO and Capes databases did not recover studies about precognition from the most recent theories of knowledge and its media in human organizations. Based on these results, new qualitative research on the theme and possible topics to be research are suggested.

Keywords: Precognition. Knowledge. Systematic review.

*Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

NEDECC- Núcleo de Estudos e Desenvolvimentos em
Conhecimento e Consciência – UFSC.

Doutoranda em Engenharia e Gestão do Conhecimento – EGC

Mestre em Administração Pública – UFSC.

Email: diretoria@baobahlabs.com

**Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Pesquisador vice-líder do Núcleo de Estudos e
Desenvolvimentos em Conhecimento e Consciência - NEDECC

Professor do Programa de Pós-graduação em

Engenharia e Gestão do Conhecimento.

Dr. rer. Pol – Alemanha.

cunha@egc.ufsc.br

***Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Pesquisador líder do Núcleo de Estudos e
Desenvolvimentos em Conhecimento e Consciência - NEDECC

Professor Titular no Departamento de Engenharia do

Conhecimento - Centro Tecnológico.

Doutor em Engenharia- UFSC.

fapfialho@gmail.com



REVISTA
MEMORARE


www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

1. Introdução

Nas sociedades ocidentais e orientais, com maior ou menor frequência, pessoas relatam viver fenômenos “psi”, “paranormais” ou “extrassensoriais”. Mais recentemente conhecidos como “fenômenos anômalos”, a precognição, a telepatia, a clarividência, os fenômenos mediúnicos, as curas à distância, além de outras supostas interações “diretas” entre mente e matéria, têm sido foco de pesquisa científica há décadas.

Em 1961, na Universidade de Duke nos EUA, L. E. Rhine já “analisava casos de maneira sistemática e observava que pessoas pareciam receber informações de uma forma não-sensorial da consciência de uma outra pessoa (telepatia), de um objeto remoto ou evento (clarividência), e de um evento que ainda não havia acontecido (precognição).” (RAO, 2005, p. 74).

A experiência de precognição, ou seja, a de se saber sobre um evento futuro antes que ele aconteça (RADIN, 2013; MOSSBRIDGE; TRESSOLDI; UTTS; IVES; RADIN; JONAS, 2014), seria um tipo não convencional, e ainda não explicado pela ciência, de acesso a informações “do futuro”.

Segundo Mossbridge et al. (2014) e Bem (2011), os fenômenos chamados de intuição, premonição ou pressentimento também dizem respeito a perceber o futuro, mas estão ligados a estados emocionais e fisiológicos, não conscientes. O conceito de precognição, tema desta pesquisa, diz respeito, como indica a palavra, a uma *cognição* antecipada e consciente de um evento futuro, não a sensações, sentimentos, ou estados fisiológicos antecipatórios a esses eventos.

Uma meta-análise dos experimentos sobre precognição realizados entre 1935 e 1987, envolvendo 309 estudos por 62 pesquisadores, proveu fortes evidências em favor da existência do fenômeno, sendo que a probabilidade cumulativa de que esses resultados tenham ocorrido por acaso seria perto de zero (HONORTON; FERRARI, 1989). Segundo Rao (2005), essa possibilidade cria sérias questões para as teorias tradicionais sobre processos cognitivos, e para as teorias do conhecimento em geral.

O acesso a informações futuras não se explicaria pelas leis da física clássica, nem pela física quântica, já que não apenas coloca o futuro no presente, como também representa um acesso a informações, sem aparentemente se utilizar de qualquer meio físico (*mídia*) para tal operação, daí a qualidade “anômala” do fenômeno.



Como afirmam Sousa e Rodrigues (2011, p. 49-50), mídias são instrumentos e objetos de comunicação, e podem atuar como agentes inteligentes e ativos no processo de mediação de informações e conhecimentos, compondo inclusive novas mensagens a partir da organização coerente das informações recebidas.

Considera-se que, na mente, a sensação é geralmente uma perturbação decorrente de um estímulo físico, inicial ou um dado. Isso é imediatamente associado a sentimentos e ideias, sendo, portanto, reconhecido como informação, porque houve um conhecimento ou processo de associações (caracterizando o conhecimento como processo), que integra e contextualiza o estímulo na cultura particular da mente. A consciência desse processo é uma sobre informação que, comumente, é denominada de conhecimento (caracterizando o conhecimento como produto). Portanto, quando há a consciência do processo associativo ou significativo que gera a informação, a ideia resultante é comumente denominada de conhecimento (SOUSA, 2005; SOUSA; RODRIGUES, 2011).

Em Sousa e Rodrigues (2011), encontram-se concepções mais específicas de conhecimento que parecem se complementar: “[...] associação entre uma substância percebida, e pelo menos, uma forma ou ideia” (SOUSA; RODRIGUES, 2011, p. 69); “[...] uma informação percebida e reconhecida como valorosa e relevante do ponto de vista interno ao processo de comunicação” ((SOUSA; RODRIGUES, 2011, p. 62); “[...] informação que muda algo ou alguém, seja por tornar-se fundamento para a ação, ou por fazer um indivíduo ou uma organização capaz de ser diferente ou mais eficaz” (DRUCKER, 1991, apud SOUSA; RODRIGUES, 2011, p.60); “[...] estado interno dos seres humanos, que resulta da entrada e processamento da informação, durante o aprendizado e realização de tarefas” (STANOEVSKA-SLABEVA, 2002, p. 1 apud SOUSA; RODRIGUES, 2011, p. 51).

E, segundo Schmid e Stanoevska-Slabeva (1989, p. 3, tradução nossa):

Hoje em dia se está amplamente de acordo que o conhecimento se tornou o mais importante recurso na era da informação. [...] A gestão do conhecimento compreende todas as atividades necessárias para descobrir, adquirir, estocar, gerir, desenvolver, disseminar e usar conhecimento.

Os mesmos autores também se referem a *mídias do conhecimento* como um conceito inovador e tecnologia para a gestão do conhecimento. De acordo com eles:



Mídias do conhecimento também podem ser descritas como entidades de informação distribuída e fontes de conhecimento, e agentes que criam novos conhecimentos ou usam o conhecimento existente. Assim, mídia do conhecimento provê espaços integrados de conhecimento tácito e externalizado, linguagem e sentido. (SCHMID; STANOEVSKA-SLABEVA, 1989, p.10, tradução nossa).

Assim, ao menos três perguntas se impõem: (1) Serão os “fenômenos anômalos” sempre *fenômenos de comunicação anômala*? (2) Serão os fenômenos anômalos *fenômenos de conhecimento*? (3) Quais são, como se comportam, e qual a natureza das *mídias* envolvidas nesses processos de conhecimento?

Ao que tudo indica as respostas para as duas primeiras perguntas são *sim*. De uma forma ou de outra, parece sempre haver algum tipo de *comunicação* acontecendo na manifestação de fenômenos anômalos, assim como um processo de *significação das informações* recebidas pelos agentes humanos, que relatam e/ou representam de algum modo sua experiência vivida, caracterizando nesse momento a produção de um conhecimento.

Partindo-se dessa perspectiva, surge o interesse em se investigar como os fenômenos “anômalos”, em particular a precognição, têm sido estudados pela ciência sob a ótica das teorias do *conhecimento e de suas mídias*. Uma investigação que se torna mais relevante dada a importância dessas teorias no contexto das organizações humanas inseridas nas sociedades atuais. O objetivo deste artigo, portanto, é analisar como o fenômeno da precognição é tratado nas teorias do conhecimento e de suas mídias.

Adotou-se aqui um conceito abrangente de *conhecimento*, fundamentado nas abordagens cognitivista, conexcionista e autopoietica, ou seja, como *produto, relação ou processo de significação de informações* (VENZIN; KROGH; ROOS, 1998). Assim como Machado e Fialho (2016), parte-se nesse trabalho de uma visão integral de conhecimento, que enxerga os três conceitos como aspectos de uma mesma realidade.

Durante a pesquisa, deixou-se em aberto a possibilidade de se encontrar estudos sobre quaisquer dos diferentes *tipos de conhecimento*, dentre eles, o *tácito* ou *explícito* (NONAKA, 1994). Também se incorporou à pesquisa diferentes processos de criação/aquisição, armazenamento, transferência/disseminação e aplicação do conhecimento (ALAVI; LEIDNER, 1999, p. 6).

Foram considerados como sendo *mídias do conhecimento* todos os processos e artefatos de *mediação de conhecimento* (VANZIN; DANDOLINI, 2011), compreendidos aqui em todos os seus aspectos conceituais, ou seja, dos pontos de vista estrutural, funcional e contextual.

2. Metodologia

Utilizou-se para esse estudo o método da revisão integrativa proposto por Whitemore (2005). O método permitiu identificar e analisar os documentos atuais que relacionam o fenômeno da precognição com as teorias de conhecimento e mídia publicados no período entre janeiro de 2011 e julho de 2016.

A estratégia de busca incluiu a base de dados o Scopus, para uma ampla visão da produção científica internacional, dirigida a todos os tipos de documentos registrados (artigos, *papers* de congressos, revisões bibliográficas, capítulos de livros e artigos da imprensa), em todas as áreas cadastradas. A palavra “*precognition*” foi procurada tanto em títulos de artigos, como em resumos e palavras-chave.

Posteriormente, procurou-se encontrar publicações que relacionassem *precognição e conhecimento*; para tanto, foi agregado mais um campo de busca com a palavra “*knowledge*”, direcionado a todas as partes desses documentos (*allfields*).

A busca foi ampliada com as seguintes bases de dados: 1) *SciELO–Scientific Electronic Library Online* para publicações na América Latina; 2) Banco de dados da CAPES –Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior, do Ministério da Educação do Brasil, para teses e dissertações brasileiras; 3) Banco de teses e dissertações da Pós-graduação em Engenharia e Gestão de Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina, em função de seu objetivo que é o estudo interdisciplinar do conhecimento, relacionado ao tema da pesquisa.

Nos bancos de dados SciELO, da CAPES e do Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento – UFSC, não foram recuperados textos a partir da busca com as palavras “*precognição*”, “*precognición*” ou “*precognition*”.

Na base Scopus, foram acessados 83 documentos relacionados à palavra “*precognition*”, mas apenas 11 registros, entre artigos, livros, capítulos de livros, *papers*

em conferências e revisão da literatura foram encontrados a partir da busca com as palavras “precognition” and “knowledge”.

Quando foi agregada a palavra “media”, como mais um filtro de pesquisa, ou seja, “precognitionandknowledgeand media”, somente 2 artigos foram listados dentre eles.

Assim, decidiu-se manter a estratégia de busca “precognition” and “knowledge” em todos os campos e áreas das ciências no Scopus, não filtrar por “media”, e ampliar o período de investigação para os últimos 10 anos e meio, ou seja, a partir de janeiro de 2006 até julho de 2016. Com esta estratégia, foram recuperados 17 registros entre artigos, livros, capítulos de livros, *papers* em conferências e revisão da literatura.

Utilizaram-se como critérios de exclusão para os 17 documentos encontrados: (1) conceito de “precognição” utilizado diferente do adotado na pergunta de pesquisa; (2) acesso ao documento liberado apenas sob pagamento aos editores.

Com isso, 6 documentos foram excluídos pelo primeiro motivo e 3 pelo segundo, permanecendo 7 a serem analisados. Somados a esses, incluíram-se mais 3, de autores citados mais de uma vez nas referências bibliográficas, publicados no período definido, e também relacionados de algum modo ao tema da pesquisa, perfazendo 11 documentos no total.

Os 11 documentos selecionados foram então analisados e comparados com base em 6 categorias emergentes: (1) Existência do fenômeno; (2) Temporalidade no fenômeno; (3) Fatores intervenientes na ocorrência do fenômeno; (4) Metodologia (modelo e método) para estudo do fenômeno; (5) Conhecimento e o fenômeno; (6) Mídia e o fenômeno.

Não foram analisados aspectos de adequação dos métodos quantitativos e/ou qualitativos empregados nas pesquisas relatadas na literatura, apenas suas concepções, fundamentações e conclusões teóricas relativas à pergunta de pesquisa.

3. Resultados e discussão

A partir da análise dos conteúdos dos 11 documentos selecionados, foram definidas 4 categorias temáticas centrais (*existência, temporalidade, fatores intervenientes e metodologia*) em torno das quais o assunto da *precognição* foi tratado.



Mais 2 categorias foram acrescentadas em função do interesse da proposta de pesquisa (*conhecimento e mídia*). Vide quadro 1 a seguir:

Quadro 1- Temas com seus respectivos autores e datas de publicação de seus artigos analisados

TEMAS	AUTORES
Existência	Bem, D. J. (2011) Traxler, M.J., Foss, D.J., Podali, R., Zirnstein, M. (2012) Paquette, A. (2012) Luke, D. (2012) Radin, D., Borges, A. (2009) Radin, D. (2011) Beláustegui, G. D. (2010)
Temporalidade	Yiassemides (2013) Traxler, M.J., Foss, D.J., Podali, R., Zirnstein, M. (2012) Radin, D., Borges, A. (2009) Radin, D. (2011)
Fatores intervenientes	Stone, A. (2014) Siccardi, S. (2011) Polito, V., Langdon, R., Brown, J. (2010)
Metodologia	Paquette, A. (2012) Siccardi, S. (2011) Luke, D. (2012)
Conhecimento	Yiassemides, A. (2013) Radin, D., Borges, A. (2009) Bem, D. J. (2011) Siccardi, S. (2011) Beláustegui, G. D. (2010)
Mídia	Luke, D. (2012) Radin, D., Borges, A. (2009) Bem, D. J. (2011)

Fonte: Elaboração dos autores, 2016.

3.1 Existência

Bem (2011), Traxler et al. (2012), Radin (2011), Radin e Borges (2009) descrevem estudos experimentais controlados, quantitativos, em laboratório. Esses estudos foram realizados com o objetivo de testar a *existência* do fenômeno da

precognição dentro de um quadro de fenômenos anômalos antecipatórios, em geral, buscando identificar seus efeitos fisiológicos ou psicológicos nos sujeitos de pesquisa.

Os experimentos de Radin e Borges (2009, p. 200) testaram respostas antecipatórias com base em “dilatação da pupila, piscar espontâneo, e movimentos dos olhos acompanhados antes, durante, e depois que os participantes vissem fotografias com diferentes graus de apelo emocional”. Os autores concluem que “esses estudos, que replicam experimentos conceitualmente similares, sugerem que às vezes as pessoas realmente veem o futuro”. (RADIN; BORGES, 2009, p. 200).

Radin (2011, p. 204), descreve quatro tipos de experimentos que, segundo o autor, vêm sendo realizados em diversos países ao longo dos últimos 75 anos (até 2011) com o objetivo de testar a possibilidade de se obter informação do futuro de maneira não explicável pelas formas usuais. Ele afirma que já há centenas deles. Os tipos mais utilizados atualmente são os que medem reações fisiológicas e comportamentos inconscientes como efeitos de processos antecipatórios em geral. O autor conclui pela *existência* dos fenômenos precognitivos.

Bem (2011) relata experimentos em laboratório para o teste de respostas psicológicas antecipatórias; e Paquette (2012) descreve um estudo sobre a incidência de precognição através de seus próprios sonhos pelo período de 22 anos, um trabalho também revisado por pares e publicado por revista científica norte-americana. Os dois autores concluem que o fenômeno da precognição existe.

Luke (2012) trata, especificamente, da relação entre a ocorrência de fenômenos paranormais (anômalos/transpessoais) em geral (entre eles a precognição) e o consumo de substâncias neuroativas (drogas psicodélicas). O autor faz uma revisão detalhada da literatura parapsicológica sobre relatos de fenômenos anômalos, intencionais e espontâneos. Ele analisou: a) estudos de abordagens histórica e antropológica, b) casos clínicos dentro das áreas de psiquiatria, psicoterapia e estudos transpessoais, e c) pesquisas quantitativas de campo e de laboratório nas áreas da etnobotânica, fitoquímica, psicofarmacologia, neurobiologia e neuroquímica.

Como os demais autores, Luke (2012) também conclui sobre a *existência* de tais fenômenos anômalos, no caso, induzidos por drogas psicoativas. Ele afirma que

[...] há um crescente corpo de relatos, enraizados em milhares de anos de uso tradicional de drogas psicodélicas, que dão suporte à noção de que os



fenômenos paranormais realmente ocorrem. [...] Além disso, mesmo (a pesquisa) sendo considerada pouco mais que exploratória, a evidência experimental é mais positiva que não, e se prova promissora até agora para iluminar tanto os perigos metodológicos quanto as possibilidades. (LUKE, 2012, p. 134-135, tradução nossa).

Traxler et al. (2012), todavia, não obtiveram evidências que sugerissem a possibilidade de precognição em seu experimento.

Utilizando-se de método qualitativo, Beláustegui (2010) relata em seu artigo uma investigação, de cunho fenomenológico, acerca de antecipações sobre a morte biológica. Para isso, traz dois exemplos desse tipo de precognição entre adolescentes, um através de representação gráfica (desenho) e outro através de uma carta escrita, corroborando a *existência* do fenômeno, concluindo que a psique humana teria capacidade de antecipar mudanças relevantes.

Uma potente hipótese surge: pode o self antecipar suas contínuas transformações através do tempo, portanto, provendo recursos emergentes para elaborar as irrupções de diferentes estágios da vida humana, incluindo a morte? Uma das provas fundamentais da capacidade da psique de antecipar mudanças – especialmente quando essa mudança não é previsível, como um acidente ou morte súbita – é o aparecimento de *anúncios de morte*. (BELÁUSTEGUI, 2010, p. 85, tradução e itálico nossos)

3.2 Temporalidade

Todos os autores pesquisados tratam a questão do tempo em seus trabalhos, já que precognição envolveria o acesso a informações de um *tempo* futuro. Mas alguns mencionam o tema de maneira mais direta e/ou central.

Traxler et al. (2012), Radin (2011) e Radin e Borges (2009) referem-se às questões de causalidade e influência de eventos futuros sobre eventos presentes, pressupondo um tempo futuro que voltaria para trás e *influenciaria* ou *causaria* eventos no presente. Apesar de a ideia ser contraintuitiva e violar o conhecimento ordinário que se tem sobre o comportamento do tempo, a nosso ver, essa interpretação também pressupõe o tempo como sendo linear.

Assim, os autores se utilizam de expressões como *retrocausalidade*, *efeitos retrocausados*, *influências retroativas*, e *tempo revertido*. Radin (2011, p. 215, tradução e itálico nossos), por exemplo, afirma:

Das duas classes mais recentes de estudos que examinam *efeitos retrocausados* via medidas fisiológicas e comportamentos inconscientes, 85 de 101 estudos (84%) relatados por 25 diferentes laboratórios dos EUA, Itália, Espanha, Holanda, Áustria, Suécia, Inglaterra, Escócia, Irã, Japão e Austrália produziram resultados na direção prevista pelo *efeito retrocausado*.

Essas concepções e terminologias também foram usadas por Traxler et al. (2012, p. 1366, tradução e itálico nossos) em uma pesquisa que não comprovou o fenômeno da precognição:

Em dois experimentos de leitura personalizados, nós investigamos a hipótese de que informações se movam para traz no tempo para influenciar comportamentos anteriores. [...] mas não ofereceram evidências para *influências retroativas* no processamento de texto.

Em contraponto com essa perspectiva linear do tempo, o livro de Yiassemides (2013) trata da visão junguiana sobre a temporalidade, que difere da concepção anterior por sua natureza teleológica e não linear. A autora assume a concepção de Jung de que a psique humana inconsciente teria uma capacidade “transtemporal”, isto é, de transcender os limites do tempo, referindo-se a fenômenos como o da precognição dentro desse contexto. A visão junguiana também é adotada por Radin e Borges (2009, p. 200), que chegam a usar expressões da Psicologia Analítica, como “fatores transtemporais e teleológicos”, mas não as exploram mais a fundo.

De acordo com Yiassemides (2013), para Jung, a compreensão sobre causalidade, dominante no mundo consciente, nada tem a ver com o processo de causalidade no nível do inconsciente. E, mais, nesse último nível, todas as coisas teriam uma existência eterna, desde sempre, não havendo passado, presente ou futuro discriminadamente. Daí a possibilidade da chamada precognição. Neste contexto, a concepção do fenômeno da precognição é reinterpretada a partir da ideia de coexistência e simultaneidade:

No inconsciente, tudo já está lá, desde o início... o inconsciente não se importa com o nosso tempo ou com as relações causais entre as coisas. (JUNG, 2008, p. 9-10 apud YIASSEMIDES, 2013, p.35, tradução nossa).

[...] Na psique, todas as demarcações lineares de tempo coexistem em um estado relativo, então tudo – e ao mesmo tempo nada – é de fato simultâneo e contemporâneo. [...] qualquer futuro construtor de significado interage e afeta



não apenas o presente, mas também o passado. (YIASSEMIDES, 2013, p. 37, tradução nossa).

Em Jung, portanto, a discussão sobre a precognição sairia do âmbito da retrocausalidade e passaria assim para o âmbito da simultaneidade de tudo.

3.3 Fatores intervenientes

Estudos teóricos e experimentais sobre *crenças, gênero, estados afetivos e informações preexistentes* como variáveis intervenientes nos processos de vivência e de relatos de precognição foram encontrados em Stone (2014), Siccardi (2011) e Polito, Langdon e Brown (2010).

Polito, Langdon e Brown (2010) afirmam que seus achados, a partir de rituais shamânicos, demonstram que a variação das caracterizações individuais de experiências anômalas, assim como o grau de suas ocorrências, é influenciada por *crenças e estados afetivos* preexistentes.

Numa perspectiva mais positivista, Siccardi (2011) utiliza o Modelo de Informação Pragmática (MPI, sigla em inglês) (von LUCADOU, 1995) para analisar fenômenos anomalísticos espontâneos. Uma de suas principais conclusões é que existem duas condições para ocorrência de fenômenos como a precognição: a) o indivíduo deve fazer parte de um sistema rico em informação pragmática, onde existem relações entre elementos com crenças anteriores, troca de informações pelos agentes do sistema e confirmação dessas informações que mantêm o sistema de identidade; e b) há um metabolismo no qual o fenômeno psi produz novas informações pragmáticas “cujo impacto estabiliza o sistema, fornece novos significados para dados específicos e induz a revisão do conhecimento geral compartilhado entre os membros” (SICCARDI, 2011, p. 299).

Nós admitimos a hipótese que ambos os aspectos são importantes para se ter um fenômeno de percepção extra-sensorial, ou pelo menos o primeiro fenômeno extra-sensorial de uma série ocorrendo ao mesmo sujeito. Se o sujeito não for parte de um sistema com informação pragmática suficiente, um fenômeno anomalístico espontâneo não é provável; mas um fenômeno anomalístico espontâneo não é provável também em um sistema no qual nenhum outro fenômeno psi tenha ocorrido antes. (SICCARDI, 2011, p. 299, tradução nossa).



Finalmente, Stone (2014, p. 277) trabalha com a credibilidade atribuída ou não pela audiência a um narrador de um episódio de precognição, e afirma que:

[...] a presente pesquisa sustenta a proposição de que uma confissão de ceticismo a priori serve para aumentar a plausibilidade de uma explicação causal paranormal para um evento anômalo, desde que a audiência não seja anteriormente avisada. Uma confissão de crença a priori serve para aumentar a percepção de ingenuidade de uma mulher, mas não de um homem, narrador, sugerindo um viés para a percepção mais prontamente de uma mulher como ingênua, que de um homem.

3.4 Metodologia

Considerações metodológicas referentes aos seus próprios experimentos ou aos de outros autores, assim como análises metodológicas específicas sobre a pesquisa com drogas psicoativas, estão presentes em todos os trabalhos.

Entretanto, no quesito metodologia, dois autores se destacam. Paquette (2012) e Siccardi (2011) discutem metodologia de maneira mais central em seus artigos. Eles propõem respectivamente um método para o estudo da precognição em sonhos, e a aplicação do modelo de informação pragmática em estudos de fenômenos anomalísticos espontâneos.

Paquette (2012, p. 589, tradução e itálico nossos), referindo-se à sua proposta de método quantitativo para o estabelecimento da veracidade das informações advindas de sonhos espontâneos, escreve:

[...] O objetivo é chegar a um *método* racional para estabelecer que informações derivadas de experiências de sonhos espontâneos podem ser constatadas como verdadeiras. Para a realização disto, um *método* para se encontrar o equivalente a um alvo dentro da experiência espontânea é usado para fixar o local e o tempo específicos para comparação.

Para Siccardi (2011, p. 299), seu modelo, baseado na Teoria da Informação Pragmática, pode “nos ajudar a distinguir a importância dos fatos, da do papel das crenças dos sujeitos, e entender suas dinâmicas e relacionamentos em fenômenos anômalos espontâneos mentais”. Uma de suas principais preocupações metodológicas é como modelar os fenômenos anômalos espontâneos.

Nós temos demonstrado que, mesmo quando são disponíveis probabilidades não exatas, é ainda possível *modelar* o conteúdo informacional dos



fenômenos anômalos espontâneos. Mesmo se os agentes só puderem oferecer uma avaliação ordinal qualitativa de suas crenças, nós podemos *modelar* os casos de modo claro. (SICCARDI, 2011, p. 299, tradução e itálico nossos).

3.5 Conhecimento

De maneira geral, pode-se dizer que os autores não fazem distinção em seus textos entre o conceito de *informação* e o de *conhecimento*. Por exemplo, Siccardi (2011) trata o papel das *informações pragmáticas*, advindas de relatos de precognição, para o processo de *revisão* geral do *conhecimento compartilhado* por um grupo, mas não se ocupa do tema *conhecimento* de maneira mais ampla ou para além deste ponto.

Seu trabalho traz de passagem uma diferenciação sutil, ao mencionar a palavra *conhecimento* após a expressão “novo significado”, subentendendo o conceito de *conhecimento* como resultado da *significação de informações*. Para o autor,

[...] os fenômenos psi são produzidos em sistemas ricos em *informação pragmática*. Interações regulares e *informação* trocada entre os componentes mantém a identidade do sistema e assegura o alto nível da *informação pragmática*. Por outro lado, os fenômenos psi produzem *novas informações pragmáticas*, cujo impacto estabiliza o sistema, dá *novo significado* para dados específicos, e leva a uma *revisão do conhecimento* geral compartilhado por seus membros. (SICCARDI, 2011, p. 300, tradução e itálico nossos).

Radin e Borges (2009) e Bem (2011) referem-se à importância de se poder antecipar o futuro. Eles dirigem seus argumentos menos à precognição, e mais aos processos antecipatórios da intuição e pressentimento/premonição. Aparentemente, os autores supõem um *conhecimento* privilegiado por aqueles que vivem tais fenômenos, em determinados momentos, o que lhes traria vantagens de vários tipos.

Segundo Radin e Borges (2009, p. 200):

Entender o escopo total das habilidades intuitivas, especialmente intuições envolvendo eventos futuros, é importante porque um grande percentual da força de trabalho mundial está envolvido em antecipar o futuro. Os médicos objetivam prever o curso de cura de seus pacientes, epidemiologistas antecipar epidemias na saúde, geólogos predizerem terremotos, e agências de inteligência preverem atos terroristas. [...] Antecipação é também uma das principais características dos sistemas vivos, talvez a característica-chave que distinga o que é vivo do que não é.

Bem (2011, p. 6):



Os estudos sobre pressentimentos oferecem evidência de que nossa fisiologia pode antecipar imprevisíveis estímulos eróticos ou negativos antes que eles ocorram. Tal antecipação seria evolucionariamente vantajosa para a reprodução e sobrevivência se o organismo puder agir instrumentalmente para se aproximar dos estímulos eróticos e evitar os negativos.

Yiassemides (2013) afirma que, para Jung, informações advindas de processos como a precognição são *conhecimentos* que viriam do inconsciente coletivo e, portanto, não estariam conectados ao ego. Eles transcenderiam a experiência individual, e não se prenderiam aos limites do espaço e do tempo do mundo consciente.

Jung reconhecera as informações de futuro como um tipo de conhecimento, a que chamou de “conhecimento absoluto”. O acesso a esse *conhecimento*, sob a forma de precognição, seria um subproduto da parte inconsciente da psique, onde o tempo é relativo, e que poderia ser observado na consciência (YIASSEMIDES, 2013, p. 38). Para Yiassemides (2013, p. 38, tradução e itálico nossos), “tal *conhecimento* visto da perspectiva do ego aparece absoluto desde que ele transcenda o tempo e o espaço e tenha uma qualidade que esteja fora dos limites da consciência individual”.

Nada mais foi encontrado sobre o tema do conhecimento no contexto da precognição, especialmente no que diz respeito aos aspectos das mais recentes teorias organizacionais sobre o assunto.

3.6 Mídia

Poucas menções sobre mídia ou mediação no contexto dos fenômenos anômalos foram encontradas nos artigos de Bem (2011), Luke (2012) e Radin e Borges (2009).

Bem (2011, pg.2), descrevendo alguns tipos de fenômenos anômalos, cita a telepatia como sendo a “aparente transferência de informação de uma pessoa a outra, sem a mediação de nenhum canal conhecido de comunicação sensorial” (tradução nossa). Ao se referir às informações psi-mediadas, Bem (2011, p. 51) resgata a seguinte proposição de Carpenter (2004, 2005):

[...] longe de ser raro, não usual, ou exótico, as informações *psi-mediadas* continuamente nos ajudam a interpretar experiências e guiam nossas escolhas em nosso dia-a-dia, assim como outras informações preconscientes o fazem



(CARPENTER, 2004, 2005, apud BEM, 2011, p. 51, tradução e itálico nossos).

Outra concepção de mídia no contexto dos fenômenos anômalos é aproximada tanto por Luke (2012, p. 136), quanto por Radin e Borges (2009). Eles entendem a participação do cérebro propriamente dito como relacionado ao conceito de *mídia* para a ocorrência de fenômenos anômalos antecipatórios.

De um lado, Luke (2012, p. 136) considera as substâncias neuroativas como mídias de acesso a estados alterados de consciência e a informações sobre o futuro; como as supostamente obtidas por precognição. Segundo ele, “muito pode ser aprendido, [...] olhando-se para a dimensão psicodélica, sobre a mediação neuroquímica de aspectos excepcionais da consciência em particular.” Por outro lado, Radin e Borges (2009, p. 201) declaram que os “efeitos de pressentimento são amplamente mediados pelo sistema nervoso simpático [...]”.

3.7 O encontro entre precognição e conhecimento

Estudos de variáveis ou *fatores intervenientes* preexistentes, muitas vezes, parecem ter como objetivo “*explicar*” os relatos de *precognição* do ponto de vista da psicologia ou das ciências sociais conhecidas, sem foco especificamente no *conhecimento produzido* em episódios de *precognição*, e nem tão pouco em possíveis *decorrências tangíveis* desse processo.

Pesquisas também se debruçam sobre a questão do *tempo*, em consequência da própria natureza da *precognição*, que reverteria nossas convicções sobre um tempo físico linear, em que o passado precederia o presente, e que o presente precederia o futuro. Ainda nesse caso, a perspectiva mais encontrada parece ser restrita aos aspectos *fisicalistas* da questão, onde o foco está na *existência ou não da retrocausalidade*.

Discussões sobre proposta de *método* novo ou aplicação nova de *modelo* para pesquisas sobre a *precognição* também não trazem qualquer menção ao uso das teorias de conhecimento ou mesmo de suas mídias. Preocupam-se ou com a “veracidade” de informações recebidas através de sonhos, ou com a descrição de mecanismos de *circulação de informações* e suas *consequências sociais* em grupos fechados, ou ainda com fatores intervenientes ao processo, como *crenças e estados afetivos preexistentes*.



No primeiro caso, o interesse pela confrontação dos relatos com a suposta realidade objetiva, ainda demonstra a perspectiva de confirmação ou não da *existenciado fenômeno*. No segundo caso, já há uma perspectiva diferenciada, de compreensão qualitativa do processo, mas que também não resgata teorias do conhecimento ou de suas mídias.

Apesar da profundidade da visão de Jung sobre o que chamou de “conhecimento absoluto” (YIASSEMIDES, 2013, p. 38), em relação ao fenômeno da precognição, foram poucas e tímidas as aproximações encontradas com o tema do conhecimento e de suas mídias nos documentos analisados.

Em síntese, nenhum documento discutiu a precognição do ponto de vista das recentes *teorias do conhecimento e de suas mídias*.

4. Considerações finais

Apesar de o fenômeno da precognição ser tema de pesquisa científica há muitas décadas, a análise dos artigos recuperados na pesquisa bibliográfica mostra que existe uma lacuna em relação a estudos que analisem o fenômeno sob o ponto de vista do conhecimento e de suas mídias.

Provavelmente, isso se deve ao fato de que o conhecimento e suas mídias como campo de estudo interdisciplinar é bastante recente. Os trabalhos escritos sobre o assunto começam a surgir somente a partir dos anos 90.

Também, devido à natureza “anômala” do fenômeno da precognição, que, até o momento, não se explica pelas leis das ciências físicas conhecidas, constata-se que a maior preocupação dos pesquisadores tem sido, principalmente, pesquisar a possibilidade de sua existência.

Pesquisas sobre *precognição*, que envolvessem a *ótica doconhecimento e de suas mídias nas organizações humanas*, seriam inovadoras. Elas ampliariam o olhar sobre o fenômeno, deslocando-o do foco mais estudado e mais restrito, que diz respeito (de maneira clara ou velada) meramente ao dilema da sua existência como fenômeno, para uma abordagem mais atual e organizacional.

Partindo-se dessa abordagem, mais do que nos preocuparmos em encontrar evidências da capacidade e da veracidade da precognição humana, a análise dos artigos



sugere que os pesquisadores deveriam focar a atenção no *conhecimento produzido, seus mecanismos e suas implicações tangíveis*, tanto no nível do indivíduo como no das organizações, a partir de uma abordagem qualitativa aos fenômenos relatados.

Com base nos resultados desta revisão, sugerimos, a seguir, algumas questões que podem orientar o redirecionamento das pesquisas sobre precognição:

- Pode-se considerar a precognição como um fenômeno “anômalo” de *comunicação*?
- Seria mesmo um fenômeno “anômalo” de *conhecimento*?
- Quais são e como se comportam as *mídias* envolvidas ou não nesses processos?
- Como se dá o processo de *codificação e significação* dessas informações antecipadas?
- Quais os *tipos* de conhecimento em questão?
- Como têm sido *gerenciados* esses novos conhecimentos?
- Seriam esses conhecimentos *criados* pelos agentes humanos, ou apenas *acessados* de alguma instância? Haveria diferença entre as duas interpretações?
- Que tipo de *valor individual, social, científico ou tecnológico* esses conhecimentos poderiam conter?
- Seriam esses conhecimentos *estocáveis, transferíveis, dissemináveis e aplicáveis*?
- Como são tratados pelo indivíduo esses conhecimentos quando percebidos como tendo maior ou menor *relevância* para sua vida?
- Em situações do dia-a-dia, qual o papel desses conhecimentos em *tomadas de decisão, memória* e constituição de *identidades* individuais e sociais?
- O que se pode inferir sobre a obtenção de conhecimentos antecipados e condições de *sobrevivência e/ou qualidade de vida*?
- Como compreender fenômenos de precognição sob o *ponto de vista do conhecimento* e de suas *mídias* em *diferentes contextos culturais*?



Finalmente, sugerimos que as pesquisas sejam realizadas com base na visão de que o mundo social e, portanto, o mundo organizacional tem um status ontológico precário. O que se considera “como realidade social não existe em um sentido concreto, mas é o produto das experiências subjetiva e intersubjetiva de indivíduos”. (MORGAN, 1980, p. 608).

Referências

ALAVI, M.; LEIDNER, D. E. Knowledge management and knowledge management systems: conceptual foundations and research issues. **MIS Quarterly**, Minneapolis, v. 25, n. 1, p. 107-133, mar. 2001.

BEM, D. J. Feeling the Future: experimental evidence for anomalous retroactive influences on cognition and affect. **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, v. 100, n. 3, p. 407- 425, mar. 2011.

BELÁUSTEGUI, G. D. Phenomenology of the transcendence of space-time coordinates: evidence from "death announcements". **Jung Journal: Culture & Psyche**, San Francisco, v. 4, n. 2, p. 85-89, 2010.

HOFFMAN, D. Conscious realism and the mind-body problem. **Mind & Matter**, Exeter, v. 6, n. 1, p. 87-121, 2008.

HOFFMAN, D.; PRAKASH, C. Objects of consciousness. **Frontiers in Psychology**, Lausanne, v. 5, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4060643/>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

HONORTON, C.; FERRARI, D. C. “Future telling”: a meta-analysis of forced-choice precognition experiments, 1935-1987. **Journal of Parapsychology**, Durham, v. 53, p. 281-308, dez.1989.

LUCADOU, W. The Model of Pragmatic Information (MPI). **European Journal of Parapsychology (1975-2010)**, v. 11, p. 58-75, 1995.

LUKE, D. Psychoactive substances and paranormal phenomena: a comprehensive review. **International Journal of Transpersonal Studies**, San Francisco, v. 31, n. 1, p. 97-156, 2012.

MACHADO, A. B.; FIALHO, F. A. As quatro dimensões do conhecimento: cognitivista, conexionista, autopoietico e integral - avançando na compreensão sobre a aprendizagem. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 14, n. 2, p. 589-601, 2016.



MORGAN, G. Paradigms, metaphors, and puzzle solving in organization theory. **Administrative Science Quarterly**, Ithaca, v. 25, n. 4, p. 605-622, 1980.

MOSSBRIDGE, J. A., TRESSOLDI, P., UTTS, J., Ives, J. A., RADIN, D., JONAS, W. B. Predicting the unpredictable: critical analysis and practical implications of predictive anticipatory activity. **Frontiers in Human Neuroscience**, Lausanne, v. 8, mar. 2014. Disponível em: <<http://journal.frontiersin.org/article/10.3389/fnhum.2014.00146/full>>. Acesso em: 3 jul. 2016.

NONAKA, I. A dynamic theory of organizational knowledge creation. *Organization Science*, Catonsville, v. 5, n. 1, fev. 1994. Disponível em: <http://www.uky.edu/~gmswan3/575/Nonaka_1994.pdf>. Acesso em: 22 maio 2016.

PAQUETTE, A. New approach to veridicality in dream psi studies. **Journal of Scientific Exploration**, Hopewell, v. 26, n. 3, p.589-610, dez. 2011.

PERASSI, R. **Roteiro didático da Arte na produção do Conhecimento**. Campo Grande: EDUFMS, 2005.

POLITO, V., LANGDON, R., BROWN, J. The experience of altered states of consciousness in shamanic ritual: the role of pre-existing beliefs and affective factors. **Consciousness and Cognition**, Amsterdam, v. 19, n. 4, p. 918-925, dez. 2010.

RADIN, D. **Supernormal**. New York: Deepak Chopra Books, 2013.

_____. Predicting the unpredictable: 75 years of experimental evidence. **AIP Scitation**, AIP Conference Proceedings, 1408, San Diego, 13-14, jun. 2011. Disponível em: <<http://scitation-aip-org.ez46.periodicos.capes.gov.br/content/aip/proceeding/aipcp/10.1063/1.3663725>>. Acesso em: 8 set. 2016.

RADIN, D.; BORGES, A. Intuition through time: what does the seer see? **Explore**, Philadelphia, v. 5, n. 4, jul/ago 2009.

RAO, K. R. **Consciousness studies: cross-cultural perspectives**. North Carolina: McFarland and Company, 2005.

SCHMID, B.; STANOEVSKA-SLABEVA, K. Knowledge media: an innovative concept and technology for knowledge management in the information age. **NetAcademyEditors**, St. Gallen, 1989. Disponível em: <<https://www.alexandria.unisg.ch/9455/1/Knowledge%20Media.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.



SICCARDI, S. Spontaneous anomalous phenomena, pragmatic information and formal representations of uncertainty. **Axiomathes**, New York, v. 21, n. 2, p. 287-301, jun. 2011.

SOUSA, R. P. L. de; RODRIGUES, T. M. Conhecimento, mídia e semiótica na área de mídia do conhecimento. In: Vanzin, T.; Dandolini, G. A. (Orgs). **Mídias do Conhecimento**. Florianópolis: Pandion, 2011, p.45-73.

STONE, A. An avowal of prior scepticism enhances the credibility of an account of a paranormal event. **Journal of Language and Social Psychology**, Los Angeles, v. 33, n. 3, p. 260-281, jun. 2014.

TRAXLER, M. J., FOSS, D. J., PODALI, R., ZIRNSTEIN, M. Feeling the past: the absence of experimental evidence for anomalous retroactive influences on text processing. **Memory & Cognition**, New York, v. 40, n. 8, p.1366–1372, nov. 2012.

VANZIN, T.; DANDOLINI, G. A. (org.). **Mídias do conhecimento**. Florianópolis: Pandion, 2011.

VENZIN, M.; KROGH, G.; ROOS, J. Future Research into Knowledge Management. In: KROGH, G.; ROOS, J.; KLEINE, D. (Orgs). **Knowing in Firms: understanding, managing and measuring knowledge**. Londres: Sage, 1998.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, New York, v. 52, n. 5, p. 546-553, fev. 2005.

YIASSEMIDES, A. **Time and timelessness**: temporality in the theory of Carl Jung. New York: Routledge, 2016.

Submetido em: 30/08/2016. Aprovado em: 25/11/2016.



PRINT HYPERMEDIA PRESENTATION OF CINEMORPHICS, SELF SHIFTING AND META- IDENTITY

Charles Webb*

Abstract: Since the specific topic of the articles for the current dossier is Language: Hypermedia in printed media, I have composed the article itself using print hypermedia, specifically, QR code. Using either iPhone, Android or other QR code reading apps to scan printed pages, one can access videos, images, web pages, text, etc., which contains the content of the article. I have also included the urls for these QR code links, for easy access when reading the article directly on tablets or desktops rather than from the printed page. If urls do not click through, please copy/paste into address bar for access. It is important, in order to gain the full effect of the article, for the reader to access the topics in order, and read or watch all of the content in each before moving on to the next. Skipping around may be amusing, but the order of presentation and the nature of the media contained in each topic is crucial to obtaining the combined effect of both the content itself and this approach to content presentation.

Keywords: Cinemorphics. Selfshifting. Meta-identity. Print hypermedia. QR code.

Resumo: Uma vez que o tema em específico dos artigos para o dossiê atual é Linguagem: Hiperídia em mídia impressa, eu desenvolvi o artigo usando hypermedia impressa, especificamente, código QR. Usando o iPhone, Android ou outros aplicativos de leitura de código QR para digitalizar páginas impressas é possível acessar vídeos, imagens, páginas da web, texto, etc., que contém o conteúdo do artigo. Também incluí as URLs para esses links de código QR, para facilitar o acesso ao ler o artigo diretamente em tablets ou desktops ao invés de páginas impressas. Se as URLs não clicarem, copie e cole na barra de endereços para acesso. É importante, para obter o pleno efeito do artigo que o leitor acesse os tópicos em ordem, e leia ou assista todo o conteúdo em cada um antes de passar para o próximo. Passar alguns tópicos adiante pode ser divertido, mas a ordem de apresentação e a natureza dos meios de comunicação contidos em cada tópico são cruciais para a obtenção do efeito combinado de ambos os conteúdos e esta abordagem para a apresentação de conteúdo.

Palavras-chave: Cinema. Automudança. Meta-identidade. Hypermedia impressa. Código QR.

*Bachelor of Science degree in Psychology from the University of Tennessee and Master of Science degree in Psychobiology from the University of Pittsburgh.

Pesquisador independente e membro estrangeiro do Núcleo de Estudos e Desenvolvimentos em Conhecimento e Consciência (NEDEC) do Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



REVISTA
MEMORARE


www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593



Marshall McLuhan

1. Cinemorphics Described (videos):

Available in: <<http://cinemorphics.blogspot.com/2010/10/cinemorphics-at-sand.html>>.



2. Cinemorphic Concepts

Available in: <<http://cinemorphics.blogspot.com/p/cinemorphics-faq.html>>.



REVISTA
MEMORARE

 **UNISUL**
UNIVERSIDADE DO SUL DE BRASÍLIA
www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

Revista Memorare, Tubarão, SC, v. 3, n. 3, p. 1-298 set./dez. 2016. ISSN: 2358-0593.



3. Narrative Intelligence

Available in: <<http://cinemorphics.blogspot.com/p/narrative-intelligence.html>>.



4. Me, Myself and Us

Available in: <<http://cinemorphics.blogspot.com/2014/12/me-myself-and-us.html>>.



5. Avedon Cinemorph (video)

Available in: <<http://cinemorphics.blogspot.com/2014/09/quantum-self-shifting.html>>.



6. Covert Cinemorphics



Revista Memorare, Tubarão, SC, v. 3, n. 3, p. 1-298 set./dez. 2016. ISSN: 2358-0593.

Available in: <<http://cinemorphics.blogspot.com/2014/09/covert-cinemorphics.html>>.



7. Embracing Our (Many, Many) Selves (videos)

Available in: <<http://cinemorphics.blogspot.com/2014/07/embracing-our-many-many-selves.html>>.



8. Cinemorphic Play (video + text)



Revista Memorare, Tubarão, SC, v. 3, n. 3, p. 1-298 set./dez. 2016. ISSN: 2358-0593.

Available in: <<http://cinemorphics.blogspot.com/2014/04/cinemorphic-play-cinemorphing.html>>.



9. Cinemorphics 2.0:

Available in: <<http://cinemorphics.blogspot.com/2014/04/cinemorphics-20-cinemorphic-play.html>>.



10. Cinemorphic Play – The Baobah Sessions (videos)



Revista Memorare, Tubarão, SC, v. 3, n. 3, p. 1-298 set./dez. 2016. ISSN: 2358-0593.

Available in: <<http://cinemorphics.blogspot.com/2014/09/persona-play-baobah-sessions.html>>.



11. Selfshifting

Available in: <<http://cinemorphics.blogspot.com/2014/02/selfshifting.html>>.



12. Social Media as Cinemorphics Playground



Revista Memorare, Tubarão, SC, v. 3, n. 3, p. 1-298 set./dez. 2016. ISSN: 2358-0593.

Available in: <<http://cinemorphics.blogspot.com/2014/01/social-media-as-cinemorphics-playground.html>>.



13. Meta-identity...All the World's a Stage...

Available in: <<http://cinemorphics.blogspot.com/2016/08/meta-identityall-worlds-stage.html>>.



14. Conclusions

The use of print hypermedia may significantly augment the implementation of Cinemorphic method when presented in print media.

Additionally, print hypermedia, specifically QR Code, is an effective and efficient tool for the presentation of large amounts of different forms of content (video, images, text, etc.) in journal articles and other print media.

References





Submetido em: 29/08/2016. Aprovado em: 20/11/2016.



CULTURA E IDENTIDADE: A INTELIGÊNCIA ASTUCIOSA E OS MITOS

Francisco Antonio Pereira Fialho*
Daniela Fanucchi Moussa Boulos**

Resumo: Este artigo utiliza a mito hermenêutica para articular conceitos como cultura e identidade. A discussão gira em torno do conceito de inteligência astuciosa (métis) e dos deuses que a possuem: Zeus, Prometeu e Héfestos. Através dos mitos, pretende-se demonstrar que a cultura se dá pela sublimação da identidade.

Palavras-chave: Mitohermenêutica. Inteligência Astuciosa. Cultura. Identidade.

Abstract: This article uses myth hermeneutics to articulate concepts such as culture, and identity. The discussion revolves around the concept of cunning intelligence (metis) and the gods who possess it: Zeus, Prometheus and Hephaestus. Through myths we propose that culture can only occur with the sublimation of identity.

Keywords: Myth hermeneutics. Cunning intelligence. Culture. Identity.

* Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.
Professor Titular, Doutor.
Email: fapfialho@gmail.com

** Colégio Vila Olímpia
Professora.
Graduação em Fotografia.
Email: daniela_moussa@hotmail.com



REVISTA
MEMORARE

 UNISUL
UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

1. Introdução

Segundo Eliade (1963), mito se refere à invenção, à fábula e à ficção.

A palavra mito vem do grego, *mythos*, e deriva de dois verbos: *mytheyo* (contar, narrar, falar alguma coisa para os outros) e do verbo *mytheo* (conversar, contar, anunciar, nomear, designar). Para os gregos, mito é um discurso pronunciado ou proferido para ouvintes que recebem como verdadeira a narrativa [...]. (CHAUÍ, 1997, p. 28).

Quem narra o mito é o poeta, alguém escolhido pelos deuses para através da palavra introduzir uma revelação divina. Em decorrência, o mito mostrava-se como incontestável e inquestionável.

Jung fala que o sonho é individual e o mito é o sonho coletivo. Assim, tem-se uma primeira relação entre linguagem e cultura, entendida aqui como o conjunto de histórias com as quais um grupo de indivíduos se identifica. Identidade tem a ver com o reconhecimento de que “essas histórias” me pertencem, falam de mim, do meu povo. Conforme Eliade (1963, p. 11), “[...] o mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial [...] É sempre, portanto, a narrativa de uma ‘criação’”.

Nesse contexto, este artigo apresenta como tema a articulação entre cultura, identidade e linguagem (cognição). Essa articulação é feita através da interpretação hermenêutica do mito de Métis, a deusa da prudência, filha de Oceannus e Tétis, que tinha o poder de se auto-transformar. Seu nome significava “sabedoria astuciosa”.

A cultura humana, na visão psicanalítica, segundo Freud (1996, p. 20), foi construída às expensas da satisfação pulsional (renúncia do prazer). A sublimação só ocorre, no entanto, se houver uma ressonância simbólica entre a história de vida do sujeito e suas ações. O processo de sublimação é ilustrado pela interpretação hermenêutica do mito de Prometeu, titã que rouba de Zeus a centelha divina (inteligência astuciosa), para dar aos homens. A inteligência astuciosa é quem cria a cultura.

Zeus, irado, castiga Prometeu e os homens. Ao homem, Zeus envia Pandora, que traz consigo as desgraças e a sexualidade, mas também a fecundidade, a capacidade de gerar filhos e de produzir o novo. Pandora é a mulher. O homem e a mulher formam a

família. Conforme Bachelard (1999), se tudo o que muda lentamente se explica pela vida, tudo o que muda velozmente se explica pelo fogo. Segundo Chauí (1997, p. 29), para os homens, “[...] o fogo é essencial, pois com ele se diferenciam dos animais [...]”. No caso, o elemento fogo representa a inteligência astuciosa.

Enquanto o homem é condenado ao trabalho, o titã Prometeu, acorrentado, tem seu fígado devorado por uma águia. Esse é o preço da cultura, o sacrifício da identidade original e a substituição desta pelo aceite da projeção do outro como construtora de uma identidade “em grupo”.

Cosmogonia refere-se ao nascimento do mundo. *Gonia* vem de verbo *gennao* (engendrar, gerar, fazer nascer) e *genos* (nascimento, gênese, descendência). Teogonia é a narrativa da origem dos deuses, pois *theos* quer dizer coisas divinas, deuses (CHAUÍ, 1997).

Além da origem dos deuses, o mito pode contar a origem dos homens. Existem várias versões sobre a origem dos humanos. Em uma delas, segundo Hamilton (1991), criar os homens foi tarefa realizada por Prometeu e seu irmão Epimeteu.

Epimeteu, antes de criar o homem, cria os animais e concede a eles todos os dons (a força, a rapidez, a coragem, a astúcia, os pelos, as penas, etc.). Nada restou para os homens. Epimeteu se arrepende e recorre ao irmão Prometeu que, para tornar os homens superiores, cria-os com a verticalidade dos deuses e, ainda, rouba de Zeus uma centelha de fogo.

Então, o homem surge a partir da mistura de sementes celestiais, terra e água. É ereto e pode, com a cabeça erguida, olhar o céu e as estrelas (BULFINCH, 2002). “E ora, embora débil e mortal, a humanidade tem o fogo chamejante, a partir do qual aprende muitas artes”. (HAMILTON, 1991, p. 94).

Em Hesíodo, as palavras são forças divinas. As palavras são deusas nascidas de Zeus e Mnemosine (a Memória), as Musas. [...] A luta de Zeus pelo poder e a manutenção do poder por Zeus é o centro da visão do mundo apresentado em Teogonia [...]”. (HESÍODO, 2001, p. 98).

A linguagem é esse ser vivo que se articula em prosa ou poesia e narram histórias inspiradas pelas diferentes musas. Cada uma dela tem um papel civilizatório. Um conjunto de histórias determina uma cultura. As identidades se rendem às culturas.



Renunciamos a ser quem somos para nos transformar nos heróis, segundo as histórias. Na Grécia antiga todos queriam ser Aquiles e vivenciar uma bela morte.

Em Hesíodo, o homem (*anthropos, homo, humus*) aparece como descendente de Epimeteu e Pandora e ganha a vida com o suor de seu trabalho.

As cinco idades de que fala Hesíodo (1996) apresentam um esquema que cumpre três funções: em primeiro plano, domínio da justiça (Dike) (ouro e prata); em um segundo plano, domínio da desmedida (Hýbris) (bronze e heróis); no terceiro plano, coexistência dos contrários bem e mal, homem e mulher, nascimento e morte, abundância e penúria, felicidade e desgraça.

1. Idade do ouro (símbolo da realeza): a terra produzia espontaneamente, não existia trabalho. Os homens não envelheciam e quando deixavam a vida, tornavam-se intermediários entre os deuses e os viventes, passando a ser guardiães dos homens, mantenedores da justiça, favorecendo a fecundidade da terra e dos rebanhos.

2. Idade de prata: embora se mantenham afastados da guerra e dos labores campestres, são inferiores aos homens da idade de ouro, pois se negam a oferecer sacrifícios aos deuses e a reconhecer a soberania de Zeus.

3. Idade de bronze: foram criados por Zeus, tendo como matriz os freixos (tipo de árvore/madeira especial), têm como característica a violência bélica, não se preocupam com o trabalho da terra e sucumbem à guerra.

4. Idade dos heróis: criados por Zeus como uma raça justa e brava, como semideuses, submetendo-se à ordem da justiça.

5. Idade de ferro: os homens estão submetidos às doenças, à velhice, à morte, às incertezas, a Pandora, ao trabalho. “A necessidade de sofrer e batalhar na terra para obter o alimento é igualmente para o homem a necessidade de gerar através da mulher, nascer e morrer, suportar diariamente a angústia e a esperança de um amanhã incerto [...] o bem e o mal são solidários e indissolúveis”. (BRANDÃO, 1987, p. 178).

É da Idade de Ferro o lugar em que esse artigo foi escrito.

2. O mito de Métiis

Detienne e Vernant (2008), na obra “Métiis – Astúcias da inteligência”, definem “métiis” como uma forma de inteligência – a inteligência astuciosa: “[...] a métiis não é mais que um componente de certos saberes ou de alguns poderes detidos por um



pequeno grupo de deuses, cujas atividades são funcionalmente orientadas para os domínios, onde prevalece esta forma de inteligência”. (DETIENNE; VERNANT, 2008, p. 276).

Métisé, deusa da saúde, proteção, astúcia, prudência e virtudes. Foi a primeira esposa de Zeus, que forneceu a bebida que fez Cronos regurgitar todos os filhos que havia engolido. Foi essa forma de inteligência, a inteligência astuciosa, que permitiu a Zeus conquistar o poder: métis, a astúcia, a capacidade de prever todos os acontecimentos.

Como sua mãe Tétis, Métis tem o poder de se metamorfosear, de assumir todas as formas. É capaz de virar animal selvagem, formiga, rochedo, tudo o que quiser. Conta Vernant, em “O universo”, que os deuses, os homens, “Zeus interroga Métis: - Podes de fato assumir todas as formas, poderias ser um leão que cospe fogo? Na mesma hora, Métis se torna uma leoa que cospe fogo. Espetáculo aterrador. Zeus lhe pergunta depois: - Poderias também ser uma gota d’água? - Claro que sim. - Mostra-me”. E, mal ela se transforma em gota d’água, ele a sorve.

Pronto! Métis está na barriga de Zeus. Mais uma vez a astúcia funcionou.

Quando Métis estava grávida de Zeus, Gaia profetizou que Métis teria dois filhos: a primeira, Tritogenia, seria igual a Zeus em força e sabedoria, e o segundo, se fosse gerado, seria rei de homens e deuses.

Zeus não se contenta em engolir seus eventuais sucessores (como havia feito seu pai Cronos): ele agora encarna, no correr do tempo, no fluxo temporal, essa presciência artilosa que permite desfazer antecipadamente os planos de qualquer um que tente surpreendê-lo ou derrotá-lo. Sua esposa Métis, grávida de Atena, está em sua barriga. Assim, Atena não vai sair do regaço da mãe, mas da cabeça do pai, que é agora tão grande quanto o ventre de Métis. Zeus dá uivos de dor. Prometeu e Héstos são chamados para socorrê-lo, chegam com um machado duplo, dão uma boa pancada na cabeça de Zeus e, aos gritos, Atena sai da cabeça do deus, jovem donzela já toda armada com seu capacete, sua lança, seu escudo e a couraça de bronze. Atena é a deusa inventiva, cheia de astúcia. Ao mesmo tempo, toda a astúcia do mundo está agora concentrada na pessoa de Zeus.

O conceito de Métis é amplo. Pode ser definida como “uma potência de astúcia e engano” (VERNANT, DÉTIENNE, 2008, p. 29), que concede ao seu detentor a pos-



sibilidade de mobilizar a astúcia (dólos), saber aproveitar-se das vantagens (kérde), apreender as ocasiões particulares e dominá-las (kairós):

Vernant e Détienne adiantam a complexidade da métis, na introdução de seu livro, quando afirmam que ela é uma forma de pensamento, um modo de conhecer; ela implica um conjunto complexo, mas muito coerente, de atitudes mentais, de comportamentos intelectuais que combinam o faro, a sagacidade, a previsão, a sutileza de espírito, o fingimento, o desembaraço, a atenção vigilante, o senso de oportunidade, habilidades diversas, uma experiência longamente adquirida; ela se aplica a realidades fugazes, móveis, desconcertantes e ambíguas, que não se prestam nem à medida precisa, nem ao cálculo exato, nem ao raciocínio rigoroso. (VERNAND; DÉTIENNE, 2008, p. 11).

Dentre os seres que se nutrem de néctar e ambrosia, o titã Prometeu é um dos que detêm a potência da astúcia. Além dele, temos o Deus Criador Héfestos.

3. O Mito de Prometeu

Freud faz uma alusão ao mito prometeico no texto “A Aquisição e o Controle do Fogo”, datado de 1931. Em “O Mal Estar na Civilização”, escrito um ano antes, já havia uma referência a temática do controle do fogo, e, ao referir-se aos atos civilizatórios afirma, que “[...] os primeiros atos da civilização foram a utilização de instrumentos, a obtenção do controle do fogo e a construção de habitações.” (FREUD, 1930, p. 109)

Prometeu é citado por Freud como o titã criador dos homens que rouba o fogo divino e o esconde em uma fêrula oca. Freud traça um paralelo entre o caule de funcho e o pênis, sendo que, enquanto o caule contém o fogo, o pênis contém a urina, a água, e assim a possibilidade de apagar o fogo. Se há alguém a quem Prometeu pretendia enganar, não seria a Zeus e sim ao próprio id, através de uma renúncia. “[...] A vida pulsional - o id - é o deus que é defraudado quando se renuncia à extinção do fogo: na lenda, o desejo humano transforma-se em privilégio divino”. (FREUD, 1932, p. 29).

Portanto, a cultura é possível na medida em que renunciamos da nossa verdadeira identidade.

Segundo Freud (1932), o mito prometeico apresenta o fogo “[...] como algo análogo à paixão do amor, [...] um símbolo da libido. O calor que se irradia do fogo



evoca a mesma sensação que acompanha um estado de excitação sexual, e a forma e os movimentos de uma chama sugerem um falo em atividade”. (FREUD, 1932, p. 232).

Prometeu faz uma renúncia pulsional em nome da civilização. Ele sacrifica a sua individualidade para pertencer a um grupo. “[...] de que a obtenção do fogo teve por pressuposto uma renúncia pulsional, então a lenda expressa abertamente o ressentimento que a humanidade conduzida por suas pulsões teve que sentir contra o herói cultural”. (LAPLANCHE, 1985, p. 138). Segundo Laplanche (1985, p. 139), “Prometeu é punido não onde ele pecara, mas por onde tivera feito a humanidade pulsional sofrer ou, digamos, feito sofrer o id”. Prometeu é punido na sede dos próprios desejos, revelando-se aí a culpabilidade.

Em épocas primitivas, o fígado era considerado a sede de todas as paixões e desejos; daí, uma punição como a de Prometeu ter sido correta para um criminoso que se deixara arrastar pelo instinto [pulsões], que havia cometido uma ofensa sob a instigação de maus desejos. Contudo, justamente o oposto é que se verifica com o Portador do Fogo: ele renunciara a um instinto [pulsão] e tinha mostrado o quão benéfico e, ao mesmo tempo, quão indispensável era essa renúncia, para os propósitos da civilização. (FREUD, 1932, p. 230).

Freud associa, ainda, a ave que se alimenta do fígado com o pênis, também encontrada no caso da Fênix, consumida pelo fogo e rejuvenescida novamente. Sobre estes dois mitos esclarece Freud:

Cada um deles descreve o revivescimento de desejos libidinais depois de estes terem sido extintos pela saciedade. Ou seja, cada um deles se refere a indestrutibilidade desses desejos; e essa ênfase é particularmente apropriada como consolo, ali, onde o cerne histórico do mito aborda a derrota da vida instintual, com uma renúncia ao instinto que se tornou necessária. É por assim dizer, a segunda parte de uma reação compreensível do homem primitivo quando este sofreu um golpe em sua vida instintual: após a punição do delinquente, vem a garantia de que, enfim, no fundo, ele não causou nenhum prejuízo. (FREUD, 1932, p. 232).

Segundo Laplanche (1989, p. 160), Prometeu seria um herói antilibidinal, pois o que acontece com Prometeu é a repressão, sendo que, “[...] a repressão é a renúncia consciente ou ainda a renúncia imposta ao outro nesse mito do herói cultural”.

Bachelard (1999), em “A Psicanálise do Fogo” afirma que o fogo aparece como um elemento social mais do que natural, pois a cultura determina uma relação entre os sujeitos e o fogo, sendo que o fogo aparece como um elemento de interdição social,



Surge, aqui, o mistério para a criança frente à sabedoria do pai, que o interdita em relação ao fogo. A criança se questiona como o pai sabe sobre o poder do fogo. A partir disso, Bachelard (1999) traz um conceito novo, apresentando o Complexo de Prometeu que se refere a “[...] todas as tendências que nos impelem a sabermos tanto quanto nossos pais, mais que nossos pais, tanto quanto nossos mestres, mais que nossos mestres”. (BACHELARD, 1999, p. 18). E acrescenta que o “[...] complexo de Prometeu é o complexo de Édipo da vida intelectual [...]” (BACHELARD, 1999, p. 19), ou seja, estariam presentes aqui pulsões relacionadas à busca em aperfeiçoar o conhecimento, a temática do fogo está relacionada ao saber. “[...] Não é apenas na arte que se sublima a libido. Ela é a fonte de todos os trabalhos do homo faber”. (BACHELARD, 1999, p. 47)

Laplanche (1989, p. 129) cita Bachelard afirmando que o fogo está atrelado à questão da sublimação, pois o fogo “[...] é a metáfora primordial da sublimação [...]”, embora não apresente qual a articulação possível, além da possibilidade de transformação da matéria.

Além de Zeus e Prometeu, Héstos, o Deus Criador, o artífice dos olímpianos, é outro que possui Métis, é outro que pode lançar mão da linguagem por meio da inteligência astuciosa e criar ou modificar culturas. Identidade, linguagem e cultura em uma dança contínua, um jogo infinito, movido pela inteligência astuciosa.

4. O Mito de Héstos

Pandora, a mulher, o feminino, o par ideal, é uma criação de Héstos, justamente do deus que embora coxo, com defeitos físicos, é o deus do fogo, com poderes para a criação, capaz de criar o belo, embora nele algo se denuncie como diferente, faltante.

Héstos é quem inventa a mulher, modelando-a do barro, dando-lhe dons, mas a cria como mulher mortal trazendo mazelas aos homens. Pandora, obra de uma criação, é quem permite que a humanidade a partir de então se reproduza.

Pandora representa, ela mesma, a criação e a capacidade de gerar, a fecundidade, a invenção e o trabalho. Pandora é feita do barro, como anteriormente o homem também o fora e também o jarro que contém todas as mazelas humanas. Pandora, de certo modo, presentifica a capacidade criativa, sendo ela mesma um produto da criação.



O fogo divino e natural de Zeus se refere à espiritualidade, a uma intelectualização superior. O fogo de Zeus, a quem tudo pode, tudo sabe. O deus que representa a lei e o destino ao qual não se pode escapar. Zeus, por ter a chama divina, pode satisfazer seus desejos, mas, embora ele saiba o que vai acontecer, deixa-se enganar.

O fogo de Héstos pode criar o novo a partir da lama. Ter um defeito o qualifica como criador, porque algo falta. Héstos é o deus criativo, que cria obras de arte, o deus que se coloca no lugar de Prometeu para salvá-lo. Esta passagem parece remeter à questão do fogo divino somado ao fogo roubado, ou seja, a vida de Héstos é trocada pelo castigo de Prometeu e, então, os homens podem ter a centelha divina, a arte de criar. Diz Prometeu: “Os homens devem-me todas as artes”

Lacan (1997, p. 151) considera o vaso, a criação do oleiro em torno do vazio, como o primeiro significante modelado pelas mãos do homem e pode ser considerado o elemento mais primordial da indústria humana, um instrumento, um utensílio, que nos permite afirmar a presença humana onde quer que o encontremos.

O vaso, jarro, é o exemplo de sublimação em Lacan, pois representa a existência do vazio no centro do real, a Coisa. Jarro e mito que contornam e modelam o vazio, com significantes. Criar em torno do nada, elevar o objeto à dignidade de das Ding, um objeto que representa a Coisa, que anuncia o belo, mas que presentifica a falta.

É Pandora quem representa o bem e o mal, a possibilidade de escolha, condição essencial para que possa ocorrer a sublimação. É porque é dada a possibilidade de escolha que o homem pode sublimar (separar-se daquilo que é impuro).

Enquanto Freud traz a questão do mito como a possibilidade dada ao homem de renunciar a apagar o fogo, outra leitura hermenêutica do texto reenvia o mito de Prometeu à questão da sublimação. Prometeu não é o deus da sublimação, mas é quem ilumina o homem com a inteligência astuciosa, inteligência esta que permite ao homem interpretar a situação, fazer o diferente, ser reconhecido pela cultura, através de sua obra.

Zeus castiga Prometeu a ter seu fígado devorado por uma águia e seu flagelo só terá fim quando outro deus, no lugar de Prometeu, puder ser sacrificado. Ora é Héstos que por sofrer com os pés doentes (Pés-Tortos) acaba por morrer em lugar de Prometeu, ora é Hércules quem salva Prometeu matando a águia e libertando-o. Zeus, então,



renuncia ao ódio contra Prometeu, para glorificar seu filho Héracles. “Filho de Jápeto, sobre todos hábil em tuas tramas, apraz-te furtar o fogo fraudando-me as entranhas; grande praga para ti e para os homens vindouros! Para esses em lugar do fogo eu darei um mal e todos se alegrarão no ânimo, mimando muito este mal.” (HESÍODO, 1996, p. 27).

Zeus [...] ordenou então ao ínclito Héstos muito velozmente terra à água misturar e aí pôr humana voz e força, e assemelhar de rosto às deusas imortais esta bela e delectável forma de virgem; e a Atena ensinar os trabalhos, o tecido tecer; e á áurea Afrodite à volta da cabeça verter graça, terrível desejo e preocupações devoradoras de membros. [...] Pandora, porque todos os que têm olímpia morada deram-lhe um dom, um mal aos homens que comem pão. (HESÍODO, 1996, p. 27).

Segundo Brandão (1999), quem modela Pandora é Héstos, o deus do fogo, nascido nas águas celestes. Héstos é filho de Hera. Hera gerou sozinha seu filho, uma resposta ao fato de Zeus ter gerado Atena de sua própria cabeça. Héstos “[...] já teria nascido coxo e deformado. Humilhada com a fealdade e a deformação do filho, Hera o lançou do alto do Olimpo”. (BRANDÃO, 1999, p. 45).

Héstos cai no mar, sendo recolhido em uma gruta, por nove anos, realizando seu período iniciático, em que aprende a trabalhar o ferro, o bronze e outros metais preciosos, “[...] tornando-se o mais engenhoso dos filhos do céu”. (BRANDÃO, 1999, p. 45). Héstos, além do fogo, tem o poder de atar e desatar, é o xamã dos nós, que tem a magia por ser o deus do fogo, é capaz de transformar.

No mito de Prometeu, é Héstos quem salva Prometeu de seu tormento, pois como anuncia Hermes: “Não esperes um fim para a tua tortura, a menos que apareça por aqui um deus disposto a te substituir no sacrifício”. (ÉSQUILO, 1975). Este deus é Héstos, o Pés-Tortos, o Coxo.

Ainda sobre Pandora:

[...] a Zeus tíntruo e enraivou seu coração ver entre homens o brilho longevivo do fogo. E criou já ao invés do fogo um mal aos homens: plasmou-o da terra o ínclito Pés-tortos como virgem pudente [...] Após ter criado belo o mal em vez de um bem levou-a lá onde eram outros deuses e homens adornada pela dos olhos glaucos e do pai forte. [...] Dela descende a geração das femininas mulheres. Dela é a funesta geração e grei das mulheres, grande pena que habita entre homens mortais, parceiras não da penúria cruel, porém do luxo (HESÍODO, 1996, p. 49).



Segundo Diel (1991), pode-se pensar que o mito “[...] assinala esse traço distintivo contemplando o princípio geral da criação (o espírito e seu reinado final exercido por Zeus) com o princípio específico do advento do ser consciente, o intelecto, simbolizado por Prometeu”. (DIEL, 1991, p. 221).

O fogo, ao ser roubado, perde sua significação divina e espiritualizante. Os deuses representam um ideal evolutivo, mas quando roubado para vitalizar o ser construído de lama, o fogo representa ainda a intelectualização, porém em condição menor.

O fogo é bastante adequado para representar o intelecto, não somente porque permite à simbolização representar, por um lado, a espiritualização (luz) e a sublimação (calor) e, por outro, a perversão (qualidade destrutiva do fogo), mas também porque, no plano real da história evolutiva do ser intelectualizado, na história da humanidade, a descoberta do fogo (simbolicamente o fogo trazido pelo Titã-Intelecto, Prometeu) desempenha um papel predominante, estreitamente ligado à eclosão do intelecto tanto sob sua forma positiva quanto negativa. (DIEL, 1991, p. 225).

Em Ésquilo (1975), o fogo roubado é o mestre de todas as artes, portanto possui uma função técnica geral, é o pai de todas as técnicas. Temos um “[...] ser dotado de pensamento, capaz de organizar e de dominar a vida com seu trabalho”. (VERNANT, 2002, p. 323).

Em Teogonia, ocorre a disputa entre o titã Prometeu e o deus Zeus. Segundo Diel (1991), o mito de Prometeu conta a história do despertar da consciência, pois Prometeu é um titã, mas diferente de outros titãs, representa a terra habitada por seres vivos, seres que desejam. Prometeu representa ainda a intelectualização, pois significa o pensamento previdente. Prometeu, com seus artifícios intelectuais, ensina aos homens como enganar aos deuses e ficar com a melhor parte dos sacrifícios sangrentos.

Em Teogonia, os homens se alimentam de carne de boi e, em “Os Trabalhos e os Dias”, pelos produtos da terra cultivada. “Os homens que comem pão são mortais e os deuses que comem ambrosia são imortais” (VERNANT, 2002, p. 61). O homem passa a existir como um elemento diverso dos animais, e também diferente dos deuses.

Prometeu oferece aos homens o fogo técnico, não um fogo natural, mas o fogo cultural, pois é um fogo transportado em uma fôrula porque ali há substâncias combustíveis que mantêm a chama acesa. Zeus esconde o fogo natural e Prometeu



transporta o fogo artificial. Este ato aponta para o artifício: um fogo técnico que surge no lugar de um fogo natural. É a natureza cedendo espaço à cultura.

Ao presentear Epimeteu com Pandora, Zeus muda sua forma de agir, “[...] contrariamente ao que até então acontecia, ao invés de tirar algo, acrescenta” (VERNANT, 2002, p. 60). Com a vinda de Pandora, surge a necessidade de o homem trabalhar, pois até então o homem vivia como imortal.

É com este mito que Hesíodo justifica a necessidade do trabalho como uma das contingências humanas, surgida devido à resposta dada pelo Cronida ao titã, por ter sido por ele enganado. Tendo escondido o fogo (pyr), o homem, desfalcado, precisa trabalhar para subsistir. (HESÍODO, 1996, p. 64).

Pandora é um produto da cultura, é fabricada, obra de um artista, Héstos (o deus do fogo). Héstos é o único deus com deformidade física e o único deus que trabalha. Héstos não tem pai, o que representaria ausência da tradição, dos valores socialmente aceitos. Héstos é abandonado pela mãe, voltando-se para si mesmo e, a partir daí, aprende a arte de criar o novo. Através da criatividade Héstos, pode-se elaborar sua raiva e agressividade, frente ao abandono materno. Aparece como o deus da iniciação e do espiritual, simboliza o princípio criativo.

O fogo de Héstos simboliza a nova consciência que brota do inconsciente, representa a possibilidade de “[...] agir como a natureza age”. (BOECHAT, 1995, p. 60).

Héstos, a mando de Zeus, modela Pandora, com o auxílio dos imortais, uma mulher ideal semelhante às deusas imortais. “[...] O mensageiro dos deuses concedeu-lhe o dom da palavra e chamou-a Pandora, porque são todos os habitantes do Olimpo que, com este presente, ‘presenteiam’ os homens com a desgraça”. (BRANDÃO, 1999, p. 168).

5. Considerações Finais

Este artigo utilizou a ilustração hermenêutica do mito para articular cultura, identidade, linguagem e preservação de patrimônios intangíveis. A hermenêutica aponta para a possibilidade de interpretação do mito, pois este se mostra com significados múltiplos que favorecem o deslizar de significantes, na busca de novas interpretações.



Cultura é o mito que é transmitido de geração em geração, fruto da criatividade daqueles que o transmitem e que estabelece laço social, dando sentido para situações que a princípio não teriam um significado único.

Os mitos de Métis, Prometeu e Héfestos trazem para os homens um sentido para a inteligência astuciosa.

O fogo que ilumina e que a princípio é dádiva apenas dos deuses, é que permite aos homens assumir sua humanidade e construir a civilização. Em Prometeu e Pandora, a sublimação decorrente do fogo iluminador permite a imortalidade do mortal, que se eterniza na civilização através do trabalho, que constrói a cultura.

É com a chama da criatividade, inteligência astuciosa, que é possível ir além da lei de Zeus, embora os homens reconheçam a lei deste pai, pois pagam pelo crime cometido por Prometeu com o trabalho, que ao mesmo tempo se mostra como a possibilidade de alcançar a satisfação pulsional.

Enfim, concluímos com a reflexão de que se Atena, a Sabedoria, permite-nos ser igual aos deuses, o segundo filho que Zeus teria com Métis e que, segundo Prometeu, seria maior que o pai, é a ARTE. Se pela sabedoria nos igualamos aos deuses, pela arte podemos e devemos ir além.

Referências

BACHELARD, G. **A psicanálise do fogo**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999

BOECHAT, W. **Mitos e arquétipos do homem contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 1995, p.60.

BULFINCH, T. **O livro de ouro da mitologia**. 28. ed. Rio de Janeiro: Vozes 2002.

BRANDÃO, J. S. **Mitologia grega**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Mitologia Grega**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 9. ed. São Paulo: Ática, 1997.

DÉTIENNE, Marcel. VERNANT, Jean-Pierre. **Métis– As astúcias da inteligência**. Tradução de Filomena Hirata. São Paulo: Odysseus Editora, 2008.

DIEL, Paul. **O Simbolismo da Mitologia Grega**. São Paulo: Attar, 1991



ELIADE, M. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1963.

ÉSQUILO. **Teatro completo**. Lisboa: Estampa, 1975.

FREUD, S. **O mal estar na civilização**. (1930[1929]). Companhia das Letras.

_____. A aquisição e o controle do fogo. ((1932 [1931])). Imago

HESÍODO. **Os trabalhos e os dias (primeira parte)**. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 1996.

_____. **Teogonia**: a origem dos deuses. 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 1995.

HAMILTON, E. **A mitologia**. Lisboa: Dom Quixote, 1991.

HOMERO. **Odisséia**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, [s/d]. .

LACAN, J. (1997 [1959-60]). **O Seminário, Livro 7: A ética da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LAPLANCHE, J. 1989. **Vie et mort em psycanalyse**. Artes Médicas, 1985.

VERNANT, Jean-Pierre. **Entre Mito e Política**. 2. ed. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Edusp, 2002.

Submetido em: 30/08/2016. Aprovado em: 21/11/2016.





“VERBI – O IDIOMA DO CAOS”: LÍNGUAS, LINGUAGENS E A PSIQUE JUNGUIANA EM CENA

Jussara Paraná Sanches Figueira*
Luiz Naim Haddad**
Marisa Naspolini***
Francisco Fialho****

Resumo: Este artigo procura compreender o espetáculo cênico “Verbi – o idioma do caos”, do ponto de vista das línguas e linguagens utilizadas e sugeridas. Dentro do contexto da visão junguiana da psique humana, são explorados os conceitos de consciência, de inconsciente pessoal e de inconsciente coletivo e seus arquétipos. Tais arquétipos estão na base da construção desse trabalho artístico. Para uma reflexão mais ampla, a partir do ponto de vista escolhido, foram também trazidas contribuições de Deleuze e Guattari, Espinoza e do escritor contemporâneo Mia Couto.
Palavras-chave: Linguagem. Jung. Artes cênicas.

Abstract: This article tries to understand the theatrical performance “Verbi- o idioma do caos” from the standpoint of the employed and suggested languages. Within the context of Jung’s conception of the human psyche, the concepts of consciousness, personal unconscious, and collective unconscious and its archetypes are explored. Such archetypes form the basis of this artistic work. Contributions from Deleuze and Guattari, Espinoza, and from the contemporary writer Mia Couto were used to broaden the scope of the developed ideas.

Keywords: Language. Jung. Performing Arts.

*Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Membro do Núcleo de Estudos e Desenvolvidos em
Conhecimento e Consciência - NEDECC
Doutoranda em Engenharia e Gestão do Conhecimento
Mestre em Administração Pública - UFSC
Email: diretoria@baobahlabs.com

**Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
Professor do Curso de Bacharelado em Dança.
Membro do NEDECC
Doutorando no Programa de Pós-graduação em teatro - UDESC
Mestre em Artes - UNICAMP
Email: luizcanao@hotmail.com

***Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.
Professora colaboradora do Programa de
Mestrado Profissional em Artes.
Pesquisadora do NEDECC
Doutora em Teatro - UDESC e
Pós-doutora em Antropologia Social - UFSC.
Email: marisanaspolini@gmail.com

****Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.
Pesquisador do NEDECC.
Professor Titular no Departamento de Engenharia do Conhecimento -
Centro Tecnológico.
Doutor em Engenharia- UFSC.
Email: fapfialho@gmail.com

Luiz é ator, Marisa é diretora e Jussara é consultora dramaturgica do espetáculo “Verbi – o idioma do caos”, que estreou em setembro de 2014, em Florianópolis.



REVISTA
MEMORARE


www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

Criar é sempre um ato mágico, resultado consciente ou inconsciente da interação entre os sistemas transcendentais e os sistemas biofísicos. (FRANCISCO FIALHO, 1993).

1. Introdução

Carl Jung (1875 a 1961), psiquiatra e psicólogo suíço fundador da psicologia analítica, foi o “primeiro sucessor de Freud a fazer aproximações entre as tradições do oriente e do ocidente, criando pontes espaciais e temporais, contribuindo para um melhor conhecimento do ser humano”. (FIALHO, 2014, p. 33).

Segundo Jung, a psique humana seria composta por três camadas concêntricas: a consciência, o inconsciente pessoal e o inconsciente coletivo. A consciência, produto da percepção, teria o ego como seu centro coordenador, e responderia por nossa adaptação e orientação no mundo.

A consciência permite a individuação do homem frente aos objetos, o homem reconhecendo-se como uma **imagem separada**. A consciência se desenvolve **separando sujeito de objeto**, sustentando a relação do ego com os conteúdos psíquicos pertencentes tanto ao mundo externo quanto ao mundo interno. O ego é o centro coordenador da consciência, sujeito de nossa identidade pessoal e centro de nossos desejos e de nossas atenções, funcionando como um organizador consciente das impressões, internas e externas, das lembranças não reprimidas, da sequência temporal, espacial e causal. (FIALHO, 2014, p. 39, grifo nosso).

O inconsciente pessoal seria constituído por conteúdos subliminares que teriam escapado da percepção consciente, pelo esquecimento ou pela repressão; no primeiro caso, devido a um desvio de atenção, ou pela sutileza do estímulo; e no segundo caso, devido a um conflito interno de natureza moral. (FIALHO, 2014, p. 35).

A rede formada pelas sensações, representações e emoções, advindas desses conteúdos, seriam o que Jung chamou de complexos, ou seja, as unidades funcionais do inconsciente pessoal. Assim, os complexos se formariam a partir de um agrupamento de conteúdos inconscientes, que se conectariam entre si, em função de uma carga emocional por eles compartilhada. Os complexos ativados, apesar de estarem presentes nas personalidades consideradas normais, poderiam se opor às intenções conscientes do ego, e provocar personalidades divididas, parciais, independentes e separadas em um mesmo indivíduo. (FIALHO, 2014, p. 41).

Também, ao longo de seu trabalho, Jung percebeu em pacientes esquizofrênicos, assim como em sonhos e fantasias de pessoas consideradas normais, a repetição de determinados padrões de comportamento referidos a aspectos religiosos e mitológicos¹. Sua experiência deu origem ao que chamou de inconsciente coletivo e seus arquétipos; uma camada inconsciente mais profunda, e que, mais que um depósito de registros do passado, seria uma fonte de situações psíquicas futuras. (FIALHO, 2014, p. 37).

Para Jung, esses padrões (arquétipos), ocorreriam de maneira idêntica em todas as pessoas e, portanto, constituiriam um “substrato psíquico comum de natureza suprapessoal que estaria presente em cada um de nós”. (JUNG, 1968, p. 4, tradução nossa).

O arquétipo representa essencialmente um conteúdo inconsciente, o qual se modifica através de sua conscientização e percepção, assumindo matizes que variam de acordo com a consciência individual na qual se manifesta. (JUNG, 2000, p. 17).

Os arquétipos seriam forma sem conteúdo, possibilidades latentes de manifestação, predisposições a determinadas ações, carregados de forte componente emocional específico a cada um, muitas vezes, metaforizado por animais, que adquiririam materialidade, e se comunicariam com a consciência através de imagens ou símbolos, como os de contos de fadas, mitos, e temas ou imagens de sonhos. (FIALHO, 2014, p.42-44). Nesse sentido, é que os mitos são definidos como descrições “de uma determinada estrutura de sensibilidade e de estados da alma que a espécie humana desenvolve em sua relação consigo mesma, com o outro e com o mundo”. (FERREIRA SANTOS *apud* FIALHO, 2014, p. 62).

O inconsciente coletivo corresponde ao nosso substrato psíquico mais profundo, ontogênica e filogeneticamente mais antigo, arcaico, pré-verbal, conectado ao corpo e aos instintos, também chamado de psique objetiva. (...) a psique objetiva não conceitualiza (a linguagem e os conceitos surgiram mais tardiamente na evolução), comunicando-se através de imagens, analogicamente. (...) parece ser constituída por temas ou imagens de natureza mitológica. Toda mitologia seria uma espécie de projeção do inconsciente coletivo. A partir dessa dimensão parece brotar tudo que é criativo. (FIALHO, 2014, p. 38).

¹ Referente a mito- “do grego *mythós* (*muqón*): ‘aquilo que se relata,’ (...) a narrativa dinâmica de imagens e símbolos que orientam a ação na articulação do passado (*arché*) e do presente em direção ao futuro (*télos*).” (FIALHO, 2014, p. 62)

Existiriam infinitos arquétipos para infinitas situações da vida, e quando incorporados (constelados), poderiam inspirar criativamente os indivíduos para a arte e a ciência, ou manifestar-se como rigidez, fanatismo e possessão, a exemplo do que ocorreu no Nazismo alemão, em que a imagem arquetípica de Wotan, deus da mitologia germânica, teria sido constelada em Hitler, provocando seu estado de possessão guerreira. (FIALHO, 2014, p. 43).

Segundo Jung (2000, p.53-54), o conceito de arquétipos já vinha reconhecido em outros campos da ciência: na pesquisa mitológica foram denominados “motivos” ou “temas”; em psicologia corresponderiam às *représentations collectives* de Levy-Brühl; no campo das religiões comparadas foram definidos como “categorias da imaginação”, por Hubert e Mauss; e designados anteriormente por Adolf Bastian como “pensamentos elementares” ou “primordiais”. São “tipos arcaicos – ou melhor – primordiais, isto é, de imagens universais que existiram desde os tempos mais remotos.” (JUNG, 2000, p. 16).

Observando as formas pelas quais o homem expressava seu inconsciente, Jung desenvolveu seu interesse pelo Tarô, um jogo (baralho) de cartas de origem não totalmente conhecida, com seis séculos de existência ao que se saiba. Suas cartas, apesar de terem sofrido reinterpretações imagéticas ao longo do tempo, pareciam todas caracterizar temas arquetípicos, entre elas, a figura do Louco e a do Diabo.

De acordo com Nichols (1997, p. 12):

uma viagem pelas cartas do Tarô, primeiro que tudo, é uma viagem às nossas próprias profundezas. O que quer que encontremos ao longo do caminho é, *aufond*, um aspecto do nosso mais profundo e elevado eu. Pois as cartas do Taro, que nasceram num tempo em que o misterioso e o irracional tinham mais realidade do que hoje, trazem-nos uma ponte efetiva para a sabedoria ancestral do nosso eu mais íntimo.

Neste contexto, este artigo diz respeito a “Verbi- o idioma do caos”, espetáculo cênico que estreou em setembro de 2014, na cidade de Florianópolis, Brasil. Verbi traz para o palco um jogo que procura mover de maneira dinâmica as dimensões da consciência, do inconsciente pessoal e do coletivo, desterritorializando e re-territorializando esses campos, no momento em que não afirma uma linguagem de forma definitiva, e justamente recortada em seus domínios, mas opera nas fronteiras difusas da linguagem, promovendo uma espécie de máquina performativa que agencia a possibilidade de uma colagem cultural.



O professor estadunidense Marvin Carlson (2006) refere-se ao termo “colagem cultural” como uma estratégia criativa comum na pós-modernidade, que utiliza fragmentos culturais os mais diversos, tais como os de língua, no contexto experimental da dança e do teatro no final do século XX e início do XXI, particularmente presente em trabalhos que deslizam nas fronteiras entre teatro e dança.

Nestes casos, como o de Verbi, a escolha pela multiplicidade de línguas (e com frequência também de linguagens) não está relacionada à busca de verossimilhança na cena, mas à negação de um discurso monológico e à imersão na pluralidade de vozes, provenientes de distintas identidades culturais, sem primazia linguística de uma sobre a outra.

Apesar de as diversas cenas terem sido dispostas como quadros relativamente autônomos, seguiu-seno espetáculo uma trajetória arquetípica, em busca de se estabelecer paralelos entre o indivíduo e a própria humanidade em suas expressões psíquicas. Assim, elementos como consciência, inconsciente, arquétipos e tarô foram explorados no âmbito de suas linguagens e representações na configuração da psique humana.

De acordo com Pavis (1999, p. 24),

um estudo tipológico das personagens dramáticas revela que certas figuras procedem de uma visão intuitiva e mítica do homem e que elas remetem a complexos ou a comportamentos universais. Dentro desta ordem de idéias, poder-se-ia falar de Fausto, Fedra ou Édipo como personagens arquetípicas. O interesse de tais personagens é ultrapassar amplamente o estreito âmbito de suas situações particulares segundo os diferentes dramaturgos para elevar-se a um modelo arcaico universal. O arquétipo seria, portanto, um tipo de personagem particularmente genérico e recursivo dentro de uma obra, uma época ou dentro de todas as literaturas e mitologias.

O espetáculo “Verbi – o idioma do caos” procura traçar o processo evolutivo da consciência humana, partindo de uma representação da infância, e atravessando questões existenciais, que se ligam à origem das coisas e aos conflitos próprios da contemporaneidade. O trabalho nasce da diversidade e da conexão entre três linguagens artísticas - a dança, a música e o teatro, através do que se procurou construir camadas coreográficas e sonoras na direção de “um lugar onde todas as línguas, todas as danças, todas as linguagens poderiam ser nossas” (COUTO, 2002).



Com a contribuição do modelo de psique de Jung, dos pensamentos de Deleuze e Guattari, Espinoza, e do escritor contemporâneo Mia Couto, procurou-se nesse artigo compreender mais profundamente o papel e as características das línguas e das linguagens presentes nesse contexto, e expressas em “Verbi- o idioma do caos”.

2. Em Cena

A expressão “idioma do caos” advém do ensaio “Línguas que não sabemos que sabíamos”, do escritor moçambicano Mia Couto (2002). O termo remete à possibilidade de um idioma anterior à aquisição da linguagem ou ao recorte de gênero ou nação. Uma possibilidade de comunicação sintonizada a um estado de consciência equivalente ao de uma criança, anteriormente ao aprendizado de uma língua formal, um momento em que todas as línguas poderiam ser nossas e “o mundo ainda esperava por um destino” (COUTO, 2002).

A problemática da linguagem é central no trabalho de Verbi, que brinca com idiomas e cria tensões na cena através do uso diversificado da língua, gerando ambiguidades linguísticas. De fato, não há nenhuma língua “original” utilizada, mas línguas inventadas a partir de sonoridades que remetem a línguas já existentes e reconhecíveis.

Através do uso dessas supostas línguas variadas, o ator-dançarino tenta criar estratégias para assinalar a presença do “outro” na cena, procurando provocar na plateia questões relativas ao “ser social”, ao “estar-se em relação”, mesmo na ausência de outra presença física.

Ao analisar a produção e a recepção heteroglóssica (referente a várias línguas) na cena contemporânea, Carlson define língua como “o sistema abstrato subjacente à totalidade coletiva do comportamento discursivo/escrito de uma comunidade” (CARLSON, 2006, p. 7, tradução nossa)². Em seu entender, a existência cada vez maior de espetáculos com línguas mistas ou misturadas não apenas possibilita trazer ao centro da cena vozes migrantes e fronteiriças, mas permite a anunciação de diferentes mensagens a diferentes setores da plateia.

² No original: “(...) the abstract system underlying the collective totality of the speech/writing behavior of a community” (CARLSON, 2006, p. 7).



Verbi procura abordar dimensões da experiência humana dificilmente traduzíveis em palavras, e, para tanto, faz uso de fragmentos de línguas como recurso formal na criação. Na busca de uma síntese poética atravessada pelo desafio do enigma da existência, o espetáculo opera entre fronteiras: fronteiras entre linguagens estéticas, oscilando entre teatro, dança e música; fronteiras musicais e sonoras, que circulam entre referências de oriente e ocidente, popular e erudito, moderno e ancestral, urbano e bucólico, se apropriando também do que John Cage denomina de “sons não musicais” (CAGE *apud* CARLSON, 2006, p. 174); fronteiras entre gêneros e entre nações, compondo e dissolvendo ininterruptamente territórios definidos e reconhecíveis, provocando no espectador percepções que se mantêm em permanente deslocamento.

Assim, propõe Jung (2000, p. 31-32):

o encontro consigo mesmo significa, antes de mais nada, o encontro com a própria sombra. A sombra é, no entanto, um desfiladeiro, um portal estreito cuja dolorosa exiguidade não poupa quem quer que desça ao poço profundo. Mas para sabermos quem somos, temos de conhecer-nos a nós mesmos, porque o que se segue à morte é de uma amplitude ilimitada, cheia de incertezas inauditas, aparentemente sem dentro nem fora, sem em cima, nem embaixo, sem um aqui ou um lá, sem meu nem teu, sem bem, nem mal. É o mundo da água, onde todo vivente flutua em suspenso, onde começa o reino do “simpático” da alma de todo ser vivo, onde sou inseparavelmente isto e aquilo, onde vivencio o outro em mim, e o outro que não sou, me vivencia.

Este desmanche de fronteiras também se dá na indeterminação entre voz falada e cantada, nos traços cruzados de feminilidade e masculinidade na construção do corpo performativo, e nos ruídos e harmonias musicais consonantes, que formam, em Verbi, um jogo de contrastes para a construção operativa de uma linguagem “descolonizada”.

Em uma cena que faz alusão ao mundo árabe “francês” e aos conflitos provocados por fundamentalismos religiosos, tocando nas questões de centro-periferia inerentes aos processos coloniais no Oriente Médio, o ator incorpora uma *persona*³ que ao mesmo tempo simboliza, de um lado, o caráter patriarcal, colonizador, o “dono da guerra”, e, de outro, a vulnerabilidade gerada pela precariedade da condição humana. O

³No teatro grego, a *persona* é a máscara, o papel assumido pelo ator, ela não se refere à personagem esboçada pelo autor dramático. O ator está nitidamente separado de sua personagem, é apenas seu executante e não sua encarnação a ponto de dissociar, em sua atuação, gesto e voz. Toda a sequência da evolução do teatro ocidental será marcada pela completa inversão dessa perspectiva: a personagem vai-se identificar cada vez mais com o ator que a encarna e transmutar-se em entidade psicológica e moral semelhante aos outros homens, entidade essa encarregada de produzir no espectador um efeito de *identificação*. (PAVIS, 1999, p. 285).



uso da sonoridade da língua francesa, aliado a movimentos corporais rígidos, por vezes mecânicos, provoca uma reflexão sobre tirania, política e outras tensões culturais atuais, potencializada pela música de aparente origem mediterrânea que invade a cena.

Le zoelle a ce de vville a copeau
Le cumierre crateniondecor
Le malle vale brulé la greina
Le coeur ce la gargan de la covern
Daquelleille tu ju montrinale
Aleuravectatredujuflamber
Valle tavoardaiupovoar
Calle discarressnotrepardan du gard.



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=_190ETvmjwU#t=28m50s

O uso de vocabulário macarrônico reforça a sensação da incapacidade humana de se comunicar, uma ideia que transcende toda e qualquer barreira linguística, e encontra respaldo no confuso e imenso caldo cultural em que hoje estamos imersos.

A transcendência das barreiras das línguas e das linguagens evidencia em Verbi o caráter de paisagem, onde o que poderia ser reconhecido como linguagem, opera como linhas de fuga sob platôs, planícies e planaltos, na trajetória de um labirinto com múltiplas entradas e saídas dessa paisagem. O espetáculo acaba por funcionar como uma máquina performativa que agencia uma multiplicidade de vetores estéticos, em que gestualidades, sonoridades, voz, corpo, luz e espaço, se mostram como estratos, segmentaridades, onde os planos de consistência operam muito mais no nível das intensidades do que no da significação propriamente dita.

O processo de significação acaba por se relacionar com as possibilidades de devires, as possibilidades de um “agenciamento das partes envolvidas em sua



multiplicidade, que trabalha forçosamente, ao mesmo tempo, sobre fluxos semióticos, fluxos materiais e fluxos sociais.” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.33).

Esse caráter labiríntico de Verbi, em que os agenciamentos e devires podem ser produzidos, desconectados e reconectados, desterritorializados e re-territorializados, sempre desmontáveis e reversíveis, contribui para uma conexão de campos estéticos, políticos e sociais, funcionando de maneira rizomática.

Como afirmam Deleuze e Guattari (1995, p. 32), um

[...] sistema a-centrado não hierárquico e não significativo, sem General, sem memória organizadora ou autômato central, unicamente definido por uma circulação de estados. O que está em questão no rizoma é uma relação com a sexualidade, mas também com o animal, com o vegetal, com o mundo, com a política, com o livro, com as coisas da natureza e do artifício.

Ousamos neste momento traçar sobre a composição do espetáculo um paralelo entre essa visão de agenciamentos de vetores estéticos e possíveis devires na formação da paisagem de Verbi, e a noção de arquétipos, inconsciência, consciência e psique para Jung.

Como afirmamos, os arquétipos junguianos são padrões potenciais inatos de imaginação, pensamento ou comportamento que podem ser encontrados nos seres humanos em todos os tempos e lugares, e constituem, junto com os instintos, os elementos primordiais e estruturais da psique (SHARP, 1991, p. 28).

Segundo Jung (1975, p. 353),

é necessário sublinhar o fato de que os arquétipos não têm conteúdo determinado; eles só são determinados em sua forma e assim mesmo em grau limitado. Uma imagem primordial só tem um conteúdo determinado a partir do momento em que se torna consciente e é, portanto, preenchida pelo material da experiência consciente.

A experiência consciente para Jung se localiza exatamente como função ou atividade que mantém a relação entre os conteúdos psíquicos e o ego, ou seja, somente quando puderem ser compreendidas pelo ego. As relações entre psique e o ego que não possam ser compreendidas pelo último são inconscientes. (JUNG, 1991).

Vemos então em Jung uma relação entre o conhecido e o irreconhecível em um processo que pressupõe, justamente, um movimento entre algo que se encontra



inconsciente e algo que se pode reconhecer como compreensão do ego, ou do que Jung chamaria de “eu”, como centro do campo de consciência.

Para Jung (1975, p. 354),

[...] é impossível fixar limites no campo da consciência, uma vez que ela pode estender-se indefinidamente. Empiricamente, porém, ela sempre atinge seus limites, ao atingir o desconhecido. Este último é constituído por tudo aquilo que ignoramos, por aquilo que não tem qualquer relação com o eu, centro dos campos de consciência.

Dessa forma, o espetáculo se compõe como uma cartografia dos conteúdos da psique humana em cena, através do agenciamento de forças arquetípicas presentes na construção do espaço cênico e da paisagem de Verbi. Esse agenciamento em Verbi trabalha o campo do reconhecível e do irreconhecível, produzindo territorializações, seguidas de desterritorializações, em uma dimensão fluida do inconsciente.

Essa cartografia dinâmica possibilita movência nas percepções conscientes e inconscientes, comportando-se como um jogo, ou como uma máquina performativa que agencia a performance e sua totalidade como paisagem comunicativa. Está nesse complexo expressivo a possibilidade de identificação de um idioma caótico, o que se aproxima também do escritor e biólogo moçambicano Mia Couto. Tal aproximação está na possibilidade de vislumbrar um idioma que possa agenciar esse campo inconsciente, que transcenda os limites do ego. O idioma caótico proposto por Mia Couto é capaz de atravessar fronteiras de linguagem, nação e gênero, acessando um estado de consciência/inconsciência que se dilui em um território fluido, com fronteiras flutuantes.

No espetáculo, esse território fluido se evidencia através de uma paisagem que se constitui numa profusão de vetores estéticos que atravessam o espaço de maneira transversal, onde as fronteiras da dança, do teatro, da mímica, das línguas, da música, da voz falada e cantada, entre outros contrastes estéticos, propõe ao espectador colocar-se em uma região intermediária entre o reconhecível e o irreconhecível, entre o surpreendente e a confirmação de expectativas, uma região de indefinição equivalente ao estado de sonho, um estado que, segundo Couto, é fundamental atingir para encontrar um outro mundo possível:

[...] um futuro civilizado passa por grandes e radicais mudanças neste mundo que poderia ser mais nosso. Implica acabar com a fome, a guerra, a miséria.



Mas implica também estar disponível para lidar com os materiais do sonho. Esse homem futuro deveria ser, sim, uma espécie de nação bilingue. Falando um idioma arrumado, capaz de lidar com o cotidiano visível. Mas dominando também uma outra língua que dê conta daquilo que é da ordem do invisível e do onírico. O que advogo é um homem plural, munido de um idioma plural. Ao lado de uma língua que nos faça ser mundo, deve coexistir uma outra que nos faça sair do mundo. De um lado, um idioma que nos crie raiz e lugar. Do outro, um idioma que nos faça ser asa e viagem. Ao lado de uma língua que nos faça ser humanidade, deve existir uma outra que nos eleve à condição de divindade. (COUTO, 2002, p. 22).

Estas instâncias, raiz e asa, visível e invisível, humano e divino, encontram diversas representações ao longo do espetáculo, em busca de uma terceira via possível para além das clássicas dicotomias do ego consciente que fragmenta. Da mesma forma, o percurso arquetípico do espetáculo foi baseado em uma narrativa inspirada pelo Tarô. As cenas iniciais foram construídas a partir de referências ao nascimento, à primeira infância e a instintos animais, tendo a figura arquetípica do Louco como guia.



Fontes:

1. http://tarot-de-marseille-millennium.com/english/historic_tarots_gallery.html
2. <http://www.arhan.com.br/coragem.shtml>
3. <https://br.pinterest.com/pin/115897390387706960/>
4. <https://br.pinterest.com/pin/260645897162461913/>
5. <https://br.pinterest.com/pin/251920172876602803/>

Em “Jung e o tarô” (NICHOLS, 1997, p. 35), o *Louco* é descrito como um andarilho, enérgico, ubíquo e imortal. Seu caráter livre o predispõe frequentemente a “perturbar a ordem estabelecida” e uma de suas funções é ligar dois mundos: o mundo em que vivemos a maior parte do tempo, o cotidiano visível, e “a terra nãoverbal da imaginação, habitada pelos personagens do Tarô, que visitamos de quando em quando”, talvez da ordem do invisível e do onírico.

Seria o Louco um bilingue de Mia Couto?

Capaz de unir a lógica dos jogos modernos, finitos, em que há sempre um ganhador final (CARSE, 2003), ao mundo arquetípico infinito, sábio, das múltiplas

possibilidades, verdades e ganhadores, este coringa também está próximo do mundo animal, instintivo, podendo por vezes encontrar-se de olhos vendados, apto que está a guiar-se por sua visão interna, combinando sabedoria e sandice em seus atos.

Em cena, o ator está imerso em uma ambientação mitopoética: o cenário é composto por feixes de fios de rede que formam teias em tons de vermelho e azul, em uma alusão possível às veias do sistema circulatório humano. Seu rosto está coberto por um tecido/máscara e seu corpo veste um manto rendado, que remete tanto à vulnerabilidade do andarilho quanto à nobreza do rei. Ali ele dança seu próprio nascimento e se transmuta em animal e criança através de mudanças nas formas e qualidades do movimento, exercitando leveza e soltura neste papel de aprendiz da vida.



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=_190ETvmjwU#t=10m0s

Em Jafféapud, Jung (1964, p.236) encontra-se:

um chefe primitivo (*sic*) não se disfarça apenas de animal; quando aparece nos ritos de iniciação inteiramente vestido com sua roupa de animal, ele é o animal. (...) Máscaras de animais fazem parte da arte popular de muitos países modernos (...). A função simbólica da máscara é a mesma do disfarce completo do animal original. A expressão do indivíduo humano desaparece, mas em seu lugar o portador da máscara adquire a dignidade e a beleza (e também a expressão aterradora) de um demônio animal. Em termos psicológicos, a máscara transforma o seu portador em uma imagem arquetípica.

E, de acordo com Fialho (2014, p. 64), tem-se: “os conteúdos psíquicos [...] são personificados, não são apenas conceitos abstratos teóricos, mas personagens vivos internos, deuses”.

Uma máscara de dupla face (frente e costas) expõe inicialmente a parte frontal do ator, apresentando três rostos que remetem a culturas que apresentam o feminino com três faces, como Shiva três cabeças, na Índia, ou Hécate três rostos, na mitologia



grega⁴. O ator dança uma canção de tradição Sufi cantada pela voz de uma mulher que com recursos de *looping* se multiplica em três.

Na cena seguinte, o ator surge de costas, evidenciando a parte posterior da máscara, confeccionada a partir da referência a um deus chifrudo, ligado a rituais pagãos. Seus movimentos são precisos e ritmados e reforçam a ação da gravidade sobre o corpo, acionando pernas, pés e a verticalidade corpórea.



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=_190ETvmjwU#t=18m30s

Vemos, então, uma “dança de polaridades”, com as máscaras frontal e posterior se alternando, assim como as qualidades do movimento realizadas, que envolvem sinuosidade, fluidez e leveza, em um ritmo lírico, de um lado, e gestos periféricos e pontuais, envolvendo cabeça e braços ao som de improvisos vocais e o toque de um berimbau de boca, de outro.

As duas máscaras propõem, em conjunto com o corpo do ator-dançarino, o caráter espinosiano de duplo atributo, em que a substância (essência) é única, os atributos (modos) é que variam. Tudo constitui a mesma substância; o corpo com suas energias vitais, seus diferentes movimentos, assim como as duas máscaras, duas facetas que por um momento se estranham, mas que são partes do mesmo.

Dessa forma, as máscaras compõem, no corpo do ator, uma resolução coexistente entre extensão e pensamento. Toda capacidade de existir do corpo, para

⁴Hécate morava no Olimpo, mas despertou a ira de sua mãe quando roubou-lhe um pote de carmim. Ela fugiu para a terra e, tornando-se impura, foi levada às trevas para ser purificada. Vivendo no Hades, ela passou a presidir as cerimônias e rituais de purificação e expiação. Hécate em grego significa "a distante". Suas três faces simbolizam a virgem, a mãe e a velha senhora. Tendo o poder de olhar para três direções ao mesmo tempo, ela podia ver o destino, o passado que interferia no presente, e que poderia prejudicar o futuro. As três faces passaram a simbolizar seu poder sobre o mundo subterrâneo, ajudando à deusa Perséfone a julgar os mortos. Disponível em: <<http://eventosmitologiagrega.blogspot.com.br/2011/10/hecate-deusa-dos-caminhos.html>>. Acesso em: 19 set. 2016.



Espinosa, corresponde a uma capacidade de existência da alma, e neste caso, suas energias vitais, e aqui alma e pensamento, se aproximam, já que alma corresponde ao atributo do pensamento, enquanto corpo ao atributo extensão. Portanto, muito mais que polaridades, a dupla máscara carrega consigo uma ideia de coexistência, uma duplicidade existencial entre extensão e pensamento. (ESPINOSA, 1992, p. 212).

Como em Shiva, divindade hindu e senhor da dança, tudo no mundo é paradoxal e ao mesmo tempo complementar: os poderes de destruição e de criação, a irreversibilidade e a imprevisibilidade, o caos e a organização complementam-se mutuamente. (LIMA, 2011, p. 197-198).

Este momento acaba tragicamente com a referência a um rompimento com a infância, una e integrada, para um encontro com o ego adulto, em que as dicotomias se colocam e acabam por se naturalizar... o “e” é substituído pelo “ou”... ou feminino ou masculino, ou andarilho ou rei, ou corpo ou mente... nasceu ego que fragmenta.

Surgem a discriminação e a separação dos opostos (SHARP, 1991, p. 48) e, com ela, a consciência, no sentido Junguiano. No campo da consciência, portanto, estrutura-se o ego como complexo de representações e centro desse campo, em identidade consigo mesmo. Pela primeira vez em cena, pode-se ver o rosto nu do performer. Sua fala surge na forma de um gromelô⁵, com sonoridade próxima à da língua francesa. Inaugura-se uma etapa em que as forças ditas femininas e masculinas já não coabitam o mesmo corpo, que agora é corpo, separado de mente.

Surgem a alteridade, a dualidade, a separação. As máscaras deixam o corpo do ator e são fixadas no cenário.

Mas Jung (2002, p. 32, grifo nosso) ressalta:

O inconsciente coletivo é tudo, menos um sistema pessoal encapsulado, é objetividade ampla como o mundo e aberta ao mundo. Eu sou o objeto de todos os sujeitos, numa total inversão de minha consciência habitual, em que sempre sou sujeito que *tem* objetos. Lá eu estou na mais direta ligação com o mundo, de forma que facilmente esqueço quem sou na realidade. “Perdido

⁵O gromelô, também chamado de blablação ou *grammelot* (do francês) é uma linguagem cênica fundada na articulação de palavras, reproduzindo algumas propriedades do sistema fonético de uma determinada língua ou dialeto, como a entonação, o ritmo, a cadência, a presença de alguns fonemas, e compõe um fluxo contínuo que se assemelha a um discurso, mas consiste em uma rápida e arbitrária sequência de sons. Há um forte componente expressivo mímico-gestual que o ator utiliza em paralelo à sua vocalidade. Seu uso na cena provavelmente remonta à *Commediadell'Arte* no século XVI, mas o uso do termo e seus cognatos é próprio da cena do século XX. Ver: [http://www.treccani.it/enciclopedia/grammelot_\(Enciclopedia-dell'Italiano\)](http://www.treccani.it/enciclopedia/grammelot_(Enciclopedia-dell'Italiano)). Acesso em: 8 set. 2016.



em si mesmo” é uma boa expressão para caracterizar este estado. Este si-mesmo, *porém*, é o mundo, ou melhor, um mundo, se uma consciência pudesse vê-lo. Por isso, devemos saber quem somos.

Entra então em cena o arquétipo do Diabo, cuja linhagem, direta e indireta, remonta à mais alta antiguidade, quando sua figura estava mais associada a um demônio bestial que à própria aparência humana, eventualmente assumindo qualidades mais atribuídas a Satanás, como na antiga Mesopotâmia. Apresentado simbolicamente com ou sem chifres e garras, sua aproximação com a figura humana ao longo dos séculos aponta para uma mudança de percepção: ao invés de ser visto como um “deus sobrenatural ou demônio infernal”, sua imagem foi sendo associada a aspectos de cada um de nós, “nosso próprio lado satânico inferior” com o qual devemos lidar. (NICHOLS,1997).



1

2

3

4

5

Fontes:

1. <http://www.tarotcardmeanings.net/majorarcana/tarot-devil.htm>
2. <https://tarotinateacup.wordpress.com/tag/the-devil/>
3. <https://pt.dreamstime.com/fotos-de-stock-royalty-free-chifres-sujos-do-diabo-image4133888>
4. <https://br.pinterest.com/pin/472807660854407600/>
5. <http://meutaronamochila.blogspot.com.br/2013/07/conselho-com-o-arcano-xv-o-diabo.html>

Ao se referir à condição “civilizada” do ser humano, que torna sua natureza pagã e animal, tal como se revela na guerra, cada vez mais impiedosa, Jung comenta:

[...] as execráveis forças instintuais do homem civilizado são imensamente mais destrutivas e, portanto, mais perigosas do que os instintos do homem primitivo (*sic*), o qual, num grau modesto, vive constantemente instintos negativos. Por conseguinte, nenhuma guerra do passado histórico poderá rivalizar com uma guerra entre nações civilizadas em sua escala colossal de horror. (JUNG apud NICHOLS, 1997, p. 274).

No espetáculo, o Diabo está fundamentalmente ligado aos contrastes entre guerra e paz. A persona criada pelo ator circula pelas sonoridades do latim, árabe,

francês, alemão e inglês, construindo gestualidades que remetem ao Cristianismo e ao Islamismo, à Guerra Santa e à guerra civil, à luta com o outro e consigo mesmo.

No plano psicofísico, aspectos e estados como paixão, vigor, sexualidade, violência, agitação, nervosismo e estresse são geradores de partituras corporais, através de combinações de dinâmicas de movimento e referências no espaço. O cenário, até então relacionado à visão de veias e artérias, evoca uma ambientação que lembra escombros ou florestas secas e sombrias. A iluminação, ao criar corredores entre as teias, também gera labirintos, reforçando a geometria do espaço.

A paisagem sonora é composta por ruídos de guerra, gatilhos, bombas, aviões-caça, maquinaria, sirenes, marcha, enquanto o ator entoava uma ladainha como se orasse, acima e apesar de tudo. Mas uma paisagem também que permite o contato com o silêncio, alternando momentos de caos e pausa, nos quais o corpo do performer entra em contato com o mundo do sensível e do invisível.

Em meio ao aprisionamento provocado por movimentos mecânicos e repetitivos, um blues “rasgado” é entoado pelo ator-dançarino, trazendo a criatividade e a potência do ser, como esperança e outras possibilidades de existência.

Let's borrow no cold the pain
As serumonddumon town
Seremob will be not gonna down
Wileratress maybe are retrait
You leve there all much bad moon
All love drinf for lovdrimmer
Lost for from way
Area missshafow rang nose in flownday
Love me to transfusion rang nose in flowr one
Every gonnagutimestrof with flowing in the land.

Ainda assim, a cena continua com a entrada da figura do “patriarca”, já descrita anteriormente, que alterna momentos com e sem máscara, provocando um contraste entre sua gestualidade masculina, impositiva, tirânica e repleta de ironias, e o feminino e a delicadeza da máscara multifacetada.

Na cena final, após falar um texto em gromelô com sonoridade da língua portuguesa, usando o artifício de um megafone, o ator dança portando vestido rendado, em alusão às intersecções de gênero, sutilmente apontadas no decorrer do espetáculo. A paisagem sonora é constituída de uma música entrecortada por um misto de gritos e



vozes de mulheres agredidas. O ator, então, se despe silenciosamente e sai de cena, enquanto toca um trombone de vara...



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=_190ETvmjwU#t=30m45s

3. Considerações Finais:

Tomemos o conceito de consciência em seu sentido mais amplo, ou seja, a consciência como sinônimo de *self*. Jung entende como *self* a “soma de todos os conteúdos psíquicos, incluindo o ego, o inconsciente pessoal, os arquétipos e suas inter-relações”; portanto, como um “arquétipo que contém arquétipos”. (FIALHO, 2014, p. 55). Dessa forma, pode-se entender que a consciência contém o ego, mas que o transcende. E que todo e qualquer movimento de criação envolveria o encontro do ego com o que também há fora dele, no plano do *self*.

Para Jung (1985), a fonte da criatividade está no encontro do ego consciente com o inconsciente coletivo, já que a arte, segundo ele, não diria respeito à natureza pessoal do artista, mas ao que ele pode contatar do inconsciente coletivo.

Como diz Carvalho *apud* Fialho (2014, p. 57), “o artista é sem querer o portavoza dos segredos espirituais de sua época e, como todo profeta, é de vez em quando inconsciente como um sonâmbulo. Julga estar falando por si, mas é o espírito da época que se manifesta [...]”.

No espetáculo cênico “Verbi - o idioma do caos”, a questão das línguas e das linguagens está ligada à visão junguiana de arte e de psique humana, e se coloca em diferentes planos. O primeiro deles diz respeito à utilização consciente pelos produtores/artistas das linguagens do teatro, da dança e da música no processo de sua construção.



Em um segundo plano, a intenção dos artistas idealizadores do espetáculo, em representarem a manifestação das diferentes linguagens da psique ao longo da história da humanidade: a do ego consciente, a do inconsciente pessoal e a do inconsciente coletivo em inter-relação.

Noutro plano, o uso da metáfora das diferentes línguas inventadas, que se referem às barreiras e dificuldades de entendimento entre as pessoas em um mundo caótico, em que existem primordialmente egos isolados, que fragmentam as percepções.

Em um quarto plano, em contraponto ao anterior, a própria vivência criativa do ator-dançarino no palco, que transcende seu ego e conecta-se com seu *self* uno, experiência e expressão artística que transcenderiam sua história pessoal ou mesmo qualquer intenção anterior sua consciente; a arte acontecendo diante dos olhos da plateia como um fenômeno arquetípico, inconsciente e mágico. Esse seria o plano em que uma linguagem misteriosa comunicaria entre si as instâncias da psique do ator-dançarino, incluindo o inconsciente coletivo.

Como último plano, coloca-se aquele da linguagem inconsciente que comunica o mundo do ator-dançarino com a plateia; os inconscientes em comunicação, através dos arquétipos: um processo conjunto, multifacetado, uno e plural de criação de imagens e de emoções.

Verbi, portanto, funciona como um dispositivo que dispara a possibilidade de se acessar esse grande território do *self*, além de propor ao espectador a possibilidade de transitar pelo ego, e o que mais possa haver no campo da consciência, assim como pelo inconsciente pessoal e pelo inconsciente coletivo, através de um possível idioma que abarque essa amplitude, um idioma caótico, que consiga operarem toda a extensão desse território desconhecido e ilimitado que é a Consciência.

Referências:

CARSE, James P. **Jogos finitos e infinitos**: a vida como jogo e possibilidade. Rio de Janeiro: Nova Era, 2003.

CARLSON, Marvin. **Speaking in tongues**: language at play in the theatre. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2006.



COUTO, Mia. **E se Obama fosse africano:** e outras interinvenções - ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa:** filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002.

_____; GUATTARI, Felix. **Mil platôs:** capitalismo e esquizofrenia.v. 1. São Paulo: 34 Ltda., 1995.

ESPINOSA, Bento. **Ética:** Parte II (Da Natureza e da Origem da alma) e Parte III (Da origem e da Natureza das Afecções). Lisboa: Relógio D'Água, 1992.

FIALHO, Francisco. **Tipologias e arquétipos:** a psicologia profunda como base para uma hermenêutica. Florianópolis: Insular, 2014.

_____. **A eterna busca de Deus:** de quarks à psi. Sobradinho: Edicel, 1993.

JAFFÉ, Aniela. O simbolismo nas artes plásticas. In: JUNG, Carl Gustav. **O homem e seus símbolos.** 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1964.

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo.** Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Tipos Psicológicos.** Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. Relação da psicologia analítica com a obra de arte poética. In: **O espírito na arte e na ciência:** obras selecionadas. v. XV. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Memórias, Sonhos, Reflexões.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

_____. **Archetypes and the collective unconscious.** Princeton: Princeton University, 1968.

_____. **O homem e seus símbolos.** 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1964.

LIMA, Analwik Tatielle Pereira de. Bem-vindas metáforas! **Revista Educação em Questão.**v. 41, n. 27, p. 192-218, jul./dez. 2011.

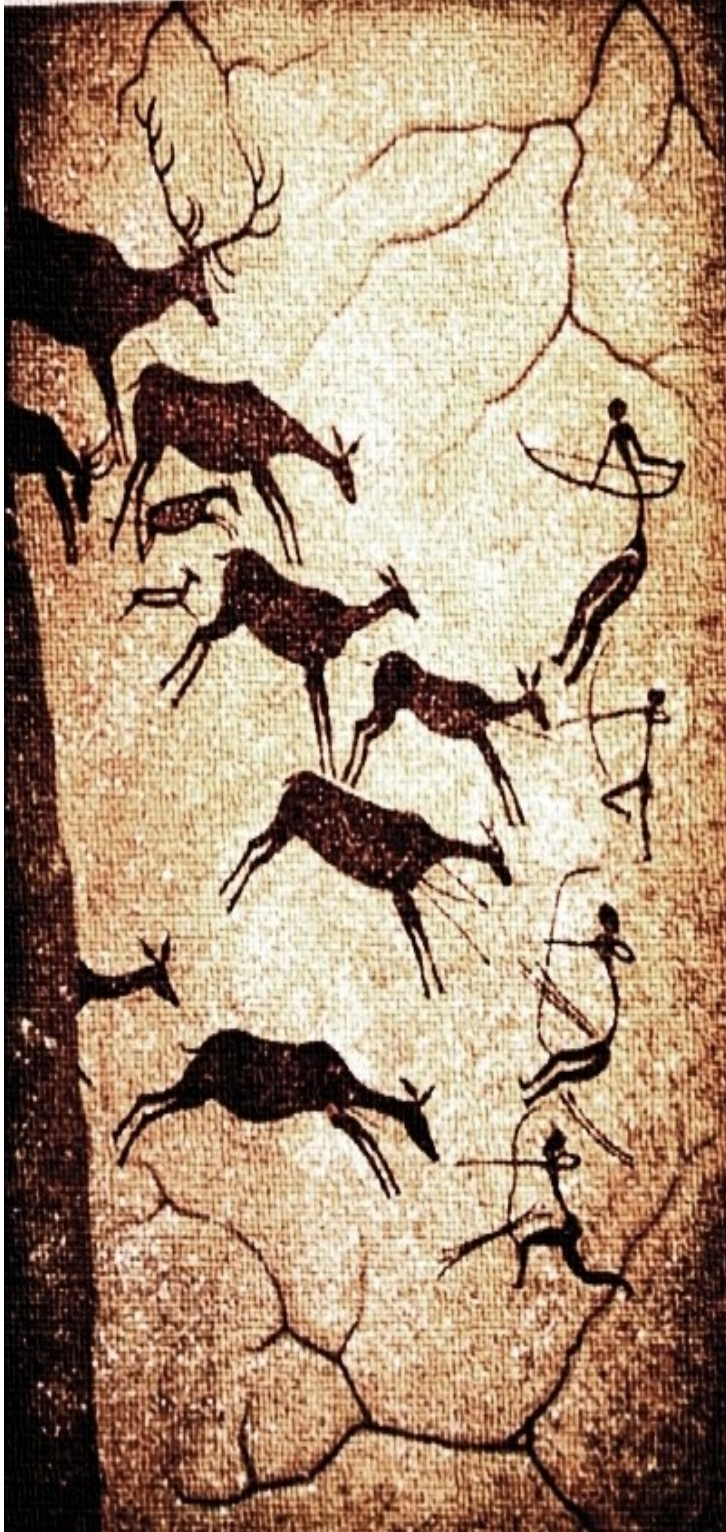
NICHOLS, Sallie. **Jung e o tarô:** uma jornada arquetípica. São Paulo: Cultrix, 1997.

PAVIS, Patrice. **Dicionário de teatro.** São Paulo: Perspectiva, 1999.

SHARP, Daryl. **Léxico junguiano** – dicionário de termos e conceitos. São Paulo: Cultrix, 1991.

Submetido em: 29/08/2016. Aprovado em: 05/12/2016.





ONTOLOGIA DA LINGUAGEM E MATRIZ DE CONHECIMENTO EM SISTEMAS HIPERMÍDIA ADAPTATIVOS

Bobiquins Estêvão de Mello*
José Leomar Todesco**

Resumo: A linguagem humana é um dos sistemas mais complexos e dinâmicos que existem, além de ser fundamental em nossas relações e em nosso viver. Nossa pesquisa propõe conceitualmente um sistema especialista que participe da linguagem e tenha capacidade de interagir com os seres humanos. Neste arcabouço tecnológico, incluímos artefatos da Engenharia e Gestão do Conhecimento, como a disciplina de ontologias associada aos sistemas hipermídia adaptativos e a visão autopoietica do conhecimento. Propomos, finalmente, o conceito de Matriz de Conhecimento (Matriz.K) como um dos fundamentos do sistema.

Palavras-chave: Linguagem. Ontologia. Matriz de Conhecimento.

Abstract: Human language is one of the most complex and dynamic systems that exist, fundamental in our relationships and in our lives. Our research conceptually proposes an expert system that participates in the language and can interact with humans. In this technological framework we include artifacts and practices of Engineering and Knowledge Management, as the discipline of ontologies associated with adaptive hypermedia systems. We propose, finally, the concept of Knowledge Matrix (Matriz.K) as one of the system's foundations.

Keywords: Language. Ontology. Knowledge Matrix.

Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Engenharia do Conhecimento
Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento

*Doutorando em Engenharia do Conhecimento
Mestre em Ciência da Computação
Email: estevaomello@gmail.com

**Doutor em Engenharia de Produção
Professor Associado III UFSC/PPGEGC
Email: tite@egc.ufsc.br



REVISTA
MEMORARE


www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

1. Introdução

Nós, seres humanos, estabelecemos, mantemos e rompemos relações com os nossos iguais através da linguagem. Através da fala, da escrita, do gestual, usando razão e emoção, explícita e implicitamente, relacionamo-nos usando a linguagem. Principal recurso de comunicação da humanidade para estabelecer relações, a linguagem esteve restrita ao mundo sólido do papel e da proximidade física para que a propagação do som através do ar tornasse a fala possível. A invenção do telefone tornou possível a conversa e, por consequência, um relacionamento entre duas pessoas em lugares distintos. A criação da internet e da *World Wide Web* fulminou as restrições e a linguagem pôde ser praticada amplamente. Tempo, espaço, idioma e poder aquisitivo tornaram-se irrelevantes e secundários – ou caminham para tornar-se.

A WWW estabeleceu-se e disseminou-se a partir de uma arquitetura de rede – a Internet – espalhada pelo planeta e por uma lógica computacional de *documentos* identificados e conectados entre si. A expressão *Web de Documentos* define o que usamos hoje em nossas navegações, pesquisas e aplicações no universo digital. Sentido e significação vêm sendo implementados às novas aplicações para que os sistemas entendam *o que* está contido nos documentos, na busca de uma *Web Semântica*. Contudo, o passivo de documentos e aplicações, armazenados e desenvolvidos com os paradigmas tecnológicos iniciais da Web é imenso, e o funcionamento ainda é baseado em endereços, os identificadores de recurso URI (Ex: <https://www.google.com.br>) e protocolos para transferência e marcação de hipertextos, como os que estão inseridos na Figura 2 deste artigo.

O *QR Code* (a imagem quadriculada) e o *hiperlink* (OntoL comparada) apontam para o mesmo endereço Web: um arquivo de imagem, em formato PNG, armazenado em algum lugar da Internet. O *QR Code* é praticamente inútil se você estiver lendo este artigo num computador ou *tablet*; o *hiperlink* é praticamente inútil se você estiver lendo uma versão impressa. Foram necessárias duas tecnologias diferentes para agregar mais conhecimento ao texto. Outros *hiperlinks* aqui agregados levam para páginas *Web* relacionadas ao tema em pauta, que contém mais *hiperlinks* que levam a outras páginas, e assim por diante, definindo a maneira como navegamos na internet e limitando nossa



capacidade de criação, aquisição, armazenagem, pesquisa e disseminação de conhecimento.

Quando nos referimos a conhecimento, estamos considerando a definição do professor Pacheco: “conhecimento é conteúdo ou processo efetivado por agentes humanos ou artificiais em atividade de geração de valor científico, tecnológico, econômico, social ou cultural” (PACHECO, 2016, p. 20).

As redes sociais ampliaram nossas interações no ambiente virtual com perfis construídos a partir de fichas cadastrais. O ganho perceptível foi o de novos canais de comunicação, intuitivos e com as *interfaces de usuário* melhoradas. É o caso do *WhatsApp* e do *Facebook*, hoje empresas do mesmo grupo de investidores. Perguntamos se a melhor comunicação implica necessariamente num melhor relacionamento. Na plataforma *Facebook*, por exemplo, as possibilidades de relacionamento entre duas pessoas são: serem amigos, melhores amigos, conhecidos, colegas de estudo ou trabalho e conterrâneos; os relacionamentos familiares vão de mãe à genro. O que os programadores da plataforma chamam *relacionamento*, nós poderíamos classificar como ligação, união ou vínculo, a definição de *conexão*, as mesmas que ligam documentos na Web. Essas conexões são estáticas e vinculam uma pessoa a outra da mesma maneira que ligam duas páginas da Internet, ou seja, tenta-se modelar um ser humano e suas relações.

Nesse contexto, o presente artigo propõe uma abordagem a partir da linguagem humana, para tornar possível um domínio de interações descritivas e criativas entre seres humanos e agentes artificiais. O artefato tecnológico que nos parece conveniente é uma *Ontologia da Linguagem*, que conceituamos na seção dois.

Alguns conceitos de *Sistemas Hiperídia Adaptativos* foram utilizados neste trabalho, com exceção da disposição comum à maioria das propostas de sistema em “reconhecer as modificações no estado do conhecimento do usuário e [...] atualizar o *modelo do usuário*” (AMARAL, 2008, p.48, grifo nosso). Em nosso artigo a entidade equivalente a um *usuário* – denominação que consideramos equivocada –, é o *observador*. Argumentamos que a atualização deve acontecer nos *processos* do sistema, e que um ser humano não pode ser modelado. A fundamentação teórica sobre os sistemas hiperídia adaptativos está na terceira seção.



A seção quarta é uma proposta alternativa ao uso de *hipermídia*, *hipertexto* e *hyperlink*, principalmente no que se refere aos meios impressos, onde existe maior limitação a estas tecnologias. A *Matriz de Conhecimento* (Matriz.K) contempla, inclusive, os textos impressos antes da era digital, tais como livros antigos.

O modelo conceitual de um *Sistema de Matriz de Conhecimento*, escopo deste artigo e que une a *Ontologia da Linguagem*, o *Sistema Hipermídia Adaptativo* e a *Matriz.K* está formulado na quinta seção.

2. Ontologia da Linguagem (OntoL): modelo conceitual

O termo *ontologia* tem vários significados, desde o estudo da essência do ser entre os filósofos da antiga Grécia, até as atuais formalizações de conceitos através de artefatos tecnológicos da Engenharia e Gestão do Conhecimento. O biólogo chileno Humberto Maturana é um dos cientistas que utiliza o conceito de ontologia em seus trabalhos, organizando os temas sob as rubricas de ontologia da explicação, da realidade, da cognição, dos fenômenos sociais e da ética (MATURANA, 2014, p.290).

Quando nos aproximamos da representação formal de um determinado conhecimento, devemos rememorar a definição do professor Rudi Studer e colegas: “ontologia é uma especificação explícita e formal de uma conceitualização compartilhada” (STUDER; BENJAMINS; FENSEL, 1998, p.185).

O presente artigo adota a analogia já conhecida na Linguística entre a evolução biológica e a linguística, considerando a *linguagem* um sistema vivo. Um paralelo que o pesquisador Aldo Bizzocchi estabelece, por exemplo, é o da seleção natural das espécies *versus* seleção linguística através de competição entre formas, aumento de frequência, normas e arcaísmos; noutra direção, lembra que tanto um *espécime* quanto a *fala* nascem, crescem, comunicam/modificam/reproduzem e morrem (BIZZOCCHI, 2005).

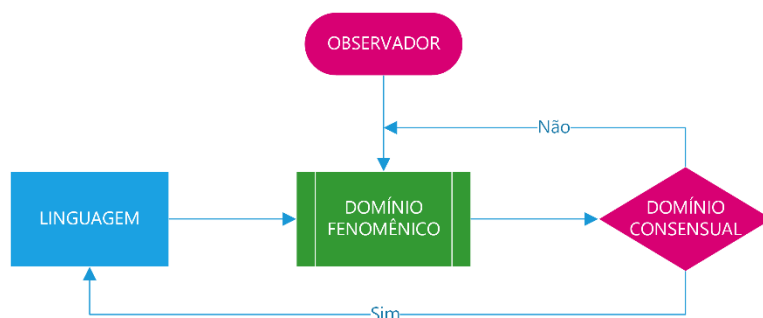
Esta percepção foi fortalecida a partir do trabalho de Maturana sobre linguagem e domínios fenomênicos e consensuais. A linguagem, enquanto *unidade composta*, deve ser observada no domínio fenomênico das interações entre os componentes da linguagem (sintaxe) e entre a própria linguagem e os elementos do meio, que são externos à unidade composta. A identidade linguística será mantida se ocorrerem alterações estruturais e a organização permanecer inalterada. Segundo ele:



O comportamento linguístico é um comportamento num domínio consensual. Quando o comportamento linguístico acontece recursivamente num domínio consensual de segunda ordem, de tal forma que os componentes do comportamento consensual são recursivamente combinados na geração de novos componentes do domínio consensual, uma língua é estabelecida. (MATURANA, 2014, p. 180).

Um comportamento consensual de primeira ordem, segundo o mesmo autor, é uma descrição das circunstâncias de um fenômeno; uma consensualidade de segunda ordem se estabelece na ocorrência da operação recursiva do consenso sobre o consenso. O fluxograma da Figura 1 expressa estes conceitos visualmente.

Figura 1 - Comportamento linguístico



Fonte: Elaboração dos autores, 2016.

A visão de mundo baseada na Autopoiese (autoprodução contínua), teoria estabelecida pelo doutor Maturana junto a Francisco Varela, estabelece que a caracterização do ser vivo é a sua organização autopoietica, ou seja, seres vivos diferentes se distinguem porque têm estruturas distintas, mas são iguais em organização [...] que destaca o fato de serem unidades autônomas. (MATURANA; VARELA, 2011, p. 52 e 55).

O conceito de *unidade* é essencial em nossa pesquisa, já que necessitamos de uma entidade que possa ser representada e compreendida por seres humanos e artefatos tecnológicos. *Unidade*, portanto, é uma entidade concreta ou conceitual, dinâmica ou estática, especificada por operações de distinção [...] e propriedades, podendo ser categorizada como *simples*, quando operações de distinção simples a constituem; uma *unidade composta*, em contraposição, tem propriedades que podem ser especificados



por operações de distinção adicionais, compostas (MATURANA, 2014, p.153). Exemplos de *unidade simples*, no domínio da linguagem, são *fonema* (unidade mínima no nível fonêmico) e *sema* (unidade mínima de significação). São *unidades compostas* o conjunto de regras sintáticas (sintaxe) e os neologismos, entre outras.

A abordagem mecanicista do domínio da linguagem, com sistemas determinados estruturalmente, implica na distinção entre unidade e seus componentes; unidades operacionais diferentes geram inúmeros domínios fenomênicos que não interagem entre si. A abordagem vitalista (autopoiética) integra em seu domínio fenomênico unidade e componentes, gerando, necessariamente, um número reduzido de domínios onde os fenômenos ocorrem (MATURANA, 2014, p.152). Parece-nos apropriada a segunda abordagem, já que o domínio da linguagem é harmônico com o funcionamento dos seres vivos.

Fizemos um estudo com ambas, que está disponível para acesso através dos identificadores disponíveis na Figura 2.

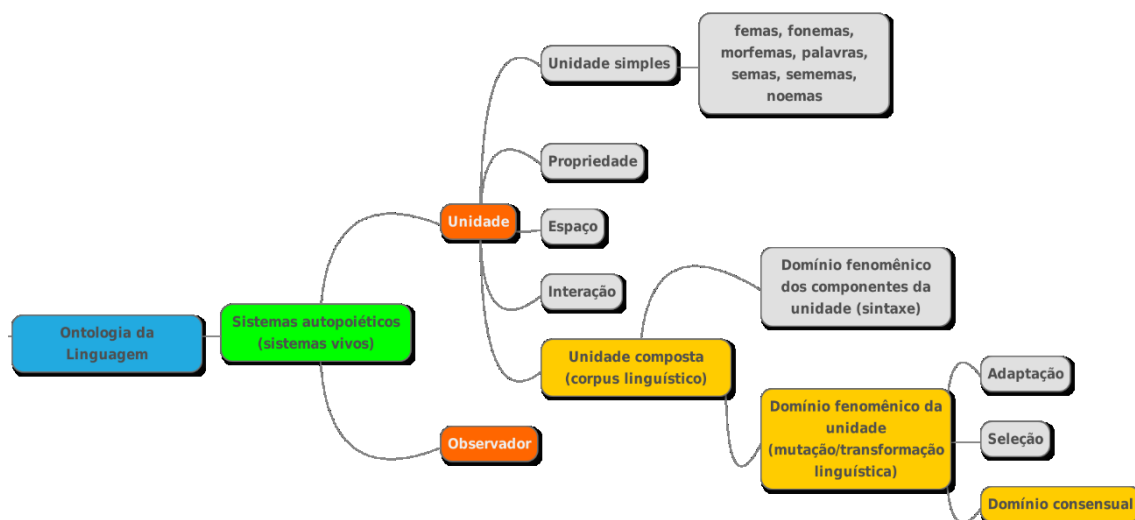
Figura 2 - Ontologia da Linguagem comparada



Fonte: Elaboração dos autores, 2016. Acesso alternativo em: [OntoL comparada](#).

A Figura 3 expressa em mapa mental o modelo conceitual da *Ontologia da Linguagem (OntoL)*, segundo os sistemas autopoiéticos.

Figura 3 - Ontologia da Linguagem



Fonte: Elaboração dos autores, 2016.

O conceito de *observador* que utilizamos na ontologia é o explicitado por Maturana (2014, p. 152): “é um ser humano, uma pessoa, um sistema vivo que pode fazer distinções e especificar aquilo que ele ou ela distingue como uma unidade [...], e que pode ser usada para manipulações ou descrições em interações com outros observadores”. *Unidade*, já descrita anteriormente, e *observador* são as entidades fundamentais da *OntoL*.

Uma *unidade*, além da classificação em *simples* e *composta*, ainda pode ter *propriedades* que são distinções operadas no sistema com a participação imprescindível do *observador*. O domínio de todas as interações possíveis de uma unidade, estabelecidos pelas suas propriedades e componentes, define uma dimensão ou *espaço*.

A *unidade composta*, no caso da *Ontologia da Linguagem* um *corpus* linguístico, sofre distinções fenomênicas internas – interações de sintaxe – de seus componentes que atuam como *unidades simples* (fonemas, palavras etc.). Experimenta, também, interações externas com outras *unidades compostas* do ambiente no qual a sua auto-poiese é realizada; se essas interações pertencerem a um *domínio consensual*, ocorrem efeitos adaptativos e seletivos (*adaptação* e *seleção*) que a modificam.

3. Sistemas Hipermedia Adaptativos

O cientista Theodor Holm Nelson (Ted Nelson) teve seu momento visionário em 1965, quando introduziu termos tecnológicos que iriam influenciar gerações de pesquisadores e, por consequência, a jornada humana no universo digital. Durante a 20ª Conferência Nacional da ACM (*Association for Computing Machinery*), ele propôs os neologismos *hipertexto*, *hipermídia* e *hiperfilme*. Falando em linguagem filosófica e conceitual, Ted Nelson propôs estruturas complexas de arquivos que pudessem representar novas formas de comunicação, novas mídias – o hipertexto e o hiperfilme. *Hipertexto* foi proposto como:

Um conjunto de material escrito ou ilustrado interconectado de maneira tão complexa que não possa ser convenientemente representado em papel, que possa conter resumos ou mapas de seus conteúdos e relações; pode conter anotações, adições e notas de rodapé de pesquisadores que os tenham examinado. (NELSON, 1965, p. 96).

O termo *hipermídia* foi utilizado por Nelson para designar as outras formas de comunicação, além do texto, que poderiam ser incluídas neste novo arcabouço conceitual, como o hiperfilme, uma peça cinematográfica em arquivo de computador “que fosse navegável e multisequenciada”. Suas ideias, desde então, fazem parte do Projeto Xanadu®, que preconiza “documentos e páginas visivelmente conectados para um novo modo de escrever”. (NELSON, 2015).

O contexto computacional em meados dos anos 1960 é o da busca por criar, apresentar, reproduzir e imprimir em ambiente digital o que se fazia em meio físico, em papel. Pode-se perceber isso na definição de hipertexto, quando Nelson inclui como motivação para a nova tecnologia a impossibilidade em representar no papel um emaranhado de conhecimento interconectado. Devemos lembrar que, em 1965, reinavam os *mainframes*, grandes computadores com processamento centralizado para vários terminais de acesso. Vivíamos o protagonismo da “terceira geração de mainframes da IBM, anunciada em abril de 1964 [...] que possibilitou pela primeira vez a configuração de periféricos externos (discos, fitas, impressoras etc.) de forma independente [...], os mais poderosos com 64 kB de memória” (MILANO, 2009); o computador pessoal Apple I, de Jobs e Wozniak viria apenas em 1976, assim como o sistema de vídeos domésticos VHS, da empresa japonesa JVC.



A internet como a conhecemos atualmente foi liberada em domínio público no início dos anos 1990, quando Tim Berners-Lee, Robert Cailliau e outros pesquisadores do CERN, a Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear, publicaram as bases tecnológicas para o funcionamento da *World Wide Web*: um sistema de endereçamento URI (*Universal* ou *Uniform Resource Identifier*), um protocolo de rede HTTP (*HyperText Transfer Protocol*) e uma linguagem de marcação de hipertextos HTML (*HyperText Markup Language*). (BERNERS-LEE et al., 1994, p.76-79).

A inspiração explícita do grupo de pesquisadores do CERN no trabalho de Ted Nelson, principalmente no conceito de hipertexto, não os livrou das críticas ácidas que persistem até hoje. Nelson deixou claro seu descontentamento ao afirmar que o “HTML é precisamente o que tentávamos evitar: links quebrados, unidirecionais, citações sem ligação com sua fonte, nenhum controle de versões publicadas e de direitos autorais” (WIKIPÉDIA, 2014).

O próprio Tim Berners-Lee admitiu, em artigo seminal da WWW, que o poder dos *hiperlinks* (*hypertext links*) de representar conhecimento com facilidade não pode ser substituído por complexas e poderosas linguagens de consulta; da mesma maneira, os *hiperlinks*, como nominamos atualmente o hipertexto, não podem fazer o trabalho que sofisticados mecanismos de busca realizam para solucionar questões mais complexas (BERNERS-LEE; CAILLIAU; GROFF, 1992, p. 455). Ou seja, já havia o entendimento das limitações da internet, tanto dos criadores quanto dos pesquisadores concorrentes.

Sistemas hipermídia (SH) reúnem alguns aspectos definidos nos parágrafos anteriores. Podem ser conceituados como sistemas de hipertexto operando em múltiplas mídias de representação do conhecimento, ou seja, sistemas computacionais que apresentam conhecimento textual ou ilustrado, numa organização não sequencial, interconectados por vínculos (*hiperlinks*) para possibilitar a navegação e acesso (AMARAL, 2008, p. 25).

Enquanto os SH têm funcionamento equivalente para diferentes usuários e contextos, os sistemas hipermídia adaptativos (SHA) procuram atender às expectativas, desejos e tendências de seus usuários de maneira personalizada. Segundo Palazzo, “os sistemas adaptativos mantêm um modelo com diversas características de seus usuários



[...] Este *modelo do usuário* é empregado como referência para a construção de páginas adaptadas a cada usuário do sistema”. (PALAZZO, 2000, p.15).

A modelagem do usuário é um dos pilares dos SHA.

4. Teoria da Matriz de Conhecimento: Matriz.K

As Ciências da Saúde, em suas diversas áreas de conhecimento, notadamente na Toxicologia Forense, usam o conceito de *matriz biológica*. Esta expressão diz respeito à amostra biológica disponível ou necessária para determinado processo, procedimento ou investigação. São várias possíveis a partir do corpo humano, como, por exemplo, o sangue, a urina, o cabelo, o suor etc. A escolha da matriz depende de vários fatores relacionados com a natureza e integridade da amostra, o tipo de investigação, a facilidade da coleta, a análise e interpretação dos resultados. (BORDIN et al., 2015, p. 126).

Nelson (2016) utiliza, em seu Projeto Xanadu®, um mecanismo de *spanselector*, que tem o objetivo de selecionar porções de conteúdo de determinado arquivo que contenha texto ou hipertexto, ou ambos, para servir de fonte ou *matriz* para uma determinada pesquisa. O resultado, que pode ser visto numa página de demonstração do projeto (<http://xanadu.com/xuDemoPage.html>), é o de vários documentos interligados, visivelmente, a esta matriz a partir dos hiperlinks existentes ou de parágrafos do texto. As interconexões preservam os links de origem e destino, formando um *corpus* de documentos.

A trajetória científica de Tim Berners-Lee evoluiu para a proposição da Web Semântica, onde seria possível introduzir significado ao conteúdo dos documentos e, posteriormente, concentrou seu trabalho na tecnologia de *Linked Data* – dados conectados –, que é uma das bases para a consolidação da nova *web de dados* (ou semântica), em contraposição à *web de documentos* original, como meio de compartilhamento de dados estruturados (BERNERS-LEE; O’HARA, 2013). Junto ao Jim Hendler, Berners-Lee lançou um desafio aos cientistas da área de *Inteligência Artificial* para o desenvolvimento dos artefatos que devem compor a arquitetura da futura Web, “que deverá ser projetada para permitir interação virtual ilimitada na *Web of People*”. (BERNERS-LEE; HENDLER, 2010, p. 157).



Utilizando a analogia da matriz biológica, a partir da qual seria possível investigar, reproduzir, analisar e testar características do ser vivo doador daquela porção de material genético, formulamos o conceito de *Matriz de Conhecimento (Matriz.K)*: é possível criar, adquirir, armazenar, distribuir, utilizar e reutilizar conhecimento a partir de uma *matriz de conhecimento* em formato de arquivo de imagem, som, texto, vídeo, aroma, textura ou sabor.

A *Matriz.K* pode ser um texto digitado num processador, uma imagem digitalizada da página de um livro antigo, a fotografia de uma criança, um trecho de áudio ditado ao microfone de um gravador MP3, ou um vídeo do seu aniversário; documentos simples que podem ser gerados por qualquer pessoa (observador) a partir de um dispositivo digital com acesso à Internet, como um *smartphone*, por exemplo. Usando equipamentos de aquisição de conhecimento adequados, a *matriz de conhecimento* pode ser a amostra de um aroma, de um sabor ou de uma textura superficial.

5. Sistema de Matriz de Conhecimento (Matriz.K): modelo conceitual

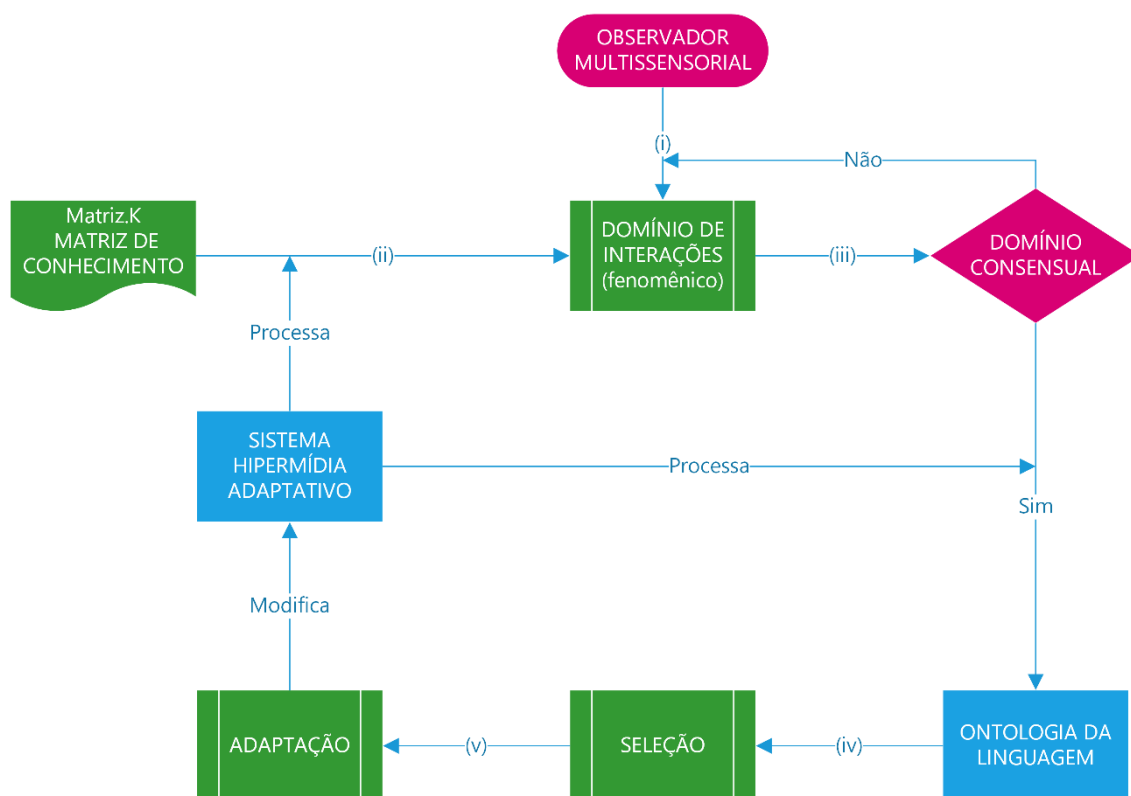
As relações entre seres humanos se estabelecem através da linguagem e, asseveram Maturana, Dávila e Ramírez (2015, p. 632), “em nossas vidas como seres linguísticos (observadores) somos o fundamento epistemológico de tudo o que fazemos e conhecemos como tal”. Os cientistas continuam as reflexões, ampliando conceitos da Autopoiese:

Tudo que é dito é dito por um observador multissensorial para outro observador multissensorial que pode ser ele mesmo ou ela mesma. Mas, para operar como um observador, um ser multissensorial deve existir como um ser linguístico reflexivo, como nós, humanos, somos. (MATURANA; DÁVILA; RAMÍREZ, 2015, p. 633).

O *Sistema de Matriz de Conhecimento – Matriz.K* – considera o estabelecimento de um domínio de interação linguística entre um observador multissensorial humano e um observador multissensorial artificial. O fluxograma da Figura 4 mostra o modelo conceitual proposto.



Figura 4: Sistema de Matriz de Conhecimento (Matriz.K).



Fonte: Elaboração dos autores, 2016.

O *Observador Multissensorial* é um ser humano que, além de observar, interage com o sistema artificial usando seu sistema biológico sensorial. É elemento insubstituível, inarredável, e não pode ser modelado, pois está em constante transformação. Possui um fluxo (i), bidirecional, com o domínio fenomênico do sistema.

A *Matriz de Conhecimento* – Matriz.K – é um documento ou arquivo digital que contém uma amostra de conhecimento sobre a qual se quer realizar uma pesquisa, investigação, aquisição, composição etc.

Matriz.K tem um fluxo (ii) com o *Domínio de Interações ou Fenomênico* do sistema, subprocesso onde acontecem as interações descritivas ou criativas que remetem, através de um fluxo (iii) a um *Domínio de Consenso*, com característica de subprocesso decisório. Não havendo consenso, o fluxo retorna às interações.

Quando o consenso é atingido, o fluxo segue para a *Ontologia da Linguagem*, processo autopoietico, de autoprodução contínua em função das transformações

sintáticas e comportamentais. Esta ontologia causa efeitos seletivos (iv) e adaptativos (v) – *seleção e adaptação*–que modificam o *SHA – Sistema Hiperídia Adaptativo*, processo autopoietico que atua como *observador multissensorial artificial*.

5. Considerações Finais

A dimensão autopoietica do conhecimento confirmou-se, ao longo de nossa pesquisa, como a mais adequada para a compreensão, descrição e formalização do domínio da linguagem humana. Compreendemos a complexidade tecnológica envolvida em desenvolver e implementar sistemas baseados na Autopoiese, onde os documentos, processos e informações devem se autoproduzir continuamente, mas nos parece o caminho necessário para que as interações entre os vários observadores, sejam humanos ou artificiais, ocorram.

Consideramos importante que nós, enquanto pesquisadores da Engenharia e Gestão do Conhecimento, eliminássemos a denominação *usuário* para indicar o ser humano que irá usar o sistema que eventualmente projetamos, substituindo-a por *observador*. A prática de adaptar a *interface* de um determinado sistema computacional para que o ser humano consiga utilizar com maior eficiência uma aplicação Web, por exemplo, nos parece imprópria. A aplicação em si mesma, em seus processos fundamentais, deve adaptar-se aos vários observadores humanos que a utilizarão, já que tudo que é feito, é feito por pessoas e para pessoas.

Dispomos de tecnologia para desenvolver o modelo proposto. A Engenharia de Software e de Ontologias, a Inteligência Artificial e suas filiais do Conhecimento, a Gestão, a Engenharia e a Mídia, congregam *expertise* suficiente para o empreendimento.

Finalizamos com uma citação de Maturana, que permeou nossa pesquisa, nossa narrativa, nosso pensamento e nossa imaginação.

Poderemos projetar sistemas artificiais que experienciam a autoconsciência e a consciência se nós os construirmos com uma estrutura plástica e um domínio de interações no qual eles possam penetrar em coordenações consensuais recursivas de coordenações de condutas.[...]As dificuldades significativas são conceituais, e têm a ver com a aceitação de que estamos lidando com fenômenos que não se dão onde eles parecem se dar. (MATURANA, 2014, p. 285-287).

Referências

- AMARAL, Marília A. **Modelo RHA: retroalimentação em hipermídia adaptativa**. 2008. 188 f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- BERNERS-LEE, Tim J.; O'HARA, Kieron. **The read-write Linked DataWeb**. Philosophical Transactions of The Royal Society A 371, 2013.
- _____; HENDLER, Jim. **From the Semantic Web to social machines: a research challenge for AI on the World Wide Web**. Artificial Intelligence 174. Science Direct Elsevier, 2010.
- _____; CAILLIAU, R.; LUOTONEN, A.; NIELSEN, H.F.; SECRET, A. The World-Wide Web. **Communications of the ACM**, v. 37, n. 8, agosto, 1994.
- _____; _____. GROFF, J.-F. **The World-Wide Web**. Computer Network and ISDN Systems. n. 25. Elsevier Science Publisher B.V., Genebra, Suíça, 1992.
- BIZZOCCHI, Aldo L. **A evolução linguística de um ponto de vista darwiniano**. Atas da IV Jornada Nacional de Filologia. São Paulo: USP, 2005.
- BORDIN, D.C.M.; MONEDDEIRO, F.F.S.S.; CAMPOS, E.G.; ALVES, M.N.R.; BUENO, L.H.P.; MARTINIS, B.S. **Técnicas de preparo de amostras biológicas com interesse forense**. Instituto Internacional de Cromatografia. Scientia Chromatographica. 7(2), p.125-143, 2015.
- MATURANA, Humberto. **A ontologia da realidade**. C. Magro, M. Graciano e N. Vaz organizadores. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.
- _____; DÁVILA, Ximena; RAMÍREZ, Simón. **Cultural-Biology: Systemic Consequences of Our Evolutionary Natural Drift as Molecular Autopoietic Systems**. Springer Science+Business Media. Dordrecht, Holanda. Setembro, 2015.
- _____; VARELA, Francisco J. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. 9. ed. São Paulo: Palas Athena, 2011.
- MILANO, José C. **Uma breve história do tempo**. Technology Council Leadership Brazil, IBM, 2009. Disponível em: <https://www.ibm.com/developerworks/community/blogs/tlcbbr/entry/uma_breve_historia_do_tempo1?lang=en>. Acesso em: 29 ago. 2016.
- NELSON, Theodor H. **A File Structure for the Complex, the Changing and the Indeterminate**. 20th ACM National Conference, Poughkeepsie, NY, USA, 1965.
- _____. **Xanadu® Parallel Universe**. Project Xanadu®, 2015. Disponível em: <<http://xanadu.com/xUniverse-D6>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

_____. **Demo Page for The Future of Text Conference**. Mountain View, CA, USA, 2016. Disponível em:<<http://xanadu.com/xuDemoPage.html>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

STUDER, R.; BENJAMINS, V. R.; FENSEL, D. Knowledge engineering: Principles and methods. **Data & Knowledge Engineering**, Elsevier, v.25, n. 1-2, p.161-197, 1998.

PACHECO, R. C. S. Coprodução em Ciência, Tecnologia e Inovação: Fundamentos e Visões. In: PEDRO, J. M.; FREIRE, P. S. (Org.). **Interdisciplinaridade: Universidade e Inovação Social e Tecnológica**, Curitiba, p. 21-62, 2016.

PALAZZO, Luiz A. M. **Modelos Proativos para Hipermídia Adaptativa**. 2000. 114 f. Tese (Doutorado em Computação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

WIKIPÉDIA. **Theodor Nelson**. Disponível em:<https://pt.wikipedia.org/wiki/Theodor_Nelson>. Acesso em: 29 ago. 2016.

Submetido em: 01/09/2016. Aprovado em: 07/12/2016.

EDITORIAL

Dando continuidade ao v. 3, n. 3, apresentamos cinco artigos com pesquisas que permeiam noções de linguagem, cultura e patrimônio.

O primeiro artigo, intitulado **Os tempos e suas sentenças: motivações, critérios e diretrizes no tombamento de sítios arqueológicos pelo IPHAN**, de Alejandra Saladino – UNIRIO e Djalma Guimarães Santiago – IPHAN, concentra-se na discussão sobre as motivações, os critérios e as diretrizes para a aplicação do tombamento sobre sítios arqueológicos, com destaque para o período de tramitação da PEC nº 65/12.

Levantamento preliminar de bens de interesse histórico cultural de municípios situados ao norte do Lago Guaíba/RS, de Paola Vieira - UNESCO, Josiel dos Santos - UNESCO, Hélen Bernardo Pagani - UNESCO e Juliano Bitencourt Campos – UNESCO, apresenta um levantamento de bens culturais inseridos na área de implantação de um empreendimento linear entre os municípios de Eldorado do Sul, Charqueadas, Triunfo, Montenegro, Capela Santana, São Sebastião do Caí, Portão, Lindolfo Collor, Ivoti, Dois Irmãos, Sapiranga, Nova Hartz, Ararica, Parobé, Taquara, Glorinha, Santo Antônio da Patrulha, Capivari do Sul, Nova Santa Rita, Sapucaia do Sul e Gravataí, Rio Grande do Sul.

Direcionando-nos para questões relacionadas à educação, Gabriel Simonass – UFF e Maurício da Silva – UFF apresentam o artigo **Através da história: uma proposta global para o ensino de redação no Enem**. O presente artigo, em face à grande quantidade de notícias veiculadas sobre o resultado da prova de redação da edição de 2014 do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), destina-se a traçar um panorama histórico sobre as alterações sofridas pela prova ao longo do ano, assim como identificar seus principais objetivos.

Com relação ao patrimônio cultural, o artigo **O Iraque e as ações de proteção ao patrimônio cultural mesopotâmico**, de João Rodolfo Lopes Pereira – UNISUL e



Claudio Damaceno Paz – UNISUL, visa a identificar as medidas internacionais de proteção do patrimônio cultural em áreas de conflito e sua efetividade no Iraque.

Para finalizar, Geovan Martins Guimarães – UNIVALI, Bruna Cataneo Zamparetti – UFSC, Deisi Scunderlick Eloy de Farias – UNISUL e Francisco Antônio dos Anjos – UNIVALI apresentam o artigo **Turismo arqueológico, educação e os sambaquis do complexo Lagunar Sul de Santa Catarina: proposta de um circuito para visitação**, cujo objetivo   propor a oes de visibilidade e valoriza o do patrimônio arqueológico regional, sobretudo, os Sambaquis.

Desejamos uma ótima leitura!

Andréia da Silva Dalto 

Deisi Scunderlick Eloy de Farias

Heloisa Juncklaus PreisMoraes

Jussara Bittencourt de S 

Editores





OS TEMPOS E SUAS SENTENÇAS: MOTIVAÇÕES, CRITÉRIOS E DIRETRIZES NO TOMBAMENTO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS PELO IPHAN

Djalma Guimarães Santiago*
Alejandra Saladino**

Resumo: As políticas de preservação de sítios arqueológicos, concentradas no instrumento de proteção conhecido como tombamento e instituído pelo Decreto-Lei nº25/37, foram o tema de dissertação apresentada ao Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural (IPHAN/MinC). Neste artigo apresentamos um dos desdobramentos do referido estudo, cuja proposta se trata de um esforço reflexivo sobre as conjunturas atuais, caracterizadas pelas propostas e contrapropostas de flexibilização do licenciamento ambiental. O objetivo concentra-se na discussão sobre as motivações, os critérios e as diretrizes para a aplicação do tombamento sobre sítios arqueológicos, com destaque para o período de tramitação da PEC nº 65/12. Os resultados da análise, baseada no institucionalismo histórico, sugerem que o instrumento de proteção em tela foi compreendido e aplicado de formas variadas ao longo das oito décadas de atuação da autarquia e como ilação, propomos a ressignificação do tombamento como efetivo instrumento de proteção, para além de valoração, dos sítios nestes tempos de flexibilização ou extinção do licenciamento ambiental.

Palavras-chave: Proteção. Preservação. Bens arqueológicos.

Resumen: Las políticas de preservación de yacimientos arqueológicos, basadas en un instrumento de protección nombrado tombamento establecido en el Decreto nº25/37, han sido el tema de la tesis presentada en el Máster de Preservación del Patrimonio Cultural (IPHAN/MinC). En este artículo presentamos unos de los temas desarrollados a partir de dichatesis, cuyo objetivo es la reflexión sobre las conjunturas actuales, donde se destacan las propuestas y contrapropuestas de facilitar la concesión de licencias ambientales. El objetivo de este artículo es analizar las motivaciones, los criterios y los ejes para aplicarse el tombamento en los sítios arqueológicos, especialmente en estos tiempos en que tramita la PEC nº65/12. Los resultados de los análisis basados en el institucionalismo histórico sugieren que el

*IPHAN
Técnico
Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural - IPHAN
Email: djalma.santiago@iphan.gov.br

**UNIRIO e Museu da República
Professora Adjunta e Museóloga
Doutora em Ciências Sociais (PPCIS/UERJ)
Email: alejandrasaladino@gmail.com



REVISTA
MEMORARE


www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

instrumento de protección ha sido tomado y aplicado de distintas formas a lo largo de las décadas de actuación del IPHAN. Y como inferencia, proponemos la reinterpretación del tombamento como un instrumento de protección eficaz de los sitios, más allá de la valoración, justo en estos tiempos de relajación o quizá extinción de las licencias ambientales.

Palabras clave: Protección. Preservación. Bienes arqueológicos.

1. Introdução

O tombamento é o mais conhecido e tradicional instrumento de proteção do patrimônio cultural utilizado no Brasil. A mais significativa prática da política federal de preservação. No entanto, de um universo de aproximadamente mil e quatrocentos bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, desde a sua fundação em 1937, verificamos que apenas oito sítios arqueológicos foram inscritos no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Tendo como fonte documental os processos de tombamento de sítios arqueológicos em andamento e encerrados, neste artigo procuramos refletir acerca das especificidades do tombamento na proteção desta categoria específica do patrimônio cultural. Particularmente, identificar as motivações dos pedidos de tombamento para verificar sobre quais premissas foram encaminhados, e quais as práticas, os valores e os critérios foram ou estão sendo utilizados para o tombamento de sítios arqueológicos, além do valor excepcional atribuído, que motivam sua inscrição em Livro de Tombo. Examinamos ainda algumas diretrizes adotadas pelo Iphan durante a sua trajetória recente, que teriam o tombamento como uma ferramenta aplicável ou não a este segmento.

Em uma frase, buscamos identificar e refletir sobre os motivos, os critérios e as diretrizes utilizadas pelo IPHAN ao longo de sua atuação, para a aplicação do tombamento como um instrumento de proteção de sítios arqueológicos.

Em um contexto de desenvolvimentismo econômico e de implantação de obras de infraestrutura em que vive o país, no qual se tornam cada vez mais ameaçados os remanescentes materiais do patrimônio cultural brasileiro, estes protegidos por um conjunto de normativas que parece vir conseguindo garantir uma proteção apenas relativa de suas finitas estruturas - lançar luz sobre o seu mais tradicional instrumento



que é o tombamento, no caso, voltado para os sítios arqueológicos, poderia chamar a atenção para as atuais formas de proteção a este sensível universo de bens culturais.

Para os dois conceitos mais caros ao campo do patrimônio cultural, o de proteção e o de preservação, que comumente são utilizados como sinônimos, adotamos neste trabalho uma perspectiva em distingui-los. Preservação aqui será entendida como uma ação mais ampla realizada pelos poderes públicos ou por qualquer cidadão com o objetivo de se manter viva alguma produção cultural humana, seja por qualquer meio de documentação, registro ou promoção. Quanto à definição de “proteção”, entendemos aqui como “proteção legal”, a ação legal que visa impedir a destruição de uma coisa possuidora de valor cultural.

Em janeiro de 1937, cria-se o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 30 de novembro daquele ano editava-se o Decreto-lei nº 25 que dá a sustentação legal à missão do órgão e organiza a proteção do patrimônio histórico, definindo oficialmente esse patrimônio como o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

A quase totalidade dos bens tombados até os dias de hoje são os bens edificados, arquitetônicos. Portanto, durante quase toda a trajetória do órgão federal de proteção do patrimônio, do que nos foi entregue para visualizarmos como representante de nossa memória e cultura advém de algumas preferências específicas, estéticas e históricas, que até então relacionam-se ao ciclo artístico barroco-rococó, aos séculos XVII e XVIII, ou centradas em Minas Gerais, por exemplo. Ou seja, os bens tutelados em sua maioria constituem em igrejas, palácios, fortificações militares - os chamados prédios e monumentos históricos.

Dentro das narrativas de defesa do patrimônio cultural, um elemento se destaca – o seu próprio desaparecimento. Para o antropólogo José Reginaldo Gonçalves, de quem adotamos as premissas teóricas para refletir sobre as motivações dos pedidos de tombamento de sítios arqueológicos, a *perda* é a justificativa maior para o empreendimento preservacionista e a objetificação de seu discurso, bem como, para o argumento de criação do próprio Serviço do Patrimônio. As narrativas atreladas às práticas de preservação, deste ponto de vista, aparecem como respostas a uma situação



sócio-histórica na qual os valores culturais se apresentam sob um risco de desaparecimento (GONÇALVES, 1996).

Considerando que o objeto de estudo da arqueologia no Brasil até poucas décadas atrás, tradicionalmente, se concentrava nas culturas indígenas pré-históricas e que, somado ao fato da sociedade brasileira daquele período de institucionalização do patrimônio ter, como ainda hoje, dificuldade em se identificar com aquele passado distante, os vestígios que essas comunidades nos relegaram, sem os atrativos monumentais oferecidos, por exemplo, por nossos vizinhos andinos e da América Central, podem não ter oferecido força suficiente para que o patrimônio arqueológico fosse escalado para uma representatividade maior também como o ícone de uma identidade nacional.

Se a seleção de igrejas e casarios coloniais como patrimônio cultural se justificava inclusive por estes se encontrarem em ruínas. Se os exemplares arquitetônicos, com toda a sua presença visual e material, já eram em certa medida anônimos naqueles meados do século passado, relegados a um quadro de abandono, não é difícil ponderar sobre a dificuldade na atenção ao patrimônio arqueológico, localizado sob a superfície, submerso tanto fisicamente, quanto no tempo.

Pensando em algumas interseções possíveis entre o patrimônio arqueológico, a arqueologia e a constituição do patrimônio cultural no Brasil, temos que o objeto de pesquisa do arqueólogo, os sítios e os artefatos oriundos destes, constituem o objeto de pesquisa do arqueólogo, e são também patrimônio arqueológico. Aí começa a relação entre a arqueologia e o campo do patrimônio cultural. O que André Penin de Lima chamou de as “heteronomias” da arqueologia, na medida em que esta área de conhecimento independente, própria, estabelecida, está a depender de um elemento externo, outro campo de saber, no caso, o patrimônio (LIMA, 2010).

O Decreto-lei nº 25/37 traz em seu bojo o principal instrumento através do qual se pretende proteger o patrimônio histórico e artístico nacional: o tombamento. Ao instituí-lo, o Estado brasileiro passava a tutelar o patrimônio histórico e artístico nacional a partir do valor cultural que fosse atribuído pelo Sphan.

O Núcleo focal deste Decreto-lei concentra-se nos artigos dezessete e dezoito, para os quais:



Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.

Basicamente, por estes dois mecanismos então é que se dá a proteção aos bens culturais através do tombamento: sem autorização do IPHAN não se pode destruir um bem acautelado, e nem construir algo em seu entorno que lhe retire a visibilidade. E essa proteção tem como finalidade principal buscar manter a integridade física desses bens culturais, os quais despertem um interesse público em virtude das características especiais a que se atribui a eles.

O tombamento pode ser definido por um ato administrativo do Poder Público através do qual se declara o valor cultural de um bem, sendo ele uma coisa de natureza móvel ou imóvel, providenciando a sua inscrição em Livro de Tombo. Uma vez inscrito, com o fim em preservar o bem de interesse cultural, este passa a se sujeitar a um regime de propriedade com algumas limitações, como o explicitado acima, onde o proprietário ao pretender modificar seu imóvel precisa solicitar autorização ao órgão de proteção.

Advinda da prática de proteção ao patrimônio arqueológico havia a noção de que o instituto do tombamento em geral não se compatibilizava com uma adequada salvaguarda aos bens desta natureza, em função da necessidade das pesquisas que este tipo de bem requer, que, consistidas em escavações, para muitos representava a mutilação dos sítios arqueológicos, ação não admitida a um bem tombado. Somando-se a esta questão, as constantes ocorrências de destruição de sítios motivadas por empreendimentos de infraestrutura diversos, e a necessidade de se regulamentar a atividade do profissional arqueólogo mobilizou um grupo de intelectuais no esforço para se criar uma legislação própria que abarcasse as especificidades deste segmento do patrimônio. Tendo este objetivo amadurecido após o empenho de outras tentativas e iniciativas regionais ao longo das primeiras décadas do século passado, consegue-se a aprovação em 1961 da Lei nº 3.924, a chamada Lei da Arqueologia.



Esta passou a reconhecer que os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público. Esta proteção conferida por lei é a chamada *ex vi legis*, isto é, “por força de lei”, não necessitando outro procedimento administrativo, como no tombamento, para que os bens arqueológicos sejam declarados protegidos.

Em relação ao alcance da lei, o que a vivência na gestão do patrimônio arqueológico nos mostra é a dificuldade do órgão responsável por sua preservação em angariar uma autonomia suficiente perante o Estado brasileiro para a sua aplicação diante da destruição do patrimônio promovida por empreendimentos representados por influentes interesses econômicos, restando à instituição, e de forma um tanto precária, tão somente a função de cadastrar os sítios, autorizar e acompanhar as pesquisas arqueológicas.

Heloísa Alberto Torres, uma das precursoras da preservação do patrimônio arqueológico no Brasil e participante da criação do próprio Sphan, ao discutir sobre os desafios da proteção desses bens, citou os impactos aos vestígios arqueológicos provocados pelo trabalho na agricultura, e chegou a reconhecer que “ao caboclo interessa mais a roça que a arqueologia, e ele tem toda razão” (TORRES, 1937: 17). Isso lá em 1937.

Como o patrimônio arqueológico ainda é algo em boa medida distante das comunidades onde se localizam os sítios arqueológicos, que não conseguem enxergar este patrimônio como referência de identidade, pois localizado em um passado muito distante, as estruturas e os artefatos enterrados que ainda não se transformaram em *patrimônio* vão sendo destruídos tanto pelo *caboclo* quanto pelos grandes empreendimentos, uma vez que àquele primeiro mais importa a vida, e a estes últimos só interessa um outro tipo de patrimônio – o capital.

Esse foi o tema da dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural (IPHAN/MinC), o qual é retomado no presente artigo. Em realidade, trata-se de reflexões, quiçá ilações, no sentido de compreender o potencial e o papel do tombamento nos tempos atuais, caracterizados pelas rugosidades nas fronteiras entre os campos da cultura, da economia e da política (principalmente, mas não unicamente) e que se manifestam na demanda pela flexibilização e/ou extinção



do licenciamento ambiental. À luz da gramática do institucionalismo histórico, discutimos sobre as motivações, os critérios e as diretrizes para a aplicação do tombamento sobre os sítios arqueológico no Brasil. Nossa reflexão segue a seguinte estrutura: em um primeiro momento, apresentamos os resultados da análise do objeto de estudo, 14 processos de tombamento de sítios arqueológicos. Em seguida expomos a análise crítica sobre as distintas aplicações do instrumento de proteção em tela. Por fim, propomos a reflexão e a discussão sobre a complexidade da conjuntura atual, de flexibilização (ou extinção?) do licenciamento ambiental, da qual se destaca a tramitação da PEC nº65/12.

2. Motivações e critérios no tombamento de sítios arqueológicos

Pelo levantamento documental que procedemos dos processos administrativos relacionados com o tombamento de sítios arqueológicos pelo IPHAN ao longo de sua trajetória, inclui-se nestes os processos de tombamento dos bens que foram efetivamente inscritos no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico¹, os processos indeferidos e que foram arquivados, e aqueles abertos e não concluídos, ainda em andamento dentro da instituição, sobre os quais nos debruçamos e utilizamos como fontes de pesquisa.²

Um primeiro aspecto a se observar em relação aos processos de tombamento de sítios arqueológicos que encontram-se em andamento, e aí incluindo-se os encerrados, é quanto ao longo tempo transcorrido desde o momento em que esses processos administrativos foram abertos, após a solicitação de tombamento de algum sítio arqueológico, e o período em que ficaram tramitando dentro do Iphan, sendo

¹ Relativos aos sítios arqueológicos Sambaqui do Pindaí, em São Luís, Maranhão; o Sambaqui de Barra do Rio Itapitangui, em Cananéia, São Paulo; a Lapa da Cerca Grande, Matozinhos, Minas Gerais; o Sítio de Sto. Antônio das Alegrias, também em São Luís; Serra da Barriga, em União dos Palmares, Alagoas; o conjunto de sítios do Parque Nacional da Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, Piauí; os sítios da Ilha do Campeche, Florianópolis, Santa Catarina; e as Áreas Sagradas do Alto Xingu Kamukuaká e Sagihengu, no estado do Mato Grosso.

² Tratam dos sítios: Ruínas: Real Fábrica de Ferro, Morro do Pilar-MG; Sítio Morretes, São Francisco do Sul-SC; Aldeia dos Índios Tapirapé, Ilha do Bananal-GO; Paineis de Gravações Rupestres, Dom Aquino-MT; Complexo Arqueológico Lapa da Pedra, Formosa-GO; Duna Grande, Niterói-RJ; Reserva Arqueológica Chapada dos Negros, Arraias-TO; Taihantesu e Pequizal, Comodoro-MT; Conjunto Arqueológico Vale do Peruaçu, Januária-Itacarambi-MG; Parque municipal da Galheta, Florianópolis-SC; Complexo Arqueológico Água Vermelha, Ouroeste-SP; Complexo arqueológico de Brumadinho, Brumadinho-MG; Pedra Pintada, Pacaraima-RR; Corredeiras do Bem-Querer, Caracará-RR.



encaminhados para instrução técnica do pedido com o achego de documentações e informações pendentes, sendo repassados para análise dos técnicos, ou ainda mesmo sobrestados em determinada unidade ou departamento do órgão, aguardando alguma providência administrativa.

Em média, os 14 processos analisados ficaram ou encontram-se há 23 anos em andamento na instituição. Este prolongado período médio de tramitação obtido deve-se inicialmente a dois casos em específico. O do sítio das Ruínas da Real Fábrica de Ferro, em Morro do Pilar, Minas Gerais, que teve seu pedido de tombamento encaminhado ao Iphan em 1956. Chegou a ter a sua aprovação em reunião do Conselho Consultivo, mas ainda encontra-se inconcluso, transcorridos quase sessenta anos. E o processo dos sambaquis de Morretes, em Santa Catarina, já arquivado, aberto um ano depois, em 1957, que ficou sem solução por cinquenta anos.

A mais aparente motivação para este tempo demorado na análise de pedidos de tombamento de sítios arqueológicos podemos encontrar no notório quadro reduzido de pessoal do órgão. A recorrente insuficiência de quadros técnicos do Iphan para dar cabo da tão descomunal tarefa da preservação do vasto patrimônio cultural brasileiro é ainda mais destacada se pensarmos em um de seus segmentos que é o patrimônio arqueológico. Somente em 1980, passados mais de quarenta anos da criação do órgão, é que constitui-se um Núcleo de Arqueologia, ainda assim de maneira informal, uma vez que ainda não previsto em sua estrutura regimental.³

Se por um lado não podemos encontrar uma motivação mais objetiva a fazer o processo ser instruído e levado para apreciação ao Conselho Consultivo por ordem de antiguidade em que fora aberto, por outro, o critério da força política parece contar para a celeridade deste tipo de trâmite administrativo, para o tombamento de um bem cultural, incluindo o de sítios arqueológicos que vimos tratando.

Tal conjectura podemos inferir a partir dos casos de Serra da Barriga, onde se estabeleceu no século XVII o Reduto dos Macacos, sede do Quilombo dos Palmares, hoje no município de União dos Palmares, em Alagoas, e o do mais excepcional conjunto de sítios arqueológicos acautelados pelo Iphan, o de Serra da Capivara, no Piauí. O primeiro tombamento, proposto em 1981 por um Conselho Geral para a criação

³ Para o lugar do patrimônio arqueológico no desenho institucional do Iphan, ver (SALADINO, 2010) e (LIMA, 2001).



do Memorial Zumbi, Parque Nacional Histórico, amparado por mais de cinco mil assinaturas, e pelo que simboliza para a memória da formação da nação brasileira, foi inscrito no Livro Histórico e no Arqueológico após quatro anos. E o Parque Nacional da Serra da Capivara, tombado em outubro de 1992, teve seu pedido atendido em apenas seis meses, após solicitação encaminhada pelo Secretário da Cultura da Presidência da República.

Em síntese, temos tanto para os casos relacionados aos sítios arqueológicos quanto para os outros bens de natureza material, que a demora na resolução de muitos pleitos pelo tombamento desses bens culturais relaciona-se em grande medida ao número sempre aquém de funcionários para atender a demanda, que faz com que a instituição federal de proteção do patrimônio esteja corriqueiramente a socorrer as solicitações consideradas as mais urgentes, em detrimento daquelas que poderiam ser tidas por vezes como as mais importantes.

Das categorias dos sítios arqueológicos a que se pretendiam objetos de proteção, aparece um grupo maior de onde se destacou o componente dos registros rupestres. Tendo em vista o maior número de pedidos de tombamento de sítios arqueológicos a possuírem como elemento valorado principal o registro rupestre, seja por pinturas ou gravuras, encontradas em estruturas diversas como grutas, abrigos sob rocha, paredões e rochas banhadas por rio, seria o caso de se pensar se esta categoria de sítio arqueológico não constituiria a mais adequada para se aplicar tal instrumento de proteção. Colocamos isto em virtude do impasse conceitual e operacional oriundo da premissa de que o tombamento não seria compatível com os bens de natureza arqueológica uma vez que representaria um entrave à pesquisa por escavação que mutilaria os sítios arqueológicos. Pesquisas realizadas em registros rupestres não chegariam a prejudicar a integridade física dos suportes em que se encontram gravuras e pinturas.

Observando a sua distribuição geográfica pelas regiões do Brasil, dos quatorze pedidos estudados, dois encontram-se na Região Sul, três no Norte do país, outros quatro na Região Centro-Oeste, e em maior quantidade, os cinco restantes estão localizados na Região Sudeste, sendo um sítio no Rio de Janeiro, um em São Paulo e três em Minas Gerais. Neste caso, não temos como relacionar a predominância dos bens por determinada região do país em função da capilaridade do Iphan, por falta de técnicos dedicados ao patrimônio arqueológico assentados nas regionais do órgão ou de



uma centralidade que por muitos anos de sua atuação preponderou para estados como Minas Gerais ou Rio de Janeiro, uma vez que os pedidos partiram de casos isolados, seja por agentes do Iphan, seja dos arqueólogos que se dedicavam ao estudo daqueles sítios. Não obstante, riquezas e excepcionalidades arqueológicas podem ser encontradas espalhadas por todo o território nacional, diferentemente das coisas barrocas e coloniais que se consagraram como patrimônio nacional, muitas vezes concentradas no litoral brasileiro, por exemplo.

Para uma reflexão acerca dos motivos para as solicitações ao tombamento como uma forma de proteção a sítios arqueológicos, pudemos encontrar três grupos de solicitantes distintos e igualmente distribuídos entre os quatorze casos estudados. Estes pleiteantes estão divididos entre instituições de cunho cultural que encaminharam propostas de tombamento, arqueólogos que tinham proximidade de pesquisa com os sítios arqueológicos, e que ao se depararem com o objeto de estudo ao qual dedicaram anos a fio sendo objeto de destruição, pediram o tombamento, e ainda pelos próprios técnicos do IPHAN. Em dois terços das situações, portanto, a existência do grupo de arqueólogos e técnicos do IPHAN, que viram no tombamento uma forma de se proteger os sítios com que trabalhavam, faz demonstrar ter sido esta uma demanda circunscrita aos especialistas da área.

Ao reunirmos as motivações para os pedidos de tombamento, temos que em sete dos sítios ou conjunto de sítios arqueológicos, ou seja, em metade deles, a justificativa para a proposta de proteção consistia na ameaça de destruição daqueles bens culturais. Para ilustrarmos com apenas algumas alegações, frisava-se que determinado sítio se encontrava “seriamente ameaçado de desaparecimento total”, que passava por “risco de destruição”, ou mesmo para “preservar o que ainda resta”, “impedindo sua destruição ou descaracterização”. A motivação mais recorrente, dessa forma, concentra-se no risco iminente de desaparecimento por que passavam os sítios arqueológicos, ameaçados por impactos promovidos comumente por atividades de extração mineral, obras de infraestrutura, como construção de estradas e hidrelétricas, ou empreendimentos imobiliários.

Considerando que a maioria dos pedidos de tombamento de sítios arqueológicos foram encaminhados por profissionais da arqueologia, sejam pesquisadores vinculados a museus e a universidades, sejam os técnicos do órgão federal de proteção, todos



seriam os gestores do patrimônio arqueológico que almejavam proteger, e por este motivo, estariam próximos dos conceitos, abordagens, narrativas e valores forjados dentro do campo do patrimônio cultural. A partir dessa proximidade chegamos a aventar a possibilidade de que este grupo de agentes, ao utilizar como justificativa do tombamento de sítios arqueológicos a ameaça de sua destruição, estariam reproduzindo a premissa herdada de uma “retórica da perda”.

José Reginaldo Gonçalves, em sua obra *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*, analisa os discursos de dois personagens basilares do IPHAN e da formulação e implementação de políticas oficiais de patrimônio cultural no Brasil, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães, para extrair de suas narrativas, a matriz do que denominou de “retórica da perda”. Para José Reginaldo, nas modernas sociedades nacionais, as práticas de preservação vinculam-se a narrativas que se apresentam como redentoras de contextos históricos e sociais em que os valores culturais aparecem sob o risco de desaparecimento. Por este prisma, a preservação histórica também teria início em território brasileiro, na primeira metade do século passado, sendo “justificada pela identificação de uma situação de desaparecimento e destruição de monumentos históricos e obras de arte”. O patrimônio da nação, assim, “era apresentado sob os efeitos de um processo de desaparecimento, dispersão e destruição” (GONÇALVES, 1996: 90).

Pela retórica da perda, analisa o antropólogo, intelectuais nacionalistas associados às políticas de patrimônio cultural estancam valores culturais distanciados no tempo e no espaço para transformá-los em “objetos de desejo” e “autênticos”, que acabam por mobilizar ações voltadas para identificar e resgatar bens culturais que passem a integrar um patrimônio nacional.

Tendo em vista a heteronomia entre a prática arqueológica e a prática preservacionista e os laços de interdependência entre os dois campos de conhecimento, onde o objeto de estudo do arqueólogo também é ao mesmo tempo patrimônio cultural, ao que nos parece, ao buscar a proteção dos sítios arqueológicos enquanto bens culturais que são, aqueles agentes pautaram seus pedidos de tombamento de sítios arqueológicos entronizados que estavam pela retórica da perda.

Esteja expressa através da retórica, do discurso ou não, é mesmo de se imaginar qual não seria a apreensão gerada nos abnegados pesquisadores que dedicavam suas

vidas ao estudo dos sítios arqueológicos quando da ameaça de sua destruição, lendo, por exemplo, uma carta enviada ao IPHAN alertando que “chegou ao conhecimento desta Sociedade Geográfica Brasileira, que estão sendo dinamitados, para fins comerciais, as grutas calcáreas da Lagoa Santa”.⁴

Referia-se, dentre outros, ao sítio Lapa da Cerca Grande, tombado no ano de 1962. Por um programa de detecção e de recadastramento de sítios na região de Lagoa Santa, em Minas Gerais, com os trabalhos de campo tendo início no ano de 2.000, os pesquisadores Walter Neves e Luís Beethoven Piló lamentaram a não inclusão deste sítio, agora denominado Abrigo Cerca Grande VI,

um dos ícones da arqueologia lagoassantense e, por extensão, brasileira, infelizmente foi considerado pelo projeto irremediavelmente destruído pela extração de calcita que ali se fez na década de 1960 (...). Trata-se sem dúvida de grande perda para a nação, tendo em vista sua antiguidade (9,7 mil anos) e sua utilização como cemitério pelos grupos pré-históricos que ali habitaram. (NEVES, PILÓ, 2008).

A retórica da perda parece não ter sido deixada de lado, mas o que se destaca aqui é que mesmo tombado, o sítio arqueológico acabou sendo destruído.

Voltando ao universo que escolhemos para analisar, e quantificando os critérios utilizados para o não-tombamento dos sete sítios arqueológicos dos processos já encerrados, temos que em três situações a premissa recorrente foi a de que aqueles bens não se destacavam, não eram representativos dos sítios arqueológicos da mesma natureza ou tipologia existentes em sua região, ou mesmo em termos nacionais.

Na letra do Decreto-lei nº 25 de 1937 sabemos que os bens passíveis em constituir o patrimônio histórico e artístico nacional são aqueles possuidores de excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico, mas também sabemos que pela generalidade do critério de valor de excepcionalidade acaba gerando, nos meandros e entremeios da atividade técnica-administrativa e política, a formulação e aplicação de outras possíveis premissas para a valoração de um bem. Como é o caso que encontramos aqui, para o critério de valor representado pela ideia de *representatividade*. Sítios arqueológicos que então somente seriam reconhecidos para

⁴ Carta enviada pela Sociedade Geográfica Brasileira, de 18.02.1954. Processo nº 0491-T-51 - Grutas: 1) Lapa da Cerca Grande – inscrita 2) Lapa das Poções Distrito de Mocamboiro, Município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais, Fls. 09.



tombamento se fossem representativos em meio aos do mesmo tipo, se se sobressaem a um conjunto de outros sítios da mesma natureza.

Dessa forma, à vista das situações analisadas, temos que o Iphan ainda não possui um critério mais sólido, consolidado, para valorar de forma mais objetiva aqueles sítios arqueológicos passíveis de proteção a partir do instrumento de tombamento. Para aferir, por exemplo, a representatividade de um sítio em relação a sítios da mesma natureza, como foram os casos com que nos depreendemos.

3. Duas diretrizes do Iphan para o tombamento de sítios arqueológicos

Passamos a examinar um histórico de algumas diretrizes adotadas pelo Iphan para a utilização do tombamento como um instrumento de proteção a sítios arqueológicos. Estamos chamando de *diretrizes* os posicionamentos e direcionamentos, sejam motivados por demandas operacionais e administrativas, ou pela adesão a algum parâmetro conceitual ou legal, que agentes e gestores adotaram para a condução da gestão do patrimônio arqueológico, na sua relação em particular, com o instituto do tombamento. Para tanto, identificamos dois momentos distintos na trajetória recente do órgão, onde foram adotadas duas diferentes linhas diretivas para o tratamento do tema.

Com o objetivo de melhorar a gestão do patrimônio arqueológico, no bojo da reestruturação do Iphan implementada em 2009, foi criado o Centro Nacional de Arqueologia, inserido em sua estrutura regimental como uma unidade especial.⁵ Em seguida, a equipe de técnicos do CNA elabora e apresenta em 2010 uma proposta denominada *Plano Intermediário para a Gestão do Patrimônio Arqueológico*, que chega a incluir uma Linha Programática voltada para o “Tombamento e Patrimônio Mundial”, onde se busca definir algumas diretrizes para a priorização de tombamento de sítios arqueológicos, como por exemplo, acautelar aqueles passíveis a serem indicados como patrimônio mundial, os que sejam referências culturais para populações tradicionais vivas e, novamente, os sítios ameaçados de desaparecimento.

Apesar do abismo na dedicação a um ou a outro tipo de patrimônio que seja merecedor de programas, instrumentos e políticas, outra iniciativa da recém-criada unidade para cuidar do patrimônio arqueológico foi a providência de solicitar que

⁵ Reestruturação instituída pelo Decreto. 6.844, de 07 de maio de 2009.



fossem “encaminhados a este Centro Nacional de Arqueologia os processos de tombamento de bens arqueológicos para análise técnica dos mesmos, conforme acordado em reunião no DEPAM”.⁶ Tal solicitação feita ao Departamento de Proteção aparece em todos os processos em andamento que pesquisamos, indicando a predisposição do CNA em dar prosseguimento aos pedidos de tombamento dos sítios arqueológicos que se encontravam sem conclusão.

Esta mesma diretriz pode ser reforçada pelo Plano de Ação elaborado por aquele Centro, intitulado *Inventário e Acompanhamento dos Processos de Tombamento de Bens Culturais Arqueológico*, que tinha como objetivo realizar o “inventário e acompanhamento dos processos de tombamento dos bens culturais arqueológicos conclusos e dos processos em tramitação”. O plano previa ainda como objetivo específico “realizar levantamento dos processos de tombamento de bens arqueológicos, acompanhar os processos em tramitação e propor novos bens a serem tombados a fim de possibilitar a ampliação do número de bens arqueológicos tombados”. A justificativa para a realização do projeto seria a de que “o bem cultural arqueológico tombado passa a ter uma proteção legal permitindo uma gestão sustentável, gerando desenvolvimento da sociedade a qual pertence, sem comprometer a possibilidade das futuras gerações usufruírem daquele patrimônio cultural como sua herança natural e cultural.”

Um terceiro apontamento possível para uma linha diretiva que buscava valorizar a utilização do instituto do tombamento na proteção a sítios arqueológicos pode ser encontrado em outro documento, também produzido pela equipe do CNA, e voltado para o âmbito do licenciamento ambiental, denominado *Termo de Referência para Elaboração de EIA/RIMA – Subcomponente: patrimônio arqueológico*. Este serviria para estabelecer o escopo mínimo a ser tratado na elaboração dos estudos ambientais necessários ao licenciamento ambiental. Após o diagnóstico e avaliação de impactos de um empreendimento sobre o patrimônio arqueológico, seriam propostas medidas mitigatórias e compensatórias, dentre as quais a elaboração de estudos para a instrução de processos de tombamento daqueles sítios considerados mais relevantes.

De maneira que por essa série de iniciativas tomadas pelo Centro Nacional de Arqueologia a partir da sua criação em 2009, representadas pela elaboração de uma

⁶ Fls. 20 do Processo nº 1.294-T-89 - Reserva Arqueológica “Chapada dos Negros”, Município de Arraias, Estado do Tocantins.



proposta para a gestão do patrimônio arqueológico que incluía o tombamento como uma de suas linhas de atuação, do encaminhamento dado para a tramitação dos processos de tombamento de sítios arqueológicos, a inserção de um projeto para a realização de um inventário desses processos em aberto com o objetivo de ampliar a quantidade de bens arqueológicos tombados, e ainda, com a previsão de instrução de processos dessa natureza como medida mitigatória a impactos causados ao patrimônio arqueológico – pressupomos que nos dois anos iniciais do CNA, o tombamento esteve a ser considerado como uma ferramenta a ser utilizada pelo IPHAN na proteção de sítios arqueológicos.

Passados dois anos da instalação do centro responsável pelo patrimônio arqueológico, muda-se a gestão do Iphan e a do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, ao qual o CNA é subordinado.

Em quatro dos processos arquivados pode-se ver encartado como motivo para o seu indeferimento o que nomeamos aqui como a última diretriz para o tratamento da proteção aos sítios arqueológicos brasileiros pelo IPHAN.

No início de abril de 2013, em despacho abaixo de um dos documentos em que se analisa o pedido de tombamento do sítio Corredeiras do Bem Querer, em Roraima, o Diretor do DEPAM assinala que “trata-se de sítio registrado no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, portanto bem identificado e acautelado pela Lei 3.924 de 21 de julho de 1961, não havendo necessidade de aplicação do Decreto-Lei nº 25 de 1937”.⁷

Um ano depois, esta diretriz é aprovada pela Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo, colegiado que subsidia as decisões do Conselho Consultivo, e em seguida referendada pelo próprio conselho. Na sessão da Câmara, “o Diretor do DEPAM fez uma apresentação geral contendo diagnóstico da situação dos processos de tombamento em trâmite no IPHAN (...) todos exigindo por parte do IPHAN um ‘choque de gestão’”.⁸ Para tanto, seria necessária a adoção de “treze medidas de implementação imediata que poderão contribuir de forma efetiva para a diminuição do passivo processual e agilização dos trâmites institucionais”.⁹ A primeira dessas medidas

⁷ Fls. 72 do Processo nº 01419.000545/2012-19 – Processo de tombamento das corredeiras do Bem Querer, município de Caracaraí-RR.

⁸ Ata da 9ª Sessão da Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo, realizada em 14 de maio de 2014. Idem, Fls. 102.

⁹ Idem.



apresentada consistiria em “tratar a proteção do patrimônio arqueológico nos termos da Lei nº 3.924/1961 e não do Decreto-lei nº 25/37”.¹⁰

Nos meses seguintes dois outros processos, da Pedra Pintada e das Gravações Rupestres do Morro da Rapadura são indeferidos tendo por norte esta diretriz. O documento que encaminha os processos para arquivamento tece algumas considerações sobre o tema, afirmando inicialmente que “no contexto das recentes discussões que visam solucionar a questão do passivo de processos de tombamento inconclusos na instituição, está a questão do tombamento de sítios arqueológicos e bens de natureza arqueológica já protegidos pela Lei nº 3.924/61, a exemplo dos bens em questão”.¹¹

Após descrever a especificidade da aplicação e da proteção conferida ao patrimônio arqueológico pela lei, argumenta que

no caso de um sítio arqueológico ser tombado, poderia ser inviabilizada a remoção ou resgate do material ali existente no caso da realização de obras de qualquer natureza, e até mesmo sua pesquisa com fins científicos, uma vez que escavações causam danos irreparáveis ao sítio. **Percebemos, assim, uma incompatibilidade entre as ações necessárias para a gestão de áreas de natureza arqueológica, que incluem escavações e pesquisas que demandam intervenções no sítio, e os efeitos decorrentes do tombamento.**¹²

Reconhecendo que a lei de arqueologia “trata esse tipo de bem de forma mais adequada à sua natureza, permitindo sua pesquisa”, o memorando conclui que “esse tratamento torna possível a retirada do material arqueológico de seu sítio de origem e sua guarda por instituições responsáveis, **não inviabilizando a realização, por exemplo, de obras de infraestrutura, como as inúmeras atualmente em execução em todo o Brasil.**”¹³ (grifo nosso)

Por esta afirmação de que o tombamento de sítios arqueológicos inviabilizaria a execução de obras de infraestrutura não pudemos deixar de sentir um certo estranhamento diante da inversão de prioridades estranha a um órgão que construiu sua trajetória tentando impedir que a especulação imobiliária e a urbanização desenfreada destruíssem os traços de nosso patrimônio cultural. Restou-nos a dúvida sobre quais

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Fls. 84 do Processo nº 01458.000942/2014-96 - Processo de Tombamento nº 1.150-T-85, referente ao bem denominado “Painel de Gravações Rupestre”, localizado no Morro da Rapadura, no município de Dom Aquino, estado do Mato Grosso.

¹² Idem, Fls. 85.

¹³ Ibidem.



valores foi assentada esta decisão para conduzir a proteção ao patrimônio arqueológico. Se este acabou sendo alvo do aludido “choque de gestão”, representando uma categoria de bem cultural a menos a aumentar o passivo de processos administrativos do órgão. Ou se a opção estaria vinculada a um entendimento e posicionamento de cunho eminentemente jurídico, na medida em que o tombamento não seja mesmo adequado para a salvaguarda de sítios arqueológicos.

Não obstante, o que pode gerar certa apreensão à primeira vista é o fato de que na curta distância entre uma e outra gestão administrativa, dois distintos posicionamentos possam ser adotados: um a valorizar o tombamento na proteção de sítios arqueológicos e o seguinte a ponderar que este patrimônio deva ser acautelado meramente pela lei de arqueologia.

Longe de arbitrar se o tombamento pelo Iphan serve ou não para proteger os sítios arqueológicos localizados em território brasileiro, considerando que as decisões do campo do patrimônio possam ser construídas em um campo político, as diretrizes adotadas neste ou naquele período, ao não serem definidas a partir de uma legitimidade social mais ampla e transformados em mecanismos legais igualmente sólidos, podem também acabar da mesma forma subjugadas pela vontade e a força política de um bem cultural a que se deseja ver tombado.

4. Não reclama que sempre pode piorar: a preservação do patrimônio arqueológico à sombra da PEC nº65/12

O *corpus* teórico no qual se sustenta a reflexão aqui apresentada decorre do institucionalismo histórico, linha do neoinstitucionalismo, uma perspectiva da Ciência Política a partir da qual é possível compreender as instituições enquanto um complexo conjunto de diretrizes e normas, convenções, dispositivos legais, organizações formais (comumente nominadas de instituições), segmentos e atores sociais que desempenham seus papéis em seus *loci*, precisamente os campos político, econômico, científico e social. Destarte, o campo do patrimônio seria conformado nessa complexidade onde os diversos valores, perspectivas ora coincidem, ora conflitam entre si.

As instituições são percebidas como frutos das primeiras decisões e escolhas que refletem os valores e interesses dos atores sociais envolvidos, e em uma época

específica. Dito de outra forma, as “escolhas feitas quando uma instituição está sendo formada, ou quando uma política está sendo iniciada, terão uma contínua influência amplamente determinante [...] no futuro” (PETERS *apud* BERNARDI, 2012:138). Por isso, conceito basilar dessa perspectiva é o *path dependence*¹⁴, tratado de formas diversas pelos autores dedicados a essa perspectiva (BERNARDI, 2012), e que aqui é compreendido, coincidindo com Pierson (2000) e Thelen (1999). Isto significa dizer que as mudanças institucionais guardam mais relação com a trajetória e o “*timing* de processos político-econômicos específicos” (BERNARDI, p. 158) que com eventos iniciais contingentes.

A partir desta perspectiva é possível perceber e compreender o lugar secundário do patrimônio arqueológico na instituição do patrimônio cultural (SALADINO, 2010), bem como a reprodução desse quadro apesar das contingências atuais e dos esforços empreendidos para a consolidação de políticas de preservação do patrimônio arqueológico, dentre as quais destacamos a elaboração de dispositivos específicos para a adequação das práticas à conjuntura atual (como a Instrução Normativa IPHAN nº1/15, a Portaria IPHAN nº195/16, a Portaria IPHAN nº 196/16, a Portaria IPHAN nº197/16 e a Portaria IPHAN nº199/16)¹⁵.

Os dispositivos supracitados podem ser compreendidos como as respostas possíveis da autarquia responsável pela proteção dos bens arqueológicos brasileiros às pressões exógenas do campo político e do campo econômico relacionadas ao licenciamento ambiental e ao momento político instável e incerto pelo qual o país atravessa¹⁶.

¹⁴ Apesar de coincidir com Bernardi, quando afirma que o conceito *depath dependence* ainda está em disputa e construção no campo da Ciência Política e Sociologia (BERNARDI, 2012:164), consideramos ainda assim ser um via especialmente rica e interessante (por suscitar outros questionamentos) para refletir sobre a dinâmica da instituição do patrimônio cultural.

¹⁵ A Portaria IPHAN Nº 195 (de 18 de maio 2016) dispõe sobre procedimentos para solicitação de movimentação de bens arqueológicos em território nacional; a Portaria IPHAN Nº 196, (de 18 de maio 2016) dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel; a Portaria IPHAN Nº 197, (de 18 de maio 2016) dispõe sobre Procedimentos para Solicitação de Remessa de Material Arqueológico para Análise no Exterior e a Portaria IPHAN Nº 199, (de 18 de maio 2016) institui a Coordenação Técnica Nacional de Licenciamento, no âmbito do Gabinete da Presidência do IPHAN.

¹⁶ Referimo-nos especificamente às portarias publicadas no DOU em maio de 2016 e coincidimos com o posicionamento da Sociedade de Arqueologia Brasileira de que tais dispositivos, contrários à Medida Provisória nº728/16 (que cria uma Secretaria Especial do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ligada ao Ministério da Cultura, e independente do próprio IPHAN) são uma tentativa de garantir a preservação do patrimônio cultural.



Numa tentativa de cumprir com seus objetivos – legitimando assim sua própria existência – e de acordo com os constrangimentos decorrentes das primeiras escolhas institucionais que resultaram no lugar secundário das políticas de preservação dos bens arqueológicos no bojo das políticas públicas, o IPHAN logrou homologar dispositivos estratégicos para a gestão do patrimônio arqueológico, principalmente quando tramita uma proposta de emenda constitucional, a PEC nº65/12, que prevê o acréscimo do §7º ao Art. 225 da Constituição Federal, com vistas a assegurar a continuidade do empreendimento público após a concessão da licença ambiental mediante estudo prévio de impacto ambiental.

Como anteriormente mencionado, o tombamento, antes da homologação da Lei nº 3.924/61 era o único instrumento de proteção dos bens arqueológicos. A iminência da destruição da Pedra do Ingá resultou na apresentação de pedido de tombamento desse sítio na década de 1940 (COMERLATO & SALADINO, 2014; SANTIAGO, 2015), na era amadora-diletante da Arqueologia Brasileira. Assim sendo, em tempos de flexibilização (ou extinção?) do licenciamento ambiental, onde o tombamento é compreendido como instrumento que não deve ser aplicado sobre os sítios arqueológicos por conflitar com a própria prática da arqueologia (como se a escavação fosse o único método científico utilizado em campo) e por impedir a execução de obras de infraestrutura no território nacional, de acordo com a *path dependence* da instituição do patrimônio cultural, o tombamento poderia novamente ser aplicado com vistas à proteção e preservação do bem arqueológico, especialmente os sítios (destacados pela sua excepcionalidade, monumentalidade, representatividade e significância científica).

5. Considerações finais

Os pedidos de tombamento de sítios arqueológicos que examinamos parecem transcorrer em um fluxo de demandas tanto internas, quanto externas, todas permeadas por uma conjunção de entendimentos e embates de forças políticas, que fazem com que alguns bens culturais adquiram uma importância simbólica tal que passem a integrar oficialmente o patrimônio cultural brasileiro, e outros, por não arregimentarem o poderio necessário, permanecem no limbo de um interminável trâmite burocrático.

A mais frequente pendência verificada nos processos de tombamento de sítios arqueológicos foi a falta de definição para a delimitação da área dos bens culturais que se pretende acautelar. A necessidade de normatização das áreas tombadas pode ser considerada um dos mais fundamentais desafios que a instituição vem enfrentando. Para uma grande quantidade de áreas tombadas pelo IPHAN ao longo dessas quase oito décadas de atuação, sejam prédios históricos isolados, todo um conjunto urbano ou mesmo um sítio arqueológico, não chegaram a ser definidas normas direcionadas a preservar aqueles elementos específicos que levaram o bem a ser reconhecido como patrimônio nacional. Dessa forma, a inexistência de normas para esses locais tombados e seu entorno, compromete a eficácia da gestão das áreas protegidas.

Outra lacuna que conseguimos identificar foi no tratamento destinado ao chamado patrimônio arqueológico histórico. O órgão ainda não definiu uma formalização para que pudesse operacionalizar especificamente esse acautelamento, seja através de portarias, ou mesmo por um consenso técnico dentro da instituição. Pelo que percebemos, talvez a dificuldade esteja em que ao se considerar, por exemplo, que uma cidade histórica seja um sítio histórico, grandes extensões do território brasileiro também teriam que ser acautelados por este mecanismo, o que inviabilizaria a sua proteção.

Outra ponderação a que nos arriscamos a tecer é a de que, em meio à consideração de que os sítios pré-históricos brasileiros não seriam possuidores de monumentalidade, a recorrência aos sítios compostos por arte rupestre acabaria por alçá-los como referência de valor artístico, o que tradicionalmente era reconhecido pelo tombamento, feito os bens arquitetônicos eleitos como obras genuínas da produção artística originária da nação.

Uma vez que a lei de tombamento fornece apenas uma diretriz genérica, como o termo “excepcional valor arqueológico”, dando margem em certos casos para a aplicação subjetiva de critérios variados, que também irão variar em função dos diferentes contextos históricos, nos meandros e circunstâncias da atividade técnica ou das decisões políticas, o critério de excepcionalidade acaba sendo permeado pela aplicação de outras possíveis premissas para a valoração de um bem cultural. Como é o caso que aqui encontramos para o critério de valor representado pela ideia de representatividade. Sítios arqueológicos que então somente seriam reconhecidos para



tombamento se fossem representativos em meio aos do mesmo tipo, se sobressaem a um conjunto de outros sítios da mesma natureza.

Tal perspectiva reforça nossa impressão de que a partir da salvaguarda assegurada pela lei de 1961, o tombamento voltado para os sítios arqueológicos parece ter perdido um pouco o seu significado enquanto de instrumento de proteção e passaria a ter um papel mais voltado ao reconhecimento do valor desses bens em relação a outros da mesma natureza.

Afinal, nos dias de hoje, o que significa tomar um bem cultural? Se nas primeiras décadas de atuação do Iphan o instrumento foi utilizado largamente como um entrave legal para se evitar que os bens fossem destruídos, além de reconhecê-los como notáveis para a memória da nação e a história do Brasil, ao longo do tempo o tombamento parece ter aos poucos se ressignificado, pelo menos para o patrimônio arqueológico. Com a lei da arqueologia assegurando a sua guarda e proteção pelo poder público, proibindo a exploração econômica e a destruição dos sítios arqueológicos sem que tenham sido antes pesquisados, considerando como crime tais atividades danosas, tomar um sítio arqueológico na expectativa tão somente de que esta aplicação possa garantir a sua integridade física, salvando-o da destruição, em boa medida não mais se sustenta. O tombamento a ser utilizado em sítios arqueológicos então, passa a ter a proteção como ferramenta complementar, auxiliar, restando-lhe sobremaneira, o caráter de reconhecimento, de proteção simbólica, de promoção do valor do patrimônio arqueológico como um dos componentes do nosso patrimônio cultural nacional.

Para esta assertiva acerca do deslocamento da função do tombamento em proteger para sobretudo o de reconhecer o valor patrimonial, bastaria refletir sobre o caso do Parque da Serra da Capivara, que mesmo com o seu conjunto de sítios arqueológicos tombado, permanece sendo continuamente dilapidado.

Assim também podemos supor que o desuso do tombamento de sítios arqueológicos pode estar relacionado a uma opção de gestão do Iphan, que ao longo do tempo foi reconhecendo a mudança de lugar da proteção a este segmento do patrimônio cultural.

A despeito da posição secundária do patrimônio arqueológico nas políticas oficiais de patrimônio cultural no Brasil, assim como o de outras áreas de conhecimento que giram em torno deste campo, como a antropologia, museologia, a arquivologia,



biblioteconomia, o fato é que o instituto do tombamento precisa ser empregado com parcimônia, a fim de não onerar sobremaneira o órgão de proteção. A partir do tombamento, o trabalho da instituição aumenta, passando a ter responsabilidades sobre gestão dos bens a serem protegidos e preservados. Fardo esse, como verificamos, em histórico descompasso com o quantitativo da sua força de trabalho.

Corroborando com as reivindicações feitas por Ulpiano Bezerra de Menezes (2007) e Tânia Lima (2001), concordamos que o que falta em verdade é uma política pública para a proteção e preservação do patrimônio arqueológico, que desde as primeiras iniciativas de salvaguarda deste segmento de nosso patrimônio cultural, no início do século passado, nunca chegou a ser estabelecida. Mas uma política não apenas entendida como ação estatal, advinda de medidas policialescas, construída de forma verticalizada e isolada pelo poder executivo, e sim, através de uma construção democrática e horizontal entre as instituições e as comunidades ligadas à gestão do patrimônio arqueológico.

Esse paradigma se torna ainda mais necessário e urgente nos tempos atuais, onde os valores e demandas do campo político e do campo econômico parecem sobrepor-se aos interesses da sociedade no que tange a preservação e fruição dos bens culturais. No que respeita à atuação da organização formal responsável pela tutela dos bens arqueológicos compreendemos que a retomada da visão original do tombamento poderia ser uma estratégia para garantir a integridade física (e a pesquisa arqueológica baseada em uma metodologia moderna, leia-se, não necessariamente invasiva e “destrutiva” da matriz arqueológica) dos sítios arqueológicos como o foi em diversos processos de patrimonialização ao longo de oito décadas de atuação.

Assim sendo, observamos que a própria trajetória da instituição do patrimônio cultural nos indica a possibilidade de utilizar os instrumentos disponíveis para que os interesses do campo e da cultura não sejam completamente minimizados ou relegados frente aos interesses políticos e econômicos.



Referências

BERNARDI, Bruno Boti. O conceito de dependência da trajetória (path dependence): definições e controvérsias teóricas. **Perspectivas**, São Paulo, v.41, jan/jun 2012, p.137-167.

COMERLATO, Fabiana & SALADINO, Alejandra. Análise dos processos de tombamento dos sítios de arte rupestre no Brasil. **X Simpósio Internacional de Arqueologia Rupestre e V Reunião da Associação Brasileira de Arte Rupestre**, Teresina, UFPI. Caderno de Resumos, 2014.

GONÇALVES, José Reginaldo. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996.

IPHAN. **Decreto-Lei nº25/37**. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

_____. **Lei nº 3.924/61**. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2016.

LIMA, André Penin S. de. **Academia, Contrato e Patrimônio**: visões distintas da mesma disciplina. Tese (Doutorado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LIMA, Tânia Andrade. A proteção do patrimônio arqueológico no Brasil: omissões, conflitos, resistências. **Revista de Arqueologia Americana**, nº 20, México: Instituto Panamericano de Geografia e Historia, Organización de los Estados Americanos, p 53-79, 2001.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Premissas para a formulação de políticas públicas em arqueologia. **Revista do Patrimônio**, nº 33, 2007, p. 37-57.

NEVES, Walter Alves; PILÓ, Luís Beethoven. **O povo de Luzia**: em busca dos primeiros americanos. São Paulo: Globo, 2008.

PIERSON, P. Increasing returns, path dependence, and the study of politics. **American Political Science Review**, v. 94, n.2, p.251-267, 2000.

SALADINO, Alejandra. **Prospecções**: o patrimônio arqueológico nas práticas e trajetória do IPHAN. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Rio de Janeiro, 2010.

SENADO FEDERAL. **Proposta de emenda à constituição nº 65, de 2012 - agenda Brasil 2015**. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/109736>>. Acesso em: 10 jul. 2016.



THELEN, K. Historical institutionalism in comparative politics. **Annual Review of Political Science**, n.2, p.369-404, 1999.

TORRES, Heloísa Alberto. Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 01, p. 8-30, 1937.

Submetido em: 09/08/2016. Aprovado em: 22/11/2016.



REVISTA
MEMORARE



www.portaldeperiodicos.unisul.br

ISSN 2358-0593



LEVANTAMENTO PRELIMINAR DE BENS DE INTERESSE HISTÓRICO CULTURAL DE MUNICÍPIOS SITUADOS AO NORTE DO LAGO GUAÍBA / RS¹

Paola Vieira*
Josiel dos Santos**
Hélen Bernardo Pagani***
Juliano Bitencourt Campos****

Resumo: Este trabalho apresenta um levantamento de bens culturais inseridos na área de implantação de um empreendimento linear entre os municípios de Eldorado do Sul, Charqueadas, Triunfo, Montenegro, Capela Santana, São Sebastião do Cai, Portão, Lindolfo Collor, Ivoti, Dois Irmãos, Sapiranga, Nova Hartz, Ararica, Parobé, Taquara, Glorinha, Santo Antônio da Patrulha, Capivari do Sul, Nova Santa Rita, Sapucaia do Sul e Gravataí, Rio Grande do Sul. Por meio das categorias de patrimônio material edificado e natural, retrata as diferentes manifestações culturais da região. Busca enfatizar a importância destes bens como evocadores de memória, evidenciando a necessidade de proteção. A metodologia de pesquisa conta com o testemunho oral da comunidade local e levantamento bibliográfico a fim de conceituar esta prática. Observou-se que os bens pertencentes ao cotidiano da sociedade são negligenciados, cedendo lugar aos bens de caráter sociopolítico. Desta forma, a educação patrimonial apresenta-se como mecanismo viável de promoção e manutenção do contato e relacionamento das comunidades com estes testemunhos históricos.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Rio Grande do Sul. Memória.

Abstract: This paper presents a survey of the cultural heritage identified in the deployment area of a electric power transmission project, located between the cities of Eldorado do Sul, Charqueadas, Triunfo, Montenegro, Capela Santana, São Sebastião do Cai, Portão, Lindolfo Collor, Ivoti, Dois Irmãos, Sapiranga, Nova Hartz, Ararica, Parobé, Taquara, Glorinha, Santo Antônio da Patrulha, Capivari do Sul, Nova Santa Rita, Sapucaia do Sul and Gravataí, Rio Grande do Sul. Through the categories of built and natural heritage, depicts the different cultural manifestations of the region. Seeks to highlight the importance of these

* Graduada em História pela Universidade do Extremo Sul Catarinense

**Josiel dos Santos
Mestre em Antropologia/Arqueologia pela Universidade Federal de Pelotas
E-mail: josiel@unesc.net

***Hélen Bernardo Pagani
Arquiteta e Urbanista pela Universidade do Extremo Sul Catarinense
E-mail: helenpagani@unesc.net

****Juliano Bitencourt Campos
Doutor em Quaternário, Materiais e Culturas pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro (UTAD/Portugal), com reconhecimento de diploma no Brasil pela Universidade de São Paulo (MAE/USP)
E-mail: jbi@unesc.net

Setor de Arqueologia - LAPIS - Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz - Grupo de Pesquisa Arqueologia e Gestão Integrada do Território - Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

¹Artigo apresentado ao Curso de Pós Graduação Lato Sensu – PROPEX da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, como requisito para obtenção do título de Especialista em História e Cidade: Patrimônio Cultural e Ambiental.



goods as evocative of memories, calling attention to the need for protection. The research methodology includes the oral testimony of the local community and literature to conceptualize this practice. It was observed that the goods belonging to the daily life of society are neglected, giving way to sociopolitical goods. Thus, heritage education presents itself as a viable mechanism to promote and maintain a contact and a relationship between communities and these historical testimonies.

Keywords: Cultural Heritage. Rio Grande do Sul. Memory.

1. Introdução

No Brasil, as políticas institucionais de preservação do Patrimônio Cultural remetem ao início do século XX, notadamente a partir da década de 1920, quando ideias relacionadas ao tema efervescem no pensamento intelectual brasileiro. No entanto, é somente em meados da década de 1930 que estas reflexões começam a ser efetivadas. Um importante passo neste sentido é demarcado com a formulação do Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, onde Mário de Andrade lança, de forma audaciosa e vanguardista, propostas de inventariação e preservação de todo um amplo leque de manifestações culturais presentes no território nacional. Estas reflexões são institucionalizadas, embora de forma mais difusa e restrita, com a promulgação, em 30 de novembro de 1937, do Decreto-Lei Nº 25. (LEMOS, 1981).

A partir de então, ao longo das décadas seguintes, novas reflexões e ações vão sendo desenvolvidas, tendo como foco a promoção e a sedimentação das políticas patrimoniais. Neste movimento, a noção de patrimônio cultural vai sendo expandido e complexificado, na medida em que documentos patrimoniais vão sendo elaborados em âmbito internacional – como a Carta de Veneza (1964) e a Carta de Washington (1987) –, dos quais o Brasil é signatário, bem como em respostas a diversos movimentos sociais que vão tomando corpo e protagonismo nas disputas discursivas em torno da identidade e da memória social.

Estas políticas ganham um novo aliado com a implementação da Resolução n. 001/1986 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, onde se estabelecem “as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental” (BRASIL, 1986). No que importa ao Patrimônio Cultural, define:



Artigo 6º - O estudo de impacto ambiental desenvolverá, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:

[...]

c) o meio sócio-econômico - o uso e ocupação do solo, os usos da água e a sócio-economia, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos. (grifo nosso).

Assim, na medida em que esta Resolução insere nos procedimentos de licenciamento ambientais a necessidade de se considerar o Patrimônio Cultural, proporciona subsídios para a efetivação de novas políticas em torno de sua preservação.

Mais recentemente, a Instrução Normativa Nº. 001, de 25 de março de 2015, define de forma mais delineada os bens culturais a serem considerados, quais sejam:

- I - tombados, nos termos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937;
- II - arqueológicos, protegidos conforme o disposto na Lei nº 3.924, de 26 de Julho de 1961;
- III - registrados, nos termos do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000; e
- IV - valorados, nos termos da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007.

Todavia, entende-se que, embora de início estes bens estejam relacionados ao seu acautelamento em nível federal, é importante realizar-se um levantamento mais amplo do Patrimônio Cultural regional e local, inserindo também outros bens que são representativos de suas dinâmicas políticas, socioeconômicas, culturais e históricas.

Diante disso, a equipe do Setor de Arqueologia da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, especializada em estudos do patrimônio arqueológico e patrimônio cultural, foi contratada para realizar parte de um Licenciamento Ambiental, que envolve a legislação mencionada. O estudo visa à implantação de uma Linha de Transmissão entre os municípios de Eldorado do Sul, Charqueadas, Triunfo, Montenegro, Capela Santana, São Sebastião do Caí, Portão, Lindolfo Collor, Ivoti, Dois Irmãos, Sapiranga, Nova Hartz, Ararica, Parobé, Taquara, Glorinha, Santo Antônio da Patrulha, Capivari do Sul, Nova Santa Rita, Sapucaia do Sul e Gravataí, situados na região metropolitana de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul (CAMPOS; PESTANA, 2015).

Salienta-se, contudo, que os resultados aqui apresentados constituem-se como uma amostragem das informações sobre o patrimônio cultural local. Assim,



considerados como de interesse histórico e cultural, por seu potencial inicial de elucidar sobre questões da história e da cultura local.

Embora a região seja rica em referências culturais, contendo bens patrimoniais tombados a nível federal e estadual, a maior parte dos bens culturais abordados aqui não apresentam registro em órgãos de proteção de qualquer instância. Estes caracterizam-se por patrimônio material – fazendo referência ao Patrimônio Arquitetônico – e patrimônio natural. A principal fonte para a coleta de informações sobre eles foi o testemunho oral dos habitantes das comunidades locais.

2. História e Memória: A importância do Patrimônio Material como evocador de memória

Tendo em vista que estes bens, em maioria, não são objeto de proteção municipal, estadual ou federal, tem-se no testemunho oral um importante agente para preservar a história regional. Ecléa Bosi (1994, p.74) aponta a importância da “socialização” da memória, ressaltando que é graças a esta socialização “que não estranhemos as regiões sociais do passado: ruas, casas, móveis, roupas antigas, histórias, maneira de falar e de se comportar de outros tempos”.

Durante o processo de “socialização”, Bosi (1994) evidencia o surgimento de uma relação entre o ouvinte e o narrador, que se baseia no interesse em conservar a história narrada. Nesse sentido, a autora reflete que o talento de narrar, “socializar” a memória, a fim de reproduzir a história, vem da experiência do narrador com os fatos narrados (BOSI, 1994, p.91). Isto é, somente tendo uma relação de memória com os bens, foi possível as pessoas das comunidades englobadas deixar testemunhos sobre eles.

Nesta linha de interpretação, considerando a coleta de informação sobre os bens realizada mediante o testemunho oral, Meihy (2005, p. 62) aponta para a diferença entre história oral e memória. Para o autor:

[...] a história oral mantém um vínculo importante com a questão da memória e vice-versa. A transposição das narrativas da memória para a história, a sociologia, a antropologia ou outra qualquer disciplina acadêmica, no entanto, se dá na capacidade de diálogo entre a memória, a mediação da história oral e a história de suas correlatas irmãs. Em particular a história como disciplina tem sido desafiada pelas provocações do uso da memória



grupal, que inclusive, em alguns casos tem sido erroneamente confundida com ela. Por ter como pressuposto o passado, a história oral recebeu o nome 'história'. Em vez de isso ser fator de confusão, deve-se pensar nas virtudes das diferenças. Assim, fica esclarecido que a memória é um suporte para as narrativas de história oral, mas não é ela.

Ainda de acordo com Meihy (2005, p. 62), é por meio da história oral que a relação entre a história e a memória ocorre, “a responsabilidade documental da história oral dá sentido à memória como tema para a história”. François Dosse (2004, p. 170) aponta como “memória tudo aquilo que flutua, o concreto, o vivido, o múltiplo, o sagrado, a imagem, o afeto, o mágico, enquanto a história se caracteriza por seu caráter exclusivamente crítico, conceitual, problemático e laicizante”. Concordando com Meihy, Dosse (2004, p. 180) enfatiza que “é pela mediação da narrativa que se pode realizar uma articulação entre duas dimensões”, memória e história.

Outra concepção de memória é estabelecida por Paul Ricoeur (2007, p. 71), ao analisar que “lembrar-se é não somente acolher, receber uma imagem do passado, como também buscá-la, fazer alguma coisa. O verbo lembrar-se faz par com o substantivo lembrança. O que esse verbo designa é o fato de que a memória é exercitada.” Neste sentido, entende-se que a memória pode ser acionada por meio de músicas, datas, filmes, fragrâncias, lugares ou simplesmente por querer ser recordada, assim é exercitada e acaba presente na lembrança.

Seguindo este raciocínio, os bens culturais aqui abordados podem ser associados à ótica de Pierre Nora quando aborda os “lugares de memória”. Para o autor, esses lugares devem ser:

material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. [...] Material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número [...]. (NORA, 1993, p. 21-22).

Ou seja, os bens reportados neste texto podem ser compreendidos como lugares de memória, pois estão sujeitos a evocar a memória de indivíduos de sua comunidade por meio de significados que lhe forem atribuídos. Paula Landim (2001, p.5) aponta que as edificações estão carregadas de histórias locais, de forma que para a autora o significado de um bem muitas vezes é mais interessante que ele próprio.

Landim (2001, p. 1) analisa ainda que:

Uma política de proteção do bem cultural tem como objetivo principal a preservação da identidade cultural. Supõe-se que esta política deva respeitar, além dos valores históricos, culturais e estéticos, também os ambientes e as características que compõem a consciência coletiva da comunidade.

Como parte importante desta política de proteção, a educação voltada para o patrimônio não pode ser dispensada, de forma a atuarem todas as esferas sociais. Visto que a herança cultural compreendida como tal pela população pode vir a ser utilizada como “vetor de ensino/aprendizagem, tanto nas instituições públicas como privadas, criando bases para a preservação e conservação do patrimônio (CAMPOS et al., 2016, p. 97).

Ficando nítida a importância do Patrimônio material para a preservação da memória da comunidade onde está inserido, apresenta-se amostras dos bens culturais identificados durante os levantamentos de campo nos municípios acima mencionados; entende-se que, desta forma, a presente pesquisa insere-se como uma contribuição para o registro dos mesmos.

3. Bens Culturais registrados como de interesse histórico e cultural

3.1 Arquitetura Popular: Residencial

Entre os séculos XIX e XX, o Sul do Brasil foi o destino de muitas levas de imigrantes alemães, italianos, poloneses, entre outros. E séculos antes já recebia imigrantes portugueses/açorianos, com ápice no século XVIII, além de africanos trazidos compulsoriamente através do comércio escravista. Desta forma, muitos dos bens identificados na região metropolitana de Porto Alegre compõe-se de características próprias destas culturas. No entanto, adaptadas ao modo de vida local e com os materiais de construção disponíveis no sul do Brasil.

Esse contexto remete ao conceito de arquitetura popular definido por Gunter Weimer (2005, p. XLI), onde “arquitetura popular é aquela que é própria do povo e por ele é realizada e tem como principais características: simplicidade, adaptabilidade, criatividade, [sendo que uma] quarta característica talvez resida no modo de encarar o fenômeno da construção”.



- **Casa Camboim**

Localizada no município de Sapucaia do Sul, próximo à associação rural do município, esta casa pertence a Sra. Vera Camboim, de 96 anos. Segundo relatos da proprietária, a casa foi construída entre 1885 e 1890 pelo avô de seu marido. Durante a visita, a Sra. Vera relatou muitas histórias da localidade, apresentou documentos, fotos antigas, assim como um fragmento de cerâmica indígena que encontrou numa lavoura em sua infância.

A casa possui alicerce em arenito e paredes erguidas com tijolos e barro. Apesar das modificações recentes na estrutura original, a residência ainda preserva algumas características da época de sua construção, como as aberturas e o forro.

Figura 1 - Frente da casa da Sra. Vera Camboim e parte interna da estrutura anexa à edificação original, que preserva as aberturas antigas.



Fonte: Setor de Arqueologia/UNESC.

- **Fazenda Santo Elizeu**

Antiga residência colonial, a Fazenda Santo Elizeu, também localizada no município de Sapucaia do Sul, possui estruturas históricas datadas do final do século XIX, compreendendo: Casa, Galpão e Poço. Atualmente estas estruturas são utilizadas com o mesmo propósito de sua construção: a moradia. As edificações construídas em arenito e tijolos de barro mantêm suas características do período colonial. Contudo,

encontram-se em estado de degradação devido à força dos intemperismos – chuva, sol e vento –, podendo ser observado através do interior da casa, bem como na observação do teto, que já não se encontram preservados.

Figura 2 - Parte frontal da casa sede da Fazenda Santo Elizeu, com detalhe para o estado de degradação do interior da casa bem como para a falta da estrutura do telhado.



Fonte: Setor de Arqueologia/UNESC.

- **Casa Paraíso**

Localizada no município de Viamão, a antiga residência familiar está afastada cerca de 7 km da Lagoa dos Patos, na localidade Granja Casamento. O casarão é um exemplar da arquitetura colonial do século XIX. A edificação apresenta sapatas de arenito e aberturas em guilhotina. O telhado é formado por telhas capa-canal, indicando uma data próxima às primeiras décadas da primeira metade do século XIX. Existem figueiras centenárias no seu entorno.

O interior sofreu modificações para adaptação ao uso, em especial recebendo os pescadores que frequentam a Lagoa dos Patos. Existem referências de material histórico em seu interior, como os móveis vitorianos e as correntes dos escravos. A casa é conhecida pelos moradores da região como uma das mais antigas na região. A edificação teria pertencido a um sesmeiro, um dos primeiros agricultores de Viamão.

O casarão colonial está relativamente bem preservado, contendo aberturas e telhamentos conservados. Existe uma construção recente construída ao lado da



edificação histórica, o que descaracterizou a paisagem original. As figueiras centenárias e os taquarais estão conservados. Segundo os arrendatários, os proprietários buscam preservar e conservar o local, cuidando e realizando pequenos reparos.

Figura 3: Parte frontal da Antiga Casa Paraíso e entorno dos fundos da mesma.



Fonte: Setor de Arqueologia/UNESC.

- **Casa 1899**

A casa, com a inscrição “1899” na fachada, encontra-se no município de Taquara. Construída em alvenaria, preserva características de edificação colonial do final do século XIX. Segundo testemunho oral de moradores vizinhos, a casa ainda é utilizada como moradia.

Figura 1 - Parte frontal da casa e rua onde se localiza a casa.



Fonte: Setor de Arqueologia/UNESC.



3.2 Casa de comércio e hospedaria

Na região analisada ainda foi possível perceber casarões construídos com o intuito comercial. Como aponta Oliveira et al. (2000, p. 178):

as casas de comércio dos núcleos coloniais desempenhavam também outras funções, como posto de correio, intermediação da compra e venda de produtos e insumos agrícolas, venda de bebidas (bodega), centro de distribuição de notícias e novidades para a comunidade e até estabelecimento de crédito.

Desta forma, entende-se o motivo do comércio ser considerado o grande propulsor das atividades hoteleiras. Estas casas atuavam como ponto de troca entre pequenas comunidades e outras localidades. Bentes e Veloso (2008, p. 2) destacam que “historicamente, o comércio foi o principal responsável pelo surgimento das mais antigas formas de hospedagem temporária, destinadas a abrigar viajantes”.

- **Hospedaria Farrapo (1832-1845)**

No município de Viamão, na sede de experimentação da FEPAGRO², foi edificação histórica conhecida por Hotelaria Farrapo. Ela teria abrigado os Generais Osório e Bento Gonçalves durante a Revolução Farroupilha, no período conhecido como República Rio-Grandense. Portanto, o local, além de ser um dos últimos exemplos de edificação colonial setecentista na região, é também lugar de memória de um dos mais significativos eventos políticos do Rio Grande do Sul. Documentos históricos, de posse da FEPAGRO, sugerem que o casarão já existia quando tomado pelas forças farroupilhas, portanto, deve datar de 1790, aproximadamente.

Trata-se de um casarão colonial, cercada por barrancos e figueiras centenárias, bem preservado e restaurado em 1941. Pertenceu à Família Fagundes por 120 anos. O local é protegido por lei e tombado em nível Estadual pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul – IPHAE/RS, conforme identificado em placa fixada na edificação; todavia, salienta-se que esta informação não

² Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária.



consta no endereço eletrônico do referido Instituto, conforme consulta realizada em 28 de janeiro de 2016.

Figura 5 - Casarão colonial conhecido como Hospedaria Farrapo.



Fonte: Setor de Arqueologia/UNESC.

3.3 Bens Arquitetônicos referentes à Cultura Alemã

Bens patrimoniais com particularidades da cultura alemã também aparecem na área pesquisada. Casas construídas com a técnica enxaimel, típica desta cultura, puderam ser localizadas nos municípios de Ivoti, Lindolfo Collor, Dois irmãos e Sapiranga.

Segundo Oliveira (2011, p. 20), as casas construídas pelos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul eram obsoletas comparadas ao seu país de origem, pelo fato que a Europa não tinha produção de madeira suficiente, assim adaptou a técnica para construções mistas, o primeiro andar de pedra e o segundo em enxaimel.

Na técnica enxaimel “a estrutura consiste em uma trama de madeira aparelhada com peças horizontais, verticais e inclinadas, que em sua construção vão formando paredes estruturadas e encaixadas entre si. Posteriormente, estes quadros ou tramos são preenchidos com taipa, tijolos, adobe ou pedra”. (OLIVEIRA, 2011, p. 19).



- **Casa Hanz Török**

Encontrada no município de Ivoti, a antiga residência familiar é um representante da arquitetura colonial do século XIX e XX, estando nas proximidades do rio Feitoria, numa localidade chamada Picada 48 Baixa.

A edificação apresenta molduras decorativas e aberturas em madeira e vidro. O telhado é formado por telhas capa-canal, indicando uma data próxima às primeiras décadas da primeira metade do século XX. A propriedade pertence ao Sr. HanzTörök, que a recebeu de herança dos seus avós paternos, vindos da Alemanha, segundo testemunho oral de habitantes locais.

Na localidade foram registradas três edificações de interesse arquitetônico e histórico-cultural. A primeira em estilo neoclássico alemão e as duas outras em estilo enxaimel. As casas tiveram parte de suas estruturas alteradas, mas mantiveram as características principais dos estilos que representam.

Figura 6 - Parte frontal da Antiga Casa da Família Török e seu entorno; note-se, ao fundo, a casa colonial enxaimel aproximadamente 50 anos mais antiga que a de estilo neoclássico.



Fonte: Setor de Arqueologia/UNESC.

- **Conjunto Enxaimel Picada 48 Alta**

Antiga Vila Alemã, o conjunto colonial, também localizado em Ivoti, representa a arquitetura germânica do século XIX, com exemplares do enxaimel colonial

brasileiro. Segundo a Sra. Maristela Fritzen, ocupante atual de uma das casas enxaimel, o conjunto preservado da Picada 48 Alta é frequentemente visitado por pesquisadores, sendo conhecido pela comunidade regional e referência para os estudos históricos e arquitetônicos das universidades da região.

Uma das casas da comunidade apresenta a cozinha anexa intacta, mantendo a pintura original inclusive na madeira. Existem construções recentes ao lado das edificações históricas, no entanto não descaracterizam a paisagem original. Segundo informações de moradores, existe um programa de preservação a nível municipal de interesse local. Nas estradas principais de acesso foram observadas placas indicando a localidade como comunidade histórica e pioneira da colonização alemã.

Figura 7 - Vila Denig: casa em enxaimel com anexo e escola local.



Fonte: Setor de Arqueologia/UNESC.

Figura 8 - Casa típica dos moradores da Vila Germânica Picada 48 Alta.



Fonte: Setor de Arqueologia/UNESC.



- **Conjunto de Casas - Arquitetura Alemã**

Constitui-se por antigas edificações familiares, nas proximidades do rio Feitoria, na localidade chamada Picada 48 Baixa, município de Lindolfo Collor. A propriedade pertence a diferentes famílias de imigrantes alemães, que a receberam de herança de parentes vindos da Alemanha. Os moradores atuais contam que as casas têm mais de 100 anos de construção.

As casas representam exemplares da arquitetura colonial alemã, do século XIX e XX. Na localidade foram registradas três edificações de interesse arquitetônico e histórico-cultural. A primeira em estilo neoclássico alemão e as outras duas em estilo enxaimel.

Figura 9 - Parte frontal da casa em estilo neoclássico alemão e lateral de uma das casas em estilo enxaimel.



Fonte: Setor de Arqueologia/UNESC.

- **Museu Histórico Júlio Balduino Jung**

Também no município de Lindolfo Collor encontra-se o Museu Histórico Júlio Balduino Jung, em anexo ao CTG Capivarense. Instalado em um casarão típico exemplar da arquitetura colonial enxaimel do século XIX. A propriedade é de uso municipal, mas pertencente às famílias Herrmann e Herzer.

Seu interior serve como acervo para o material histórico proveniente das comunidades antigas que ocuparam o período colonial nas margens do rio Feitoria,

dispondo de luminárias, maquinários, ferramentas e peças de uso individual. O Museu é público e apresenta uma parte importante da memória dos colonizadores, em especial os alemães e os tropeiros que frequentaram a região. Além da memória da cultura alemã, o museu resguarda um rico acervo associado ao nativismo e ao tradicionalismo regional, sincretizado com o avanço luterano e a consolidação da colônia no século XIX.

Figura 10 - Painel banner explicativo do Museu Histórico Júlio Balduino Jung e parte frontal da Antiga Casa da Família Herrmann e Herzer.



Fonte: Setor de Arqueologia/UNESC.

- **Casa Eckert**

No município de Dois Irmãos, outro casarão representa a arquitetura de origem germânica do século XIX e XX – apesar de modificado, com anexos construídos entre as décadas de 1940 e 1960. A edificação apresenta molduras em cimento queimado e aberturas em abas coloniais. O telhado é formado por telhas capa-canal, indicando uma data próxima às primeiras décadas da primeira metade do século XX.

A propriedade pertence ao Sr. Carlos Gaspar Eckert, que cuida da residência de propriedade da família há quase duas gerações. De acordo com ele, a casa possui mais de 130 anos de construção e pertenceu ao seu avô, que veio da Alemanha.

Na localidade 11 Amigos, ainda, existem exemplares enxaimel e neoclássico (pangermânico), todas do período posterior às décadas de 1850.



Figura 11 - Antiga Casa da Família Eckert.



Fonte: Setor de Arqueologia/UNESC.

- **Conjunto de Edificações - Localidade Picada Verão**

Este conjunto representa, através de seus bens edificados, parte da colonização alemã na região do município de Saporanga. Como exemplo, a casa da Família Strasburguer possui cerca de 150 anos, sendo a edificação mais antiga na localidade.

Outras edificações foram observadas na região, porém com datações da primeira metade do século XX, entre elas uma escola e uma igreja luterana. Além de edificações, a localidade possui um cemitério onde foi possível observar lápides esculpidas em arenito do período da colonização alemã, com datações da metade do século XIX, muitas com escritas em alemão. O cemitério possui uma boa conservação, e é ainda utilizado pelas famílias locais.



Figura 12 - Casa da família Strasburguer, com cerca de 150 anos; Igreja Luterana, localidade de Picada Verão, construção em 1928; Escola da localidade, construção datada em 1946 e Cemitério da localidade.



Fonte: Setor de Arqueologia/UNESC.

3.4 Produção Artesanal

- **Tafona Velha**

A Tafona Velha está situada nas margens de um pequeno rio, com cachoeiras e corredeiras, em acesso próximo à saída principal do município de Portão. No local existe uma construção rústica de arenito, com abertura para saída do eixo de roda d'água que movimentava a moenda colonial. O paredão de arenito é caracterizado pelo encaixe entre os blocos de pedra e uma aparente estrutura de taipa. Atualmente o local constitui um camping, estando as edificações históricas afastadas da área de lazer.



É possível identificar no local as moendas na base da estrutura, assim como restos da mesma estrutura próximo ao rio. A Tafona Velha é uma importante edificação histórica da região, além de estar associada com o rico patrimônio natural, que são as cachoeiras, abrigando um amplo acervo de estruturas do período colonial, principalmente o edificado.

Figura 13: Antiga feitoria de moagem Tafona Velha, século XIX e Tafona Velha.



Fonte: Setor de Arqueologia/UNESC.

- **Alambique / Moinho / Aqueduto**

No município de Glorinha, especificamente na comunidade de Imbiruçu, foi identificado um aqueduto e, junto a ele, uma estrutura de alvenaria feita em blocos de arenito, onde funcionava um alambique. O caseiro responsável pelo cuidado do local, Sr. Azair, informou que o alambique foi construído há mais de 100 anos para a produção de cachaça, sendo o aqueduto utilizado para conduzir água do arroio Miraguaia para a movimentação de uma roda d'água, assim, permitindo o funcionamento de uma tafona ainda existente no local. A estrutura do alambique foi muito modificada ao longo dos anos. Possui paredes cobertas por tijolos modernos, rebocos e emendas com cimento, além de um novo telhado e uma estrutura anexa feita em blocos de arenito com cimento.

Figura 14: Parte frontal do alambique e aqueduto.



Fonte: Setor de Arqueologia/UNESC.

3.5 Patrimônio Natural

De acordo com Lemos (1981, p. 133), o sentido de patrimônio cultural é amplo e:

[...] engloba tanto o histórico como o ecológico, o artístico e o científico. O patrimônio cultural de uma dada sociedade é formado por um tripé indissociável em que se contemplam as seguintes dimensões: a dimensão natural ou ecológica, a dimensão histórico artística e a dimensão documental. Nesse sentido, o próprio meio ambiente, os conjuntos urbanos e os sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, as obras, os objetos, os documentos, as edificações, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as formas de expressão e até mesmo os modos de criar, fazer e viver são bens culturais de uma sociedade e devem ser preservados.

Portanto, compreende-se o patrimônio natural como componente do cultural, visto que “significados religiosos, míticos, legendários, históricos, artísticos, simbólicos, afetivos e tantos outros podem ser conferidos pelo homem ao mundo natural”. (ZANIRATO, 2010, p. 4).

- **Abrigo Sob Rocha**

Localizado no município de Lindolfo Collor, o abrigo sob rocha foi encontrado em 1971 por Pedro Augusto Mentz Ribeiro, na época pertencendo ao município de



Ivoti. Situado na propriedade do Sr. EdwinoKney, é conhecido também como “Gruta do EdwinoKney”, segundo informações orais.

O abrigo foi escavado em 1985 e 1986 pelo Prof. Dr. Pedro Ignácio Schmitz, de forma que as pesquisas arqueológicas apontam datação de 10.000 A.P., sendo possivelmente ocupado por uma população de caçadores-coletores. A ocupação atual do terreno resultou numa camada de detritos urbanos que cobrem um pouco do piso do abrigo. No local estão fixadas duas faixas explicativas, que orientam os visitantes sobre as datações e a importância do sítio arqueológico daquele tipo na região. O abrigo está relativamente preservado pela mata nativa circundante.

De acordo com as referências orais, a comunidade de Capivarinha, onde está inserido, reconhece o abrigo como parte integrante de seu patrimônio histórico e arqueológico. O local é preservado pelos moradores e mantido pela Prefeitura Municipal de Lindolfo Collor, que realiza a manutenção periódica das faixas explicativas e da vegetação que cerca o abrigo. Existe outro caminho que leva ao seu interior, que também recebe manutenção e é sempre visitado pelas escolas e pelos acadêmicos das universidades locais.

Figura 15 - Entrada do Abrigo Sob Rocha.



Fonte: Setor de Arqueologia/UNESC.



4. Considerações Finais

Dos treze bens descritos, percebe-se que apenas quatro são reconhecidos pela população, prefeituras e outras instituições como bens de interesse cultural, recebendo incipiente gestão de proteção. São eles: Conjunto Enxaimel Picada 48 Alta, localizado na cidade de Ivoti, que segundo informações na comunidade recebe com frequência pesquisadores; a Hospedaria Farrapo do município de Viamão, que segundo uma placa fixada no local seria tombado a nível estadual, apesar de não haver registro no órgão; a antiga casa residencial que se tornou o Museu Histórico Júlio Balduino Jung; e o abrigo sob rocha, que é referência para a comunidade escolar local.

Os demais bens, embora em alguns casos possam ser significativos para a comunidade e proprietários, acabam sofrendo com a falta de interesse das instituições que poderiam preservá-los. Isto, quando também não falta a identificação das comunidades onde estão estabelecidos.

A indiferença da comunidade remete à ausência de uma educação para o patrimônio. Considerando a história da educação, Campos et al. (2016, p. 100), aponta uma educação elitista no Brasil, de maneira que até meados do século XX o pensamento era de que “não haveria porque fazer escolas para os trabalhadores se estes não ‘precisam pensar’ nem ‘tomar decisões’”. O autor analisa que, embora a educação continue elitizada, atualmente “muda um pouco seu comportamento em relação às propostas curriculares, pedagógicas e sociais” (CAMPOS et al., 2016, p. 100). De forma que hoje “existe a possibilidade real, [...] de pensarmos programas de Educação Patrimonial dentro dos currículos escolares” (CAMPOS et al., 2016, p. 106). Ou seja, uma educação voltada para o patrimônio se tornou praticável recentemente, explicando a carência de artifício do poder público para a implantação desta educação voltada para o Patrimônio Cultural.

Quanto à atitude do governo, principalmente municipal, e dos órgãos de proteção, além da insuficiência de educação para o patrimônio, está associado ao histórico da preservação do patrimônio no Brasil, onde durante muito tempo priorizou-se bens de caráter político, elitista.



As práticas de proteção de bens culturais são tão recentes quanto à contextualização do patrimônio no ambiente escolar. De acordo com Olário Vogt(2008, p. 22):

Foi somente na década de 1920, entretantes, que o clamor pela preservação de monumentos e objetos de valor histórico e artístico começou a ser considerado politicamente relevante. Essas reivindicações desembocaram na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937.

Neste contexto, um decreto de novembro de 1937 foi o primeiro passo para preservação patrimonial no País. “Em linhas gerais, o decreto estabeleceu as regras de tombamento dos bens pertencentes ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a proteção a que esses bens ficavam sujeitos” (VOGT, 2008, p. 23). Porém, os bens que receberiam proteção eram os de valor elitista, “uma concepção conservadora de história nacional, que enaltecia os grandes vultos políticos”. (VOGT, 2008, p. 23).

No entanto, Landim (2001, p. 05) expõe que esta mentalidade vem mudando, de forma que atualmente a coletividade interessada na preservação do patrimônio não tem se preocupado “com as construções representativas da classe dominante, que têm sua preservação razoavelmente garantida, justamente por representar o poder sócio-político, e, sim, naquelas que representam o cotidiano destas cidades”.

Neste momento, bens de natureza não material também ganham espaço. Compreendidos por:

[...] festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária, técnicas etc. Como sugere o próprio termo, a ênfase recai menos nos aspectos materiais e mais nos aspectos ideais e valorativos dessas formas de vida. Diferentemente das concepções tradicionais, não se propõe o tombamento dos bens listados nesse patrimônio. A proposta é no sentido de “registrar” essas práticas e representações e de fazer um acompanhamento para verificar sua permanência e suas transformações (GONÇALVES, 2003, p.24).

Este fato acontece também com os bens de características naturais, pois despertam interesse cultural e até estético. Consequentemente:

[...] entende-se por salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios a preservação e, quando possível, a restituição do aspecto das paisagens e sítios, naturais, rurais ou urbanos, devido à natureza ou à obra do homem, que apresentam um interesse cultural ou estético, ou que constituem meios naturais característicos (CARTAS PATRIMONIAIS, 1995, p. 98).

Considerando todo o exposto, é possível especular que o patrimônio pertencente ao cotidiano da sociedade, como os meios de sustento e de economia, exemplificados pela “Tafona Velha” e pela localidade onde funcionava o “Alambique / Moinho / Aqueduto”, assim como casas de pessoas comuns, sem muito poder aquisitivo ou político, durante as fases iniciais de formulação do conceito de patrimônio no Brasil, foram negligenciadas, em detrimento aos bens pertencentes à elite.

Analisando os bens tombados, seja a nível municipal, estadual e federal, nos municípios de Eldorado do Sul, Charqueadas, Triunfo, Montenegro, Capela Santana, São Sebastião do Caí, Portão, Lindolfo Collor, Ivoti, Dois Irmãos, Sapiranga, Nova Hartz, Ararica, Parobé, Taquara, Glorinha, Santo Antônio da Patrulha, Capivari do Sul, Nova Santa Rita, Sapucaia do Sul e Gravataí, é notável a presença de casas que pertenceram a pessoas importante ou que sediaram instituições governamentais; Igrejas católicas, possivelmente representando a soberania da religião; e até mesmo obras públicas.

Embora, como mencionado, na atualidade a política de proteção de patrimônio tenha mudado, abrangendo bens relativos ao cotidiano das comunidades, é visível que na área investigada estes bens ainda não recebem o mesmo valor atribuído aos espaços de representatividade sociopolítica.

Por consequência, é preciso ampliar ainda mais as discussões acerca da memória e da educação para o patrimônio. Os bens do cotidiano podem ser, mais do que os sociopolíticos, evocadores de memórias de uma comunidade, pois estão ligados à sua prática diária, saberes e fazeres. Apresentando maior identificação para os habitantes locais do que os bens ligados à classe política e de maior poder aquisitivo, posto que não pertenciam diretamente ao seu cotidiano.

Referências

BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Instrução Normativa nº 01, de 25 de março de 2015. Estabelece Procedimentos Administrativos a Serem Observados Pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos Processos de Licenciamento Ambiental dos Quais Participe. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 26 mar. 2015. Seção 1. Disponível em:



<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Instrucao_normativa_01_2015.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2016.

BRASIL. Resolução Conama 01. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 26 jan. 1986. Disponível em: <www.mma.conama.gov.br/conama>. Acesso em: 17 de jun. 2016.

CAMPOS, J. B.; PESTANA, M. B. **Relatório de Avaliação de Potencial de Impacto e de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para os Empreendimentos do Grupo Metropolitana A, LT 525 kV e 230 kV**. Relatório Final. Criciúma: UNESCO, 2015.

CAMPOS, J. B. et. al. Patrimônio e Cidadania: A Educação Patrimonial nas escolas e a formação cidadã. **Revista Memorare**, Tubarão, SC, v. 3, n. 1, p. 95-113 jan./abr. 2016.

CARTA DE VENEZA. 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

CARTA DE WASHINGTON. 1987. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/207951007/TCC-Conservacao-Arqueologica#scribd>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

CARTAS PATRIMONIAIS. Caderno de Documentos. N. 3. Brasília: IPHAN, 1995.

DOSSE, F. **História e Ciências Sociais**. Tradução Fernanda Abreu. São Paulo: Edusc, 2004.

GONÇALVES, J. R.S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LANDIM, P. Percepção e Preservação do Patrimônio Arquitetônico. In: V Seminário Nacional. I Encontro Latino Americano de Preservação e Revitalização Ferroviária. Anais. Piracicaba, SP, 2001.

LEMOS, C. A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. 5. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, , p.7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, D. S. **Resgate de técnicas construtivas mais sustentáveis: análise e descrição do sistema enxaimel**. 2011. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.



OLIVEIRA, L. D. de. et al. **Levantamento dos bens culturais na área de influência da linha de transmissão Garabati-Itá**. Porto Alegre: Rigor e Foco, 2000.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

VOGT, O. Patrimônio cultural: um conceito em construção. **MÉTIS: história e cultura**, v.7, n.13, p.13-31, jan/jun. 2008.

WEIMER, G. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ZANIRATO, S. H. **O patrimônio natural do Brasil**. Projeto História n. 40. 2010.

Disponível em

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Patrimonio_Natural_no_Brasil.pdf>

acesso em: 09 ago. 2016.

Submetido em: 12/08/2016. Aprovado em: 05/12/2016.





UMA PROPOSTA GLOBAL PARA O ENSINO DE REDAÇÃO NO ENEM

Gabriel Simonassi de Araújo Pires*
Maurício da Silva**

Resumo: O presente artigo, em face à grande quantidade de notícias veiculadas sobre o resultado da prova de redação da edição de 2014 do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), destina-se a traçar um panorama histórico sobre as alterações sofridas pela prova ao longo do ano, assim como identificar seus principais objetivos. Ainda, concerne a este trabalho oferecer uma proposta preliminar de modo a remediar a defasagem de aprendizado dos candidatos, utilizando-nos predominantemente da abordagem chamada por Charlotte Galves de Abordagem Global, uma vez identificada nesta uma via ferramental valiosa para o ensino de Língua Portuguesa e de redação.

Palavras-chave: Enem. Redação. Abordagem Global.

Abstract: The following paper, motivated by the vast attention around the 2014 Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) essay's results aims to draw a historical overview about the changes test has been suffering along the years, , as well as identify its main goals. Yet, concerns to this paper to offer a preliminary work suggestion, in order to reduce the learning gap of the candidates, using predominantly an approach named by Charlotte Galves as Global Approach, once it has shown a valuable tool related to Portuguese Language and Essay Teaching.

Keywords: Enem. Essay. Global Approach.

*Universidade Federal Fluminense – UFF.
Bolsista PIBIC pela UFF.
Email: gabrielsimonassi@id.uff.br

** Universidade Federal Fluminense – UFF.
Doutor em Língua Portuguesa pela UFF.



REVISTA
MEMORARE

UNISUL
www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

1. Introdução

A edição de 2014 do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi cercada por manchetes e notícias dado o alto índice de notas 0 na prova de redação. Como podemos entender esse resultado desde a criação do exame em 1998 até a referida edição em 2014? Houve uma involução no processo ou isso deve ser visto de outra forma? No artigo a seguir, tentaremos traçar o processo evolutivo do Enem, entender sua composição e propostas a fim de analisar as provas, mais especificamente a de redação, e, por fim, oferecer uma proposta preliminar com exercícios de redação para os alunos brasileiros.

2. Evolução do Enem

O Enem surgiu em 1998, criado pelo então ministro Paulo Renato, ex-reitor da Universidade de Campinas (Unicamp). O objetivo primeiro da prova era avaliar a qualidade do ensino básico no Brasil, podendo identificar áreas que necessitavam de melhorias e, eventualmente, oferecer políticas públicas que sanassem eventuais problemas de aprendizado identificados. Como se trata de uma prova padronizada, anos mais tarde esta passou a ser aplicada para que os alunos pudessem ingressar na faculdade, de modo semelhante ao Scholastic Aptitude Test ou Scholastic Assessment Test (SAT) que ocorre nos Estados Unidos, ou ainda obter o certificado de conclusão do ensino médio, preenchidos alguns requisitos. Deve-se ressaltar, porém, que o aluno, de modo a garantir uma boa nota, não precisa apenas acertar uma grande quantidade de questões. Assim como o mencionado SAT, a prova do Enem é baseada na Teoria de Resposta ao Item (TRI). Na TRI as questões são separadas em três grupos: fáceis, médias e difíceis. Assim, conforme o aluno acerta as questões dentro de cada grupo, um padrão de acertos é identificado e uma nota é atribuída, ou seja, a nota não é ligada diretamente à quantidade de questões acertadas, mas também ao nível das referidas questões.

A reflexão que nos cabe, dada essas informações, seria sobre os critérios utilizados pela banca na hora da elaboração da prova do Enem. Se a proposta é a democratização do acesso ao ensino superior, como é norteadas a classificação das

perguntas? Quais seriam os motivos que levam uma questão a ser considerada fácil ou difícil? O Ministério de Educação e Cultura (MEC) não disponibiliza qualquer informação sobre esses critérios, esclarecendo apenas que há um pré-teste onde as questões que entram para o banco de questões são aplicadas em algumas escolas.

Assim como as diversas áreas do saber e suas avaliações foram se modificando ao longo dos anos, a prova de redação do Enem também sofreu diversas alterações no curso da história. A seguir, apresentamos uma tabela com todos os itens que se encontravam presentes nas edições realizadas entre 1998 e 2014.

Quadro 1 – Exigências de cada edição, ano.

Exigências	Mínimo de linhas	Máximo de Linhas	Respeito aos Direitos Humanos	Proposta de Ação Social (Intervenção, Conscientização, etc.)	Respeito à Norma Culta	Texto Dissertativo-Argumentativo
Edição 1998					X	X
Edição 1999				X		X
Edição 2000	X			X	X	X
Edição 2001	X		X	X	X	X
Edição 2002	X				X	X
Edição 2003	X		X	X	X	X
Edição 2004	X				X	X
Edição 2005	X		X		X	X
Edição 2006	X		X		X	X
Edição 2007	X		X		X	X
Edição 2008	X				X	X
Edição 2009	X	X	X	X	X	X
Edição 2010	X	X	X	X	X	X
Edição 2011	X	X	X	X	X	X
Edição 2012	X	X	X	X	X	X
Edição 2013	X	X	X	X	X	X
Edição 2014	X	X	X	X	X	X

Fonte: Elaboração dos autores.



Quadro 2 – Exigências de cada edição, ano.

Exigências	Mínimo de linhas	Máximo de Linhas	Respeito aos Direitos Humanos	Proposta de Ação Social (Intervenção, Conscientização, etc.)	Respeito à Norma Culta	Texto Dissertativo-Argumentativo
Edições						
Edição 1998					X	X
Edição 1999				X		X
Edição 2000	X			X	X	X
Edição 2001	X		X	X	X	X
Edição 2002	X				X	X
Edição 2003	X		X	X	X	X
Edição 2004	X				X	X
Edição 2005	X		X		X	X
Edição 2006	X		X		X	X
Edição 2007	X		X		X	X
Edição 2008	X				X	X
Edição 2009	X	X	X	X	X	X
Edição 2010	X	X	X	X	X	X
Edição 2011	X	X	X	X	X	X
Edição 2012	X	X	X	X	X	X
Edição 2013	X	X	X	X	X	X
Edição 2014	X	X	X	X	X	X

Fonte: Elaboração dos autores.

Na sua primeira edição, em 1998, a prova de redação trazia um único texto motivador e pedia um texto dissertativo ao aluno.

No ano seguinte, a prova contava com 3 textos motivadores, pedia um texto dissertativo-argumentativo e, por fim, que o aluno apresentasse uma proposta de ação social.

Já em 2000, a prova estava muito semelhante à do ano anterior, apenas com a presença de 4 textos motivadores, ao invés de 3, e, pela primeira vez, a exigência de uma quantidade mínima de linhas para a redação. Desde então, a prova seguiu variando o número de textos motivadores, mas mantendo os demais requisitos, e incluindo outros, como a exigência do respeito aos direitos humanos no que se refere à proposta pedida, incluída em 2001.

Já em 2004, a prova não apresentava um número mínimo de linhas exigidas, tampouco um pedido de proposta de ação social, embora a proposta tenha sido pedida novamente em 2005.

A edição de 2007 apresentou uma pequena redução quanto ao número mínimo de linhas exigidas, visto que alegava que “O texto com até 7 (sete) linhas escritas será considerado texto em branco” (BRASIL, 2007).



A edição de 2008, de modo distinto das edições anteriores, apresentava apenas 1 texto motivador e 3 ações de modo a solucionar o problema apresentado, o aluno então deveria escolher uma ação e pesar seus prós e contras ao longo de sua dissertação. Assim vemos que, pela primeira vez, o Enem coloca a leitura como primordial na sua redação. Neste ponto é importante salientar que nas edições anteriores o aluno poderia ter feito a redação sem ter lido os textos motivadores, mas nessa edição o aluno, por obrigação, teria que ler o texto, as ações, escolher uma e, a partir dela, desenvolver a sua redação.

A prova de 2009 apresentou uma exigência até então nunca pedida. Quase todas as edições pediram um número mínimo de linhas, entretanto, foi nessa edição em que se delimitou, pela primeira vez na história do exame, um número máximo de linhas.

Na prova de 2010, após a reformulação do Enem, a prova de redação pedia ao aluno que apresentasse em seu texto uma proposta de ação social ou experiência face ao tema dado. No ano seguinte, a prova restringiu novamente o pedido de proposta, dessa vez por uma de conscientização social.

Por fim, no ano de 2011 a prova de redação chegou ao modelo aplicado até os dias de hoje exigindo texto dissertativo-argumentativo com mínimo de 7 linhas, seguindo a norma culta da língua e apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Nesse mesmo ano, o Enem começou a punir com nota 0 as redações que não cumprissem com o número mínimo de linhas. Essa punição foi estendida a outros casos nas edições seguintes.

No Enem de 2012, a nota zero passou a ser atribuída ao caso anterior e também a casos de textos em gênero distinto do pedido pela prova e também a textos que desrespeitem os direitos humanos. Em 2013, do mesmo modo como acontece até atualmente, todos os casos anteriores foram considerados passíveis de nota 0, e ainda se estendeu a punição para textos que apresentem partes desconectadas do tema de forma deliberada.

Assim, tendo considerado todas as mudanças realizadas na aplicação da prova, identificamos uma necessidade pungente de se elaborar um material que pudesse, ainda que preliminarmente, abarcar um ensino direcionado a este modelo de prova, não obstante possa ser também aplicado ao ensino de redação em modelos outros. Trataremos da questão do ensino de redação então no tópico a seguir.



3. O Enem e o ensino

Retomando nossa questão inicial, que era de tentar analisar a grande quantidade de notas zero na edição do Enem de 2014, caberia fazermos, dentre outras, a seguinte pergunta: a prova de redação foi modificada diversas vezes, mas e o ensino de redação? Em um país tão novo quanto o Brasil, de pouco mais de 500 anos, não podemos falar ainda em tradição no ensino de redação. Ou melhor, podemos falar em ensino tradicional, que é talvez o mais corrente nas escolas atualmente, que se vale da língua apenas para o ensino de regras e normas a serem cumpridas e seguidas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1997, publicados na mesma época de criação do Enem, trazem, no volume dedicado à língua portuguesa, algumas das críticas mais frequentes ao ensino de língua portuguesa no ensino fundamental, são elas:

a desconsideração da realidade e dos interesses dos alunos; a excessiva escolarização das atividades de leitura e de produção de texto; o uso do texto como expediente para ensinar valores morais e como pretexto para o tratamento de aspectos gramaticais; a excessiva valorização da gramática normativa e a insistência nas regras de exceção, com o conseqüente preconceito contra as formas de oralidade e as variedades não-padrão; o ensino descontextualizado da metalinguagem, normalmente associado a exercícios mecânicos de identificação de fragmentos linguísticos em frases soltas; a apresentação de uma teoria gramatical inconsistente uma espécie de gramática tradicional mitigada e facilitada. (BRASIL, 1998, p. 18).

Acredita-se que muitas dessas críticas ainda se sustentam nos dias de hoje no que se refere ao ensino de língua materna e, por isso, identificamos a necessidade de uma proposta que possa atender de maneira mais abrangente aquilo que os PCNs afirmam:

Um dos aspectos da competência discursiva é o sujeito ser capaz de utilizar a língua de modo variado, para produzir diferentes efeitos de sentido e adequar o texto a diferentes situações de interlocução oral e escrita. É o que aqui se chama de competência linguística e estilística. Isso, por um lado, coloca em evidência as virtualidades das línguas humanas: o fato de que são instrumentos flexíveis que permitem referir o mundo de diferentes formas e perspectivas; por outro lado, adverte contra uma concepção de língua como sistema homogêneo, dominado ativa e passivamente por toda a comunidade que o utiliza. Sobre o desenvolvimento da competência discursiva, deve a escola organizar as atividades curriculares relativas ao ensino-aprendizagem da língua e da linguagem. (BRASIL, 1998, p. 23).



De modo a tentar atender e desenvolver o que os PCNs chamam competência discursiva, vamos nos basear predominantemente em um dos ramos da linguística textual, chamado muitas vezes de “abordagem global” (GALVES, 1987, p. 7). Essa vertente é a do grupo de linguistas franceses que dedicados a estudar problemas de ordem textual, bem como a operacionalizar os construtos teóricos para o ensino de línguas (Charolles, Combettes, Vigner, Adam, Portine, Coste, Moirand e outros)”. (KOCH,1988). Cremos que a conjunção que esses teóricos fazem entre os estudos dos problemas textuais (pesquisa) e sua operacionalização para o ensino de línguas é adequada para a elaboração de um material que visa o desenvolvimento da competência discursiva, assim como recomendado pelos PCNs. Na verdade, a esta competência discursiva, esses teóricos chamam de competência *comunicativa* e esta abarcaria um pentágono de capacidades relevantes tanto para a leitura, quanto para a produção de textos. De modo a elaborar conseguir alcançar nossa proposta, nossa metodologia de trabalho, seguindo o modelo teórico indicado, baseou-se em revisão e levantamento bibliográfico, além da elaboração de material didático de aproximação gradual, com o objetivo de atender uma maior gama de alunos, com níveis variados de domínio de habilidade escrita.

4. A competência comunicativa e o Enem

Visto que no Brasil não há, como dissemos anteriormente, uma tradição no ensino de redação, nortearmos nosso trabalho com as direções fornecidas por Gerard Vigner *et alli* no livro *O texto leitura e escrita*, onde estes linguistas utilizam a abordagem global, que compreende a competência comunicativa (chamada nos PCNs de competência discursiva). A competência comunicativa imbrica 5 capacidades diferentes da linguagem, identificando seus valores individuais, assim como a necessidade de conjugação entre essas, levando-nos a crer ser adequada para a elaboração da proposta que apresentaremos. Como esse artigo toma o Enem como *corpus*, a seguir apresentaremos estas 5 capacidades, relacionando-as às competências avaliadas na prova de redação do Enem, e exemplificaremos o desvio destas capacidades com excertos de redações de edições anteriores.

a) um componente de capacidade linguística: saberes e habilidades relativos aos constituintes e aos funcionamentos da língua enquanto sistema linguístico que permite realizar enunciado. (COSTE, 2002, p. 15).

A primeira capacidade¹ da competência comunicativa se relaciona com a competência 1 avaliada pelo Enem, competência essa que avalia o domínio da norma padrão da língua portuguesa. Assim, dominando a capacidade linguística, o aluno deveria ser capaz de seguir as normas dispostas na gramática da língua portuguesa de modo a construir um enunciado. A seguir, vemos um exemplo que apresenta alguns desvios da norma padrão e da capacidade linguística: “O Brasil é um país, muito acolhedor. Não importando de onde você, venha no Brasil você (sic) sera sempre bem recebido.” (BRASIL, 2013, p. 53).

Notam-se nesse exemplo indícios de não domínio do sistema linguístico da língua portuguesa no registro padrão: uso indevido da vírgula e a falta do acento gráfico na palavra *será*.

b) um componente de capacidade textual: saberes e habilidades relativos aos discursos e às mensagens enquanto sequências organizadas de enunciados (disposições e encadeamentostransfrásticos);retórica e manifestação enunciativa da argumentação). (COSTE, 2002, p. 15).

A segunda capacidade da competência comunicativa trata da organização textual e se relaciona com a capacidade 3, que avalia como o aluno seleciona, relaciona, organiza e interpreta informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista, e a capacidade 4, a qual avalia o conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação. A seguir, vemos um exemplo onde há desvios não só na capacidade linguística, já anteriormente ilustrada, mas também na capacidade textual, isto é, desvios de organização do texto: “Temos sim um propósito brasileiro fundamental de cada pais, para buscarmos cada imigrantes de suas soluções positivas para o desenvolvimento passial de casa pais”. (BRASIL, 2013, p. 36)

Notam-se neste exemplo discrepâncias no uso linguístico padrão do português, como por exemplo desvios ortográficos e de pontuação, e um truncamento frasal que faz com que a compreensão do dito não se dê: “para buscarmos cada imigrantes de suas soluções positivas para o desenvolvimento passial de casa pais.”

¹ Cada componente da Competência Comunicativa é chamado de *capacidade*. Ao nosso ver, essa é uma forma que estes linguistas tiveram de hierarquizar as partes do todo. Já o que se chama de capacidade da Competência Comunicativa, no Enem é chamado de Competência.



c) um componente de capacidade referencial: saberes e habilidades relacionados a domínios de experiência e de conhecimento. (COSTE, 2002, p. 15).

A capacidade referencial se relaciona com a segunda competência avaliada pelo Enem, que analisa a aplicação de conceitos das várias áreas dos conhecimentos para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa, e também com a quinta competência avaliada pelo Enem, que pede ao aluno que elabore uma proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos. Assim, o aluno precisa ter conhecimento sobre os Direitos Humanos, além de explorar sua experiência pessoal para desenvolver o tema e traçar uma proposta que julgue adequada. No excerto que se segue, o aluno apenas retoma fatos apresentados anteriormente nos textos motivadores, deixando de aproveitar sua experiência pessoal para elaboração da proposta de intervenção: “O Brasil está se tornando um País mais desenvolvido e com várias etnias, por isso é que muitos imigrantes estão vindo para o nosso país”. (BRASIL, 2013, p. 49).

Nota-se aí que o recurso ao procedimento da mera repetição de uma parte do excerto poderá levar o avaliador a julgar o candidato como portador de escasso repertório.

d) um componente de capacidade de relação: saberes e habilidades relativas às rotinas, estratégias, regulamentos de trocas interpessoais em função das posições, papéis e intenções dos participantes. (COSTE, 2002, p. 15).

A capacidade relacional também está ligada à quinta competência apresentada pelo Enem. Isto é, o aluno pode possuir uma opinião pessoal que não respeite os direitos humanos, mas, ao participar de um concurso que exige respeito a esses, deve dissertar de modo a, em função da posição de candidato e da intenção de ser aprovado, atender o exigido no comando da prova. Nenhum excerto pôde ser encontrado em domínio público para exemplificar esse desvio, entretanto, sabe-se que, por exemplo, qualquer argumento que ofereça a morte de outrem de modo a solucionar o problema exposto no comando da prova fere os Direitos Humanos e leva o aluno a zerar a prova.

e) um componente de capacidade situacional: saberes e habilidades relativos a vários outros fatores que podem afetar, numa comunidade e em

circunstâncias dadas, as escolhas operadas pelos usuários da linguagem. (COSTE, 2002, p. 15).

Esta última capacidade se relaciona, de certo modo, com todas as competências avaliadas pelo Enem, uma vez que o aluno não precisa apenas escrever um texto, mas precisa seguir a norma padrão e organizá-lo como texto dissertativo-argumentativo, além de atender a uma série de exigências que influenciam diretamente as suas escolhas linguísticas, dada a circunstância avaliativa da prova. O excerto a seguir demonstra escolhas feitas na capacidade situacional que se desviam das escolhas recomendadas para a situação: “Diremos que cada investimento buscamos da propia finalidade de querer e afirmar suas proposita. leguais e integuais dos seus receios investido em cada capitalismo.” (BRASIL, 2013, p. 36).

Neste excerto, vemos o desvio da capacidade situacional em relação à norma padrão, primeira competência avaliada na prova do Enem, como desvios de acentuação, pontuação e ortografia. Além disso, notam-se desvios organizacionais, terceira capacidade avaliada pelo Enem, visto que as partes estão desconexas.

Abaixo, apresentamos uma tabela que relaciona as capacidades da competência comunicativa e as capacidades avaliadas pelo Enem, a título de ilustração.

Quadro 2 – Capacidades e competências, ano.

Competência Comunicativa	Competência avaliadas pelo Enem	
Capacidade Linguística	Competência I - Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.	
Capacidade Textual	Competência III Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.	Competência IV Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
Capacidade Referencial	Competência V Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.	
Capacidade Relacional		
Capacidade Situacional	Competências I, II, III, IV e V – Todas as competências e exigências da prova (a situação) criam um ambiente que influencia diretamente as escolhas linguísticas.	

Estabelecidas essas relações teóricas entre as capacidades da Competência Comunicativa e as competências do Enem, passemos agora para algumas de nossas propostas práticas para contribuir para o ensino mais global do texto dissertativo-argumentativo. Para essas propostas, trabalharemos de forma imbricada todas as cinco capacidades, visto que assim buscamos uma coerência interna no que tange a relação entre nosso referencial teórico, os postulados dos PCNs e as exigências do Enem. Apesar de trabalharmos as capacidades imbricadamente, para darmos uma notícia mais pontual da capacidade preponderante da competência comunicativa com que estamos trabalhando, elaboraremos subtítulos em que tais capacidades são mencionadas.

5. As circunstâncias de causa e consequência nas redações escolares: uma alternativa de ensino

A seguir, buscaremos oferecer aos professores de língua portuguesa uma abordagem diferenciada no que se refere ao ensino de língua escrita, e, para tal, focaremos esta em orações de causa e consequência por 4 motivos:

1 – As orações causativas e consecutivas são primordiais no ensino de língua escrita. Podemos identificar esse valor dado a essas orações quando, em algumas obras, os autores as apresentam em primeiro lugar quando tratam das orações adverbiais, como

é o caso da *Nova gramática do português contemporâneo*, de Cunha e Cintra, que em seu 18º capítulo, abordando a subordinação, apresenta as orações adverbiais causais primeiro. Este também é o caso de Sílvia Rodrigues Vieira e Silvia Figueiredo Brandão, que em sua obra *Ensino de gramática descrição e uso*, apresentam as orações adverbiais causais para introduzir as outras orações adverbiais. Quanto à circunstância de consequência, ela é decorrente da circunstância de causa. Mesmo em período subordinado composto por uma oração principal e uma oração causal, a principal trará em si a ideia de consequência, por exemplo: *Não vim, porque choveu*. Apesar de estruturalmente a oração *Não vim* ser classificada como oração principal, a ideia por ela carregada é a de consequência: a consequência da chuva foi a minha ausência. Isso se dá por conta da complementaridade dessas duas ideias;

2 – Tal prestígio não é dado a essas orações apenas pelos estudiosos, mas também pelos falantes da língua, visto que estas orações são as mais presentes no cotidiano, embora passem despercebidas. Por exemplo, quando a mãe explica ao filho o porquê de ele estar de castigo (*Você está de castigo porque quebrou a janela*), ou um aluno que se desculpa por ter chegado atrasado (*Me atrasei devido ao acidente na estrada*), e etc. Logo, notamos a recorrência e até maior intimidade do falante com este tipo de estrutura.

3 – Por último, esta estrutura evidencia-se fundamental no desenvolvimento das redações dissertativo-argumentativas propostas pelo ENEM, foco deste artigo. A estrutura da redação do ENEM versa que o participante redija o seu texto de forma que abranja os seguintes passos: Tema; Tese; Argumentos; Proposta de intervenção. Ora, não seria possível ao participante apresentar argumentos ou mesmo uma proposta de intervenção sem que expusesse as causas do problema, e por isso, buscamos com esse exercício levar ao aluno um maior domínio desta estrutura.

Faz-se importante ressaltar que este exercício tem caráter preliminar. Categorizamos este exercício como preliminar visto que ao longo desta proposta buscaremos apenas apresentar ao aluno as formas iniciais de identificação e separação das noções de causa e consequência em frases ou textos, de modo que, ao conhecer os modos como se estabelecem essas relações nas frases, o aluno possa, posteriormente, criar relações semelhantes em suas frases, textos, redações e etc.



Por se tratar de um exercício preliminar, não levaremos o aluno a produzir inicialmente, uma redação. Como dissemos antes, desejamos *à priori* levar o conhecimento basilar ao aluno, e feito isto, em exercício subsequente, levaremos o aluno a transformar esses componentes da argumentação que se dão no nível frástico em procedimentos de argumentação que se darão no nível textual propriamente dito, isto é, em, por exemplo, uma redação que possa atender à proposta do ENEM, e também atender ao desejo do aluno quando este se propõe a elaborar um texto, de qualquer natureza, onde se faça necessário explicitar as noções aqui trabalhadas.

Por fim, esperamos que esta proposta possa apresentar aos professores uma nova alternativa no ensino de língua escrita, visto que a alternativa tradicional tem sido cada vez mais criticada e se mostrado cada vez menos eficaz.

6. Estabelecendo a relação de causa e consequência

6.1 Capacidades linguística, textual e referencial

A criança tomou tanto refrigerante que ficou obesa.

Na frase apresentada, identificamos que há duas circunstâncias: uma causa e uma consequência.

Nesta frase, então, identificamos que:

A – **A ingestão excessiva de refrigerante** (o excesso é explicitado pelo advérbio de intensidade *tanto*)
É a causa.
B – **da obesidade da criança.**

Para estabelecer essa relação e preencher o esquema, seguimos os passos que veremos a seguir.

1º - Identificar as duas circunstâncias na frase:

Ex.: A criança tomou tanto refrigerante que ficou obesa.

Aqui temos duas circunstâncias distintas, são estas:

a) – A criança tomou tanto refrigerante;



b) – Que ficou obesa.

Qual das ações apresentadas ocorre primeiro? Tomar o refrigerante ou ficar obesa? Seguindo uma relação lógica, é necessário *tomar muito refrigerante* para que se possa *ficar obeso*.

Conclusão 1: A circunstância de causa é aquela que se dá primeiro, ou seja, é a origem, a fonte, do resultado obtido.

2º - Agora que definimos a causa e a consequência, vamos preencher o esquema. Para isso precisamos transformar o verbo da circunstância de causa em um substantivo. Como o verbo é “tomou”, mas o substantivo “tomação” não existe, usaremos o sinônimo “ingestão”.

Obs.: Em alguns casos, onde não encontrarmos um substantivo adequado ao verbo que procuramos, podemos substantivar o verbo, isto é, acrescentar um artigo que precederá o verbo na frase, tornando-o um substantivo.

Com isto, temos a causa:

a) A ingestão excessiva de refrigerante.

Em seguida, temos a consequência “ficar obesa”, que pode ser substituída pelo substantivo “obesidade”.

Logo, temos a consequência:

b) Obesidade da criança.

Com isso, verificamos que:

A ingestão excessiva de refrigerante
é a causa
da obesidade infantil.

Vejamos mais um exemplo seguindo os passos anteriores.

Decidiu comer no *fast-food*, já que não tinha tempo.

1º - Relação lógica:

- a) Já que não tinha tempo;
- b) Decidiu comer no *fast-food*.



2º - Preenchimento da tabela: transformação do verbo em substantivo. (Não tinha = falta; Decidiu = decisão)

A falta de tempo
é a causa
da decisão de comer no *fast-food*.

Agora que já vimos como separar causa e consequência, vamos a alguns exercícios.

1 – Nas frases a seguir, separe as duas ações indicando qual ocorre primeiro.

- a) Começou a praticar exercícios porque estava acima do peso.
- b) Passou mal de tanto que comeu.
- c) Os acidentes de trânsito diminuiram já que a fiscalização está intensa.

2 – Utilizando as frases do exercício anterior, complete as tabelas:

- a) Estar acima do peso **é a causa** do início da prática de exercícios.
- b) O comer ² excessivo **é a causa** do passar mal.
- c) A intensificação da fiscalização **é a causa** da diminuição dos acidentes.

7. Do frástico ao redacional: produzindo redações a partir das circunstâncias de causa e consequência.

7.1 Capacidades textual, referencial, relacional e situacional.

Anteriormente, trabalhamos as circunstâncias de Causa e Consequência no nível frástico, vimos como podemos distinguir as duas dentro da frase, e também como organizá-las e apresentá-las a partir de um dado modelo, isto é, trabalhamos tais circunstâncias como componentes da argumentação. Passaremos então a um segundo momento do ensino, no qual buscaremos apresentar uma proposta que leve o aluno

²Note-se que aqui seguimos o procedimento indicado na observação da 2ª etapa de separação das circunstâncias. Tomamos um verbo (comer) que não apresentava uma relação satisfatória com um substantivo e, por isso, acrescentamos o artigo definido “o” antecedendo-o, assim temos o substantivo “O comer”, isto é, “O ato de comer”.



transformar as frases por eles formadas em redações dissertativo-argumentativas, visto que esse é o principal foco do nosso artigo. E para ajudar a guiar o aluno nessa jornada, utilizaremos o método do silogismo, já proposto pelo professor Maurício da Silva em seu curso de redação, disponível online³, e aplicaremos o seu método nos exemplos já apresentados em um dos nossos exercícios preliminares, isto é, *A ingestão excessiva de refrigerante é a causa da obesidade infantil*, que será a nossa dedução.

Em seu curso de redação, Silva sugere que, de modo a chegar a uma dedução, o aluno (ou o autor da redação) deveria levar em conta 3 etapas, a saber: A premissa maior; a premissa menor; e a conclusão. (SILVA, 2013). Na primeira etapa, deve-se pensar a questão dada de maneira geral, sem atribuir peculiaridades a ela. Na etapa seguinte, a premissa menor, pontuaremos a especificidade da dedução à qual queremos chegar, explicitando suas características singulares de modo a levar o leitor a identificar o assunto que estamos abordando. E por último, chegamos à conclusão, que nada mais é do que a nossa dedução. Visto isso, vejamos então como isto pode funcionar com a dedução retirada de nosso exercício anterior.

Seguindo os passos sugeridos por Silva, vamos guiar nosso leitor à conclusão de que *A ingestão excessiva de refrigerante é a causa da obesidade infantil*. Começemos então pela Premissa Maior. Para isso:

a) Atribua um gênero para o sujeito da tese (conclusão) a que você quer que o seu interlocutor chegue? O refrigerante é um tipo de **alimento**.

b) Depois de atribuído o gênero, coloque na sua frente a palavra TODO/TODA: **Todo alimento**.

c) Pense em motivos, causas, razões que podem levar uma pessoa a deduzir que *A ingestão excessiva de refrigerante é a causa da obesidade infantil*.

1. **É rico em açúcares.**

2. **É oferecido com grande facilidade.**

3. **Possui muita publicidade a seu dispor.**

d) Coloque o(s) motivo(s) que você deu ao lado da expressão já formada por TODO/TODA e o gênero de REFRIGERANTE. Ligue os motivos através do conectivo que.

³ C.f. <http://www.profmauriciodasilva.pro.br/>.



Todo alimento que é rico em açúcares, que é oferecido com grande facilidade e que possui muita publicidade ao seu dispor é a causa da obesidade infantil.

e) Para completar a PREMISMA MAIOR coloque nela o predicado da dedução. Aproveite o espaço acima.

Concluída a Premissa Maior, passemos então à premissa menor. Para isso:

a) Coloque a ESPÉCIE como sujeito da premissa menor.

O refrigerante

b) Transforme os motivos em predicado da premissa menor.

O refrigerante é rico em açúcares, é oferecido com grande facilidade e possui muita publicidade ao seu dispor.

Conclusão (dedução)

Logo, o refrigerante é a causa da obesidade infantil.

Com isso, temos nossa redação pronta, correto? Bom, basicamente sim. Seguindo os passos propostos por Silva, chegamos ao esqueleto da nossa redação. Aqui temos toda a base do nosso texto, faltando apenas complementá-la. Ora, levamos o nosso leitor à dedução que gostaríamos, entretanto, o fizemos com o uso tão somente da lógica. Em uma redação, principalmente aquelas solicitadas no Enem, não basta apenas usar a lógica, mas precisamos fornecer argumentos sólidos sobre um dado assunto, como estatísticas ou dados fornecidos por instituições. Então, como atividade final, propomos que, a partir do esquema silogístico aqui apresentado, se produza uma redação complementada por esses dados.

8. Considerações Finais

Ao final deste artigo, não podemos declarar ter apresentado toda uma solução completa para o ensino de redação ser transformado, pelo contrário, dissemos ser uma proposta preliminar por acreditarmos que há ainda muito a ser feito nesta área. Notamos a grande força do ensino tradicional e compreendemos a árdua tarefa de transformar, de pouco a pouco, essa abordagem. Há ainda um vasto caminho que se tem de trilhar para



que o ensino de redação na escola consiga ultrapassar pelo menos, minimamente, o seu status de tarefa institucional e migrar para o desejável patamar de recurso relevante para o conhecimento da língua e transmissão de visões de mundo.

Esperamos assim que esta proposta possa incentivar o uso da Abordagem Global como ferramenta teórica para o ensino, demonstrar alternativas de ensino que fujam dos padrões escolares que vem sendo estabelecidos nos últimos anos e levar os professores e pesquisadores da área a refletir sobre o quanto podemos avançar e progredir para um ensino de redação que seja mais pertinente aos alunos, tanto a nível acadêmico como pessoal.

Referências

APOLINÁRIO, Daniel. **Entenda como funciona a nota do Enem**. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/estudar/jogos-multimedia/entenda-prova-enem-690537.shtml>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **O que é TRI?** Disponível em <http://portal.inep.gov.br/rss_enem/-/asset_publisher/oV0H/content/id/76818>. Acesso em: 10 mar. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais Língua Portuguesa**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2015.

COSTE, Daniel. Leitura e competência comunicativa. In: GALVES, Charlote; ORLANDI, Eni Pulcinelli; OTONI, Paulo (Org.). **O texto: escrita e leitura**. Campinas: Pontes, 2002.

JR, Lilio Paoliello. Enem, dez anos depois. **Educacional**. Disponível em <<http://www.universitario.com.br/noticias/n.php?i=10651>>. Acesso em: 3 fev., 2016.

SILVA, Maurício da. **Minicurso de redação: como organizar ideias no texto dissertativo**. Disponível em: <http://www.profmauriciodasilva.pro.br/pdf/curso_redacao.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2015.

_____. **Repensando a leitura na escola: um outro mosaico**. Niterói: EDUFF; Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.

_____. **Abordagem global e ensino de leitura na escola**. Disponível em: <www.profmauriciodasilva.pro.br>. Acesso em: 5 out. 2015.

_____; FREITAS, Lúcia Silva de. Leitura e universidade: reflexões para a construção de uma outra história. **Estudos e pesquisas**, v. 2, Niterói, 1998.

UNIVERSITÁRIO. **Como funciona o “enem” em alguns países**. Disponível em <<http://www.universitario.com.br/noticias/n.php?i=10651>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

VIGNER, G. Intertextualidade, norma e legibilidade. In: GALVES, Charlotte, ORLANDI, Eni Pulcinelli, OTONI, Paulo (Org.). **O texto: escrita e leitura**. Campinas: Pontes, 2002.

Submetido em: 30/08/2016. Aprovado em: 05/12/2016.



O IRAQUE E AS AÇÕES DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO CULTURAL MESOPOTÂMICO

João Rodolfo Lopes Pereira*
Claudio Damaceno Paz**

Resumo: O presente estudo visa identificar as medidas internacionais de proteção do patrimônio cultural em áreas de conflito e sua efetividade no Iraque. Esta pesquisa assume um caráter dedutivo, uma abordagem qualitativa e classifica-se como bibliográfica-documental. Empreende-se uma análise das principais ferramentas internacionais de proteção do patrimônio cultural em tempos de guerra. O Iraque ratificou somente a Convenção de Haia de 1954 e seu Protocolo do mesmo ano. A instabilidade do governo iraquiano após a invasão dos Estados Unidos afetou a capacidade nacional de proteção do patrimônio cultural. A Convenção de Haia de 1954 para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado não pode ser aplicada no contexto da invasão estadunidense do Iraque pois os Estados Unidos e Reino Unido não haviam ratificado a referida Convenção. O legado cultural mesopotâmico encontra-se em situação de risco.

Palavras-chave: Patrimônio. Cultura. Iraque.

Abstract: This study aims to identify international measures to protect the cultural heritage in conflict areas and its effectiveness in the Iraq. This research assumes a deductive character, a qualitative approach and it is classified as documentary and bibliographical. Undertakes an analysis of the main international instruments of protection of cultural heritage in times of war. Iraq has ratified the Hague Convention of 1954 and its first Protocol. The instability of the Iraqi government after the US invasion also affected the national capacity to protect the iraqi cultural heritage. The Hague Convention of 1954 for the Protection of Cultural Property in Event of Armed Conflict can not be applied in the context of the US invasion of Iraq because the United States and United Kingdom had not ratified the Convention. The Mesopotamian cultural heritage is at risk.

Keywords: Heritage. Culture. Iraq.

*Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul
Bacharel em Relações Internacionais
Email: joaorodolfo@hotmai.com

**Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul
Mestre em Educação pela Unisul



REVISTA
MEMORARE

 UNISUL
www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

1. Introdução

A preocupação e as medidas intergovernamentais de preservação de bens culturais que possam representar um grande valor histórico e cultural para a humanidade vêm crescendo e se moldando, conforme os conflitos interestatais ou civis vêm crescendo.

A preservação de patrimônios da humanidade é de suma importância para que a sociedade compreenda o seu desenvolvimento, o da sua cultura e a importância da tolerância, seja religiosa, moral, cultural ou de qualquer outro cunho.

Os bens culturais agregam valores comuns a toda a humanidade por serem testemunhos não só do surgimento e desenvolvimento de uma cultura, como atestam os bens pré-históricos, mas também por testemunharem o surgimento das tecnologias como a escrita, a arte e a engenharia. Portanto, levam o título de Patrimônio Mundial.

Portanto, percebe-se que a problemática da salvaguarda do Patrimônio Mundial gira em torno da necessidade de medidas intergovernamentais que ajam de forma global, conscientizando os Estados da importância da preservação, mas que promovam a aplicação na situação específica de cada Estado (CARTA DE VENEZA, 1964).

A pesquisa dá-se pela necessidade de evidenciar a importância da produção, proteção e preservação cultural e o seu legado na esfera internacional, assim como pela importância das áreas patrimoniais e sítios arqueológicos nos territórios iraquiano e da herança Mesopotâmica deixada pelos seus antigos povos, como os assírios, caldeus, babilônicos e sumerianos para melhor compreensão de alguns avanços tecnológicos importantes.

2. Os conflitos armados como fator de risco para a preservação do Patrimônio Cultural

As guerras no sistema internacional, ao longo da história da humanidade, sempre representaram uma ameaça ao patrimônio cultural. Durante muito tempo a guerra não tinha nenhum tipo de regramento, tudo o que representava obstáculo era destruído e tirado do caminho, tanto militares quanto a sociedade civil e propriedades, inclusive artefatos de valor histórico e artístico, eram atingidos.



Saques, contrabando e destruição massiva de bens culturais são algo presente nas áreas em conflito e bastante discutidos entre estudiosos do tema. Saquear bens valiosos, queimar bibliotecas, destruir cidades inteiras e contrabandear bens culturais eram ações quase costumeiras no histórico das guerras. Tais condutas se acentuaram nos dias atuais em função do uso de tecnologias bélicas de grande poder de destruição e das posições ideológicas, especialmente as fundamentalistas, marcadas pela intolerância com os diferentes.

Obras de arte foram saqueadas ainda no contexto da invasão turco-otomana e muitas se encontram em museus da Espanha, França e Inglaterra, esperando que sejam resgatadas e devolvidas para seu país de origem. Construções arquitetônicas de grande importância foram destruídas na Grécia e na Roma antiga. Aguiar e Rodrigues (2015, p. 7) exemplificam, citando o caso do Parthenon¹. Esta construção foi utilizada como local de armazenamento bélico pelos turcos na invasão da Grécia em 1687, até a invasão de Atenas pelos venezianos, que destruíram o Parthenon.

Casos como o do Parthenon, na Acrópole de Atenas, na Grécia, ainda ocorreram em diversos continentes. Ferreira (2014, p. 123) cita a África no contexto colonial, que sofreu saques de bens culturais e violação das suas tradições e crenças: “o colonialismo levou à que boa parte dos bens culturais das ex-colônias encontrem-se na atualidade em propriedade dos grandes museus das antigas metrópoles europeias e dos museus norte-americanos”.

Não só o patrimônio material, mas as expressões culturais e as tradições correm grave risco no contexto de conflitos étnicos. A imposição do *modus vivendi* e da religião europeias teve consequências devastadoras na América, na Ásia e principalmente na África. Genocídios e outros tipos de perseguições a grupos e minorias resultam, quase sempre, em massacres culturais. Robichez (2014) ressalta

[...] a vulnerabilidade do homem não se limita a sua vida ou a sua integridade física, mas contempla também a sua identidade cultural, notadamente nos conflitos armados que apresentam caráter étnico ou religioso. [...] em inúmeros conflitos armados contemporâneos, a demolição não se limita às obras de arte ou aos monumentos históricos, mas atinge também as crenças, os saberes, as expressões e práticas culturais e espirituais, quer dizer elementos imateriais do patrimônio cultural de um povo.

¹Importante obra arquitetônica grega do século V, amplamente estudada até os dias atuais, de grande relevância internacional para o mundo das artes.



As Grandes Guerras trouxeram ainda mais catástrofes sociais e culturais. A perseguição dos alemães nazistas aos judeus não só resultou em milhões de mortes, como também em uma limpeza cultural.

A década de 30 abriu aliás com um dos episódios mais bárbaros da história: na noite de 10 de Maio de 1933, Goebbels, já ministro da Propaganda de Hitler, ordenou a pilhagem e queima de livros em todas as cidades alemãs. Os autores visados: os judeus (Freud, Kafka); os "políticos" (Fourier, Marx); os dissidentes (Thomas Mann, Bertold Brecht) (SHEFER, 2003).

Lugares e construções importantes foram bombardeados e cidades devastadas. Segundo Shefer (2003), “Além dos objectos artísticos confiscados, perdidos, roubados, destruídos, desapareceu a arquitectura: catedrais góticas, construídas durante séculos, ficam em ruínas”. A casa de ópera Royal Opera House foi destruída em um ataque aéreo em 7 de abril de 1942 na cidade de Valletta, em Malta (MAES, 2014). “Foi também alvo durante a II Guerra Mundial a Igreja da Memória, construída em 1891 por Franz Schwechten e localizada em Berlim” (AGUIAR; RODRIGUES, 2015, p. 8). No entanto, a igreja foi reconstruída nos anos 1960 por Egon Eiermann, que fez questão de manter a torre semidestruída da catedral para recordar a Europa das devastações que a guerra pode causar (AGUIAR, RODRIGUES, 2015, p. 8).

Além da arquitetura, pilhagens de obras de arte de grande valor foram saqueadas durante a II Guerra Mundial. Após o conflito, foram encontradas 6.755 obras de arte escondidas em uma mina de sal na Áustria sem qualquer proteção. “Mais de 5000 eram de grandes mestres, incluindo a joia da pintura holandesa “Adoração do Cordeiro Místico” (1425-32), dos irmãos Van Eyck, uma madona de Michelangelo e “OAstrônomo”, de Vermeer” (MACHADO, 2013).

Estes são apenas exemplos de atrocidades cometidas contra a preservação da identidade e das riquezas culturais de nações. A história guarda uma lamentável lista de conflitos devastadores que impactaram direta ou indiretamente na preservação do Patrimônio Cultural da Humanidade.

Neste sentido, faz-se necessária a elaboração de uma retrospectiva sobre os povos que em momentos distintos ou concomitantemente ocuparam o território mesopotâmico, dando origem, com suas realizações, o que foi denominado de Civilização Mesopotâmica e, milênios mais tarde, o Legado Mesopotâmico. Portanto,



neste contexto, abordar-se-á o caso específico do Estado iraquiano na proteção de seu patrimônio milenar diante de situações de conflitos armados.

3. Os povos mesopotâmicos e seu legado cultural

A Mesopotâmia, palavra derivada do grego *mesos potamos*, que significa *terra entre rios*, é uma região localizada no Oriente Médio, entre os rios Tigre e Eufrates, que abrange grande parte do atual Iraque, parte do Irã, Jordânia, Kuwait, Líbano, Síria e Turquia. Os rios nascem ao norte, na região montanhosa da atual Turquia e à medida que se aproximam do Golfo Pérsico, onde os rios desembocam, a região se torna bastante plana e úmida (HEAD, 2015).

Por nascer nas áreas montanhosas do norte mesopotâmico com destino às planícies, os rios depositam grandes quantidades de aluviões, limo misturado com cal, o que tornam as terras bastante férteis para a agricultura e para a criação de animais domésticos (CARDOSO, FLAMARION, 2007; HEAD, 2015). Os primeiros assentamentos se formaram nesta região e sobreviviam da agricultura de subsistência deixando inclusive cerâmicas como prova material de sua existência (HEAD, 2015).

Eridu, a primeira cidade da história, foi fundada na região por volta de 5400 a.C. e deu início a uma confederação de cidades-Estados independentes chamada de Suméria, a civilização mais antiga do mundo, composta por Adab, Lagash, Larsa, Nipur, Uruk, Ur e outras cidades-Estado que, mais tarde, se transformariam no primeiro império do mundo denominado Império Acádio (HEAD, 2015; CRAWFORD, 2004).

O Período de Uruk foi de extrema importância para a Mesopotâmia. Nesta época, o aumento contínuo dos assentamentos resultou numa hierarquia de quatro níveis: cidades, cidadelas, vilas e aldeias. Com isso, o sistema administrativo também evoluiu, surgindo assim os primeiros líderes e, conseqüentemente, os exércitos, a guerra organizada e a riqueza acumulada que acentuava ainda mais a disparidade entre os níveis hierárquicos (CRAWFORD, 2004).

Segundo Kramer (1963, p.4) os avanços civilizatórios promovidos pelos sumérios não se limitam à agricultura, à organização sócio-política e ao belicismo, mas lançam também os primeiros passos da escrita, da ciência e do direito. Dentre outras

invenções, criaram o molde de tijolo, a roda de oleiro, de carroça, o arado, o veleiro, o arco, o cofre, a cúpula e a fundição em cobre e bronze.

As primeiras religiões também foram criadas pelos sumérios. Suas crenças eram tão influentes na sociedade que eram amplamente expressadas nas obras de arte e na arquitetura. O governo das cidades-Estados sumerianas eram verdadeiras teocracias. O rei era um correspondente da vontade divina e levava o título de Governador Supremo. O primeiro idioma escrito também foi uma criação dos sumérios, assim como a escrita cuneiforme (FARTHING, 2010).

Grande parte do conhecimento disponível hoje sobre o início da história da Ásia ocidental é proveniente de tabletes de argila com inscrições cuneiformes descobertos por arqueólogos. Os sumérios também foram os primeiros a compilar documentos legais atribuindo assim uma importância às leis e controles legais que foram criados para conter o comportamento agressivo intrínseco à cultura sumeriana. Os roteiros comerciais criados por este povo chegavam a África, a Ásia e a Europa formando um verdadeiro império comercial.

A Suméria foi conquistada pelos acádios por volta de 2270 a.C., sendo governada por Sargão, O Grande entre cerca de 2334 a.C. e 2279 a.C. Os acádios vieram do norte mesopotâmico e conquistaram quase todas as cidades da Mesopotâmia, incluindo a Suméria.

Já a civilização babilônica teve seu ápice em dois períodos: o primeiro Reino Babilônico (1894 a.C. a 1595 a.C.), conquistada pelos amoritas, que teve seu apogeu com o reinado de Hamurabi (1798 a.C. a 1750 a.C.) e o período Neobabilônico (605 a.C. a 539 a.C.), sob domínio dos caldeus, que teve seu período de prosperidade durante o reinado de Nabucodonosor II (605 a.C. a 562 a.C.). Os babilônios deixaram um vasto e importante legado de artefatos artísticos e arquitetônicos (FARTHING, 2010).

Os amoritas, povos semitas que ocuparam o sul mesopotâmico, se estabeleceram na cidade de Babilônia, ao sul do atual Bagdá. Aos poucos a cidade de Babilônia foi assumindo o posto de centro cultural e econômico. Segundo Head (2015), nenhuma cidade ao longo dos milênios se comparava à Babilônia quanto ao seu sucesso e imensidão. Foi na Babilônia, inclusive, que um código de leis que serviria futuramente como base para a criação de outros sistemas de leis foi desenvolvido.



Apesar de Ur-Nammu ter escrito um código semelhante em aproximadamente 2100 a.C., foi Hamurabi quem fez em tabletes e rochas um visionário código de leis que ainda se encontra preservado no Museu do Louvre. Hamurabi foi o primeiro rei do império babilônico, unificou os reinos da Suméria e da Acádia e se tornou o babilônio mais conhecido da Mesopotâmia (FARTHING, 2010; HEAD, 2015).

Por cerca de 1900 a.C., os assírios, vindos do norte mesopotâmico, começaram um período de expansão territorial que resultaria no maior império mesopotâmico que a região já testemunhara. Os assírios estenderam seu território desde regiões que compreendiam o Egito até as regiões da Turquia e Irã.

O exército assírio, composto por armas de ferro, arqueiros a cavalo e carruagens, era reconhecido pela tecnologia avançada para a sua época e pela brutalidade contra as civilizações inimigas. O império possuía mais de uma capital, sendo as principais localizadas na região do atual Iraque: Nimrud, Níneve e Khorsabad.

Assurbanipal reinou no Império Assírio aproximadamente entre 668 a.C. e 627 a.C. e deixou como legado a Biblioteca de Assurbanipal ou Biblioteca de Níneve, com um grande acervo de tabletes de argila com escritas cuneiformes. Apesar de muitos tabletes terem sido destruídos pelo tempo, a Biblioteca ainda existe e abriga parte do acervo.

Palácios exuberantes também foram construídos. As paredes eram adornadas com relevos retratando cenas de batalhas e outras imagens elaboradas em homenagem ao rei. Os lamassus, esculturas de criaturas híbridas que os assírios acreditavam ser deuses hierarquicamente inferiores, eram dispostos nos portões das cidades para afastar os maus espíritos. Eram esculturas imponentes que chegavam a medir 3 metros e 10 centímetros por 3 metros e 15 centímetros aproximadamente (FARTHING, 2010; HEAD, 2015).

Com a morte do rei Assurbanipal, o Império Assírio declina e o vácuo de poder deixado leva Nabopolassar (c. 626 a.C. – 604 a.C.) a assumir o poder. Nabucodonosor II seguiu os passos de seu pai, governou entre cerca de 605 a.C. a 562 a.C. e iniciou neste período um programa de reconstrução do Império Babilônico fortificando os muros, renovando e ampliando seus palácios e construindo templos descomunais.

Neste período foram erguidas três das mais intrigantes construções da Mesopotâmia: Etemenanki, o Grande Zigurate da Babilônia, o Portal de Ishtar e os



Jardins Suspensos da Babilônia. O Etemenanki, bastante associado à lendária Torre de Babel, era uma obra arquitetônica colossal que foi destruída em uma guerra e reconstruída por Nabucodonosor II (FARTHING, 2010; HEAD, 2015).

Segundo Lethaby (1892), George Smith publicou o que seriam as medidas do zigurate retiradas de um texto cuneiforme decifrado: exatamente 90 metros tanto de altura como de largura na base.

A torre de Babilônia é, actualmente, um monumento em ruínas, destruído e saqueado [...]. Dele não resta mais do que uma impressão, em negativo, no solo. Este estado de conservação tão precário alimentou, desde a sua descoberta por arqueólogos alemães em 1913, o debate entre os especialistas da Mesopotâmia (FENOLLÓS, 2015, p. 1).

O Portal de Ishtar era a monumental entrada de um dos palácios de Nabucodonosor II, feito de tijolos policromados e esmaltados formando desenhos de leões, touros, serpentes-dragões e outros simbolismos relacionados com seus deuses. Uma réplica do portal foi feita e encontra-se hoje em Berlim, no Museu Pergamon. O palácio o qual o Portal de Ishtar adornava também tinha grandes dimensões. Compreendia uma vasta área de 60.000 m² e possuía cinco pátios, salas de recepção, cômodos reais e inclusive uma das maiores demonstrações de amor: os Jardins Suspensos da Babilônia.

Existem poucas informações sobre os jardins, mas segundo a obra de Berossos, sacerdote babilônico, intitulada *Babyloniaka*, descoberta pelo assiriólogo inglês George Smith, Nabucodonosor II os teria construído para sua esposa. Apesar de terem sido classificados como uma das Sete Maravilhas do Mundo Antigo, arqueólogos e pesquisadores nunca encontraram uma evidência da real existência dos jardins (FARTHING, 2010; SANTOS, 2015; MACEDO, 2015).

O Império Babilônico foi conquistado por Ciro, O Grande, rei da Pérsia, em c. 559 a.C. e a capital transferida para Persépolis, localizada no atual Irã.

Durante esses milênios as sociedades Mesopotâmicas deram os primeiros passos das tecnologias como a escrita e a matemática. Os sumérios, acádios, assírios e babilônios deram suas contribuições para as diversas áreas do conhecimento e deixaram um legado que permanece até hoje. Não só o legado imaterial, mas também artefatos de grande valia para entendermos melhor alguns avanços importantes para as ciências.



4. Os conflitos no Iraque e o impacto no Patrimônio Cultural Mesopotâmico

Os impactos das guerras são devastadores em qualquer lugar do mundo, tanto para a população civil quanto para a infraestrutura do Estado. No Iraque não é diferente, por ser uma região bastante complexa em muitos quesitos, não só pela multiplicidade de etnias e crenças, mas por abrigar uma região rica em áreas patrimoniais e sítios arqueológicos de grande relevância para a compreensão de um povo que contribuiu para as sociedades atuais.

Lamentavelmente, o Iraque tem sido palco de diversos conflitos devastadores que impactam direta e indiretamente o patrimônio mesopotâmico.

Os anos que se seguiram a Guerra do Golfo (1990-1991) e a Guerra do Iraque (2003) deixaram não só a estrutura do país devastada como também o deixou debilitado economicamente, reduzindo consideravelmente os recursos direcionados à administração e preservação do patrimônio cultural iraquiano.

Os prejuízos da Guerra do Golfo para o patrimônio cultural do Iraque foram incontáveis. As pesquisas patrimoniais, os projetos de restauração e os trabalhos de arqueólogos foram interrompidos e o Museu Nacional do Iraque foi fechado (AGUIAR; RODRIGUES, 2015; LINARES, 2012). Logo após o conflito o governo iraquiano enviou uma carta ao Diretor-Geral da UNESCO deixando-o consciente das consequências da guerra ao patrimônio cultural do Iraque, das pilhagens de artefatos arqueológicos e do embargo sofrido após a guerra e seus impactos na restauração das antiguidades. Pedia-se ajuda a UNESCO para restaurar monumentos danificados e recuperar peças roubadas e vendidas no mercado ilegal internacional. A carta fazia uma lista das consequências da guerra sobre o patrimônio iraquiano contendo livrarias, sítios arqueológicos, construções e museus danificados e saqueados, além de habitações históricas bombardeadas diretamente. O que restou no Iraque não era preservado, seja por falta de vigilância, por falta da importação de materiais de restauração ou de financiamento de escavações, estudos e pesquisas na área. Muitas das antiguidades saqueadas foram encontradas posteriormente em museus europeus ou estadunidenses.

O Conselho Estadual de Antiguidades e Patrimônio (CEAP, ou SBAH, sigla em inglês), entidade governamental do Iraque responsáveis pelo patrimônio cultural, teve



seus recursos reduzidos e, conseqüentemente, o número de funcionários demitidos cresceu drasticamente e muitos sítios arqueológicos ficaram sem vigilância.

Os inspetores regionais responsáveis por sítios arqueológicos em áreas desertas que permaneciam no CEAP já não podiam mais fazer seu trabalho por falta de veículos. Com a crescente debilidade da administração iraquiana do patrimônio cultural, os saqueadores começaram a se organizar. Centenas de sítios foram saqueados utilizando escavadeiras, dinamites e outras ferramentas para escavar as antiguidades e levá-las até as fronteiras do país para vender aos colecionadores e comerciantes de artes (LINARES, 2012; EMBERLING; HANSON, 2008).

Os anos de conflitos trouxeram consigo a dissolução de boa parte da história da humanidade, mas o descaso com o patrimônio cultural iraquiano ainda se estenderia nos anos seguintes. Os impactos da invasão do Iraque em 2003 também foram devastadores para o patrimônio cultural iraquiano. A negligência para com os sítios arqueológicos, os museus, as bibliotecas, os monumentos históricos e artefatos patrimoniais continuou devido ao conflito que, dentre outras conseqüências, comprometeu a capacidade governamental de vigilância, preservação e restauração dos bens patrimoniais no Iraque.

Os danos, muitas vezes irreparáveis e de valor monetário incalculável, mostram o descaso e a indiferença para com o patrimônio cultural do Iraque. As bases militares da coalizão, e inclusive do exército iraquiano, se estabeleceram em sítios arqueológicos sensíveis. Um desses sítios foi Babel, um dos mais significantes sítios arqueológicos do mundo, que foi renomeado como Campo Alfa. O minarete espiral Malwiyah da Grande Mesquita de Samarra, que data do século IX, foi usado em 2005 como quartel e campo de treinamento para 1500 membros da Polícia Nacional Iraquiana (BAHRANI et al apud ISAKHAN, 2001).

As conseqüências do conflito não se limitaram no período da missão, mas seguiram após a destituição de Saddam Hussein do governo. Nenhum plano pós-conflito foi posto em prática pelos EUA, nenhuma lei ou ordem foi estabelecida nas cidades ocupadas, o vácuo de poder deixado após a queda de Saddam resultou em tumulto, desordem e pilhagens de antiguidades, conforme explicita Marr (2012).

Os militares estadunidenses, de acordo com Cleverland e Bunton (2009) receberam ordens apenas para proteger o Ministério do Petróleo, deixando de lado outras construções públicas, museus, livrarias históricas e sítios arqueológicos. Os



danos causados pelos bombardeios foram seguidos pela constante pilhagem nas grandes cidades pelos iraquianos, desesperados pela miséria e pela fome resultante da penúria econômica em que se encontrava o Iraque.

Os longos anos de guerras e sanções internacionais, que trouxeram o enfraquecimento da economia, cegaram o povo iraquiano, que buscava desesperadamente por meios de sobrevivência. Esta realidade foi explorada por mafiosos e contrabandistas que compravam as antiguidades saqueadas pelos iraquianos e as negociava no mercado internacional de arte. O tráfico de antiguidades era intenso ao sul, nas fronteiras com o Kuwait e com a Arábia Saudita, e acontecia de forma incontrolável, mesmo para o CEAP. Na região curda os saqueadores foram contidos pelo peshmerga² (BUNTON; CLEVERLAND, 2008; MARR, 2011).

Estima-se que, em aproximadamente dois dias, 15 mil artefatos foram saqueados do Museu Nacional de Bagdá. A estimativa em valores monetários do que foi saqueado é de US\$12 bilhões. Donny George Youkhanna, presidente do CEAP, bem como Diretor Geral do museu Nacional de Bagdá, na época da invasão, trabalhou incansavelmente na recuperação dos artefatos saqueados. No entanto, o próprio Donny (apud HOLDEN, 2012), teve que deixar o museu em abril devido às invasões.

Segundo Isakhan (2011) até mesmo os militares da coalizão levaram para suas casas artefatos retirados de sítios arqueológicos. Mas os saques não foram a única consequência do pós-guerra que devastou os bens culturais iraquianos. Segundo o relatório mundial do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, ICOMOS, de 2006 e 2007, diversos santuários sagrados foram danificados e devastados. O santuário xiita Al Asqari do século X foi atacado em 22 de fevereiro de 2006. A mesquita possuía uma cúpula que foi coberta de ouro pela primeira vez por QajarShah Nasir alDin em 1868.

Não suficiente, a situação de vulnerabilidade do patrimônio cultural mesopotâmico no Iraque, em virtude das invasões estadunidenses, com o apoio de potências ocidentais, uma nova ameaça paira sobre o referido patrimônio, ou seja, as ações violentas de um grupo fundamentalista islâmico popularmente conhecido como Estado Islâmico.

²Peshmerga é um termo que significa aqueles que enfrentam a morte. É utilizado para designar os militares curdos (LORTZ, 2005).



O Estado Islâmico é um grupo jihadista, movido por uma forte ideologia salafista que propõe a interpretação literal e incontestável do livro sagrado do Islamismo, o Alcorão. Ocupam territórios do Iraque e da Síria, promove uma limpeza cultural com a motivação de combater as religiões pré-islâmicas. A cidade de Hatra, Patrimônio Cultural da Humanidade reconhecido pela UNESCO, foi destruída por esse grupo fundamentalista por conter imagens de deuses pagãos, segundo extremistas seguidores da vertente radical da sharia, lei islâmica.

A cidade de Nimrud, antiga capital do império assírio, fundada no século XIII a.C., também foi devastada pelo Estado Islâmico e uma valiosa biblioteca com mais de 8 mil manuscritos foi incendiada. Artefatos de significância histórica e científica, do ponto de vista de arqueólogos, historiadores e críticos de arte, foram vendidos ilegalmente para financiar o grupo, que tem como fonte de renda o contrabando de bens culturais, de petróleo e sequestros (BBC BRASIL, 2015; UNITED NATIONS, 2015).

No primeiro semestre de 2015, uma série de ataques a sítios arqueológicos, museus e bibliotecas foi promovida pelo Estado Islâmico. Em fevereiro do mesmo ano, o grupo saqueou o museu central de Mossul e destruiu com martelos estátuas e artefatos que datam dos impérios assírio e acadiano. A destruição foi filmada pela própria organização em um vídeo de cinco minutos que começa com um versículo do Alcorão sobre idolatria e condena assírios e acádios por serem politeístas. O vídeo também mostra a destruição de um lamassu que data do século 7 a.C. (SHAHEEN, 2015a).

Durante o ano de 2015, o grupo fundamentalista não só cometeu uma série de violações dos Direitos Humanos como os saques à Patrimônios Culturais da Humanidade, mas também a destruição de cidades de valor inestimável para a humanidade. No mês de março, a cidade de Nimrud, a 30 quilômetros ao sudeste de Mossul, na província de Níneve, foi saqueada e demolida, cidade fundada no século XII a.C. e testemunhou a era assíria (ALKHSHALI; CULLINANE; TAWFEEQ, 2015). Segundo UNESCO World Heritage Centre (2015b), a cidade floresceu durante o reinado do rei Assurbanipal e é considerada como a segunda capital do Império Assírio. Em março, a antiga cidade de Hatra, localizada a 80 quilômetros ao sudoeste de Mossul, também foi alvo dos jihadistas. O Estado Islâmico transformou a região em uma zona de treinamento (El País, 2015). A cidade tem mais de 2.000 anos e foi estabelecida pelos sucessores de Alexandre, O Grande. A antiga capital assíria de Khorsabad



localizada a cerca de 19 quilômetros ao norte de Mossul também foi destruída em março de 2015 (ALKHSHALI; CULLINANE; TAWFEEQ, 2015). O Instituto Oriental da Universidade de Chicago (2015) afirma que a cidade foi esculpida no final do século VII durante o reinado de Sargão II.

Especula-se, segundo relatos de testemunhas locais, que outros sítios arqueológicos tenham sido demolidos como a antiga capital assíria de Ashur, próxima a Tikrit na província de Salahuddin, como relata Mezzofiore (2015).

A cidade de Hatra, atacada em março de 2015 pelo Estado Islâmico, foi considerada pela UNESCO um Patrimônio da Humanidade em 1985 e entrou para a Lista de Patrimônios Mundiais em Risco em 2015. As cidades de Ashur e Samarra também entraram para a lista de patrimônios em risco em 2003 e 2007 respectivamente.

A Lista de Patrimônios Mundiais da UNESCO conta com quatro patrimônios iraquianos: A cidadela de Erbil, a antiga cidade de Hatra, o sítio arqueológico de Samarra e Ashur. Nimrud e a antiga cidade de Níneve também foram submetidas em 2000 à tentativa de inserção na lista (UNESCO WORLD HERITAGE CENTRE, 2015d).

5. O Iraque perante as medidas internacionais de proteção ao Patrimônio Cultural e a ações empreendidas

Os conflitos internacionais são um produto da anarquia do sistema internacional. O Direito Internacional, assim como os Organismos Internacionais nascem da necessidade de estabelecer uma ordem mínima em um ambiente conflituoso. Os tratados e as convenções surgem como um meio não só de evitar conflitos armados, mas de proteger, em tempos de guerra ou de paz, a sociedade civil e também o Patrimônio Natural e Cultural.

Segundo Bugnion (2004), algumas civilizações antigas já discutiam questões como a proteção de construções de alguma relevância para a sociedade. A preocupação com monumentos religiosos em tempos de guerra, por exemplo, já era objeto de preocupação no Japão do século XVI. Os locais religiosos eram alvos comuns, tanto para saques como para abrigar ou proteger tropas.



No entanto, como ressalta Trindade (2013), nenhum tratado internacional que abordasse a proteção dos Patrimônios Culturais existia até o século XIX.

No contexto da criação da Carta da ONU, foi criada a UNESCO no dia 16 de novembro de 1945 para a promoção da paz por meio da educação, a ciência e a cultura. A sua constituição relatou que, para atingir tal objetivo, a organização desenvolveria, dentre outras ações, conservar e proteger a herança mundial de livros, obras de arte e monumentos de história e ciência (CONSTITUIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 1945).

Após a Segunda Guerra Mundial, a Holanda também submeteu uma nova proposta à UNESCO, que em 1952 realizou um comitê de peritos governamentais para realizar uma convenção que resultaria na Convenção de Haia de 1954 para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado e seu Protocolo de 1954. O documento reconhece em seu preâmbulo que o patrimônio cultural tem sofrido graves danificações durante os conflitos armados e que a evolução da tecnologia de guerra tem aumentado a proporção dos danos. A convenção também estabeleceu pela primeira vez uma definição de bem cultural no Direito Internacional. Ademais, seu primeiro Protocolo Adicional comprometeu os Estados membros com a prevenção de exportação de bens culturais durante a ocorrência de conflito armado e restituição de objetos exportados ilegalmente (INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS, 1954; TRINDADE, 2015).

Os conflitos internacionais continuaram acarretando em prejuízos para o patrimônio cultural nos anos 1980, como observado na guerra entre Irã e Iraque e logo criou-se o segundo Protocolo Adicional à Convenção de Haia de 1954 que responsabilizou criminalmente o indivíduo que atacasse um bem cultural (TRINDADE, 2015).

A Convenção Relativa às Medidas a Serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedades Ilícitas dos Bens Culturais também foi criada pela UNESCO, em 1970, como forma de encorajar a cooperação entre as nações a prevenir o movimento ilícito de propriedade cultural entre suas fronteiras. Ademais, relembra os Estados membros da importância do patrimônio cultural para a sua Arqueologia, Pré-História, História, Literatura, Arte e a Ciência, e o



dever de promover e desenvolver instituições que promovessem esses bens como museus, bibliotecas, arquivos, laboratórios entre outros (EUROMACHS, 2015b).

O referido documento também abordava a questão da promoção de políticas educacionais que alertavam as populações para o valor dos bens culturais de cada país. A Convenção resultou na criação em 1978, em âmbito da UNESCO, no Comitê Intergovernamental para a Promoção do Retorno dos Bens Culturais ao Seu País de Origem ou a Sua Restituição em Caso de Apropriação Ilegal (EUROMACHS, 2015b).

A Convenção de Haia de 1954 para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado foi ratificada pelo Iraque, assim como seu primeiro Protocolo Adicional, em 21 de dezembro de 1967. Porém não o Segundo Protocolo de 1999, criado durante o mandato de Saddam Hussein, época em que o Iraque sofria com os pesados embargos comerciais e financeiros estabelecidos pelo Conselho de Segurança da ONU após a Guerra do Golfo.

Segundo o World Monuments Fund (2015, p. 23, tradução nossa), o Iraque

[...] incorporou as resoluções da Convenção do Patrimônio Mundial de 1972 para o direito nacional (juntamente com a Convenção de Haia de 1954 e as Resoluções da Convenção da UNESCO de 1979) como base jurídica para a proteção da Babilônia. Ao aderir à Convenção do Patrimônio Mundial, o Iraque concordou em assegurar a proteção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do patrimônio cultural e natural 'no seu território através de "medidas ativas e eficazes."'³

Segue abaixo uma lista dos documentos da UNESCO (2015a) sobre patrimônio cultural que foram aderidas, ratificadas ou aceitas pelo Iraque e suas condições:

- Convenção para a Proteção de Bens Culturais em caso de Conflito Armado com Regulamentos de Execução da Convenção. Haia, 14 de maio de 1954. Ratificada em 21 de dezembro de 1967.
- Protocolo à Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado. Haia, 14 de maio de 1954. Ratificado em 21 de dezembro de 1967.

³[...] incorporated the resolutions of 1992 World Heritage Convention into its national law (along with the 1954 Hague Convention and 1979 UNESCO convention resolutions) as the legal basis for Babylon's protection as an eventual WHS. By joining the World Heritage Convention, Iraq agreed to ensure the 'protection, conservation, presentation and transmission to future generations of the cultural and natural heritage' within their territory through 'effective and active measures.'



- Convenção Relativa às Medidas a Serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedades Ilícitas dos Bens Culturais. Paris, 14 de novembro de 1970. Aceita em 12 de dezembro de 1973.
- Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural. Paris, 16 de novembro de 1972. Aceita em 3 de março de 1974.
- Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Paris, 17 de outubro de 2003. Ratificada em 6 de janeiro de 2010.
- Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Paris, 20 de outubro de 2005. Aderida em 22 de setembro de 2013.

O ato de aceitar ou ratificar uma convenção ou um tratado internacional torna o Estado membro da Convenção ou Tratado em questão. Portanto, terá os benefícios e preferências acordados e também estará sujeito às obrigações ditadas nos artigos. Diferente não ocorre com o Iraque em seu ato de ratificar a Convenção para a Proteção de Bens Culturais em caso de Conflito Armado e seu primeiro Protocolo, ambos de 1954, e aceitar a Convenção Relativa às Medidas a Serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedades Ilícitas dos Bens Culturais de 1970.

Os fatos a seguir são relatos pessoais de John M. Russel em sua experiência na implementação de planos de proteção a sítios para o Iraque.

O CEAP começou escavações, em 1999, nos sítios arqueológicos de Jokha (antiga Umma), Umm al-Aqarib, Tellel-Wilaya, Tell Schmid e Bzekh. Os sítios haviam sido saqueados no contexto da crise econômica iraquiana e foram extremamente danificados pelos saqueadores. Nas ações de escavação promovidas pelo CEAP, foram contratados trabalhadores da população local a fim de gerar renda a partir das escavações legais. Os saques nestes locais cessaram completamente (THE ORIENTAL INSTITUTE MUSEUM OF THE UNIVERSITY OF CHICAGO, 2015).

Em 2003 qualquer possibilidade de escavações pelo governo iraquiano foi interrompida pela invasão do Iraque pelos estadunidenses. Os saques voltaram a ocorrer consideravelmente e o CEAP não tinha recursos o suficiente para frear a grande

quantidade de saqueadores. O escritório administrativo do CEAP, que fica no mesmo complexo do Museu Nacional do Iraque, foi saqueado junto com o museu na invasão de Bagdá. O arqueólogo chefe DhiQar chegou a pedir ajuda ao comandante Marine para proteger os sítios, uma patrulha seguiu para Umma e prendeu sessenta saqueadores. As patrulhas no sítio se seguiram até que foram transferidos para fora da área (THE ORIENTAL INSTITUTE MUSEUM OF THE UNIVERSITY OF CHICAGO, 2015).

Os danos físicos aos seus escritórios e o roubo de mobiliário, equipamentos e veículos significavam que os funcionários corajosos o suficiente para ir trabalhar não poderiam fazer seus trabalhos. Por não haver nenhum serviço de telefone, o Conselho foi incapaz de se comunicar com seus escritórios da província, que por sua vez foram incapazes de se comunicar com seus funcionários. O roubo de veículos do governo em todo o país deixou a equipe SBAH incapaz de monitorar os sítios. O CEAP era incapaz de pagar seus funcionários, pois o Ministério das Finanças tinha deixado de funcionar e não havia nenhuma fonte de recursos. A evaporação da polícia iraquiana e da dissolução do exército iraquiano pela Coalizão eliminaram as únicas organizações iraquianas com a capacidade de fazer cumprir as leis de antiguidades do Iraque (THE ORIENTAL INSTITUTE MUSEUM OF THE UNIVERSITY OF CHICAGO, 2015, p. 33, tradução nossa).⁴

Detwiler (2008) afirma que diante do desafio de proteger tantos sítios arqueológicos com tão poucos inspetores provinciais, o então Presidente do CEAP Donny George Youkhanna, criou o Serviço de Proteção a Instalações do Iraque (SPI). Os Estados Unidos forneceram ao SPI veículos, sistema de comunicação e armas e a UNESCO também colaborou com equipamentos relacionados. No entanto, a efetividade do SPI foi suprimida por conflitos e interesses políticos.

Dois ministérios são responsáveis pela direção do CEAP: o Ministério da Cultura, controlado pelo *Iraqi Accord Front*, ou Frente do Pacto Iraquiano, liderado por sunitas; e o Ministério do Turismo e Antiguidades, controlado pela *Shi'ite United Iraqi Alliance*, ou Aliança Iraquiana dos Xiitas Unidos.

A administração do SPI é afetada negativamente pelos conflitos político-religiosos entre xiitas e sunitas. Detwiler ainda ressalta que, no Iraque, as instituições

⁴ The physical damage to its offices and the theft of furniture, equipment, and vehicles meant that employees brave enough to come to work could not do their jobs. Because there was no telephone service, the SBAH was unable to communicate with its governorate offices, which were in turn unable to communicate with their employees. The theft of government vehicles throughout the country left the SBAH staff unable to monitor the sites. The SBAH was unable to pay its employees, as the Ministry of Finance had ceased to function and there was no source of funds. The evaporation of the Iraqi police and the dissolution of the Iraqi army by the Coalition eliminated the only Iraqi organizations with the capability to enforce Iraq's antiquities laws.



destinadas a proteger o patrimônio cultural têm sido exploradas para ganhos políticos. Ademais, segundo o World Monument Funds (2015), a cooperação entre os governos iraquianos central e regional é rara. Divergências de opiniões entre os funcionários do CEAP e oficiais da província de Babil são um exemplo, quando se trata da implementação de algum plano de gestão local.

Segundo Willis (2015), ainda no contexto da Invasão de 2003, criou-se o Comitê Internacional de Coordenação para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural do Iraque, fruto da cooperação entre o Ministro da Cultura do Iraque e a UNESCO que listava sete objetivos que prometiam, com o apoio internacional e com a implementação da legislação doméstica, proteger o patrimônio cultural iraquiano.

O Ministro da Cultura do Iraque MufidalJazaeri apresentou à UNESCO em fevereiro de 2005 um pedido de uma sessão de trabalho para o sítio arqueológico da Babilônia, então ocupado por uma base militar estadunidense desde abril de 2003.

A Segunda Sessão Especial do Comitê Internacional de Coordenação para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural do Iraque aconteceu em junho do mesmo ano em Paris com a presença dos Ministros Iraquianos da Cultura e de Estado para o Turismo e Antiguidades, representantes iraquianos do CEAP, além de peritos e observadores internacionais de organizações internacionais. Medidas de diminuição dos danos ao sítio arqueológico, coordenação de atividades e suporte às autoridades iraquianas foram discutidas na Sessão.

A Terceira e a Quarta Sessão Especial do Comitê abordaram as questões de escavações ilícitas, saques e tráfico de bens culturais. A última sessão aconteceu entre os dias 3 e 4 de abril de 2011 e tratou sobre questões relacionadas à manutenção da Cidadela de Erbil e do Museu da Babilônia(UNITED STATES FOR THE EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2015b). No entanto, segundo o Relatório da UNESCO de dezembro de 2014 sobre Patrimônio e Diversidade Cultural em Risco no Iraque e na Síria, o Comitê teve suas ações dificultadas pelo fato de o Iraque não ter ratificado o Segundo Protocolo estabelecido em 1999, da Convenção de Haia de 1954 nem o Estatuto de Roma.⁵

⁵ O Estatuto de Roma, aberto para assinaturas no dia 17 de julho de 1998, prevê a criação de um Tribunal Penal Internacional permanente com jurisdição sobre as pessoas responsáveis pelos crimes de maior gravidade com alcance internacional. A jurisdição do TPI é complementar às jurisdições penais nacionais. O Estatuto prevê ainda, em seu artigo 8 (e)(IV), 8(e)(V) e 8(e)(XII) respectivamente, como sendo crimes



Em 16 de novembro de 1996, Ramsey Clark, procurador-geral dos Estados Unidos, sob o governo de Lyndon B. Johnson, recorreu à Carta de Nuremberg para acusar a ONU e os EUA pela morte de um milhão e meio de pessoas no Iraque como consequência das absurdassansões privativas impostas ao Iraque em 6 de Agosto de 1990 pela invasão do Kuwait (SANZ, 1996a).

Segundo Linares (2012), o Tribunal Internacional para os crimes contra a humanidade, cometidos pelo Conselho de Segurança da ONU no Iraque, se constituiu em Madrid e apresentou os efeitos da guerra e dos embargos sob o Iraque, tanto nos aspectos de saúde e economia, quanto patrimonial, cultural e arqueológico. O grupo de juristas, políticos e intelectuais de 12 países que julgaram o caso no Tribunal Internacional SeifZuhar e Bushra Ibrahim culpavam a ONU e os Estados Unidos de haver cometido genocídio (SANZ, 1996b).

Em 3 de dezembro de 2014 a UNESCO promoveu uma Conferência Internacional sobre Patrimônio e Diversidade Cultural em Risco no Iraque e na Síria, em sua sede em Paris. Entre os integrantes da Conferência estavam a Diretora-Geral da UNESCO Irina Bokova, o Secretário-Geral das Nações Unidas Ban Ki-moon, o membro do Conselho de Representantes do Iraque HumamHamoudi e o Representante Especial do Secretário-Geral para o Iraque e chefe da Missão de Assistência das Nações Unidas para o Iraque (UNAMI, sigla em inglês) NikolayMladenov. A reunião tinha como objetivo discutir sobre formas inovadoras para proteger eficazmente o patrimônio cultural dos ataques cada vez mais violentos e da destruição sistemática de locais de importância cultural no Iraque e na Síria, que a atual Diretora-Geral da UNESCO Irina Bokova considerou sendo como um genocídio cultural (ICOMOS OPEN ARCHIVE, 2015).

Alguns tópicos relacionados às consequências da limpeza cultural por grupos fundamentalistas foram pontuados na Conferência. Forameles: o ataque deliberado do patrimônio cultural em uma tentativa de destruir a legitimidade do outro para legitimar-se; a relação entre o tráfico ilícito de bens culturais e ao financiamento do terrorismo e a violência sectária; e a destruição deliberada de escolas, espaços culturais, e instituições

de guerra “atacar intencionalmente edifícios consagrados ao culto religioso, à educação, às artes, às ciências ou à beneficência, monumentos históricos, hospitais e lugares onde se agrupem doentes e feridos, sempre que não se trate de objetivos militares”; “saquear um aglomerado populacional ou um local, mesmo quando tomado de assalto”; e “destruir ou apreender bens do inimigo, a menos que as necessidades da guerra assim o exijam” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 1998).



que representam a liberdade de expressão e a liberdade de opinião, bem como o ataque deliberado de jornalistas e profissionais (ICOMOS OPEN ARCHIVE, 2015).

As partes participantes da Conferência propuseram algumas políticas em resposta às violações que vêm ocorrendo nos territórios da Síria e do Iraque: a criação das "zonas culturais protegidas" em torno dos grandes sítios patrimoniais; o pesado investimento no acesso à educação de qualidade como forma de prevenir a radicalização e promover o respeito pela diversidade cultural, pelo pluralismo e estimular diálogo entre as diferentes comunidades; a ampla ratificação e maior implementação da Convenção de Haia de 1954 para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado e seus Protocolos adicionais, assim como pôr fim à impunidade para ataques deliberados contra o patrimônio cultural, reconhecidos pelo Estatuto do Tribunal Penal Internacional de Roma como um crime de guerra; e a profunda análise da "limpeza cultural" como um processo, incluindo a relevância em sua conexão da proteção dos direitos humanos e a prevenção do genocídio (ICOMOS OPEN ARCHIVE, 2015).

Durante a Conferência, o Ex-Ministro Iraquiano para os Direitos Humanos e atual Diretor da Fundação do Futuro⁶Bakhtiar Amin pressionou HumamHamoudi para que coloque na agenda do Parlamento Iraquiano a ratificação do Segundo Protocolo (1999) da Convenção de Haia de 1954 e do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (ICOMOS OPEN ARCHIVE, 2015).

A efetividade da Convenção de Haia de 1954, e seu Primeiro Protocolo, também de 1954, assim como da Convenção sobre os Meios de Proibir e Prevenir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedade de Bens Culturais, pode ser analisada com base nos Relatórios de Atividades da UNESCO.

O Relatório Sobre a Aplicação da Convenção de Haia de 1954 para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado e os seus dois Protocolos de 1954 e 1999, durante o período entre 1995 e 2004, afirmam que a Convenção não pôde ser aplicada no contexto da invasão do Iraque em 2003, pois os Estados Unidos e o Reino Unido não ratificaram a referida Convenção à época do conflito (UNITED STATES

⁶ A Fundação para o Futuro (FFF) é uma organização independente, multilateral e sem fins lucrativos que está plenamente empenhada em apoiar as iniciativas das Organizações da Sociedade Civil (OSC) que visam promover os direitos humanos, a governança democrática e a reforma em todo o Médio Oriente e Norte da África (BMENA), respeitando as culturas e tradições de cada país (FOUNDATION FOR THE FUTURE, 2015, tradução nossa).

FOR THE EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2005).

No entanto, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou, em seu 4761º encontro, realizado em 22 de maio de 2003, a Resolução de número 1483 fazendo referência em seu parágrafo 7º que os Estados Membros devem facilitar a devolução ao Iraque de seus bens culturais exportados ilicitamente (UNITED STATES FOR THE EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2003).

O Relatório Sobre a Aplicação da Convenção de Haia, de 1954, para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado e os Seus Dois Protocolos, observou questão dos danos causados pelas bases militares estadunidenses ao sítio arqueológico da Babilônia e recomendou que o Comitê Internacional de Coordenação para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural do Iraque realizasse um subcomitê para a proteção, conservação e gestão do sítio arqueológico da Babilônia. Também recomendou o CEAP que investigasse e apresentasse um relatório sobre as implicações arqueológicas das áreas danificadas e realizasse um plano de conservação e de gestão abrangente para o sítio com vista à sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Ademais, recomendou que a Lei de Antiguidades iraquiana fosse observada no caso em questão (UNITED STATES FOR THE EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2011a).

É relatado, no referido documento, que após a Terceira Sessão do Comitê na sede da UNESCO, entre os dias 13 e 14 de novembro 2007, sobre as questões de escavação ilícita, saques e tráfico de bens culturais, uma campanha internacional de conscientização contra o tráfico de propriedades culturais e, em particular, de patrimônio cultural do Iraque foi elaborada (UNITED STATES FOR THE EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2011a).

Cartas foram enviadas aos Estados membros da UNESCO e a importantes atores do mercado da arte como parte da campanha. A Quarta Sessão do Comitê discutiu temas como cidades históricas e desenvolvimento urbano, setor de museu no Iraque e a luta contra a pilhagem e tráfico ilícito de bens culturais e patrimônio imaterial do Iraque. Os membros do Comitê elogiaram as ações tomadas pelo Iraque, especificamente do CEAP, nas ações de proteção e restauração do patrimônio cultural iraquiano. Também fizeram uma importante recomendação para melhoria da



coordenação e a comunicação entre as instituições governamentais a nível nacional e local, e, em particular entre o CEAP e autoridades locais (UNITED STATES FOR THE EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2011a).

Ao final da Quarta Sessão do Comitê, dois acordos foram celebrados. O primeiro foi um Memorando de Entendimento para desenvolver um plano de gestão de conservação para a cidade de Samara, a fim de garantir a conservação do centro histórico urbano, equilibrando as necessidades da comunidade e dos visitantes dos locais sagrados (UNITED STATES FOR THE EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2011a).

O Memorando foi assinado pelo Diretor do Escritório da UNESCO no Iraque, Mohamed Djelid e pelo Vice-Governador de SalahAl-Din, Ahmed A. Krayem. Mohamed Djelid também assinou, junto com o Governador da Babilônia Salman NaserAl-Zarqani, uma carta de compromisso com a restauração do sítio arqueológico da Babilônia com a intenção de inseri-lo na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO (UNITED STATES FOR THE EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2011a).

Além da criação de materiais de sensibilização contra o tráfico de bens culturais⁷, a Sessão rendeu também uma oficina de treinamento de duas fases em uma parceria com o Governo de Bagdá, que ocorreram entre os anos 2007 e 2008, com foco na formação operacional e legal projetado especialmente para os funcionários aduaneiros do Iraque e países vizinhos, além da preparação de revisão da Lei de Antiguidades Iraquianas em conformidade com as normas internacionais (UNITED STATES FOR THE EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2011a).

No Relatório da Décima Sétima Sessão do Comitê Intergovernamental para a Promoção do Retorno dos Bens Culturais ao seu País de Origem ou a Sua Restituição em Caso de Apropriação Ilícita, a delegação do Iraque informou que muitos dos bens saqueados e exportados ilegalmente de seu território foram recuperados entre os anos de 2004 e 2010, e agradeceu a Alemanha e a Síria pela restituição dos bens culturais

⁷Como campanhas desenvolvidas em aeroportos e aviões, além de jogos educativos para as crianças versando sobre o patrimônio cultural da Mesopotâmia.



iraquianos que se encontravam em seus territórios (UNITED STATES FOR THE EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2011b).

A delegação do Iraque também anunciou uma cooperação com a Espanha no resgate dos bens culturais traficados e também anunciou um acordo bilateral com o Peru sobre a proteção e devolução de bens culturais roubados ou ilicitamente exportados, convidando os países vizinhos a fazerem o mesmo (UNITED STATES FOR THE EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2011b).

Conforme o relatado, observa-se o esforço do governo iraquiano, ainda que desestabilizado, para proteger os sítios arqueológicos. Todavia, a tarefa foi impedida por uma série de fatores como a crise econômica iraquiana, os conflitos político-religiosos entre xiitas e sunitas dentro de órgãos responsáveis pela salvaguarda do patrimônio cultural iraquiano e os saques e danos dos recursos físicos do CEAP, fazendo-se necessário, portanto, buscar apoio em órgãos internacionais como a UNESCO. Ademais, afirma-se a importância do apoio internacional na contenção de comerciantes ilegais de bens culturais, provando-se que a preservação do patrimônio cultural de um povo é uma responsabilidade que ultrapassa fronteiras.

6. Considerações Finais

A presente pesquisa propôs, em seu tema central, identificar as medidas internacionais de preservação do patrimônio cultural em áreas de conflito, com enfoque na sua possível aplicação para prevenir ou coibir a destruição do patrimônio cultural do Iraque. Ademais, foi proposto o entendimento da importância da formulação de tais medidas pelos organismos internacionais.

Com base nos dados levantados percebeu-se que os atentados contra o patrimônio cultural no Iraque têm se repetido ao longo da história, em decorrência da região ter sido campo de inúmeros conflitos.

Os bens culturais mesopotâmicos no Iraque, na segunda metade do século XX e início do século XXI, foram vítimas de guerras que envolveram este país e potências estrangeiras. Tais guerras, além de paralisarem a economia e decretarem a morte do futuro para crianças e jovens da região, pela dificuldade de condições para a prática de educação com qualidade, paralisaram as pesquisas, resultando na evasão de



arqueólogos, historiadores e demais estudiosos dos sítios e demais áreas de inestimável valor histórico e cultural.

Os bombardeios indiscriminados atingiram sítios arqueológicos, monumentos históricos e religiosos e a desordem estabelecida têm provocado uma onda de saques a museus, livrarias e sítios arqueológicos, com o agravamento do comércio ilegal destes bens culturais.

Medidas nacionais de proteção ao patrimônio cultural e contra o tráfico de bens culturais foram impossibilitadas devido às pesadas sanções que o Iraque foi submetido no contexto das guerras de invasão estrangeira. Em decorrência, também por falta de recursos, patrimônios móveis e imóveis deterioraram-se rapidamente em decorrência da falta de materiais de restauração e da redução significativa do orçamento de instituições iraquianas de proteção ao patrimônio cultural.

Os saques aos sítios arqueológicos se mostraram em proporções impossíveis de serem contidas pelo já defasado CEAP, que carece de orçamento, recursos financeiros, funcionários, instalações e veículos. Bibliotecas foram incendiadas, a exemplo da Biblioteca Nacional de Bagdá, e palácios foram destruídos.

Estes são resultados da invasão militar dos Estados Unidos que não elaboraram um plano pós-invasão, resultando no vácuo de poder no Iraque e, conseqüentemente, a impossibilidade de impor ordem sob o território e proteger as zonas patrimoniais iraquianas.

Constata-se que a aplicação da Convenção de Haia de 1954 para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado e seu Protocolo de 1954, ambos ratificados pelo Iraque, não foram efetivamente aplicados no caso da invasão de 2003, a mais devastadora das invasões, com sérios prejuízos ao patrimônio cultural, que teve como resultado a morte de Saddam Hussein. Ressalta-se que as principais forças invasoras, Estados Unidos e Reino Unido, não haviam ratificado a referida Convenção e, por isso, acreditavam não ter compromisso de considerá-las. Assim, ações preventivas de proteção ao patrimônio cultural situado nas regiões atacadas não foram realizadas, ficando este vulnerável aos riscos das ações militares.

Apenas a Resolução de número 1483, adotada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, auxiliou o Iraque na recuperação dos bens culturais traficados. A Convenção, como registrado em seus relatórios dos períodos entre 1995 a 2004 e 2004 a



2010, se limitou em fazer recomendações ao Estado Iraquiano e a reconhecer as atividades do Comitê Internacional de Coordenação para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural do Iraque, criado pela UNESCO em parceria com o Iraque.

O Relatório da Décima Sétima Sessão do Comitê Intergovernamental para a Promoção do Retorno dos Bens Culturais ao seu País de Origem ou a Sua Restituição em Caso de Apropriação Ilícita reconhece um esforço do Estado do Iraque em recuperar os bens culturais traficados e suas ações para promover a cooperação com outros Estados.

Pode-se concluir, também, que a efetividade das medidas internacionais de proteção ao patrimônio cultural, no caso do Iraque, principalmente na questão da destruição sistemática dos bens culturais iraquianos promovidos pelo Estado Islâmico, é afetada pela não ratificação plena da Convenção de Haia de 1954 para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado e seus Dois Protocolos, de 1954 e 1999, que dificulta o trabalho do Comitê Internacional de Coordenação para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural do Iraque.

O Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional também pode ser utilizado para criminalizar internacionalmente os indivíduos que compõem o Estado Islâmico pelos crimes de guerra previstos em seu artigo 8. No entanto, a situação de descontrole na região, pela fragilidade do Estado iraquiano e a intransigência irracional do grupo fundamentalista jihadista, dificultam a efetivação do referido estatuto.

Propõe-se, então, a ratificação, pelo Iraque do Segundo Protocolo de 1999 da Convenção de Haia, de 1954, para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado, e também do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, para que seja possível a efetividade das medidas internacionais na proteção do Patrimônio Cultural da Humanidade no território iraquiano.

Propõe-se que os discursos políticos sobre o tema devam ser transformados em medidas de intervenção em caráter de urgência e, assim, os bens culturais remanescentes sejam preservados e protegidos e os objetos traficados devolvidos para o Iraque.

Ressalta-se que, mesmo com a legislação vigente, e algumas iniciativas nacionais iraquianas, e iniciativas internacionais bem-intencionadas, senão houver

vontade política a melhor legislação do mundo não conseguirá proteger o que a irracionalidade humana intenta em destruir.

Referências

AGUIAR, Clélia Prates; RODRIGUES, Anna Dias. **A Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado: Análise da Intervenção Armada no Iraque, 2002.**

Disponível em:

<<http://www.cedin.com.br/static/revistaelectronica/artigos/Anna%20e%20Clélia%20Seguranca%20bens%20culturais.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2015.

ALKHSHALI, Hamdi; CULLINANE, Susannah; TAWFEEQ, Mohammed. **Tracking a trail of historical obliteration: ISIS trumpets destruction of Nimrud.** CNN, 2015.

Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2015/03/09/world/iraq-isis-heritage/>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

BBC BRASIL. **Por Fé e Lucro, 'Estado Islâmico' Promove Onda de Destruição de Patrimônio Histórico no Iraque.** Disponível em:

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2015/03/150307_destruicao_estado_islamico_iraque_rb> Acesso em: 22 maio 2015.

BUGNION, François. **La genèse de la protection juridique des biens culturels en cas de conflit armé.** Disponível em:

<https://www.icrc.org/fre/assets/files/other/irrc_854_bugnion_biens.pdf>. Acesso em: 16 out. 2015.

CARDOSO, S.; FLAMARION, Ciro. **Sociedades do Antigo Oriente Próximo.** 4º ed. São Paulo, SP: Editora Ática, 2007. 96 p.

CLEVELAND, William L.; BUNTON, Martin. **A history of the modern Middle East.** 4º ed. Philadelphia, PA: Westview Press, 2009. 618 p.

CRAWFORD, Harriet. **Sumer and the Sumerians.** 2. ed. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2004. 264 p.

DETWILER, Elizabeth. **Iraq's Cultural Heritage: Preserving the Past for the Sake of the Future.** Disponível em: <http://www.usip.org/sites/default/files/USIP_1008.PDF>.

Acesso em: 16 out. 2015.

EL PAÍS. **Iraque acusa o Estado Islâmico de destruir outra cidade milenar.**

Disponível em:

<http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/07/internacional/1425753457_663165.html>. Acesso em: 13 nov. 2015.

EMBERLING, G and Hanson, K., **Catastrophe! The Looting and destruction of Iraq's Past.** Oriental Institute of Chicago, Chicago, 2004.



_____. **Convenção Relativa às Medidas a Adotar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais - Paris, 1970.** [2015b]. Disponível em: <<http://euromachs.fl.uc.pt/heritage/index.php?page=convencao-relativa-as-medidas-a-adoptar-para-proibir-e-impedir-a-importacao-a-exportacao-e-a-transferencia-ilicitas-da-propriedade-de-bens-culturais---paris-1970>>. Acesso em: 15 out. 2015.

FARTHING, Stephen. **Tudo sobre arte.** Rio de Janeiro: Sextante, 2010. 576 p.

FENOLLÓS, Juan-Luis Montero. **Etemenanki: a Zigurate da Babilônia contributo para a sua reavaliação arquitectónica.** Coimbra: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2015. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/23733/1/Cadmo20_Artigo16.pdf?ln=pt-pt>. Acesso em: 8 set. 2015.

FERREIRA, Carlos Serrano. **Restituição dos Bens Culturais Retirados no Contexto do Colonialismo: Instrumento de Desenvolvimento e de Diálogo.** Rio de Janeiro, 2014.

HEAD, Tom. **Ancient Mesopotamia.** North Mankato, Minnesota: Essential Library, 2015. 112 p.

ICOMOS OPEN ARCHIVE. **“Heritage and Cultural Diversity at Risk in Iraq and Syria”.** Disponível em: <<http://openarchive.icomos.org/1551/1/232562f.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2015.

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Carta de Veneza.** 1964. 4 pg. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

ISAKHAN, Benjamin. **Targeting the Symbolic Dimension of Baathist Iraq: Cultural Destruction, Historical Memory, and National Identity.** Australia: Deakin University, 2011. 257–281 p.

KRAMER, Samuel Noah. **The Sumerians: Their History, Culture, and Character.** Chicago: University of Chicago Press, 1963. 355 p.

LETHABY, W. R. **Architecture, Mysticism and Myth.** London: Dover Publications, 2004. 132 p. Disponível em: <<http://www.investigacioneshistoricaseuroasiaticas-ihca.com/files/Arquitecturamisticismomitos.pdf>>. Acesso em: 8 set 2015.

LINARES, Carmen Del Cerro. **El Patrimonio Arqueológico e Histórico Iraquí y Su Destrucción Desde la Guerra del Golfo Hasta Nuestros Días.** Universidad Autónoma de Madrid, 2012.

MACEDO, Diana Beltrão de. **Do Dilúvio a Alexandre: A Babilônia a Partir dos Olhos de um Babilônico.** Brasília: Universidade de Brasília, 2015. 34 p. Disponível



em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/10610/1/2015_DianaBeltraoDeMacedo.pdf>. Acesso em: 8 set 2015.

MACHADO, Cassiano Elek. **Hitler e a Poderosa Engrenagem Nazista de Saquear Obras de Arte**. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2013/11/1372085-hitler-e-a-poderosa-engrenagem-nazista-de-saquear-obras-de-arte.shtml>> Acesso em: 15 maio 2015.

MAES, Jéssica. **Guerra: 10 locais históricos e culturais destruídos por bombardeios**. Disponível em: <<http://hypescience.com/guerra-destruicao/>> Acesso em: 24 maio 2015.

MARR, Phebe. **The modern history of Iraq**. 3º ed. Philadelphia, PA: Westview Press, 2012. 483 p.

MEZZOFIORE, Gianluca. **Iraq: Isis 'blows up Unesco world heritage Assyrian site of Ashur' near Tikrit**. International Business Times, 2015. Disponível em: <<http://www.ibtimes.co.uk/isis-blows-unesco-world-heritage-assyrian-site-ashur-near-tikrit-1503367>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional**. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/segurancapublica/estatuto_roma_tribunal_penal_internacional.pdf>. Acesso em: 16 out. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. Londres, 1945.

ROBICHEZ, Juliette. **Proteção do Patrimônio Histórico-Cultural nos Conflitos Armados**. Disponível em: <<https://www.uniceub.br/media/454281/seminario1.pdf>> Acesso em: 24 abr. 2015.

SANTOS, Michel Alves dos. **Junto aos Rios da Babilônia: Um estudo acerca da história de Israel no exílio**. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/Pibic/relatorio_resumo2011/Relatorios/CTCH/TEO/TEO-Michel%20Alves%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 8 set 2015.

SANZ, Juan Carlos. **Un 'tribunal de Núremberg' reunido en Madrid juzga el bloqueo a Irak**. [1996^a]. Disponível em:

<http://elpais.com/diario/1996/11/17/internacional/848185209_850215.html>. Acesso em: 16 out. 2015.

_____, Juan Carlos. **El 'Tribunal de Madrid' condena a la ONU por el "genocidio" en Irak**. [1996^b]. Disponível em:

<http://elpais.com/diario/1996/11/18/internacional/848271616_850215.html>. Acesso em: 16 out. 2015.



SHAHEEM, Kareem. **Isis fighters destroy ancient artefacts at Mosul museum.** The Guardian, 2015a. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2015/feb/26/isis-fighters-destroy-ancient-artefacts-mosul-museum-iraq>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

SHEFER, Raquel. **A Arte destruída pela Guerra.** Disponível em: <<http://www.publico.pt/culturaipsilon/jornal/a-arte-destruida-pela-guerra-197124>> Acesso em: 04 maio 2015.

THE ORIENTAL INSTITUTE. THE UNIVERSITY OF CHICAGO. **Khorsabad Relief Project.** Disponível em: <<https://oi.uchicago.edu/research/projects/khorsabad-relief-project>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

TRINDADE, Ivonei Souza. **Caso Pavle Strugar: Um Estudo Sobre a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado.** Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2013_1/ivonei_trindade.pdf>. Acesso em: 15 out. 2015.

UNESCO WORLD HERITAGE CENTRE. **Nimrud.** 2015b. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/tentativelists/1463/>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

UNITED NATIONS. **Calling Attacks ‘a War Crime’, Secretary-General Strongly Condemns Destruction of Cultural Heritage Sites in Iraq.** Disponível em: <<http://www.un.org/press/en/2015/sgsm16570.doc.htm>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

UNITED STATES FOR THE EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Resolution 1483 (2003).** [2003]. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/laws/pdf/resolution1483_iraq_en.pdf>. Acesso em: 16 out. 2015.

_____. **Report on the Implementation of the 1954 Hague Convention for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict and Its Two (1954 and 1999) Protocols: 1995 – 2004.** [2005]. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001407/140792e.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2015.

_____. **Report on the Implementation of the 1954 Hague Convention for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict and Its Two (1954 and 1999) Protocols: 2005 – 2010.** [2011^a]. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/pdf/periodic_report_2011_en.pdf>. Acesso em: 16 out. 2015.

_____. **Intergovernmental Committee for Promoting the Return of Cultural Property to Its Countries of Origin or Its Restitution in Case of Illicit Appropriation: Final Report of the Seventeenth Session (30 June-1 July 2011).** [2011^b]. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002165/216587E.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2015.



_____. **Ratified Conventions: Iraq.** [2015^a]. Disponível em: <http://www.unesco.org/eri/la/conventions_by_country.asp?contr=IQ&language=E&typeconv=1>. Acesso em: 15 out. 2015.

_____. **International Coordination Committee (ICC) for the Safeguarding of the Cultural Heritage of Iraq.** [2015b]. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/illicit-trafficking-of-cultural-property/emergency-actions/iraq/international-coordination-committee-icc-for-the-safeguarding-of-the-cultural-heritage-of-iraq/>>. Acesso em: 16 out. 2015.

WILLIS, Lindsay E. **Looting in Ancient Mesopotamia: A Legislation Scheme for the Protection of Iraq's Cultural Heritage.** Disponível em: <<http://digitalcommons.law.uga.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1201&context=gjicl>>. Acesso em: 16 out. 2015.

WORLD MONUMENTS FUND. **Site Management Plan: Babylon Cultural Landscape and Archaeological City.** United States of America, New York: 2015. p. 1-23.

Submetido em: 30/08/2016. Aprovado em: 25/11/2016.



TURISMO ARQUEOLÓGICO, EDUCAÇÃO E OS SAMBAQUIS DO COMPLEXO LAGUNAR SUL DE SANTA CATARINA: PROPOSTA DE UM CIRCUITO PARA VISITAÇÃO¹

Geovan Martins Guimarães*

Bruna CataneoZamparetti**

Deisi Scunderlick Eloy de Farias***

Francisco Antônio dos Anjos****

Resumo: Os sambaquis são sítios arqueológicos construídos por grupos pescadores-caçadores-coletores pré-coloniais, sendo recorrentes no litoral sul do Estado de Santa Catarina. Apresentam características funerárias e ritualísticas, tendo como principal elemento construtivo os moluscos, que acumulados ao longo dos anos, formaram grandes montes que ultrapassaram 40 metros de altura. Esse importante patrimônio arqueológico vem sendo depredado ao longo do tempo. Inicialmente eram desmontados para a construção das primeiras vilas, no período colonial, após as indústrias caieiras, e posteriormente como elemento de aterro de estradas e lotes nos municípios. Atualmente a expansão urbana e a prática de esportes radicais são os problemas que afetam o sítio arqueológico. Apesar da vulnerabilidade dos sambaquis, essa realidade pode ser transformada, desde que medidas legais estejam aliadas às ações de valorização para a sensibilização e preservação do patrimônio arqueológico regional. Desta forma, objetiva-se neste artigo propor ações de visibilidade e valorização do patrimônio arqueológico regional, sobretudo, os Sambaquis.

Palavras-chave: Turismo. Turismo arqueológico. Sítios arqueológicos. Sambaquis. Educação Patrimonial.

Abstract: The shell mounds are archaeological sites produced by pre-colonial fishermen-hunter-gatherer groups, which are recurrent on the southern coast of the State of Santa Catarina. The shell mounds present funerary and ritualistic characteristics, and they have the molluscs as main constructive element, which were accumulated over the years and, because of it, they form great shell mounds that could go beyond 40 meters of height. This important archaeological heritage has been depredated over the time. Initially they were dismantled for the

*Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI
Discente do Programa de Pós-graduação em Turismo e Hotelaria
Mestre em Turismo e Hotelaria
Email: geovan@ymail.com

**Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Discente do Programa de Pós-graduação em História
Mestra em Ciências da Linguagem
E-mail: bruna.cataneo@gmail.com

***Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul
Docente do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem
Doutora em História PUCRS
Email: deisiarqueologia@gmail.com

**** Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI
Docente do Programa de Pós-graduação em Turismo e Hotelaria
Doutor em Engenharia da Produção
Email: anjos@univali.br

¹ Este artigo é resultado de trabalhos apresentados nos eventos: III Fórum Científico de Gastronomia, Turismo e Hotelaria (2015) e IV Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto (2016).



construction of the first villages, in the colonial period, after the industries started to extract the shells, and later the shellmound was used like an earth moving element to build streets and lots. Currently the disorderly urban sprawland the practice of extreme sports are the problems that affect the archaeological sites. Despite the vulnerability of the shellmounds, this reality can be transformed, but it is necessary that legal measures be allied to the valorization actions for the sensitization and preservation of the regional archaeological heritage. In this way, the objective of this work is to propose actions in order to give visibility and valorize the regional archaeological heritage, especially the shellmounds.

Keywords: *Tourism. Archaeological tourism. Archaeological sites. Sambaquis. Patrimonial Education.*

1. Introdução

Santa Catarina abriga em seu território diversos tipos de sítios arqueológicos, ainda em bom estado de preservação. No Complexo Lagunar Sul, que abriga importantes sítios arqueológicos, tem atraído pesquisadores e visitantes de várias partes do Brasil, bem como de outros lugares do mundo. A tipologia de sítios arqueológicos mais estudada na região são os Sambaquis. A palavra sambaqui origina-se da língua *Tupi*, que significa “amontoado de conchas”. Esses sítios possuem forma monticular e constitui-se basicamente por camadas de moluscos intencionalmente arranjadas. Os sambaquis estão distribuídos por toda a costa brasileira, ocupando, principalmente, regiões lagunares e áreas recortadas por baías e ilhas. Variando bastante de tamanho, os sambaquis, do litoral catarinense, de acordo com a descrição de pesquisadores na década de 1970, chegavam a alcançar 70 metros de altura e 500 metros de comprimento (FARIAS, 2000; GASPAR, 2000; DEBLASIS et al., 2007).

Esses sítios exibem uma sucessão estratigráfica de composição diferenciada, com camadas de conchas mais ou menos espessas, intercaladas por numerosos estratos finos e escuros, repletos de materiais orgânicos e com muitos vestígios estruturais como sepultamentos, fogueiras e marcas de estacas. Frequentemente, estão associados aos sepultamentos: artefatos, oferendas alimentares e estruturas de combustão. Gaspar (2000, p.10) aponta, ainda, a presença de outros objetos nos sambaquis, tais como



artefatos em pedra e ossos de animais, os quais constituem parte da estratigrafia do sítio. Esses sítios arqueológicos são os mais antigos encontrados no litoral de Santa Catarina, com datas que remetem até 8000 AP².

Os sambaquis, em sua maioria, são locais cerimoniais que guardam vestígios da cultura material dos grupos pescadores-caçadores-coletores, indicam, ainda, elementos da cultura imaterial, representados pela mentalidade simbólica presentes nos vestígios dos rituais funerários e suas cerimônias (GASPAR, 2000; FARIAS, 2000; DEBLASIS et al, 2007). Passaram-se milhares de anos e os sambaquis ainda hoje compõem a paisagem cultural e testemunham parte da história de Santa Catarina.

Ao longo do tempo esses sítios foram tema de discussões acerca de sua existência, sendo continuamente (re)significados pelos diversos grupos humanos que escolheram esse ambiente para habitar, desde os grupos que ocuparam o território sambaquieiro no período pré-histórico, até os colonizadores europeus que chegaram a partir do século XVI (FARIAS, 2000; DEBLASIS, et al. 2015; ZAMPARETTI, 2014).

Até meados da década de 1960 a destruição dos sambaquis era frequente e intensa, as conchas eram extraídas para a produção de cal, assim como para fins de aterro de estradas e terrenos baixos. Nesse período foi promulgada a Lei Federal nº 3.924 de 26 de julho de 1961, criminalizando a depredação dos sítios arqueológicos, principalmente dos sambaquis, que eram os mais visados pela indústria de cal e pelas prefeituras locais.

Apesar da proibição legal, a depredação é recorrente até a década de 1980, inclusive pelo poder público local, que promoviam o desmonte desses sítios para a utilização do substrato como matéria-prima na manutenção de estradas. Atualmente, a situação é preocupante, mesmo estando legalmente protegidos, atividades depredatórias ainda ocorrem nestes sítios arqueológicos, que são usados como espaço para práticas de esportes radicais por motoqueiros, jipeiros, bugueiros; atividades agropecuárias; intervenções de caçadores de tesouro; atos de vandalismo, entre outros.

A situação do patrimônio arqueológico regional é preocupante, frente a essa realidade questiona-se, quais ações podem contribuir para preservação e a valorização dos sítios arqueológicos Sambaquis da região do Complexo Lagunar Sul? Frente a

²AP significa antes do presente e faz referência à datas anteriores à 1945, ano da descoberta do Carbono 14, elemento utilizado para datar evidências arqueológicas.



questão, o objetivo central deste artigo é propor ações que visem a valorização do patrimônio arqueológico regional, nomeadamente, os Sambaquis, testemunhos da produção cultural dos grupos pescadores-caçadores-coletores. Na sequência, buscou-se apresentar ações de Educação Patrimonial desenvolvidas na região, envolvendo os sambaquis; identificar os sítios arqueológicos da região do complexo lagunar; sugerir uma proposta de um circuito de visitação para os sambaquis da região; e recadastrar os sítios arqueológicos que serão integrados a proposta de circuito.

Pensando no baixo alcance das medidas legais e do poder de proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN para com os Sambaquis, assim como na responsabilidade social da pesquisa arqueológica, esse artigo apresentará as atividades educativas desenvolvidas pelo GRUPEP-Arqueologia desde o final da década de 1990, nessa região, bem como indicar a possibilidade de incluir os sítios arqueológicos como atrativo turístico regional. Entende-se que a junção das duas atividades promoverá a valorização dos sítios arqueológicos que compõem a paisagem cultural do Sul de Santa Catarina.

2. O Processo de Educação Patrimonial e sua interface com o Turismo

A Educação Patrimonial é uma ação processual que objetiva a difusão e a valorização do patrimônio cultural por meio de metodologias educativas constituindo-se de todos os processos educativos formais e não formais que enfocam o Patrimônio Cultural. Este, por sua vez, é apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações. A Educação Patrimonial propicia o reconhecimento, a valorização e a preservação do patrimônio cultural (FLORÊNCIO et al., 2014, p.19).

O termo Educação Patrimonial foi utilizado no território brasileiro a partir de 1983, no 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, inspirado no modelo inglês *Heritage Education* (FARIAS, 2000; FLORÊNCIO et al, 2014, p.13). A partir do uso do termo, as propostas educativas voltadas ao patrimônio aliaram-se às novas propostas educativas, impulsionadas por uma visão socioculturalista de Vygostki, expandindo o conceito de patrimônio e da visão sobre ele. (FARIAS, 2000).



O patrimônio arqueológico brasileiro carece de políticas públicas que fomentem sua proteção de forma efetiva, e, paralelo a isto, está o distanciamento entre a população e o patrimônio arqueológico, muitas vezes, vistos como objetos de atraso e empecilho ao desenvolvimento do país (ZAMPARETTI, 2014). Na contramão deste discurso, as ações de Educação Patrimonial, voltadas à preservação do patrimônio arqueológico, são importantes para uma mudança de paradigma.

Farias (2000, p.167) expõe o lado social da pesquisa arqueológica, para que assim legitime a ação do arqueólogo que é ser plural, eclética e pragmática, convivendo com toda a diversidade de práticas e teorias. Lima (2007, p.8) corroborando com tal ideia, expõe a ineficiência em cobrar algo da comunidade circunvizinha ao patrimônio, quando a sociedade científica não faz seu papel de disseminadora do conhecimento “na medida em que as pessoas não podem ser cooptadas e estimuladas a cuidar daquilo que elas sequer conhecem”.

Entendendo ser a difusão científica de responsabilidade social do pesquisador, é que o GRUPEP - Arqueologia desenvolve desde o ano de 1999, ações de Educação Patrimonial na região sul catarinense. O grupo de pesquisa foi criado a partir de um grupo de estudo, tendo como objetivo discutir o patrimônio arqueológico regional, e atualmente integra pesquisadores, acadêmicos de graduação e pós-graduação de várias instituições no Brasil e fora dele.

Em todas as pesquisas realizadas, vinculam-se atividades educativas, tendo o patrimônio arqueológico como elemento dinamizador do conhecimento. Acredita-se que a preservação é inerente ao conhecimento, e que um patrimônio vazio de significado e vivência não se constitui como tal. Cada grupo humano possui, dentro de suas matrizes culturais, elementos simbólicos e significantes. Como demonstra Byington (2006, p.25), poucas coisas vêm a caracterizar o ser humano quanto os símbolos, que podem ser analisados de vários ângulos e por meio de diferentes conceitos, utilizados como significante de algo – “as nuvens escuras são as precursoras simbólicas de uma chuva que vai cair” (GEERTZ, 2008, p.67), ou como sinais convencionados. Significante do sujeito ou convenção social, os símbolos fazem parte do universo cultural humano.

Bourdieu (1989) discute o símbolo social a partir da visão de Durkheim (1975), na qual este é visto como uma convenção social, criado e transformado no cerne da sociedade, do grupo, do coletivo. Pensando nesta construção simbólica é que se entende



como necessária a ação educativa nos processos de significação e ressignificação dos patrimônios arqueológicos.

O Patrimônio perde seu valor simbólico a partir do momento em que não é mais significativo para determinada sociedade. Essa perda simbólica acarreta a marginalização do patrimônio, e o distanciamento da sociedade que o significa. É neste momento, que são discutidas as mudanças acarretadas pela força da sociedade civil quanto às práticas de preservação e valorização (CARNEIRO, 2004, p.53).

As Normas de Quito (1967), em seu item VIII destacam:

Do seio de cada comunidade pode e deve surgir a voz de alarme e ação vigilante e preventiva. O estímulo a agrupamentos cívicos de defesa o patrimônio, qualquer que seja sua denominação e composição, tem dado excelentes resultados, especialmente em localidades que não dispõem ainda de diretrizes urbanísticas e onde a ação protetora em nível nacional é débil ou nem sempre eficaz.

O Brasil é um país diversificado cultural e patrimonialmente, tanto pelas suas dimensões continentais quanto pela composição histórica e humana, construída a partir de hibridismos culturais (HALL, 2006), onde o poder público não possui ações suficientes e eficientes para alcançar e preservar a pluralidade dos patrimônios existentes. Assim, medidas educativas que envolvem as comunidades que produzem e significam o patrimônio devem compor o cenário regional, visando a sensibilização para a sua preservação.

Oliveira e Wenceslau (2008, p.30) afirmam que as ações desenvolvidas pela Educação Patrimonial servem de subsídio para que a comunidade em geral se reaproprie de seus bens, retomando valores culturais e históricos relativos a essa sociedade. Sendo assim, a Educação Patrimonial trabalha para a valorização da identidade local, regional ou nacional. Somente por meio desta recuperação e identificação, é que o patrimônio pode realmente ser protegido.

A função da Educação Patrimonial é levar os indivíduos à um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para a utilização destes bens e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, tendo assim um contínuo processo de criação cultural. A Educação Patrimonial é materializada através do estudo de objetos comunitários como estratégia de



aprendizagem do contexto sociocultural. (ITAQUI, 1998 apud OLIVEIRA e WENCESLAU, 2008, p.32).

É necessário pensar políticas de preservação, que não sejam impositivas, arbitrárias, advindas do poder público de forma verticalizada. Para Guillaume (1980 apud CARNEIRO, 2004, p. 61-62), não é a valorização do passado que produz a conservação, mas sim a conservação, que dá ao passado um novo valor de operador social. É a construção de uma política do patrimônio que engendra o interesse repentino pelo passado e a necessidade de conservá-lo e não o contrário.

Essas políticas devem estar pautadas nas produções simbólicas, significantes, identitárias e nas memórias de comunidades acerca da produção do seu patrimônio, seja ele de ordem material ou imaterial, assim denominado não pela sua funcionalidade, mas pelo seu poder simbólico, sendo constituído no seio de comunidades com o poder de significar (CHOAY, 1992, p. 63).

Seguindo este pensamento o turismo pode atuar como mecanismo de valorização, quando desenvolvido de forma responsável, poderá garantir a salvaguarda do patrimônio cultural material. Como atividade consolidada, pode trazer benefícios, principalmente para a comunidade local e subsequentemente para o sítio arqueológico, desde que planejado. Lickorish e Jenkins (2000, p. 109) afirmam que “o turismo pode até mesmo oferecer uma forma de reativar a vida social e cultural da população residente, revitalizando assim a comunidade local, estimulando contatos no país, atraindo jovens e favorecendo as atividades da região”.

O segmento de turismo cultural se apresenta como alternativa para abastecer os equipamentos turísticos de determinada região. Barretto (2000) define que o “turismo cultural seria aquele que tem como objetivo conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelo homem”. Nessa mesma perspectiva, Rodrigues (2005, p. 15) afirma que “além do valor cultural específico, do ponto de vista do turismo cultural, esses bens materiais possuem outro valor, o de serem objetos indispensáveis, cujo consumo constitui a base de sustentação da própria atividade”.

Relacionado ao turismo cultural, destaca-se o turismo arqueológico, que tem em vista o desenvolvimento da atividade turística como agente que promove e preserva os sítios arqueológicos, divulgando a cultura e evidenciando-a através dos vestígios deixados por civilizações antigas.

O turismo arqueológico é o "segmento turístico que utiliza sítios arqueológicos como atrativos e atinge aspectos, como: a proteção dos recursos, a valorização econômica, a participação da população local, o turismo como ferramenta de conservação e preservação" (GUIMARÃES; ANJOS, 2015, p. 221). Neste segmento, o turista é motivado a se deslocar com o intuito de visitar e conhecer as particularidades de determinada cultura pretérita.

A utilização de sítios arqueológicos como atrativo turístico deverá ser mais uma alternativa para a preservação, tendo em vista, transmissão do conhecimento acerca da origem do patrimônio, sendo um instrumento para divulgação das pesquisas arqueológicas.

O desenvolvimento do turismo, utilizando como atrativos os sítios arqueológicos, deve ser concebido a partir de um planejamento, para que haja uma utilização que não comprometa a integridade do local e garanta o acesso às gerações futuras, seguindo o princípio da sustentabilidade. É preciso garantir que o turismo arqueológico não seja um agente explorador do recurso, mas sim uma ferramenta de sensibilização para que todos cumpram seu papel de protagonista na preservação dos sítios arqueológicos (GUIMARÃES; ANJOS, 2015, p. 224).

Bezerra (2012, p. 149) destaca que, o turismo arqueológico exerce um papel importante na economia de países como Grécia, México, Peru, entre outros, diferentemente do Brasil que tem uma participação tímida neste segmento. A autora atribui o fato como resultante de diversas razões, entre elas: o patrimônio arqueológico pouco valorizado, ignorância do potencial turístico, inclusive, desprestígio do tema pela comunidade acadêmica.

O turismo arqueológico quando concebido através de um planejamento e gestão eficaz da atividade, será um poderoso parceiro para a valorização e a preservação, um recurso para garantir a salvaguarda, porém, o desenvolvimento inconsequente poderá causar danos irreversíveis ao patrimônio. Este segmento deverá ser desenvolvido sob olhar atento da arqueologia e o apoio incondicional da educação patrimonial – atuando em processos educativos formais e informais – voltada ao tríade turístico, comunidades circunvizinhas e o próprio visitante. Conforme descreve Bezerra (2012, p. 154-155), o turismo arqueológico vem conquistando espaço nas discussões acadêmicas, que muitas



vezes não percebia essa temática como parte do “fazer arqueológico”, galgando publicações, projetos e eventos.

3. Proposta Metodológica

A pesquisa desenvolvida foi pautada em um caráter exploratório e descritivo, utilizando-se de uma abordagem qualitativa. A pesquisa exploratória visa a compreensão da natureza do problema, busca explorar o problema e originar entendimento sobre o tema (AAKER, 2001; MALHOTRA, 2006). Levanta problemas de pesquisa (TRIVIÑOS, 1987) destaca ainda que, “um estudo exploratório, por outro lado, pode servir para elencar possíveis problemas de pesquisa”. Já o estudo caracteriza-se por buscar descrever uma realidade, sem causar interferência (APPOLINÁRIO, 2009, p. 62). Para Triviños (1987), este método “pretende descrever ‘com exatidão’ os fatos e fenômenos de determinada realidade”.

A escolha da região de pesquisa, o complexo lagunar sul de Santa Catarina, ocorreu devido duas questões: a primeira refere-se à quantidade expressiva de sítios arqueológicos configurando-se como um local de abundante oferta de atrativos arqueoturísticos; segundo, a região recebe continuamente ações de Educação Patrimonial. Através da pesquisa qualitativa, se pode “não só determinar como é um fenômeno, mas também de que maneira e por que ocorre”. (TRIVIÑOS, 1987, p. 111). Apoiado em instrumentos de pesquisa, documentos e dados de pesquisa anteriores, buscamos na pesquisa qualitativa um importante elemento para a interpretação da participação do sujeito no fenômeno turístico.

A Educação Patrimonial trata-se de uma ação processual de transformação social através da reflexão pautada em patrimônios culturais. Para isto, desenvolve-se uma gama de metodologias possíveis para bordar os diversos temas aos diversos públicos. As ações aqui apresentadas são direcionadas ao público estudantil, pensando uma educação que extrapole o espaço formal de ensino e avance em direção aos territórios educadores.

Todo espaço que possibilite e estimule, positivamente, o desenvolvimento e as experiências do viver, do conviver, do pensar e do agir consequente, é um espaço educativo. Portanto, qualquer espaço pode se tornar um espaço educativo, desde que um grupo de pessoas dele se aproprie, dando-lhe esse caráter positivo, tirando-lhe o caráter negativo da passividade e

transformando-o num instrumento ativo e dinâmico da ação de seus participantes, mesmo que seja para usá-lo como exemplo crítico de uma realidade que deveria ser outra. (GOULART, 2010).

Portanto, as saídas de campo, as idas aos sítios arqueológicos e laboratórios de pesquisa, caracterizam estes espaços além de um bem patrimonial a ser preservado ou espaços de pesquisa, mas antes, como territórios educativos, que contribuem para a formação integral dos sujeitos de aprendizagem. As ações aqui apresentadas são pautadas na metodologia do Estudo do Meio, através de saídas de campo aos sítios arqueológicos.

O estudo de Cooper (2004) revelou que o uso de estratégias de ensino que envolvam experiências com significado (como as visitas a sítios e museus onde as crianças possam explorar e extrapolar), questões abertas sobre evidência (de modo a permitir diferenciarem entre ‘saber’, ‘supor’ e ‘não saber’), vocabulário selecionado com diferentes níveis de abstração, e uma atmosfera de expressão livre, onde as crianças possam sentir-se confiantes para conversar, são fundamentais para o desenvolvimento do pensamento histórico das crianças. Cooper salienta que este trabalho deve começar desde cedo, pois as crianças são “capazes de operar com conceitos de validade e de resolver questões históricas progressivamente mais complexas, podendo aprender conceitos históricos abstratos interligando-os com os concretos”. (PINTO, 2012, p. 194).

Para o mapeamento e identificação dos sítios utilizaram-se dados das pesquisas arqueológicas desenvolvidas na região. A região do complexo lagunar sul vem sendo estudada por arqueólogos advindos de várias partes do Brasil e do exterior há mais de 50 anos. Nas últimas décadas foi intensificada, principalmente por pesquisadores da região, os quais resultaram em vários trabalhos científicos. As informações referentes a cada sítio pesquisado foram introduzidas em software específico para o geoprocessamento dos dados, com a espacialização foram realizadas análises básicas, auxiliando para compreensão da distribuição espacial, diversidade cultural – tipo de sítio e cronologia da ocupação.

Esse procedimento foi decisivo na definição da proposta de circuito de turismo arqueológico, que foi definida pensando exclusivamente em uma tipologia de sítio arqueológico, o sambaqui, recorrente na região. Além disso, consideraram-se as informações obtidas sobre pesquisas arqueológicas desenvolvidas nos sítios integrados ao circuito, quando se destacaram as seguintes categorias de análise: monumentalidade, facilidade de acesso e dados sobre o contexto ocupacional pré-histórico.

A partir da definição dos sítios arqueológicos integrantes a proposta de circuito, realizou-se o seu recadastramento, seguindo os critérios definidos pela portaria IPHAN nº 57, de 12 de março de 1997, que delibera o modelo de ficha para registro (e recadastramento) de sítios arqueológicos. Essa ficha observa além das características culturais do patrimônio, dados de localização, geomorfologia, hidrografia, estado de conservação, entre outras. Esses dados foram registrados em campo, observando as características destes patrimônios *in situ*.

4. Visitas monitoradas aos sambaquis do Complexo Lagunar Sul

O GRUPEP - Arqueologia recebe anualmente cerca de 10 mil visitantes, oriundos de várias partes do Brasil e exterior, sendo seu principal público participante, estudantes das redes Municipais e Estaduais da Educação Básica, além de universitários, pesquisadores, entre outros grupos com interesse na pesquisa arqueológica catarinense. Vale ressaltar que, do total de visitas ao laboratório de arqueologia, apenas uma parte se converte em visita aos sítios arqueológicos, isso ocorre principalmente devido ao tempo disponível para a visita e a falta de recursos para a contratação de transporte até os locais de visita.

A visita ao sítio arqueológico é antecedida por uma contextualização da região quando se apresenta a Arqueologia, discutindo seus aspectos teóricos e metodológicos, bem como as pesquisas desenvolvidas e em andamento na região. São apresentados os grupos que habitaram o litoral sul-catarinense, com enfoque nos sambaquieiros. Este primeiro contato é feito de forma interativa, envolvendo o diálogo, imagens e artefatos arqueológicos. O espaço utilizado é uma grande sala, no espaço da universidade, montada para o desenvolvimento de ações educativas.

Findando ao diálogo, os participantes dirigem-se ao laboratório de pesquisa, onde, visualizam diversos tipos de vestígios e artefatos arqueológicos de grupos humanos que habitaram a região. Além do contato com as evidências materiais, o participante tem a oportunidade de conhecer os procedimentos metodológicos da pesquisa de laboratório. A atividade tem duração aproximada de uma hora. Após esta etapa, a turma visitante, junto com os monitores do grupo de pesquisa, direcionam-se para a visita ao Sambaqui.

Os sambaquis mais visitados são: Cabeçuda I, Peralta e o Santa Marta I, no município de Laguna, o Congonhas I e o Congonhas II, no município de Tubarão, o Garopaba do Sul (também conhecido como Garopabão)³, no município de Jaguaruna, Capivari I no município de Capivari de Baixo, estes sítios são considerados de tamanho médio a grande. Dos sítios arqueológicos citados, quatro estão em área pública e três em área privada, em locais de fácil acesso, junto as rodovias. Todos esses sítios carecem de infraestrutura básica para visitação turística, muitos não estão salvaguardados por uma delimitação da área ou sequer sinalizados. As visitas acontecem, quase sempre em no máximo dois sítios, isso ocorre principalmente pelo tempo disponibilizado para as visitas, que normalmente costumam ser reduzidos, visto que, o veículo utilizado é o responsável pelo transporte escolar regular e a visita ocorre no intervalo entre a entrada e saídas de turnos na escola.

Ao chegarem ao sítio arqueológico, os estudantes são orientados a tomarem cuidado a fim de evitar impactos negativos ao meio, como por exemplo: não remover materiais; não correr e não deixar nenhum lixo no local. Os visitantes são orientados para que caminhem apenas nas trilhas já abertas, visando dessa forma, preservar integralmente as demais áreas do sítio. A visita possibilita a compreensão da ocupação territorial dos grupos pré-históricos, em especial os grupos caçadores-pescadores-coletores construtores de sambaquis, entendendo sua implementação na paisagem e os recursos ao alcance da população que o construiu. No sítio, pode-se estimular o interesse pelos conhecimentos dos hábitos do grupo humano estudado, por meio da visualização da composição estratigráfica do sítio, da diversidade de materiais faunísticos, de artefatos líticos, de demais evidências arqueológicas aparentes (estruturas de combustão), e da possibilidade de demais sítios associados. As figuras 4 e 5 apresentam a visita monitorada em sambaquis de três municípios do Complexo Lagunar Sul: Tubarão, Jaguaruna e Laguna. Observa-se a falta de estrutura de visitação, os impactos sofridos pelos sítios ao longo do tempo, destacando, contudo, o caráter educativo e sensibilizador da visita.

³ Considerado pela prefeitura do município, como o maior sambaqui do mundo.



Figura 2 - Visita monitorada ao Sambaqui Garopaba do Sul, Jaguaruna – SC.



Fonte: Acervo GRUPEP-Arqueologia.

Figura 3 - Visita monitorada ao Sambaqui Congonhas 01, Tubarão – SC.



Fonte: Acervo GRUPEP-Arqueologia.

Figura 4 - Visita monitorada ao Sambaqui Cabeçuda 01 – Laguna-SC.



Fonte: Acervo GRUPEP-Arqueologia.

Figura 5 - Visita monitorada ao Sambaqui Garopaba do Sul, Jaguaruna – SC.



Fonte: Acervo GRUPEP-Arqueologia.

O visitante sente-se integrado aquele espaço, observa suas alterações, é estimulado a imaginar sua ocupação e construção, e principalmente questiona ao monitor, em um processo ativo de construção do conhecimento.

Um ponto muito importante a ser destacado na visita é a sensibilização dos visitantes para a preservação desses locais. Em campo são observadas marcas evidentes e persistentes resultantes de atos depredatórios, dentre elas destacam-se: lixo sendo jogado no local; trilhas deixadas por veículos automotores, principalmente por praticantes de cross; impactos de atividades agropastoris; escavações promovidas por caçadores de tesouros e curiosos; expansão imobiliária, com a invasão de moradias sobre o sítio arqueológico - muitas vezes com o afã do poder público local, entre outros.



No decorrer das visitas monitoradas, há situações em que os visitantes - alunos do ensino fundamental se deparam com motociclistas que intencionavam subir no sambaqui. Sem titubear, eles interpelam o transgressor e pedem que não destrua o sambaqui. Em vários momentos a presença dos visitantes inibe atos depredatórios aos sítios arqueológicos, mostrando a eficácia e a necessidade desta ação educativa para a preservação do local.

Algumas turmas retornam para suas escolas e realizam atividades pedagógicas acerca das visitas realizadas. Uma destas atividades, que possui também monitoria do GRUPEP-Arqueologia, consiste na representação de um sambaqui em um cartaz. Além de seu caráter educativo, esta atividade possuiu um caráter diagnóstico. Muitos alunos retratam trilhas de motos, lixo, criação de animais, como formas de depredação do sítio, indicando que estavam atentos a estes fatores. Outros retratam a si e sua turma na visita, contextualizam o sítio em ambiente litorâneo, inclusive artefatos e rituais funerários que conheceram em laboratório, chegando mesmo a imaginar a ocupação indígena e construção do Sambaqui no período pré-colonial.

Diante disso, se avalia a importância da continuidade e efetividade das visitas em sítios arqueológicos. Diferentemente do que os órgãos fiscalizadores propagam, considera-se muito importante o contato da sociedade com os sítios, pois se acredita que realmente, só se preserva o que se conhece, o que é apropriado, o que passa a ser parte da minha vida e do meu rol de conhecimento.

4.1 Circuito de visitação aos sambaquis do Complexo Lagunar Sul Catarinense

O Complexo Lagunar Sul apresenta mais de 90 sítios arqueológicos registrados. Após a análise da distribuição espacial dos sítios arqueológicos mapeados percebeu-se o potencial para a elaboração de um circuito de visitação envolvendo alguns sítios do tipo sambaquis dessa região. O circuito teria aproximadamente 79 km de percurso, envolvendo quatro municípios: Tubarão, Jaguaruna, Laguna e Capivari de Baixo. Seriam visitados seis sambaquis, cuja escolha se deu em virtude da facilidade de acesso por estarem em áreas públicas ou privadas de fácil acesso e junto às rodovias, além de seu caráter emblemático e educativo.



Esses sítios carecem de uma infraestrutura básica de visitação, tais como: acesso, sinalização informativa, delimitação de áreas vulneráveis, entre outras. A seguir serão descritas algumas informações referentes aos sítios que se sugere integrar o circuito.

No município de Tubarão entrariam no roteiro dois sítios. O Sítio Congonha I, registrado pelo arqueólogo João Alfredo Rohr, no ano de 1972, e estudado por Anamaria Beck em seu doutorado (1972). Localiza-se na coordenada UTM 22J 694930/6843010, na comunidade de Congonhas, dentro de uma área de uma associação de futebol, o Palmeiras Esporte Clube. Encontra-se há aproximadamente 20 metros da estrada de acesso, seu tamanho é de 40 metros de comprimento, por 30 metros de largura e 4 metros de altura, com antiguidade de 3350 anos AP (ASSUNÇÃO, 2010). Foi intensamente destruído pela mineração, principalmente pela exploração da cal, e no ano 2000 teve suas bases destruídas pela prefeitura de Tubarão, quando ocorreu a ampliação dos campos de futebol. Atualmente a ameaça à integridade do sítio é a expansão urbana e o seu uso como arquibancada em dias de jogo. O Sítio Congonha II também registrado no mesmo ano e pelo mesmo arqueólogo, fica localizado na coordenada UTM 22J 695541/6840095, junto a Estrada Geral da comunidade de Congonhas, próximo à divisa com o município de Jaguaruna. De acordo com Assunção (2010), possui 100 metros de comprimento, 150 metros de largura e 6,5 metros, a datação apresentada por De Blasis et al. (2007, p. 38) é de 2740 anos A.P. Foi parcialmente destruído pela prefeitura de Tubarão em uma obra na estrada, sendo exposto um grande perfil. A proximidade com a estrada tornou-se um risco para o sítio, além da construção de novas moradias na área.

No município de Jaguaruna o sítio escolhido para visitação foi o Garopaba do Sul, na comunidade homônima. Localizado na coordenada UTM 22J 706046/6831728 foi registrado por João Alfredo Rohr no ano de 1969. De acordo com Farias e Kneip (2010, p. 177) é um dos maiores sambaquis do Brasil, medindo 200 metros de comprimento, por 100 metros de largura e 30 metros de altura. A data mais antiga encontrada até o momento para o sítio é de 4110 anos AP., as pesquisas indicam que havia uma ocupação contínua, de aproximadamente 1405 anos (DEBLASIS et al., 2007). O sítio foi fortemente impactado pela mineração, ainda assim mantém seu caráter monumental. No início dos anos 2000 uma Lei municipal foi promulgada visando a preservação do Sítio Garopaba do Sul, proibindo construções em uma faixa periférica



de 200 metros a partir do limite do sítio, recebendo inclusive uma cerca que impediu por algum tempo a entrada de veículo automotores. Recentemente, a revelia dos pesquisadores, da comunidade, do IPHAN e MPF, a Lei foi revogada, reduzindo a faixa para 50 metros. Destaca-se que o local integra uma Área de Preservação Permanente – APP e a Área de Preservação Ambiental da Baleia Franca - APA da Baleia Franca, com áreas de restinga e campo de dunas móveis. Com a destruição quase integral da cerca, o abandono do poder público municipal, a ineficiência na fiscalização e gestão do patrimônio arqueológico por parte do IPHAN, o sítio se transformou em uma grande pista clandestina de motocross, com centenas de marcas observadas, além de lixo espalhado pelo local e criação de gado. Além disso, há um forte avanço da malha urbana sobre o local de implantação desse sambaqui.

No município de Laguna os sítios escolhidos foram Santa Marta I e Cabeçuda I. O sítio Santa Marta I está localizado na comunidade do Farol de Santa Marta, nas coordenadas UTM 22J 712151/6833970, junto a estrada de acesso ao bairro. Foi registrado pelo arqueólogo Walter Piazza, em 1962 e recadastrado por Assunção (2010, p. 132) distando 300 metros da praia do Costão do Ilhote. De Blasis et al. (2007, p. 39) apresentou uma datação de 3200 anos AP. Este sítio foi cercado há algum tempo, no período apresentava uma grande cicatriz deixada por praticante de motocross, porém, percebe-se que a vegetação está se regenerando e cobrindo a área, dessa forma, protegendo o local da erosão eólica e pluvial.

Localizado as margens da rodovia BR 101, na comunidade de Cabeçudas, nas coordenadas UTM 22J 712601/6852170, fica o Sítio Cabeçuda I. O arqueólogo Castro Farias, foi responsável pelo registrado ano 1952. Farias e Kneip (2010, p. 195) relatam que este sítio foi intensamente minerado, sobrando apenas a base do sítio. Farias (2014) descreve este sambaqui com 195 metros de comprimento, 140 metros de largura e o ponto mais elevado com 16 metros de altura. A data obtida para este sítio é de 4120 anos (DEBLASIS et al, 2007, p. 38). Inúmeras pesquisas foram realizadas no sítio, a partir de 1952 e mais recentemente durante a obra de construção de Ponte Anita Garibaldi, quando foi realizada uma escavação de uma área de 7 metros por 7 metros, sendo escavado mais de 3 metros de profundidade a partir do nível do solo. O local escavado se configurou como uma grande área funerária, onde 25 sepultamentos foram exumados e encaminhados para análise em laboratório. O processo de escavação atraiu muitos



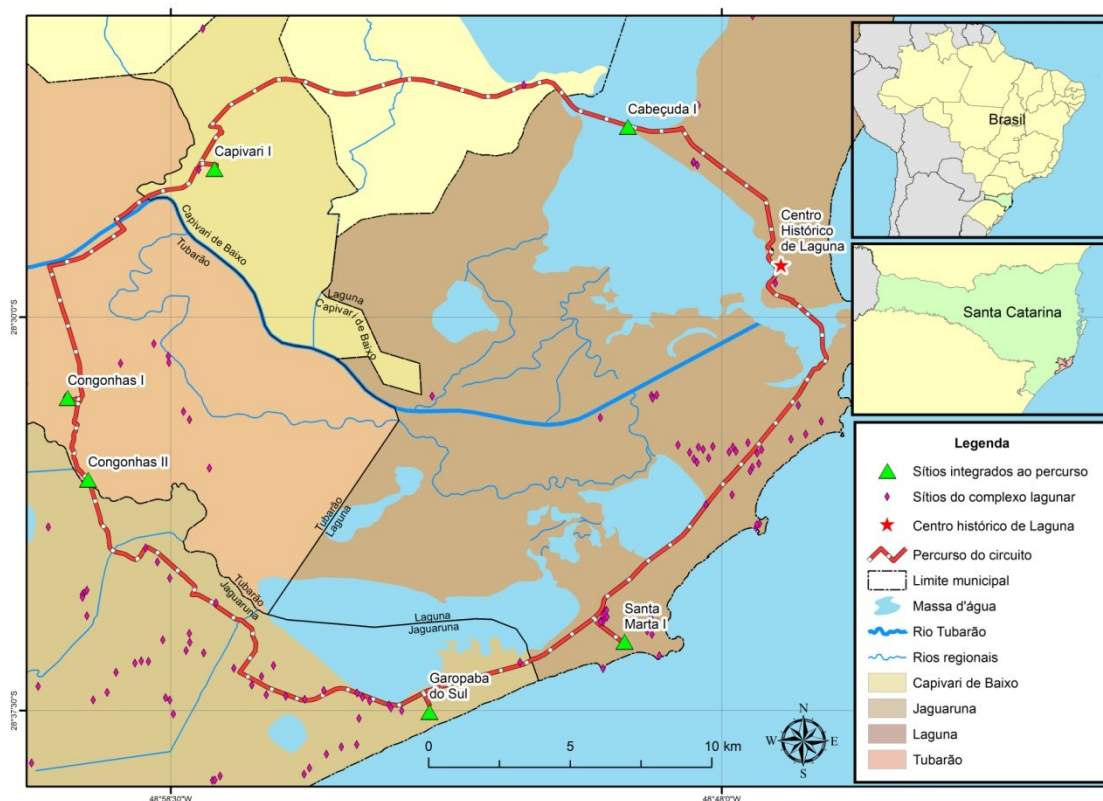
curiosos e redes de televisão que vinham ao local em busca de mais informações sobre os grupos pré-históricos que habitaram a região.

Por fim, no município de Capivari de Baixo, foi escolhido o Sítio Capivari I, localizado junto ao Parque Ambiental Encantos do Sul na coordenada UTM 22J 699746/6850952. O sambaqui foi registrado no ano de 1975 por João Alfredo Rohr e atualmente possui as seguintes dimensões: 150 metros de comprimento, 50 metros de largura e 3 metros de altura, datado entre 3600 e 3840 anos AP. (ASSUNÇÃO, 2010). Farias (2010, p.99) afirma tratar-se de um sítio extenso, contudo já muito impactado por uma terraplanagem no local. Este sítio possui um diferencial em relação aos demais, está localizado em um parque, que já possui estrutura para recebimento de visitantes. Atualmente, por intermédio do presidente Marcelo Caneschi o sítio foi integrado ao parque.

A figura 7 apresenta o circuito proposto e os sítios arqueológicos integrados ao roteiro. Outros sítios arqueológicos também foram apresentados no mapa, o que nos permite visualizar os potenciais de atrativos arqueoturísticos da região. Este circuito perpassará o território dos quatro municípios elencados.



Figura 7 - Mapa do Circuito Arqueológico



Fonte: Elaboração dos autores, 2016.

Este trabalho vem mostrar o potencial para a elaboração de um circuito de visitação em sítios arqueológicos localizados na região do Complexo Lagunar. Além da quantidade de sítios, sua relevância científica e facilidade de acesso, ressalta-se também seu potencial didático. Para tanto, realiza-se com certa frequência, ações de Educação Patrimonial nas áreas destes sítios arqueológicos, através do trabalho desenvolvido pelo laboratório de arqueologia da Unisul. Entendemos que para uma fase posterior, e implementação do circuito, é necessário um amplo estudo que vise minimizar os impactos negativos e garanta a salvaguarda do patrimônio arqueológico, e principalmente o envolvimento da comunidade local na construção da proposta.

4. Considerações Finais

Ações voltadas à valorização do patrimônio arqueológico regional, nomeadamente, os Sambaquis, testemunhos da produção cultural dos grupos

pescadores-caçadores-coletores, promovem a preservação desses sítios. O artigo apresentou ações de Educação Patrimonial desenvolvidas na região envolvendo os sambaquis; o mapeamento e identificação de sítios arqueológicos da região do complexo lagunar; e uma proposta de um circuito de visitação para os sambaquis da região.

O circuito arqueológico proposto volta-se para visitas em sambaquis da região do complexo lagunar sul catarinense. Para a implementação deste circuito é imprescindível o planejamento, garantindo a salvaguarda do patrimônio, além do engajamento das comunidades circunvizinhas. Devido as eminentes ameaças que estes patrimônios sofrem, fazem-se necessárias ações de valorização para os sambaquis, que têm sofrido todo tipo de interferência ao longo do tempo, desde o período pré-histórico, quando foram ocupados por grupos culturalmente distintos. Mas, principalmente com a vinda dos europeus, no século XVI, quando foram muito utilizados nas construções de estruturas urbanas, sendo essa atividade desenvolvida até o século XX, quando seu uso foi muito recorrente para aterros em áreas baixas e estradas.

Em 26 de junho de 1961 foi promulgada a Lei Federal nº 3.924, que criminalizava atos de depredação ao patrimônio arqueológico. Contudo, este movimento legal não se mostrou eficiente para a preservação do patrimônio arqueológico, uma vez que os sambaquis continuaram a ser intensamente minerados até a década de 1980, inclusive pelo poder público municipal da região. Apesar de fatores legais, a destruição dos sambaquis, assim como demais sítios arqueológicos, ainda ocorre. Percebe-se que estas ações não são reflexos apenas da falta de conhecimento da população, mas, principalmente da ausência de um programa de difusão efetivo nos meios de comunicação local, que busque valorizar o patrimônio pré-colonial catarinense. Atualmente os atos depredatórios mais comuns são: esportes radicais com veículos automotores (jipeiros, motociclistas e afins); atividades agropastoris; descarte de lixo; ocupação urbana irregular; destruição de sinalização e cercas de delimitação dos sítios.

Medidas legais nem sempre são suficientes para inibir por completo a depredação, mais que forças impositivas, criadas de forma verticalizada, são necessárias ações efetivas de divulgação, valorização e fruição que sensibilizem os cidadãos e transformem a realidade. A Educação Patrimonial tem sido uma importante parceira, auxiliando na mudança deste panorama, se constituindo de processos nos quais o

Patrimônio Cultural é apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações. No entanto, como ela tem sido feita, afeta apenas a camada infanto-juvenil da população, o que a médio e longo prazo promete uma mudança de comportamento diante desses patrimônios. No entanto, o público adulto, verdadeiro depredador, não tem acessado o movimento educativo.

História, memória, significados, constituem o Patrimônio Cultural, não existindo patrimônio puro, sendo a busca por esta essência utópica. O Patrimônio histórico é constituído por interferências, mudanças, (re)significações, que devem ser vistas e lembradas quando se fala em patrimônio. O processo preservacionista está intrinsecamente ligado a dois fatores: memória e identidade. Estes são construídos e/ou reafirmados por meio de medidas educativas que os valorizem. Entende-se que Educação Patrimonial devido ao seu caráter processual é uma atividade que deve ser implementada antes do patrimônio se tornar um atrativo turístico.

O mapeamento dos sítios arqueológicos em âmbito regional permitiu a compreensão da distribuição espacial dos sítios arqueológicos da região do complexo lagunar, partindo deste, e com a definição de critérios, elaborou-se um circuito para a visita de seis sítios arqueológicos, localizados em quatro municípios distintos.

Após a definição dos sítios integrantes ao circuito foram realizados os recadastramentos, nesta etapa realizaram-se visitas ao patrimônio, onde fora observada dentre outros, os fatores de destruição. Alguns sítios tiveram uma melhora em medidas de salvaguarda, sendo sinalizados e delimitados, porém, outros estão vulneráveis, os quais não se observou ações de salvaguarda. A situação do Sambaqui de Garopaba do Sul, o maior sambaqui do Brasil, é bastante preocupante, existe apenas parte da cerca de proteção, muitas marcas deixadas por praticantes de cross, findando na destruição paulatina do sítio, no contraponto o poder público pouco tem feito para impedir tal contexto.

A criação de um circuito de turismo arqueológico que contemple sítios arqueológicos da região do complexo Laguna Sul Catarinense poderá ser uma alternativa para a valorização e salvaguarda deste patrimônio. Considerando que o desenvolvimento da atividade seja pautado em um planejamento que: envolva as



comunidades circunvizinhas, integre a Educação Patrimonial, incentive o desenvolvimento regional, utilizando-se de princípios da sustentabilidade.

Referências

AAKER, David A.; KUMAR, V.; DAY, George S. **Pesquisa de Marketing**. [Trad.] MARCONDES, Reynaldo Carvalho. São Paulo: Atlas, 2001.

ASSUNÇÃO, Danilo. **Sambaquis da Paleolaguna de Santa Marta**: em busca do contexto regional do litoral sul de Santa Catarina. São Paulo, 2010. Dissertação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da ciência**: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e Legado Cultural**: as possibilidades do planejamento. Campinas: Papirus, 2000.

BEZERRA, Marcia. Arqueologia, turismo e comunidades locais: reflexões de uma turista [arqueóloga] aprendiz. In: FIGUEIREDO, Silvio Lima; PEREIRA, Edith; BEZERRA, Marcia. **Turismo e gestão do patrimônio arqueológico**. Belém: Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional – IPHAN, 2012, p.149-164.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. **Lei nº 3.924**, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

BYINGTON, Carlos Amadeu Botelho. **Moitará I**: o simbolismo nas culturas indígenas brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.

CARNEIRO, Alice M. P. de Azevedo. **O patrimônio reencontrado**. Centro histórico de Guimarães, patrimônio da humanidade: a cidade enquanto memória, espaço de identidade e cidadania. 2004. 212f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade do Ninho, Braga/Portugal, 2004.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

DEBLASIS, Paulo. A. D.; et al. Sambaquis e Paisagem. Dinâmica natural e arqueologia regional no litoral sul do Brasil. **Arqueologia Sul-Americana**, v. 3, nº 1, jan. 2007.

FARIAS, Deisi S. E. **Arqueologia e educação**: uma proposta de preservação para os sambaquis do sul de Santa Catarina (Jaguaruna, Laguna e Tubarão). Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.



FARIAS, Deisi S. E.; KNEIP, Andreas. **Panorama arqueológico catarinense**. Palhoça: Ed. Unisul, 2010.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim; et al. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: IPHAN/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

GASPAR, Madu. **Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: TCT, 2008.

GUIMARÃES, Geovan M.; ANJOS, Francisco A. O turismo arqueológico como segmento turístico. In: PANOSSO NETTO, Alexandre; ANSARAH, Marília G. R. (Ed.). **Produtos Turísticos e novos segmentos de mercado: Planejamento, criação e comercialização**. Barueri: Manole, 2015, p. 209-227.

GOULART, Bya. MEC **Cadernos Pedagógicos: territórios educativos para a educação integral – a reinvenção pedagógica dos espaços e tempos da escola e da cidade**. Agosto, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LICKORISH, Leonard J.; JENKINS, Carson L. **Introdução ao Turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LIMA, Tânia A. Um passado para o presente: preservação arqueológica em questão. In: LIMA, Tânia Andrade de (Org.). **Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação**. Rio de Janeiro: Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, n. 33, 2007.p.05-21.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing: Uma Orientação Aplicada**. [Trad.] BOCCO, Laura. 4ª ed., Porto Alegre: Bookman, 2006.

OEA. **Normas de Quito**, conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse Histórico e Artístico. Reunião OEA – Organização dos Estados Americanos, de dezembro de 1967, Quito, Equador, 1967. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas de Quito 1967.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2016.

IPHAN. **Portaria nº 57, Ficha para o Registo de sítios arqueológico**. IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de março de 1997. Brasil. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/bresil/brazil_portaria_57_12_03_1997_por_orof.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

OLIVEIRA, Fabiana de; WENCESLAU, Fanclín Ferreira. Educação Patrimonial e a pesquisa arqueológica do sítio “casa de David Canabarro” em Santana do Livramento,



RS. In: SOARES, André Luiz Ramos; KLAMT, Sérgio Célio (Org.). **Educação Patrimonial: teoria e prática**. Santa Maria: UFSM, 2008. p. 23-40.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANO - OEA. **Normas de Quito**, de dezembro de 1967.

PINTO, Helena. **Interpretação de fontes patrimoniais em Educação Histórica**. História & Ensino, Londrina, v. 18, n. 1, p. 187-218, jan./jun. 2012.

RODRIGUES, M. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, P.P.A.; PINSKY, J. (org). **Turismo e patrimônio cultural**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2005, p. 15-24.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

ZAMPARETTI, B. C. **Sambaqui Cabeçuda 01: Um território resiliente**. 2014. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2014.

Submetido em: 24/10/2016. Aprovado em: 19/12/2016.